

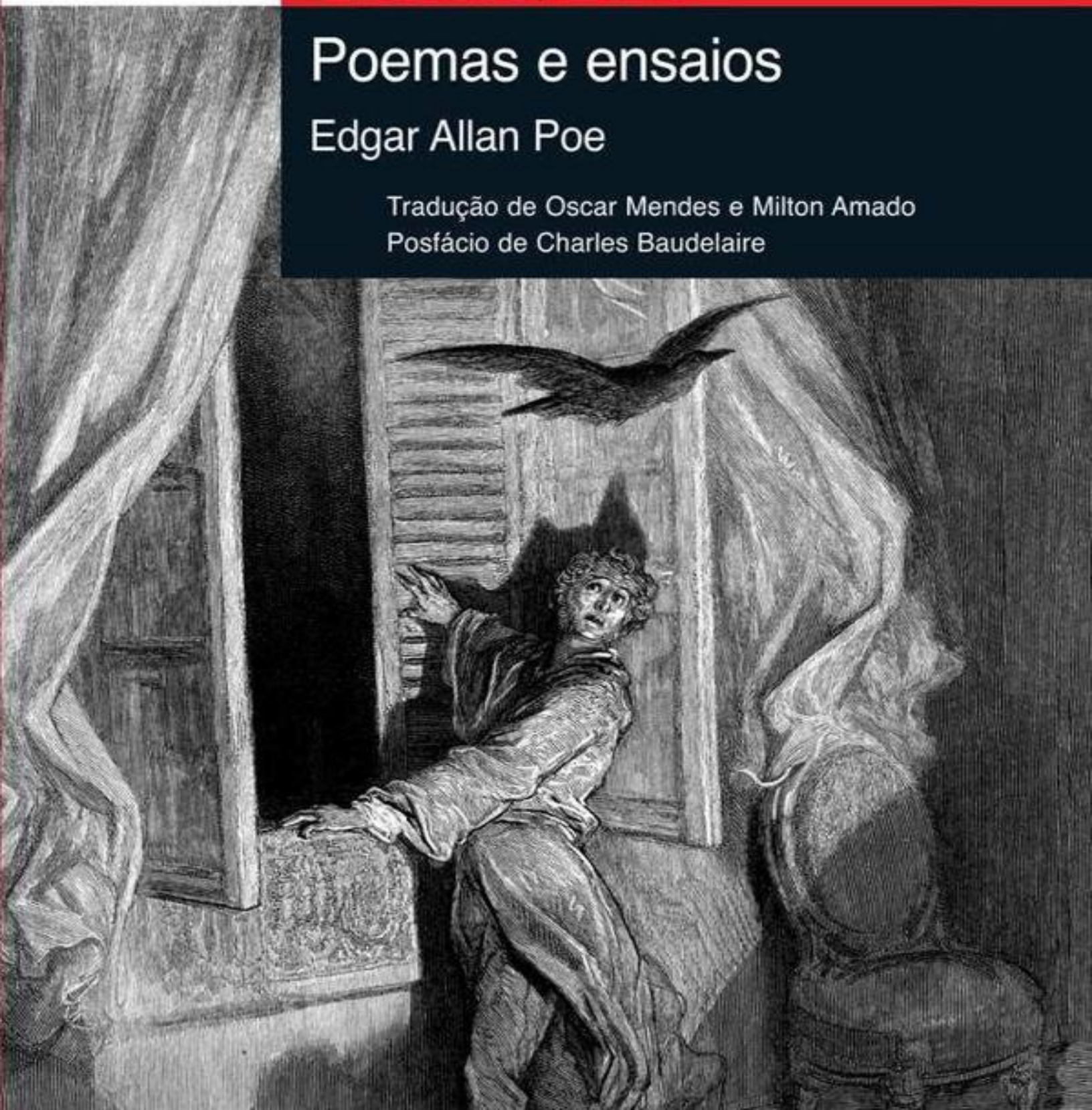


CLÁSSICOS / **GLOBO**

Poemas e ensaios

Edgar Allan Poe

Tradução de Oscar Mendes e Milton Amado
Posfácio de Charles Baudelaire





POEMAS E ENSAIOS



Coleção *Clássicos Globo*

Coordenação: Manuel da Costa Pinto

Títulos publicados:

MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS, de Manuel Antônio de Almeida
MACÁRIO/NOITE NA TAVERNA, de Álvares de Azevedo
VIAGEM À LUA, de Cyrano de Bergerac
AS AVENTURAS DO SR. PICKWICK, de Charles Dickens
O BRACELETE DE GRANADAS, de Aleksandr Ivánovitch Kuprin
ECCE HOMO, de Eusébio de Matos
BORIS GODUNOV, de Aleksander Sergheievitch Púchkin
PEQUENAS TRAGÉDIAS, de Aleksander Sergheievitch Púchkin
A CAPITAL!, de Eça de Queirós
INFORTÚNIOS TRÁGICOS DA CONSTANTE FLORINDA, de Gaspar Pires de Rebelo
A CARTUXA DE PARMA, de Stendhal
O SILVANO, de Anton Tchékhov
CONTOS E NOVELAS, de Voltaire



A coleção Clássicos Globo traz obras célebres da literatura universal e da língua portuguesa, retomando e ampliando um dos projetos editoriais mais marcantes da história recente do Brasil: o acervo de traduções constituído nos anos 1930 e 1940 pela editora Globo de Porto Alegre, que tinha, entre seus colaboradores, intelectuais como Erico Verissimo e Mario Quintana, e ficou conhecida como “Globo da rua da Praia”.

Os títulos da coleção Clássicos Globo foram escolhidos a partir desse catálogo. Além das traduções (revistas e atualizadas) de livros pertencentes ao cânone da literatura ocidental, a coleção compreende também novas obras, em edições críticas e versões feitas por tradutores contemporâneos que dão continuidade a esse legado editorial.

Edgar Allan Poe



POEMAS E ENSAIOS

tradução:

Oscar Mendes

Milton Amado

revisão técnica e notas:

Carmen Vera Cirne Lima

posfácio:

Charles Baudelaire



Copyright da tradução © 2009 by Editora Globo S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de bancos de dados, sem a expressa autorização da editora.

Texto fixado conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto Legislativo no 54, de 1995).

Revisão: Beatriz de Freitas Moreira, Maria Sylvia Correa e Carmen T. S. Costa

Revisão das citações em latim: Luciano Marchiori

Cronologia: Fábio Augusto do Amaral

Capa: Isabel Carballo

Imagem de capa: Mary Evans Picture Library / Other Images

Edição Digital: Erick Santos Cardoso

Produção de ebook: S2 books

1a edição, 1985

2a edição, 1987

3a edição, 1999

4a edição, 2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Poe, Edgar Allan, 1809-1849

Poemas e ensaios / Edgar Allan Poe ; tradução Oscar Mendes, Milton Amado ; revisão técnica e notas Carmen Vera Cirne Lima ; posfácio Charles Baudelaire. – 4. ed. revista – São Paulo : Globo, 2009.

ISBN 978852505354 1 Poemas e ensaios (epub)

956kb; ePUB

1. Ensaaios norte-americanos 2. Poesia norte-americana I. Lima, Carmen Vera Cirne. II. Baudelaire, Charles. III. Título.

CDD-811

09-04857

-811.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensaaios : Literatura norte-americana 814
2. Poesia : Literatura norte-americana 811.3

Direitos de edição em língua portuguesa adquiridos por Editora Globo S.A.

Av. Jaguaré, 1485 – 05346-902 – São Paulo, SP
www.globolivros.com.br

SUMÁRIO

[Capa](#)

[Coleção Clássicos Globo](#)

[Folha de rosto](#)

[Créditos](#)

[Sumário](#)

[Nota Introdutória](#)

[Poemas](#)

[Tamerlão](#)

[Para Helena](#)

[Al Aaraaf](#)

[A cidade no mar](#)

[Um sonho num sonho](#)

[Silêncio](#)

[A zante](#)

[Israfel](#)

[Hino](#)

[O vale da inquietude](#)

[A Marie Louise Shew](#)

[Ulalume](#)

[Annabel Lee](#)

[O Corvo](#)

[Os Sinos](#)

[Para Annie](#)

[Só](#)

[Ensaaios](#)

[O Princípio Poético](#)

[A Filosofia Da Composição](#)

[Análise racional do verso](#)

[De “marginalia ” \(_excertos_ \).](#)

[Eureka - Ensaio sobre o universo material e espiritual](#)

[Posfácio](#)

[Cronologia](#)

NOTA INTRODUTÓRIA

Passados duzentos anos do nascimento de Edgar Allan Poe, o escritor norte-americano é conhecido sobretudo como um contista tão central para a literatura de língua inglesa quanto Guy de Maupassant entre os escritores de expressão francesa ou Machado de Assis para a ficção em português. E, no entanto, sua obra poética e ensaística (reunida parcialmente nesta edição) não apenas rivaliza em importância com sua produção ficcional — antes, a ilumina.

Celebrizado por contos de mistério em que os acontecimentos insólitos oscilam entre o sinistro e o sobrenatural, entre estados de consciência mórbidos e vivências extraordinárias, Poe imprimiu a tais relatos uma cadência cerebral, impondo-lhes um estilo analítico — como se o inaudito representasse menos a negação da razão do que a possibilidade de ampliar seus domínios.

Nesse sentido, Poe também encontra paralelos na prosa especulativa, paracientífica, do argentino Leopoldo Lugones e na poética sensacionista de Fernando Pessoa (em especial o heterônimo Álvaro de Campos). E a aproximação com o escritor português pode ser elucidadora justamente porque é no campo da poesia e do ensaio que Poe explicita os elementos de racionalidade e controle metalinguístico que constituem o substrato de seu demoníaco engenho.

Assim como Pessoa nutria pendores para a astrologia, a teosofia e o ocultismo em geral (chegando a criar um heterônimo astrólogo, Rafael

Baldaia, autor do *Tratado da negação*), Poe nos legou em seu último texto, “Eureka” (aqui incluído), a suma de um pensamento que entra em litígio com Aristóteles e Francis Bacon (ou seja, com as categorias lógico-dedutivas e com o empirismo), reivindicando para a adivinhação e a imaginação um papel decisivo na evolução do saber científico. Que Baudelaire tenha denominado “Eureka” de “poema cosmogônico”, ou que Valéry o tenha descrito como “poema abstrato, um dos raros exemplares modernos de uma explicação total da natureza material e espiritual, uma *cosmogonia*”,^[*] isso em nada altera o teor do testamento intelectual de Poe: se a escrita fulgurante desse ensaio o aproxima da prosa literária, seu ponto de chegada era uma nova doutrina, uma hipótese filosófica formulada com o intuito de abrir o livro do mundo, estabelecendo analogias entre o sensível, o inteligível e o campo do possível.

E, continuando no paralelo com Fernando Pessoa, também Poe fez da poesia um contraponto desse credo hermético: ao contrário de versos visionários, que poderíamos esperar de intelectuais que cortejavam o insondável, ambos produziram uma poesia pensada e realizada como artefato rigoroso. O melhor exemplo, no caso de Poe, é oferecido pela leitura conjunta de seu mais conhecido poema, “O corvo”, e do não menos célebre ensaio intitulado “A filosofia da composição”. Pois o que inicialmente se descortina no primeiro como uma cena lúgubre ou “gótica” (segundo o clichê que se colou a sua recepção popular), se desvela no texto crítico — que toma o próprio poema por objeto de estudo — como cálculo preciso, ciência da forma que será sistematizada com notável erudição em outro ensaio aqui publicado, “Análise racional do verso”, que faz *tabula rasa* de todos os tratados de versificação tradicionais para propor não preceitos, mas instrumentos que identifiquem a conveniência ou necessidade entre o querer dizer e o fazer poéticos.

Na confluência do poema com a inteligência analítica, temos então um autor que aposta no poder demiúrgico do espírito, mas que faz da palavra a argamassa em que molda suas criaturas: e se a meditação metapoética se aplica ao conjunto dos outros versos selecionados para esta antologia, a estranha conjunção da “máquina de trovar” com a “máquina do mundo” criada por Poe se projeta sobre o conjunto de sua obra.

A partir desses *Poemas e ensaios*, portanto, o leitor atento olhará também de outra forma aqueles contos, tão característicos de Poe, em que seres melancólicos, encerrados em suas vidas livrescas, se veem subitamente exaltados por fenômenos que convocam a decifração. Melhor dizendo, olhará seu universo sinistro, muitas vezes aterrador, feito de prosa, poesia e reflexão, como a reconstrução metódica da ordem das coisas.

M. da C. P.

POEMAS

Estas ninharias são coligidas e publicadas de novo, principalmente a fim de redimi-las dos muitos aperfeiçoamentos a que foram expostas, enquanto faziam “excursões pela imprensa”. Sinto-me naturalmente desejoso de que aquilo que escrevi circule tal como foi escrito, se é que deve circular. Em defesa de meu próprio gosto, contudo, cabe-me dizer que penso nada haver neste volume de muito valor para o público, nem de muito crédito para mim. Acontecimentos independentes de minha vontade impediram-me de realizar, em qualquer ocasião, um esforço sério naquilo que, sob mais felizes circunstâncias, teria sido a carreira de minha escolha. Para mim, a poesia não tem sido uma utilidade, mas uma paixão; e as paixões deveriam merecer reverência; não devem, nem podem, ser excitadas à vontade, com vista às mesquinhas compensações ou aos louvores, ainda mais mesquinhos, da humanidade.

E. A. P.
(1845)

TAMERLÃO

Doce consolação nesta hora extrema!
Tal, Padre, agora não será meu tema...
Não direi loucamente que um poder
terreno me liberte do pecado
sobre-humano de orgulho, em mim a arder.
O tempo de sonhar é já passado:
Dizes que isso é esperança; e a desvairada
chama é só a agonia de um anseio!
Se *CREIO* na Esperança... Ó Deus! Bem creio...
Sua fonte é mais divina, mais sagrada ...
Ancião louco eu não quero te chamar,
mas isso é coisa que não podes dar.

Conheces de um espírito o segredo,
da soberba atirado em plena lama?
Herdei, ó coração a palpitar,
teu quinhão de desprezo, com a fama,
a glória consumida, a cintilar
de meu trono entre as joias qual coroa
infernai. Porque dor alguma o inferno
pode agora trazer, que me dê medo.
E anseias pelas flores, coração,
e pelo sol das horas de verão!

Desse tempo defunto o canto eterno,
com seu soluço intérmino, reboa,
em teu vazio, nos sons enfeitiçados
de um dobre doloroso de finados.

Do que hoje sou, já fui bem diferente.
Usurpador, obtive, conquistei
o diadema que cinge a fronte ardente.
Roma a César não deu a mesma ousada
herança, que me estava reservada?
A de um espírito de rei,
para lutar, espírito altaneiro,
triunfalmente, contra a mundo inteiro.
Em região montanhosa ao mundo vim.
As brumas de Taglay pulverizavam,
à noite, a seu orvalho sobre mim,
e acredito que as asas, em violentos
tumultos, e as tormentas, e os mil ventos,
em meus próprios cabelos se aninhavam.

Esse orvalho, depois, do céu tombando
(entre noites de sonhos condenados)
era um toque de inferno sobre mim,
enquanto rubras luzes, cintilando
em nuvens, que oscilavam quais pendões,
pareciam-me, aos olhos mal cerrados,
do poder régio as predestinações,
e dos trovões profundos o clarim
sobre mim se atirava, proclamando
que, em humanas batalhas, estentórea
— criança louca! — a minha voz bradava
(como minha alma se regozijava
e ante esse grito a coração saltava!)
o grito de combate da Vitória!

Na frente sem abrigo se esparzia
a chuva rude, e o vento me tornava
desatinado, cego, ensurdecido.
Era apenas um ente que lançava
louros em mim, pensava então, e a fria
fúria do ar fustigante, a meus ouvidos

cantava a evocação de destroçados
impérios, o clamor dos capturados,
o rumor dos cortejos, a canção
com que aos tronos rodeia a adulação.

Minhas paixões, desde esse infausto dia,
sobre mim exerceram tirania
tamanha, que, somente com o poder,
se pode o meu caráter conhecer.
Mas, Padre, então, ali vivia alguém...
então... na juventude... quando a chama
das paixões mais se alteia e mais se inflama
(porque paixões só a juventude tem),
alguém que soube ver, no peito de aço,
de uma fraqueza feminil o traço.

Não tenho termos... ai... para dizer
o quanto é doce o verdadeiro amor!
Nem tentarei agora descrever
dessa face lindíssima o primor,
pois seus contornos são, na minha mente,
sombras que ao vento vão, voluvelmente.
Recorda ter-me outrora debruçado
sobre folhas de ciência do Passado,
até que cada letra, tão fitada,
e cada termo se desvanecessem
e seu próprio sentido se perdesse
em fantasias e, por fim, em nada.

Ah! todo a amor bem ela merecia
e era a meu afeto qual de criança.
Razão tinham os anjos de a invejar.
Seu jovem coração era um altar
em que meus pensamentos e a esperança
eram o incenso, a oferta que subia

com pureza infantil, imaculada,
de seu jovem modelo copiada.
Por que os abandonei pela paixão
da luz, que inflama e empolga o coração?

Crescemos... e conosco o amor crescia...
vagueando na floresta e nos desertos.
Na tormenta meu peito a protegia
e quando, amiga, a luz do sol sorria.
E se ela contemplava os céus abertos,
somente em seu olhar os céus eu via.

A primeira lição do amor nascente
está no coração, pois, sob o ardente
sol, vendo esses sorrisos sem cuidados,
rindo de seus brinquedos estouvados,
eu me lançava no seu seio arfante
e em lágrimas minha alma se expandia.
Ah! dizer mais eu não precisaria,
nem acalmar temores vãos, perante
quem ficava, sem nada perguntar,
voltando para mim o quieto olhar.

E embora merecesse *MAIS* que o amor,
a minha alma impaciente se exaltava
quando, num cume de montanha, a sós,
a ambição lhe falava em nova voz.

Todo o meu ser só nela consistia,
o mundo e tudo quanto ele encerrava,
na terra, no ar, nos mares, a alegria,
os quinhões pequeníssimos de dor,
que eram novo prazer, os ideais,
noturnos sonhos de vaidade impura,
e as coisas mais sombrias, porque reais

(as sombras... e uma luz bem mais obscura!)
nas asas do nevoeiro se evolavam
e assim confusamente se tornavam
numa imagem, num nome... um nome... duas
coisas, unificadas, porque tuas.

Eu era ambicioso. Já tiveste
paixões, Padre? Não! Não as conheceste!
Um trono para mim, filho do lodo,
que o mundo dominasse quase todo,
sonhei, a maldizer a minha sorte.
Mas, como todo sonho, também este,
sob o vapor do orvalho, voaria,
não viesse da beleza o brilho forte
que o cumulava, ainda que, se tanto,
por um minuto, por uma hora, um dia
pesar-me na alma com dobrado encanto.

E passeávamos juntos, pela crista
de elevada montanha, donde a vista
caía, dos penhascos escarpados
e altivos, das florestas, nos outeiros
esparsos, de bosquetes coroados,
rumorando com seus mil ribeiros.
Falava de poder e de vaidade,
porém misticamente, que a verdade
a ela eu não queria revelar
no que dizia; e então, em seu olhar,
talvez eu lesse, descuidadamente,
um sentimento, do meu próprio irmão.
O brilho de suas faces parecia,
para mim, transformar-se em refulgente
trono; e eu consentir não poderia
que elas brilhassem só na solidão.

De grandezas então eu me envolvia

tomando uma fantástica coroa;
e não era, contudo, a Fantasia
que seu manto viera em mim lançar.
E se, entre a humanidade, a turba alvar,
é o leão da ambição, que se agrilhoa,
entregue à mão de um domador que o mande,
não é assim no deserto; lá, o que é grande
conspira com o terrível e o sem par
para as almas com o sopro incendiar.

Contempla Samarkand! Contempla-a agora!
Não é rainha da terra e se alcandora
sobre as cidades todas? Não lhes traz
os destinos na mão? E não desfaz,
solitária e fidalga, tudo quanto
de glória e fama neste mundo medra?
Se cair, sua mais humilde pedra
há de formar de um trono o pedestal.
Quem é seu soberano? Tamerlão.
Esse que os povos viram, com espanto,
subir, calcando aos pés cada nação,
um bandido com a coroa real!

Ó amor humano! Tu, que dás no mundo
o que esperamos vir do céu profundo;
que cais na alma qual chuva abençoada,
sobre a planície adusta e calcinada;
e, não podendo dar ventura, fazes
do coração deserto sem oásis;
tu, ideia que toda a vida encerra
em música de sons tão singulares
e belos, que na selva tem seus lares,
adeus! adeus! pois conquistei a Terra!

Quando a Esperança, essa águia da amplidão,
os altos cimos já não mais avista,

suas asas se curvam, de mansinho,
e o olhar se volta, doce, para o ninho.
Era o sol-pôr; e quando o sol declina
um desespero sobe ao coração
de quem ainda quisera ter à vista
o esplendor estival da luz solar.
A alma aspira à bruma vespertina,
tão cariciosa, atenta a perceber
o som da treva (ouvido sempre pelos
que sabem dar-lhe ouvido) a se arrastar,
como quem *QUER*, em meio a pesadelos,
fugir de algum perigo, sem *PODER*.

Que importa brilhe a lua, a lua fria,
com seu fulgor mais lícido e mais forte?
SEU sorriso e *SEU* brilho são gelados,
naquelas horas de melancolia,
como um retrato feito após a morte
(vendo-o, nem respiramos, assustados).
E a juventude é como um sol de estio,
cujo poente é o mais triste, porque então
já nada mais ignora o coração
e o que guardar quisemos nos fugiu.
Pereça a vida, pois, qual flor de um dia,
com a beleza que, esplêndida, irradia.

Voltei para meu lar, não mais meu lar,
pois tudo que o fazia assim se fora.
Penetrei no musgoso umbral e embora
fosse meu passo lento e comedido
veio uma voz da pedra do limiar,
a voz de alguém que eu conhecera outrora.
Oh! desafio o inferno a que apresente,
nos seus leitos de fogo, mais ferido coração,
ou desgraça mais pungente!

Eu creio, Padre, eu firmemente creio,
e bem *SEI* — pois a morte, que me veio
da longínqua região abençoada,
onde não mais existem ilusões,
vai entreabrindo os rígidos portões
e cintilam os raios da verdade,
que não vês, através da Eternidade...
Sim, eu creio que Eblis posto havia
sua armadilha, sob a humana estrada.
E se não, por que, quando eu me perdia
no bosque santo desse ídolo, o Amor,
de asas de neve sempre perfumadas
com o incenso das ofertas mais sagradas,
no bosque iluminado intensamente
pelos raios do céu, nesse bosque onde
nenhum ser, por mais ínfimo, se esconde
a seu olhar de águia, abrasador,
por que, então, a ambição se insinuou,
sem ser vista, entre os sonhos, a crescer,
até lançar-se, a rir, ousadamente,
nas madeixas do Amor, do próprio Amor?

PARA HELENA

Vi-te uma vez, só uma, há vários anos,
já não sei dizer *QUANTOS*, mas *NÃO MUITOS*.
Era em junho; passava a meia-noite
e a lua, em ascensão, como tua alma,
nos céus abria um rápido caminho.
O luar caía, um véu de seda e prata,
calma, tépida, embaladoramente,
em cheio, sobre as faces de mil rosas,
que floresciam num jardim de fadas,
onde até o vento andava de mansinho.
Caía o luar nas faces dessas rosas,
que morriam, sorrindo, no jardim
pela tua presença enfeitado.

Toda de branco, vi-te reclinada
sobre violetas; e o luar caía
sobre a face das rosas, sobre a tua,
voltada para os céus, ai! de tristeza!

Não foi o Destino, nessa meia-noite,
não foi o Destino (que é também Tristeza)
que me levou a esse jardim, detendo-me
com o incenso das rosas que dormiam?

Nenhum rumor. O mundo silenciara.
Só tu e eu (meu Deus! como palpita
o coração, juntando estas palavras!)...
Só tu e eu... Parei... Olhei...

E logo todas as coisas se desvaneceram.
(Lembra-te: era um jardim enfeitado.)
Fugiu a luz de pérola da lua.
Os canteiros, os meandros sinuosos,
flores felizes, árvores aflitas,
tudo se foi; o próprio odor das rosas
morreu nos braços do ar que as adorava.

Tudo expirara... Tu ficaste... Menos
que tu: a luz divina nos teus olhos,
a alma nos olhos para os céus voltados.
Só isso eu vi durante horas inteiras,
até que a lua fosse declinando.
Ah! que histórias de amor se não gravavam
nas celestes esferas cristalinas!
que mágoas! que sublimes esperanças!
que mar de orgulho, calmo e silencioso!
e que insondável aptidão de amar!

Mas, afinal, Diana se sepulta
num túmulo de nuvens tormentosas.
Tu, como um elfo, entre árvores funéreas,
deslizas. Só *TEUS OLHOS PERMANECEM*.
NÃO QUISERAM fugir e não fugiram.
Iluminando a estrada solitária
de meu regresso, não me abandonaram
como o fizeram minhas esperanças.

E ainda hoje me seguem, dia a dia.
São meus servos — mas eu sou seu escravo.
Seu dever é luzir em meu caminho;
meu dever é *SALVAR-ME* por seu brilho,
purificar-me em sua flama elétrica,
santificar-me no seu fogo elísio.
Dão-me à alma Beleza (que é Esperança).

Astros do céu, ante eles me prosterno
nas noites de vigília silenciosa;
e ainda os fito em pleno meio-dia,
duas Estrelas-d'Alva, cintilantes,
que sol algum jamais extinguirá.

AL AARAAF[2]

PARTE I

Oh! nada de terrestre além da luz
do olhar (que em cada flor se reproduz)
da Beleza, tal como em jardins, onde o dia
de gemas circassianas se desata;
oh! nada de terrestre, além da melodia
trêmula do regato dentre a mata;
ou (música de apaixonado peito)
o canto de um prazer suavemente desfeito
de que o eco há de, eterno, perdurar,
como vive na concha a saudade do mar;
nenhuma dor terrena, alanceante;
porém toda a beleza e cada flor
que o bosque enfeita e escuta o nosso amor,
é que adornam o mundo tão distante
daquela estrela errante.

Para Nesace era esse um tempo abençoado,
pois de quatro brilhantes sóis bem perto
o seu mundo oscilava no ar dourado...
Repouso efêmero... Oásis num deserto
de venturas... e longe, longe, em meio
a um luminoso mar, em que se alaga
de fulgores do Empíreo a espírito liberto...
a custo abrindo (tão espessa é a vaga)
a estrada dos destinos celestiais,
ela, de tempo em tempo, se encaminha

a orbes distantes, e hoje ao nosso veio,
favorito de Deus. Porém, rainha
de reino bem mais firme, atira o cetro a um lado,
deixa o leme e por entre hinos espirituais
banha em quádrupla luz seu corpo imaculado.

Será ela mais feliz, na terra suave e doce,
distante, onde nasceu a “Ideia da Beleza”
(caída em espirais da estrelada surpresa,
qual trança feminil de pérolas cercada
para em montes aqueus ter eterna morada)?
Olhou para o Infinito... e ajoelhou-se.
Nuvem linda à sua volta se recurva
— zimbório que seu mundo reproduz —
vista só na beleza e que não turva
outra visão tão bela, a cintilar na luz...
grinalda que entre os astros espirala
e a enlaça-los colore o ar de opala.

Em flores ajoelhou-se, avidamente:
lírios como os que a fronte erguiam, de alabastro
sobre o Cabo Deucato e, de repente,
irromperam do chão, para encobrir o rastro
fugitivo da que — soberba rara —
morreu, tão-só porque um mortal amara;^[3]
e a Sefálica, que de abelhas mil se inunda,
ergue a haste purpurina e os joelhos lhe circunda;
e a flor preciosa, a que um engano dava^[4]
de Trebizonda o nome e que, habitando
outrora os mais longínquos astros, quando
tudo quanto era belo suplantava,
dos céus seu mel dulcíssimo esparzia
(o néctar dos pagãos) no orvalho que caía
sobre o jardim do pária em Trebizonda e sobre
a flor que a imita e que de sol se cobre,
tão semelhante à sua irmã da altura

que, hoje ainda, atormenta a abelha que a procura,
com sonhos e loucuras desvairadas;
no céu, perto do céu, da bela planta
a flor e as folhas pendem, desoladas,
e sua fronte, de dor, não se levanta,
— remorso das loucuras já passadas
o seio de ar balsâmico a lhe inflar,
bela que errou, e que é mais casta e linda;
e ao perfumar a noite ela receia ainda
as Nictantes sagradas perfumar;
E Clítia, pensativa entre sóis numerosos,^[5]
a face a rorejar de prantos invejosos;
e a magnífica flor que na terra nasceu
e morreu, mal a vida começara,
rasgando o seio redolente, para
que dos jardins de um rei sua alma fosse ao céu,^[6]
e o lótus valisnério, que a torrente
do Ródano atirou, após luta inclemente;^[7]
e teu perfume rubro e encantador, ó Zante^[8]
“Isola d’oro! Fior di Levante!”
E do Netuno a flor, que ao deus do amor conduz^[9]
a boiar sempre sobre o rio santo;
flores magas a que é dado, em perfume, o canto
da Deusa transmitir ao céu de luz.^[10]

“Deus! Espírito, que habitas
lá onde, no céu profundo,
o que é belo e o que é terrível
na beleza se assemelham;
para além da linha azul
que marca um limite à estrela,
mas quem a vista se desvia
da barreira que lhe ergueste,
da barreira ultrapassada
pelos cometas lançados

de seu orgulho e seu trono
para até o fim ser escravos,
para conduzir o fogo
vermelho, que arde em seu peito,
incansáveis, em carreira
sempre e sempre dolorosa.
Tu, que vives (bem sabemos)
na eternidade (e o sentimos),
que espírito há de mostrar
a sombra de tua fronte?
Embora tua mensageira,
Nesace, encontrasse seres
que à sua medida e imagem
Teu Infinito sonhassem,[\[11\]](#)
tua vontade, ó Deus, foi feita!
A estrela pairou, na altura,
entre imensas tempestades,
sob o teu olhar ardente;
e hoje, a ti, em pensamento
(pois só o pensamento pode
ascender a teu império
e partilhar de teu trono)
pela Fantasia alada[\[12\]](#)
minha mensagem envio,
até o dia em que o segredo
se revele junto aos céus.”

Calou-se e mergulhou a face ardente e bela
entre os lírios, humilde, a procurar
abrigar-se do ardor de seu olhar;
porque treme, ante Deus, a própria estrela.
Nem respira, imóvel, pois ouvia
uma voz, dominando as amplitudes quietas,
um rumor de silêncio, que aturdia
o ouvido e que, em seus sonhos, os poetas
“música das esferas” denominam.

O nosso mundo é feito de mil termos
e chamamos “Silêncio” à quietude dos ermos,
a mais vã das palavras existentes.

A Natureza inteira fala e os entes
imaginários, mesmos, disseminam
sombras de sons das asas de ficção;
mas, ah! tal não se dá no reino alto e fulgente
onde perpassa a voz de Deus, eternamente,
e o vento rubro murcha na amplidão.

“Que importa, nesses mundos apagados,
a um pequeno sistema e a um sol ligados,
seja loucura meu amor e a multidão
minha cólera veja no trovão,
em tormentas, tremor de terra, iras do mar
(por que vêm meu caminho irado assim cruzar?);
que importa se, com um sol somente, em tais planetas,
se extinguem, a correr, do Tempo as ampulhetas?
Teu é meu resplendor; recebe-o e leva
o meu segredo ao céu que mais se eleva.
Voa, deixa deserto o cristal de teu lar,
vai com tua corte pelo céu lunar
(e apartando-vos, como, em noite siciliana,
os pirilampos), leva em sua asa^[13]
a outros mundos, a luz que agora de ti emana.
Os mistérios a ti confiados revelam
a cada mundo que a soberba abrasa;
e por barreira os corações te tomem,
barreira e maldição, para que a estrela
não vacile perante os crimes do homem.”
Pôs-se a virgem de pé na noite amarelada
de uma só lua! Aqui, na Terra, é só adorada
uma lua e só de um amor fica a alma presa;
não o possuía mais o berço da Beleza.
Como a estrela nascida em horas de alvorada,
ergueu-se a virgem da florida alfombra

e por montes de luz e planícies de sombra
segiu, sem, entretanto, abandonar ainda
sua morada teraseana e linda[14].

PARTE II

Num cume de montanha em flor, alcantilada,
tal como a que o pastor, imerso no seu leito
de imensa pradaria, satisfeito,
vê, atônito, erguendo a pálpebra pesada
e “espero ser perdoado” então murmura,
sob a lua que paira, há muito, na ampla altura;
num cume cor-de-rosa, que se erguia
no éter iluminado e recebia,
à tarde, a última luz dos sóis morrentes:
sobre esse cume, em plena noite, quando
mais bela e estranha a lua vai dançando,
é que se ergue um palácio; resplendentes
colunas riem, cintilam no leve ar
e o mármore de Paros, a faiscar,
ri de novo, bem longe, sobre a vaga
que no abismo reflete essa montanha maga.
É sua base de estrelas em fusão
como, no ébano do ar, as que tombam e vão[15],
prateando, ao morrer, a mortalha que as veste,
para assim adornar a morada celeste.
A abóbada que ao céu prende radiosa tela,
nas colunas, de leve, a coroá-las, se deita.
Redonda, de um diamante, apenas, feita,
olha o espaço purpúreo uma janela.
E a luz vinha da mão de Deus, atravessando
a cadeia meteórica, abençoar
toda aquela beleza, a não ser quando,
entre o Empíreo e esse liame, sacudia
algum espírito a asa impaciente e sombria.
Dos pilares tombou, dos serafins, o olhar

nas trevas deste mundo; e as verdes cores graves
e plúmbeas, que costuma a Natureza
preferir para a tumba da Beleza,
contornaram cornijas e arquitraves.
E cada querubim, ali em volta esculpido,
que olhava de seu lar marmóreo, comovido,
parecia terrestre, em seu nicho, à penumbra,
como estátua da Acaia, em região que deslumbra.
Ó frisas de Balbec, Persépolis, Tadmor,[\[16\]](#)
da Gomorra de encantos abissais,
oh, a onda hoje a vós se veio sobrepor[\[17\]](#) e é, para vos salvar, tarde
demais!
Gosta o som de brincar nas noites de verão;
testemunha-o o rumor do entardecer cinéreo,
que em Eiraco escutava, outrora, em seu mistério,[\[18\]](#)
quem contemplasse os astros da amplidão,
e que ouve sempre quem, perdido ao longe o olhar,
vê numa nuvem fusca a treva se adensar.

Não possui forma e voz mais palpável, sonora,[\[19\]](#)
Mas, que é isto? Alguém chega e traz, consigo, agora,
um rumor musical... bater de asas parece...
silêncio... e o som depois se arrasta e desvanece.
Nesace está de novo em sua linda morada.

O esforço da veloz carreira alucinada
fá-la ofegar e as faces lhe enrubesce;
e a faixa que rodeia os seios virginais
rompeu-se com o bater do coração.
Parou, a descansar, no centro do salão,
sob a mágica luz, que lhe beijava
o cabelo dourado, e que aspirava
repousar, porém só podia brilhar mais!

Cada flor jovem a outra flor e cada[\[20\]](#)
árvore a outra, em doce melodia

suspirava, feliz, na noite iluminada.
E a música, a gemer dentre as fontes, caía
sobre bosques, que a luz das estrelas recobre,
vales vestidos de luar; mas sobre
as belas flores, as cascatas de ouro
e asas de querubins, o silêncio imperava;
e só o som a irromper do espírito era o coro
da encantada canção que a donzela cantava:

“Sob lianas, campânulas
e sebes de mata
que abrigam quem sonha
dos raios da lua,[\[21\]](#)
erguei-vos, ó seres
de luz, que pensais
nos astros, que atônitos
dos céus extraístes
para, dentre as sombras,
sobre vós descenderem,
como o olhar da virgem
que agora vos chama.

Erguei-vos dos sonhos
por entre violetas,
cumprindo os deveres
desta hora estrelada.
Sacudi das tranças
pesadas de orvalho
o hálito dos beijos
que o repouso embalam!
(Sem ti, Amor, seriam felizes os anjos?),
beijos de amor puro
que o repouso embalam!
Sacudi das asas
tudo que as detém:
que o orvalho da noite

os voos retarda.
E as doces carícias
deixai-as de parte!
São plumas nas tranças,
mas chumbo no peito.
Ligeia! Ligeia!
Tu, que és a mais bela
e a mais rude ideia
exprimes em música,
será teu desejo
na brisa embalar-te?
Ou, calma, em descanso,
como os albatrozes[[22](#)]
na noite estendidos
(tal ficas nos ares),
vigiar, encantada,
a harmonia célica?
Ligeia, por onde
surgir tua imagem,
que magia pode
soltá-la da música?

Prendeste os olhares
num sono de sonhos,
mas erguem-se sempre
cantos protetores
de tua vigília:
o ruído da chuva
que salta nas flores
e volta dançando
no ritmo das gotas;
e o rumor que brota
da relva crescendo,[[23](#)]
música das coisas,
não passam de cópias.
Corre, então, querida,

as fontes mais claras
que jazem ao luar...
ao lago ermo, rindo
num sonho de morte,
as ilhas de estrelas
que o seio lhe adornam,
e onde as flores toscas
misturam as sombras,
lá dorme, nas margens,
multidão de virgens.
Algumas, deixando
a fria clareira,
repousam com a abelha.[\[24\]](#)
Desperta-as, ó virgem,
na várzea e no prado.
Sussurra, em seu sonho,
de leve, no ouvido,
o ritmo cantante
que esperam, dormindo.

Pois nada desperta mais rápido os anjos,
que assim adormecem,
sob a lua fria,
do que o doce encanto
nunca superado
do ritmo cantante
que embala o repouso.”

Anjos vieram e espíritos alados,
mil serafins cortaram os espaços,
sonhos jovens pairando em voos estonteados...
Seres que sabem tudo, exceto a Ciência, aquela
luz que, ó Morte, caiu, refratada em teus laços,
longe, do olhar de Deus, sobre a distante estrela.
Doce era essa ignorância; e essa morte, mais doce.

Doce era essa ignorância; em *NÓS*, o próprio alento
da Ciência embaça o espelho da alegria.
Para eles, um simum arrasador seria.
Que lhes adiantaria o atroz conhecimento
de que a Verdade é Engano e a Ventura é Má Sorte?
Era doce sua morte e, para eles, morrer
de uma vida saciada era o enlevo final;
para além dessa morte inexistia o imortal,
mas o sono que pesa é o do “Não-Ser”.
Possa minha alma, exausta, ali habitar do eterno
Céu distante, e também tão distante do Inferno.[\[25\]](#)
Que espírito culpado, em seu bosque trevoso,
não ouviu, daquele hino, o apelo clamoroso?
Dois só caíram, pois o céu não dá perdão
a quem só ouve o bater do próprio coração.
A angélica donzela e o seráfico amado...
Mas onde estava o Amor, o cego amor
sempre fiel ao Dever austero? (Esforço vão
é buscá-lo na célica amplidão.)
Sem guia, o amor caiu, desnortado,
por entre “prantos de perfeita dor”.[\[26\]](#)

Tombou: que belo espírito era esse!
Vagueava pelas fontes que a hera veste
a contemplar a luz da abóbada celeste,
junto de seu amor, sonhando ao luar.
Cada estrela não é qual doce olhar
que sobre as tranças da Beleza desce?
E elas, e as fontes, tudo era sagrado
para seu coração, de amor povoado
e de melancolia. A noite foi achar
Ângelo, o jovem (noite de pesar)
junto a escarpado monte, numa penha
erguida sob o céu solene e que desdenha
os mundos estelares a seus pés.

Sentou-se com sua amada, o negro olhar,
qual de águia, o firmamento a pesquisar.
Para ela se voltou depois e, novamente,
até a Terra desceu, tremulamente.

“Que débil luz, não vês, querida lante?
Como é delicioso olhar tão longe assim!
Bem diversa, naquele outono, para mim
era ela, quando à tarde abandonei,
sem lastimar, seu paço fulgurante,
ó tarde que jamais esquecerei!

Beijava o sol morrente, em Lemnos, com magia
o arabesco salão dourado em que eu jazia,
os tapetes sem conta, os meus olhos fechados,
sob o peso da luz na noite mergulhados,
e antes cheios de amor, das flores, da neblina,
que no seu Gulistan evoca o persa Saadi.
Mas essa luz!... Dormi... E a Morte invade
os meus sentidos, na ilha peregrina,
tão de leve, que nem sequer pressente
o adormecido, que ela está presente.

“O último ponto então por mim pisado
foi Parthenon, o templo sublimado.[\[27\]](#)
Suas colunas são de maior maravilha
do que a beleza que em teu seio brilha;[\[28\]](#)
e quando o Velho Templo soltar veio
minhas asas, alcei meu voo, alcei-o
como águia que da torre se alcandora,
vendo fugirem séculos numa hora.
Enquanto assim nos ares me embalava,
metade do jardim terreno se mostrava
a meus olhos, tal como um mapa aberto,
com sua ermas cidades do deserto.

E tanta era a beleza, lante, ali presente,
que quase desejei ser homem novamente.”

“— Meu Ângelo! E por que a eles voltar,
se aqui possuis mais luminoso lar,
campos mais verdes que nesse mundo afastado,
carinhos feminis... e amor apaixonado?”

“— Mas ouve, lante! Quando o ar me faltou,
tão suave, e a alma às alturas se lançou,
talvez numa vertigem, cuidei ver
o mundo, que eu deixara, a abismar-se num caos,
turbilhonando, ao léu de ventos maus,
rolando em chamas no ígneo firmamento.
Querida, então julguei que, em lugar de ascender,
eu caía, num lento movimento
oscilante, através de luminosa estrada,
até pousar em áurea estrela: nesta!
Mas foi rápido o tempo da descida,
pois era a tua estrela a menos distanciada...
Terrível astro! a vir, numa noite de festa,
como um Dédalo rubro, a Terra comovida.”

“— Viemos... Só os da terra... mas não nós...
da deusa podem discutir a voz:
viemos de toda parte, meu amor,
pirilampos alegres, em revoada,
não indagues por quê; basta que o viesse impor,
num gesto angelical, *ELA*, por Deus mandada.
Jamais o velho tempo, Ângelo, se deteve,
sobre mundo mais belo a abrir a asa de neve!

O olhar dos anjos, do pequeno e baço
globo não via mais que o fantasma, no espaço,
quando Al Aaraaf lançou-se a atravessar,

para alcançá-lo, o mar que se constela!
Mas quando sua glória aos céus veio pompear,
como a Beleza, exposta a olhar terreno, brilha,
detivemo-nos, ante a humana maravilha,
e, tal como a Beleza, estremeceu a estrela.”

Os amantes assim falavam e escorria
a noite, a declinar, sem que trouxesse o dia.
Caíram: porque os Céus esperanças não dão
a quem só ouve o bater do próprio coração.

A CIDADE NO MAR

Olhai! a Morte edificou seu trono
numa estranha cidade solitária
por entre as sombras do longínquo oeste.
Lá, os bons, os maus, os piores e os melhores,
foram todos buscar repouso eterno.
Seus monumentos, catedrais e torres (torres
que o tempo rói e não vacilam!)
em nada se parecem com os humanos.
E em volta, pelos ventos olvidadas,
olhando o firmamento, silenciosas
e calmas, dormem águas melancólicas.

Ah! luz nenhuma cai do céu sagrado
sobre a cidade, em sua imensa noite.
Mas um clarão que vem do oceano lívido
invade os torreões, silenciosamente,
e sobe, iluminando capitéis,
pórticos régios, cúpulas e cimos,
templos e babilônicas muralhas;
sobe aos arcos escuros e esquecidos
onde o granito se fecunda em flores;
sobe aos templos magníficos, sem conta,
onde os frios se enroscam e entretecem
de vinhedos, violetas, sempre-vivas.
Olhando o firmamento, silenciosas,
calmas, dormem as águas melancólicas.
Torreões e sombras tanto se confundem
que é tudo como solto nos espaços.

E a Morte, do alto de soberba torre,
contempla, gigantesca, o panorama.
Lá, os sepulcros e os templos se escancaram
mesmo ao nível das águas luminosas;
mas não pode a riqueza portentosa
dos ídolos com olhos de diamante,
nem das joias que riem sobre os mortos,
tirar as vagas de seu leito imóvel;
pois, ai! nem leve movimento ondula
esse imenso deserto cristalino!
Nem ondas falam de possíveis ventos
sobre mares distantes, mais felizes;
ondas não contam que existiram ventos
em mar de menos espantosa calma.

Mas, vede! Um frêmito percorre os ares.
Uma onda... Fez-se ali um movimento!
E dir-se-ia que as torres vacilaram
e afundaram de leve na água turva,
abrindo com seus cumes, debilmente,
um vazio nos céus enevoados.
As ondas têm, agora, luz mais rubra,
as horas fluem, lânguidas e fracas.
E quando, entre gemidos sobre-humanos,
a cidade submersa for fixar-se no fundo,
o Inferno, erguido de mil tronos,
curvar-se-á, reverente.

UM SONHO NUM SONHO

Este beijo em tua fronte deponho!
Vou partir. E bem pode, quem parte,
francamente aqui vir confessar-te
que bastante razão tinhas, quando
comparaste meus dias a um sonho.
Se a esperança se vai, esvoaçando,
que me importa se é noite ou se é dia...
ente real ou visão fugidia?
De maneira qualquer fugiria.
O que vejo, o que sou e suponho
não é mais do que um sonho num sonho.

Fico em meio ao clamor, que se alteia
de uma praia, que a vaga tortura.
Minha mão grãos de areia segura
com bem força, que é de ouro essa areia.
São tão poucos! Mas fogem-me, pelos
dedos, para a profunda água escura.
Os meus olhos se inundam de pranto.
Oh! meu Deus! E não posso retê-los,
se os aperto na mão, tanto e tanto?
Ah! meu Deus! E não posso salvar
urn ao menos da flrria do mar?
O que vejo, o que sou e suponho
sera apenas urn sonho num sonho?

SILÊNCIO

Há qualidades incorpóreas, de existência
dupla, nas quais segunda vida se produz,
como a entidade dual da matéria e da luz,
de que o sólido e a sombra espelham a evidência.

Há, pois, duplo silêncio; o do mar e o da praia,
do corpo e da alma; um, mora em deserta região
que erva recente cubra e onde, solene, o atraia
lastimoso saber; onde a recordação

o dispa de terror; seu nome e “nunca mais”;
é o silêncio corpóreo. A esse, não temais!
Nenhum poder do mal ele tem. Mas, se uma hora

um destino precoce (oh, destinos fatais!)
vos levar às regiões soturnas, que apavora
sua sombra, elfo sem nome, ali onde humana palma

já pisou, a Deus recomendai vossa alma!

A ZANTE

Linda ilha, que a mais bela das formosas
flores pediste o nome, que é o mais lindo,
quantas recordações de horas radiosas
nos vêm, se à nossa vista vais surgindo!

Quantas cenas perdidas de ventura!
Quanta esperança nas saudades morre!
Quantas visões daquela virgem pura
que teus outeiros já não mais percorre!

Não mais! Ai! como a frase triste e mágica
tudo altera! *Não mais* os teus fulgores
recordarei! *Não mais!* Paragem trágica,

sê maldita em tuas praias e em tuas flores!
ó ilha de jacinto! ó rubra Zante!
“Isola d’oro! Fior di Levante!”

ISRAFEL

*E o anjo Israfel, em quem as bras do
coração formam um alaúde e que tem a mais
doce voz de todas as criaturas de Deus.*

ALCORÃO

Há no céu um espírito “em que as fibras
do coração formam um alaúde”.
Canção nenhuma tem a mágica virtude
do teu canto, Israfel! Quando a voz vibras,
os astros que andam no firmamento
(contam as lendas) em desatinos
cessam seus hinos,
emudecidos de encantamento.

Vacilante, flutua
no seu zênite a lua;
mas, se te ouve a canção,
enamorada, enrubescida de paixão,
a luz purpúrea no céu detém,
e as sete Plêiades, ante essa voz,
cessam também a
carreira veloz.
Diz o coro estrelado, a multidão
de astros que o ouvir-te encanta,
que deves, Israfel, a inspiração
ao alaúde de teu coração;

ele é que canta
quando, trêmulas, vibras
as suas vivas, singulares fibras.

Mas os céus, Israfel, percorreste
onde cumpre um dever quem fundamente pensa
e onde o Amor é um deus sem par;
onde o olhar das huris se reveste
dessa beleza imensa
que só na estrela vamos adorar.

Tu não erras, portanto,
Israfel, se te esquivas
a um desapaixonado canto!
Sejam-te dados todos os louvores!
És o melhor, és o mais sábio dos cantores!
Feliz eternamente vivas!

Os êxtases do céu perfeitamente
se harmonizam com teu ritmo ardente;
teu pesar, e ventura, e ódio e amor,
de tua lira se casam ao fervor.
Bem deve cada estrela estar silente!

Sim, teu é o Céu, mas esta Terra
é um mundo de doçuras e de dores;
nossas flores nada mais são que flores,
e o que de sombra encerra
tua perfeita ventura
é, para nós, a luz do sol mais pura.

Se eu, porém, Israfel, morasse onde viveste,
se vivesses onde eu
vivo, magicamente assim não poderias
cantar terrestres melodias;
e um hino mais audaz, talvez, do que este,

de minha lira iria arrojarse no céu.

HINO[29]

Santa Maria! Volve o teu olhar tão bela,
de lá dos altos céus, do teu trono sagrado,
para a prece fervente e para o amor singelo
que te oferta, da terra, o filho do pecado.

Se é manhã, meio-dia, ou sombrio poente,
meu hino em teu louvor tens ouvido, Maria!
Se, pois, comigo, ó Mãe de Deus, eternamente,
quer no bem ou no mal, na dor ou na alegria!

No tempo que passou veloz, brilhante, quando
nunca nuvem qualquer meu céu escureceu,
temeste que me fosse à inconstância empolgando
e guiaste minha alma a ti, para o que é teu.

Hoje, que o temporal do Destino ao Passado
e sobre o meu Presente espessas sombras lança,
fulgure ao menos meu Futuro, iluminado
por ti, pelo que é teu, na mais doce esperança.

O VALE DA INQUIETUDE

Dantes, silente vale sorria.
Era um vale onde ninguém vivia.
Haviam todos partido em guerra,
deixando os doces olhos de estrelas
noturnamente velarem pelas
flores formosas daquela terra,
em cujos braços, dia após dia,
a luz vermelha do sol dormia.
Não há viajante que, hoje, não fale
sobre a inquietude do triste vale.
Lá, agora, tudo é só movimento,
exceto os ares, pesando, adustos,
nas soledades de encantamento.
Ah! nenhum vento move os arbustos
que vibram como as ondas geladas
em torno as Hébridas enevoadas!
Ah! nenhum vento essas nuvens guia,
murmurejantes, nos céus insanos,
e que se arrastam, por todo o dia,
sobre violetas, que alguém diria
serem milhares de olhos humanos,
e sobre lírios, de haste pendida,
chorando em tumba desconhecida,
tremendo; e sempre caem, com o perfume,
gotas de orvalho do flóreo cume,
chorando; e desce, nas hastes frias,
um pranto eterno de pedrarias.

A MARIE LOUISE SHEW

Aquele que estas linhas traça, outrora,
no louco orgulho do intelectualismo,
defendia o “poder do verbo”, crendo
jamais haver na mente um pensamento
que fosse intraduzível em palavras.
Mas, agora, a zombar dessa jactância,
dois dissílabos suaves, estrangeiros,
sons da Itália, só de anjos murmurados
quando sonham ao luar, que faz do orvalho
“sobre o outeiro do Hermon um rio de pérolas”,
tiraram, dos abismos deste peito,
almas de pensamentos não pensados,
visões tão belas, singulares, célicas,
que nem mesmo Israfel, cantor seráfico
(“a mais doce das vozes já criadas”)
poderia narrar. Quebrou-se o encanto!
Cai a pena, impotente, da mão trêmula.
Com teu nome por tema, embora o ordenes,
eu não posso escrever... Nem penso ou falo...
Ai! nem sinto... Pois não é sentimento
ficar assim, imóvel, à dourada
enorme porta aberta sobre os sonhos,
contemplando, extasiado, o panorama,
trêmulo, por só ver, de cada lado
e pela longa estrada, entre impurpúreas
névoas, e na distância, onde termina
a perspectiva — *A TI UNICAMENTE.*

ULALUME

Era o céu de um cinzento funerário
e a folhagem, fanada, morria,
a folhagem, crispada, morria;
era noite, no outubro solitário
de ano que já me não lembraria;
ficava ali bem perto o lago de Auber,
na região enevoadada de Weir;
bem perto, o pantanal úmido de Auber,
na floresta assombrada de Weir.

Lá, uma vez, por um renque titânico
de ciprestes, vagueei, em desconsolo,
com minha alma, Psique, em desconsolo.
Era então o meu peito vulcânico
qual torrente de lava que no solo
salta, vinda dos cumes do Yaanek,
nas mais longínquas regiões do polo,
que ululando se atira do Yaanek
nos panoramas árticos do polo.

Tristonha e gravemente conversamos,
mas a ideia era lassa e vazia
e a memória traidora e vazia;
que o mês era o de outubro não lembramos,
nem soubemos que noite fugia.
(Ai! a noite das noites fugia!)

Não recordamos a lagoa de Auber
(e já fôramos lá, certo dia);

não pensamos no charco úmido de Auber
nem no bosque assombrado de Weir.

Quando a noite ia já desmaiada
e as estrelas clamavam pela aurora,
pálidos astros apontando a aurora,
eis que surge, no extremo da estrada,
uma luz fluida, nebulosa; e fora
dela se ergue um crescente recurvo,
coroa adamantina e se alcandora;
surge claro o crescente recurvo,
diadema de Astarte, que se alcandora.

“Menos fria que Diana é essa estrela”,
digo, “a girar num éter feito de ais,
sorridente, num éter feito de ais.

Viu o pranto, que a mágoa revela,
nas faces em que há vermes imortais
e, por onde o Leão se constela,
vem mostrar o caminho aos céus, letais
caminhos para a paz dos céus letais;
a despeito do Leão, vem-nos ela
iluminar, com os olhos triunfais;
das cavernas do Leão, vem-nos ela,
cheia de amor nos olhos triunfais.”

Mas diz Psique, tremendo de aflição:

“Dessa estrela, por Deus, desconfia!
Desse estranho palor desconfia!
É preciso fugir de luz tão fria!
Apressemos-nos! Voemos, então!”
E, pendidas, de tanta agonia,
suas asas se inclinavam para o chão;
soluçava e, de tanta agonia,
as plumas rastejavam pelo chão,
tristemente roçando pelo chão.

“Isso”, falei, “é um sonho de criança!
Oh! sigamos a luz que fascina,
mergulhemos na luz cristalina!
É um clarão de beleza e de esperança
o que vem dessa luz sibilina.
Olha-a: entre as sombras, como gira e dança!
Guie-nos, pois, essa estrela, que ilumina
nossa estrada, com toda a confiança;
que nos guie para onde se destina.
Nessa estrela tenhamos confiança;
pois nas sombras, assim, volteia e dança!”

Dou um beijo a Psique, que a conforta,
impedindo que o medo se avolume,
que a dúvida, a tristeza se avolume,
e da estrela seguimos o lume
até que nos deteve uma porta
de tumba, e uma legenda nessa porta.
“Doce irmã”, perguntei, “dessa porta
que tragédia a legenda resume?”
“Ulalume!” — responde-me. “Ulalume!”
“Essa é a tumba perdida de Ulalume!”

E me vi de tristezas referto,
como a folhagem seca que morria,
a folhagem fanada que morria!
E exclamei: “Era outubro, decerto,
e era esta mesma, há um ano, a noite fria
em que vim, a chorar, aqui perto,
fardo horrível trazendo, aqui perto!
Nesta noite das noites, sombria,
que demônio me arrasta aqui tão perto?
Bem reconheço agora o lago de Auber,
na região enevoadada de Weir;
bem vejo o pantanal úmido de Auber,

na floresta assombrada de Weir!”

ANNABEL LEE

Há muitos, muitos anos, existia
num reino à beira-mar
uma virgem, que bem se poderia
Annabel Lee chamar.
Amava-me, e seu sonho consistia
em ter-me para a amar.

Eu era criança, ela era uma criança
no reino à beira-mar;
mas nosso amor chegava, ó Annabel Lee,
o amor a ultrapassar,
amor que os próprios serafins celestes
vieram a invejar.

Foi por isso que há muitos, muitos anos,
no reino à beira-mar,
de uma nuvem soprou um vento e veio
Annabel Lee gelar.
E seus nobres parentes se apressaram
em de mim a afastar,
para encerrá-la numa sepultura,
no reino à beira-mar.

Os anjos, que não eram tão felizes,
nos vieram a invejar.
Sim! Foi por isso (como todos sabem
no reino à beira-mar)
que um vento veio, à noite, de uma nuvem

Annabel Lee matar.

Mas nosso amor, o amor dos mais idosos,
de mais firme pensar,
podia ultrapassar.

E nem anjos que vivam nas alturas,
nem demônios do mar,
jamais minha alma da de Annabel Lee
poderão separar.

Pois, quando surge a lua, há um sonho que flutua,
de Annabel Lee, no luar;
e, quando se ergue a estrela, o seu fulgor revela
de Annabel Lee o olhar;
assim, a noite inteira, eu passo junto a ela,
a minha vida, aquela que amo, a companheira,
na tumba à beira-mar,
junto ao clamor do mar.

O CORVO

Foi uma vez: eu refletia, à meia-noite erma e sombria,
a ler doutrinas de outro tempo em curiosíssimos manuais,
e, exausto, quase adormecido, ouvi de súbito um ruído,
tal qual houvesse alguém batido à minha porta, devagar.
“É alguém”, fiquei a murmurar, “que bate à porta, devagar;
sim, é só isso e nada mais.”

Ah! claramente eu o relembro! Era no gélido dezembro
e o fogo, agônico, animava o chão de sombras fantasmais.
Ansiando ver a noite finda, em vão, a ler, buscava ainda
algum remédio à amarga, infinda, atroz saudade de Lenora
— essa, mais bela do que a aurora, a quem nos céus chamam Lenora
e nome aqui já não tem mais.

A seda rubra da cortina arfava em lúgubre surdina,
arrepando-me e evocando ignotos medos sepulcrais.
De susto, em pávida arritmia, o coração veloz batia
e a sossegá-lo eu repetia: “É um visitante e pede abrigo.
Chegando tarde, algum amigo está a bater e pede abrigo.
É apenas isso e nada mais”.

Ergui-me após e, calmo enfim, sem hesitar, falei assim:
“Perdoai, senhora, ou meu senhor, se há muito lá fora me esperais;
mas é que estava adormecido e foi tão débil o batido,
que eu mal podia ter ouvido alguém chamar à minha porta,
assim de leve, em hora morta”. Escancarei então a porta:
escuridão, e nada mais.

Sondei a noite erma e tranquila, olhei-a fundo, a perquiri-la,
sonhando sonhos que ninguém, ninguém ousou sonhar iguais.
Estarrecido de ânsia e medo, ante o negror enxuto e quedo,
só um nome ouvi (quase em segredo eu o dizia) e foi: “Lenora!”
E o eco, em voz evocadora, o repetiu também: “Lenora!”

Depois, silêncio e nada mais.

Com a alma em febre, eu novamente entrei no quarto e, de repente,
mais forte o ruído recomeça e repercute nos vitrais.

“É na janela”, penso então. “Por que agitar-me de aflição?
Conserva a calma, coração! É na janela, onde, agourento,
o vento sopra. É só do vento esse rumor surdo e agourento.

É o vento só e nada mais.”

Abro a janela e eis que, em tumulto, a esvoaçar, penetra um vulto:
— é um Corvo hierático e soberbo, egresso de eras ancestrais.

Como um fidalgo passa, augusto, e, sem notar sequer meu susto,
adeja e pousa sobre o busto — uma escultura de Minerva,
bem sobre a porta; e se conserva ali, no busto de Minerva,
empoleirado e nada mais.

Ao ver da ave austera e escura a soleníssima figura,
desperta em mim um leve riso, a distrair-me de meus ais.

“Sem crista embora, ó Corvo antigo e singular” — então lhe digo —
“não tens pavor. Fala comigo, alma da noite, espectro torvo,
qual é teu nome, ó nobre Corvo, o nome teu no inferno torvo!”

E o Corvo disse: “Nunca mais”.

Maravilhou-me que falasse uma ave rude dessa classe,
misteriosa esfinge negra, a retorquir-me em termos tais;
pois nunca soube de vivente algum, outrora ou no presente,
que igual surpresa experimente: a de encontrar, em sua porta,
uma ave (ou fera, pouco importa), empoleirada em sua porta
e que se chama: “Nunca mais”.

Diversa coisa não dizia, ali pousada, a ave sombria,

com a alma inteira a se espelhar naquelas sílabas fatais.
Murmuro, então, vendo-a serena e sem mover uma só pena,
enquanto a mágoa me envenena: “Amigos... sempre vão-se embora.
Como a esperança, ao vir a aurora, *ELE* também há de ir-se embora”.
E o Corvo disse: “Nunca mais”.

Vara o silêncio, com tal nexa, essa resposta que, perplexo,
julgo: “É só isso o que ele diz; duas palavras sempre iguais.
Soube-as de um dono a quem tortura uma implacável desventura
e a quem, repleto de amargura, apenas resta um ritornelo
de seu cantor; do morto anelo, um epitáfio: o ritornelo
de ‘Nunca, nunca, nunca mais’”.

Como ainda o Corvo me mudasse em um sorriso a triste face,
girei então numa poltrona, em frente ao busto, à ave, aos umbrais,
e, mergulhando no coxim, pus-me a inquirir (pois, para mim,
visava a algum secreto fim) que pretendia o antigo Corvo,
com que intenções, horrendo, torvo, esse ominoso e antigo Corvo
grasnava sempre: “Nunca mais”.

Sentindo da ave, incandescente, o olhar queimar-me fixamente,
eu me abismava, absorto e mudo, em deduções conjecturais.
Cismava, a fronte reclinada, a descansar, sobre a almofada
dessa poltrona aveludada em que a luz cai suavemente,
dessa poltrona em que *ELA*, ausente, à luz que cai suavemente,
já não repousa, ah! nunca mais...

O ar pareceu-me então mais denso e perfumado, qual se incenso
ali descesse a esparzir turibulários celestiais.
“Mísero!”, exclamo. “Enfim teu Deus te dá, mandando os anjos seus
esquecimentos, lá dos céus, para as saudades de Lenora.
Sorve o nepentes. Sorve-o, agora! Esquece, olvida essa Lenora!
E o Corvo disse: “Nunca mais”.

“Profeta!”, brado. “Ó ser do mal! Profeta sempre, ave infernal

que o Tentador lançou do abismo, ou que arrojaram temporais,
de algum naufrágio, a esta maldita e estéril terra, a esta precita
mansão de horror, que o horror habita — imploro, dize-mo, em verdade:
EXISTE um bálsamo em Galaad? Imploro! dize-mo, em verdade!”

E o Corvo disse: “Nunca mais”.

“Profeta!”, exclamo. “Ó ser do mal! Profeta sempre, ave infernal!
Pelo alto céu, por esse Deus que adoram todos os mortais,
fala se esta alma sob o guante atroz da dor, no Éden distante,
verá a deusa fulgurante a quem nos céus chamam Lenora,
— essa, mais bela do que a aurora, a quem nos céus chamam Lenora!

E o Corvo disse: “Nunca mais!”.

“Seja isso a nossa despedida!”, ergo-me e grito, alma incendiada.
“Volta de novo à tempestade, aos negros antros infernais!
Nem leve pluma de ti reste aqui, que tal mentira ateste!
Deixa-me só neste ermo agreste! Alça teu voo dessa porta!
Retira a garra que me corta o peito e vai-te dessa porta!”

E o Corvo disse: “Nunca mais!”.

E lá ficou! Hirto, sombrio, ainda hoje o vejo, horas a fio,
sobre o alvo busto de Minerva, inerte, sempre em meus umbrais.
No seu olhar medonho e enorme o anjo do mal, em sonhos, dorme,
e a luz da lâmpada, disforme, atira ao chão a sua sombra.
Nela, que ondula sobre a alfombra, está minha alma; e, presa à sombra,
não há de erguer-se, ai! nunca mais!

Os SINOS

I

Escuta: nos trenós tilintam sinos
argentinos!
Ah! que mundo de alegria o som cantante prenuncia!
Como tinem, lindo, lindo,
no ar da noite fria e bela!
Vão tinindo e o céu inteiro se constela,
florescente, refulgindo
com deleites cristalinos!
Dão ao Tempo uma cadência tão constante
como um rúnico descante,
com os tintinabulares, pequeninos sons, bem finos,
que nascendo vão dos sinos,
sim, dos sinos, sim, dos sinos,
saltitantes, bimbalhantes, dentre os sinos.

II

Escuta; em núpcias vão cantando os sinos,
áureos sinos!
Quantos mundos de ventura seu tanger nos prefigura!
No ar da noite, embalsamado,
como entoam seu enlevo abençoado!
Tons dourados, lentas notas
concordantes...

E tão límpido poema aí flutua
para as rolas que o escutam, divagantes,
vendo a lua!

Volumoso, vem das celas retumbantes
todo um jorro de euforia

que se amplia,
“O futuro é belo e bom!”

— clama o som,
que arrebatada, como em êxtases divinos,
no balanço repicante que lá soa,
que tão bem, tão bem ecoa
na vibrante voz dos sinos, sinos, sinos,
carrilhões e sinos, sinos,
no rimado, consonante som dos sinos.

III

Escuta: em longo alarma bradam sinos,
brônzeos sinos!

Ah! que história de agonia, turbulenta, se anuncia!

Treme a noite, com pavor,
quando os ouve em seu bramido assustador.

Tanto é o medo que, incapazes de falar,
se limitam a gritar,
em tons frouxos, desiguais,
clamorosos, apelando por clemência ao surdo fogo,
contendendo loucamente com o frenesi do fogo,

que se lança bem mais alto,
que em desejo audaz estua
de, no empenho resoluto de algum salto
(sim! agora ou nunca mais!),
alcançar a fronte pálida da lua!

Oh! os sinos, sinos, sinos!

De que lenda pavorosa, de alarmar,
falam tanto?

Clangorantes, ululantes, graves, finos,
quanto espanto vertem, quanto,
no fremente seio do ar!
E por eles bem a gente sabe — ouvindo
seu tinido,
seu bramido —
se o perigo é vindo ou findo.
Bem distintamente o ouvido reconhece
pela luta,
na disputa,
se o perigo morre ou cresce,
pela ampliante ou decrescente voz colérica dos sinos,
badalante voz dos sinos,
sim, dos sinos, sim, dos sinos,
do clamor e do clangor que vêm dos sinos!

IV

Escuta: dobram, lentamente, os sinos,
férreos sinos!
Ah! que mundo de pensares tão solenes põem nos ares!
Na silente noite fria,
quando a alma se arrepia
à ameaça desse canto melancólico de espanto!
Pois em cada som saído
da garganta enferrujada
há um gemido!
E os sineiros (ah! essa gente
que, habitando o campanário
solitário,
vai dobrando, badalando a redobrada
voz monótona e envolvente...),
quão ufanos ficam eles, quando vão
tombar pedras sobre o humano coração!
Nem mulher nem homem são,

nem são feras: nada mais
do que seres fantasmais.
E é seu Rei quem assim tange,
é quem tange, e dobra, e tange.

E reboa
triunfal, do sino, a loa!
E seu peito de ventura se intumesce
com os hinos funerários lá dos sinos;
dança, ulula, e bem parece
ter o Tempo num compasso tão constante
qual de rúnico descante,
pelos hinos lá dos sinos!

Ah! dos sinos!

Leva o Tempo num compasso tão constante
como em rúnico descante,
pela pulsação dos sinos,
a plangente voz dos sinos,
pelo soluçar dos sinos!

Leva o Tempo em tal compasso, tão constante,
que a dobrar se sente, ovante,
bem feliz com esse rúnico descante,
com o reboar que vem dos sinos,
a gemente voz dos sinos,
o clamor que sai dos sinos,
a alucinação dos sinos,
o angustioso, lamentoso,
lutuoso som dos sinos!

PARA ANNIE

Graças a Deus! A crise,
o perigo passou!
o mal languidescente
afinal se acabou.
E essa febre chamada
vida se conquistou!

Tristemente me sinto
das forças despojado
e músculo algum posso
mover, assim deitado.
Mas que importa? Prefiro
ficar assim deitado.

E em meu leito descanso,
com tamanho conforto
que, ao ver-me, poderiam
imaginar-me morto;
talvez estremecessem,
como quem olha um morto.

Gemidos e lamentos,
suspiros e aflição
agora se acalmaram,
com a palpitação
cruel no meu peito. Horrível
essa palpitação!

O mal-estar, a náusea,
a impiedosa agonia,
tudo se foi, com a febre
que a mente enlouquecia:
febre chamada vida,
que em meu cérebro ardia.

De todos os tormentos,
o que mais amargura
cessou: o ardor terrível
da sede que tortura,
sede do rio naftálico
da Paixão vil e impura.
Oh! eu bebi de uma água
que toda a sede cura!

Água que flui com um canto
que o ar de doçura inunda,
de uma fonte bem pouco
escondida e profunda,
de fuma que no solo
quase não se aprofunda.

E, ah! nunca loucamente
se diga e seja aceito
que é sombrio o meu quarto
e apertado o meu leito,
pois nunca o homem descansa
em diferente leito.
Para dormir, deitai-vos
em semelhante leito.

Nele, a alma supliciada
dorme, sem dolorosas
recordações, não tendo
mais saudades das rosas,

das velhas inquietudes
de seus mirtos e rosas.

E, aqui jazendo, o espírito,
tão calmo e satisfeito,
crê que o cerca um mais santo
odor de amor-perfeito,
odor de rosmaninho,
misto de amor-perfeito,
de malva, do belíssimo
e puro amor-perfeito.

E assim feliz repousa,
mergulhado em perene
sonho de lealdade
e da beleza de Annie,
mergulhado nas ondas
das longas tranças de Annie.

Ela beijou-me e, terna,
acariciar-me veio.
E eu caí, docemente,
a dormir no seu seio.
Dormi profundamente
sobre o céu de seu seio.

Cobriu-me, ao apagar-se
a luz no castiçal,
e orou para que os anjos
me livrassem do mal
e a Rainha dos anjos
me afastasse do mal.

E durmo em tal conforto,
agora no meu leito
(desse amor satisfeito)

que me acreditais morto.
E é tal o meu conforto
a repousar no leito
(seu amor no meu peito)
que me imaginais morto
e tremeis, com o trejeito
de quem contempla um morto.

Mas o meu coração
fulge mais que a perene
luz dos astros celestes,
pois fulgura por Annie
e se abrasa na chama
do amor de minha Annie,
só pensando na chama
do olhar de minha Annie.

Só

Não fui, na infância, como os outros
e nunca vi como outros viam.

Minhas paixões eu não podia
tirar de fonte igual à deles;
e era outra a origem da tristeza,
e era outro o canto, que acordava
o coração para a alegria.

Tudo o que amei, amei sozinho.

Assim, na minha infância, na alba
da tormentosa vida, ergueu-se,
no bem, no mal, de cada abismo,
a encadear-me, o meu mistério.

Veio dos rios, veio da fonte,
da rubra escarpa da montanha,
do sol, que todo me envolvia
em outonais clarões dourados;
e dos relâmpagos vermelhos
que o céu inteiro incendiavam;
e do trovão, da tempestade,
daquela nuvem que se alteava,
só no amplo azul do céu puríssimo,
como um demônio ante meus olhos.

ENSAIOS

O PRINCÍPIO POÉTICO

Não tenciono, ao falar do Princípio Poético, ser completo ou profundo. Enquanto discutir, muito ao acaso, a essência do que chamamos Poesia, meu principal objetivo será citar, para meditá-los, alguns daqueles poemas ingleses ou americanos, de segunda categoria, que estão mais de acordo com meu próprio gosto, ou que mais profunda impressão marcaram na minha imaginação. Por “poemas de segunda categoria” quero significar, sem dúvida, poemas de pequena extensão. E, logo de começo, permiti-me dizer algumas palavras relativas a um princípio um tanto particular que, certo ou errado, sempre influiu na minha própria estimativa crítica do poema. Acho que não existe um poema longo. Sustento que a frase “um poema longo” é simplesmente categórica contradição nos termos.

Mas é preciso observar que um poema só merece este título enquanto emociona, elevando a alma. O valor do poema está na razão desta emoção exaltante. Mas todas as emoções são, mediante uma necessidade psíquica, transitórias. Aquele grau de emoção que habilitaria um poema a ser assim chamado de qualquer modo não pode ser mantido em toda uma composição de grande tamanho. Passada uma meia hora, no máximo, ela se abate, falha, segue-se uma reação, e então, com efeito, e de fato, o poema não é mais tal.

Há, sem dúvida, muita gente que tem achado dificuldade em conciliar o aforismo crítico de que o *Paraíso perdido* deve ser devotamente admirado por completo, com a absoluta impossibilidade de manter para isso, durante a leitura, o acervo de entusiasmo que aquele aforismo crítico exigiria.

Essa grande obra, na verdade, deve ser tida como poética, somente quando, não levando em conta aquele requisito vital de todas as obras de Arte, a Unidade, nós a encaramos, simplesmente, como uma série de poemas menores. Se, para manter sua Unidade — sua tonalidade de

efeito ou de impressão —, o lemos (como seria necessário) de uma assentada, o resultado é apenas uma constante alternativa de emoção e depressão. Depois de uma passagem que sentimos ser verdadeira poesia, segue-se, inevitavelmente, uma passagem de vulgaridade que nenhum prejulgamento crítico pode forçar-nos a admirar; mas se, completado o trabalho, nós o lemos de novo, omitindo o livro primeiro, isto é, começando pelo segundo, ficaremos surpresos por achar, então, admirável aquilo que antes condenamos, e condenável aquilo que, anteriormente, tanto admiramos. Segue-se de tudo isto que o derradeiro, conjunto ou absoluto efeito, até mesmo do melhor poema épico sob o sol, é nulo — e é este precisamente o fato.

No que concerne à *Ilíada*, temos, se não prova positiva, pelo menos muito boa razão de considerá-la como uma série de líricas; mas, supondo a intenção épica, posso dizer apenas que a obra está baseada num conceito imperfeito de Arte. A épica moderna é apenas uma imitação irrefletida e cega do espúrio modelo antigo. Mas já se foi o tempo dessas anomalias artísticas. Se, a qualquer tempo, algum poema bem longo *fosse* realmente popular — o que eu duvido —, é claro, pelo menos, que nenhum poema bem longo será popular de novo.

Que a extensão de uma obra poética é, *ceteris paribus*, a medida de seu mérito, parece indubitável, quando assim o afirmamos, uma proposição suficientemente absurda — e, no entanto, devemo-la às *Revistas Trimestrais*. Seguramente não pode haver nada em mero *tamanho*, abstratamente e considerado — não pode haver nada em mero *volume*, até onde diz respeito ao volume, que tenha tão continuamente obtido a admiração daqueles tristes folhetos! Uma montanha, certamente, pelo simples sentimento da magnitude física que transmite, causa-nos uma sensação do sublime, mas homem algum é impressionado *dessa* forma, pela grandeza material até mesmo da *Columbiada*. Nem mesmo as *Trimestrais* nos instruíram para ficar tão impressionados por ela. Ainda mais, não insistiram em que estimássemos Lamartine a pés cúbicos, ou Pollock a libras. Mas que outra coisa podemos *inferir* da contínua tagarelice delas, a respeito do “esforço prolongado”? Se, pelo “esforço prolongado”, qualquer cavalheirinho realizou uma epopeia, elogiemo-lo francamente pelo esforço feito — se isso é realmente coisa recomendável

—, mas privemo-nos de louvar o poema épico, por conta do esforço. É de esperar que o senso comum, nos tempos vindouros, há de preferir pronunciar-se sobre uma obra de Arte a fazê-lo sobre a impressão que produz, sobre o efeito que causa, a fazê-lo sobre o tempo que ela leva, para causar o efeito, ou sobre a quantidade de “esforço prolongado”, que foi achado necessário, para efetuar a impressão. O fato é que a perseverança é uma coisa e o gênio outra, completamente diversa — e nem todas as *Trimestrais da Cristandade* podem confundi-las. A propósito, esta asserção, com muitas outras, sobre as quais venho justamente insistindo, será aceita como evidente por si mesma. No entretanto, por serem geralmente condenadas como falsidades, não serão essencialmente prejudicadas como verdades.

Por outro lado, é claro que um poema pode ser impropriamente curto. A brevidade indevida degenera em simples epigramatismo. Um poema *bem* curto, embora produza, de vez em quando, um efeito brilhante ou vívido, nunca produz um efeito profundo ou duradouro. Deve ser a firme pressão do sinete sobre a cera. De Beranger lavrou numerosas coisas, acres e espirituosas, mas em geral foram por demais imponderáveis, para se marcar profundamente na atenção pública, e assim, como muitas penas de imaginação, foram elas sopradas para o alto, somente para se perder no vento.

Um exemplo notável do efeito da brevidade indevida, no comprimir um poema, em afastá-lo das vistas populares, é fornecido pela seguinte pequena, mas delicada “Serenata”:

Desperto de sonhar contigo
em meu primeiro sonho brando,
quando tão-só suspira o vento
e há mil estrelas cintilando.
Desperto de sonhar contigo
e há um elfo bom, que se desvela
em me levar — quem sabe como? —,
querida, até tua janela.

Esvaem-se os zéfiros errantes

no silencioso rio tristonho;
foge o perfume da champaca
como as visões doces de um sonho.
Do rouxinol a voz queixosa
morre em seu próprio coração,
 não o iam os ricos querer?
Pois são bem honrados encantos à venda,
 se os padres os vão a vender.

Agora, passeia, mais bela, tão frágil,
 de um lírio mostrando o palor;
cortejo invisível, seguindo-a, mergulha
 sua alma, num triste torpor.
Sem nada que a salve, vagueia por entre
 Penúria e Desdém zombador.

Nenhuma piedade, hoje, à fronte implorante
 a paz deste mundo vem dar;
pois seu coração fraquejou, quando a prece
 do amor se esvaía pelo ar.
E a culpa que Cristo perdoa nos céus
 os homens não podem perdoar.

Nessa composição achamos difícil reconhecer o Willis que tem escrito tantos simples “versos de sociedade”. Os versos são não somente ricos de ideias, mas cheios de energia, ao passo que respiram um fervor, uma evidente sinceridade de sentimento, que em vão buscamos através de todos os outros trabalhos deste autor.

Enquanto a mania do épico, enquanto a ideia de que para ter mérito em poesia é indispensável ser prolixo, tem vindo nos últimos anos gradualmente desaparecendo da mente do público, por simples força de sua própria absurdez, vemos que lhe sucede uma heresia, palpavelmente demasiado falsa, para ser por mais tempo tolerada, mas que, no breve período que já vem durando, pode dizer-se tem realizado mais, pela corrupção de nossa literatura poética, do que todos seus outros inimigos conjugados. Aludo à heresia do Didático. Tem-se suposto, tácita e

manifestamente, direta e indiretamente, que o objetivo último de toda Poesia é a Verdade. Todo poema, diz-se, deveria inculcar uma moral, e por esta moral é que deve ser julgado o mérito poético do trabalho. Nós, americanos, temos principalmente patrocinado esta feliz ideia, e nós, bostonianos, mui especialmente, a temos desenvolvido em cheio. Metemos em nossas cabeças que escrever simplesmente um poema pelo poema e confessar que tal foi o nosso desígnio seria confessar-nos radicalmente carentes da verdadeira dignidade e força poéticas: mas o simples fato é que, se nos permitíssemos olhar para dentro de nossas próprias almas, descobriríamos imediatamente ali que, sob o sol, nem existe nem *pode* existir qualquer trabalho mais inteiramente dignificado, mais supremamente nobre, do que este mesmo poema, este poema *per se*, este poema que é um poema e nada mais, este poema escrito somente por ele mesmo.

Com uma reverência tão profunda pela Verdade, como jamais animou o peito de um homem, eu limitaria, não obstante, até certo ponto, seus modos de revelação. Eu os limitaria para reforçá-los. Não os enfraqueceria pela dissipação. As exigências da Verdade são rigorosas. Ela não tem simpatia pelos louros. Tudo *aquilo* que é tão indispensável na Canção é precisamente tudo *aquilo* com que ela nada tem de fazer de qualquer forma. É apenas fazer dela um vaidoso paradoxo, envolvê-la em flores e pedras preciosas. Pondo em vigor uma verdade, necessitamos mais de severidade do que de eflorescência de linguagem. Devemos ser simples, precisos, ternos. Devemos ser frios, calmos, impassíveis. Numa palavra, devemos conservar-nos naquela maneira que, o mais aproximadamente possível, é o oposto exato do poético. Deve ser cego de fato *quem* não percebe a diferença radical e abismal que existe entre as maneiras verídica e poética de revelação. Deve ser teórico-maníaco sem remédio quem, a despeito destas diferenças, persiste ainda em tentar conciliar os óleos e águas adversos da Poesia e da Verdade.

Dividindo o mundo do pensamento nas suas três mais evidentes distinções, temos o Intellecto Puro, o *Gosto* e o Senso Moral. Coloco o *Gosto* no meio, porque é justamente esta posição que ele ocupa no pensamento. Mantém íntimas relações com ambos os extremos; mas está separado do Senso Moral, por tão fraca diferença, que Aristóteles não

hesitou em colocar algumas de suas operações entre as próprias virtudes. Não obstante, achamos que os *ofícios* do trio estão marcados por suficiente distinção. Assim como o Intelecto se liga à Verdade, da mesma forma o *Gosto* nos põe em relação com a Beleza, ao passo que o Senso Moral se relaciona com o Dever. Este último, enquanto a Consciência ensina a obrigação, e a Razão a conveniência, o *Gosto* se contenta com exhibir os encantos, sustentando guerra contra o Vício, apenas no que se refere à sua deformidade, à sua desproporção, à sua animosidade contra o adequado, o apropriado, o harmonioso, em uma palavra, contra a Beleza.

Um instinto imortal bem profundo no espírito do homem e dessa forma, plenamente, um senso do belo. É ele que dirige, para deleite seu, as múltiplas formas, sons, odores e sentimentos, entre os quais vive. E justamente como o lírio se reflete no lago, ou os olhos de Amarílis no espelho, da mesma forma é a simples repetição oral ou escrita, dessas formas, sons, cores, odores e sentimentos, uma dupla fonte de deleite. Mas esta simples repetição não é poesia. Quem cantar simplesmente, embora com inflamado entusiasmo, ou embora com vívida veracidade de descrição, as paisagens, os sons, os odores, as cores e os sentimentos que opõe em comum com toda a humanidade — esse alguém, digo eu, ainda não conseguiu provar seu divino título. Há ainda algo na distância que ele não foi capaz de atingir. Temos ainda uma sede insaciável para aplacar, a qual não nos mostrou ele as fontes cristalinas. Esta sede pertence à imortalidade do Homem. É, ao mesmo tempo, uma consequência e uma indicação de sua perene existência. É o anseio da mariposa pela estrela. Não é uma mera apreciação da Beleza, que está diante de nós, mas um violento esforço, para ultrapassar a Beleza. Inspirados por uma extasiante paciência das glórias de além-túmulo, lutamos, por meio de multiformes combinações, entre as coisas e pensamentos do Tempo, para atingir uma porção daquela Beleza, cujos verdadeiros elementos só à eternidade pertencem. E assim quando pela Poesia, ou pela Música, o mais arrebatador dos meios poéticos, nos achamos a chorar, choramos então, não como supõe o padre Gravina, por excesso de prazer, mas por certo impaciente e acre pesar, diante de nossa incapacidade de apreender *agora*, inteiramente, aqui na terra, imediatamente e para sempre, aquelas divinas

e arrebatadoras alegrias, das quais, *por meio* do poema, ou *por meio* da música, percebemos apenas breves e indeterminados vislumbres.

A luta por apreender a suprema Beleza — esta luta, na parte das almas para isso apropriadamente constituída, tem dado ao mundo tudo *aquilo* quanto tem sido ele sempre capaz de, ao mesmo tempo, compreender e *sentir* como poético.

O Sentimento Poético, sem dúvida, pode desenvolver-se de vários modos — na Pintura, na Escultura, na Arquitetura, na Dança — muito especialmente na Música — e muito peculiarmente, com vasto campo, na composição do Ajardinamento Paisagístico. Nosso tema presente, porém, só se relaciona com a sua manifestação em palavras. E aqui permiti-me que fale em síntese sobre a questão do ritmo. Contentando-me com a certeza de que a Música, em seus vários modos de metro, ritmo e rima, é de tão grande importância na Poesia que nunca poderá ser sabiamente rejeitada, e tão vitalmente auxiliar dela que se torna simplesmente tolo quem declina de sua assistência — não vou deter-me agora, para assegurar sua absoluta essencialidade. É na música, talvez, que mais de perto a alma atinge o grande fim pelo qual luta, quando inspirada pelo Sentimento Poético — a criação da suprema Beleza. Pode-se dar, realmente, que aí esse sublime fim seja, de vez em quando, atingido *de Jato*. Somos muitas vezes levados a sentir, com prazer calafriante, que de uma harpa terrena irrompem notas que *não podem* deixar de ser familiares aos anjos. E assim pouca dúvida pode existir de que, na união da Poesia com a Música, em seu sentido popular, encontraremos o mais vasto campo para o desenvolvimento poético. Os velhos Bardos e Menestréis tinham vantagens que não possuímos — e Thomas Moore, cantando suas próprias canções, estava, pelo modo mais legítimo, aperfeiçoando como poemas.

Recapitulemos, então: eu definiria, em suma, a Poesia de palavras como *A Criação Rítmica da Beleza*. Seu único árbitro é o Gosto. Com a Inteligência, ou com a Consciência, ela só tem parentesco colateral. E, a não ser incidentalmente, não se relaciona, de modo algum, com o Dever ou com a Verdade.

Poucas palavras, porém, de explicação. *Aquele* prazer que é, ao mesmo tempo, o mais puro, o mais elevado e o mais intenso, deriva-se, asseguro,

da contemplação do Belo. Somente na contemplação da Beleza achamos possível atingir aquela elevação aprazível *da alma*, que denominamos Sentimento Poético e que tão facilmente se distingue da Verdade, que é a satisfação da Razão, ou da Paixão, que é o excitamento do coração. Digo que a Beleza, portanto — usando a palavra como abrangendo o sublime —, digo que a Beleza é o domínio do poema, simplesmente porque é regra evidente de Arte que os efeitos deveriam jorrar, tão diretamente quanto possível, de suas causas: e ninguém foi ainda suficientemente imbecil para negar que a elevação particular em apreço é pelo menos mais *facilmente* atingível no poema. De modo algum se segue, porém, que os incitamentos da Paixão, ou os preceitos do Dever, ou mesmo as lições da Verdade não possam ser introduzidos num poema, e com vantagem; pois eles podem auxiliar, de vários modos, as finalidades gerais do trabalho: mas o verdadeiro artista sempre se esforçará por harmonizá-los, na sujeição conveniente àquela *Beleza*, que é a atmosfera e a essência real do poema.

Não posso introduzir melhor os poucos poemas, que apresentei à vossa consideração, do que pela citação do Proêmio ao “Extraviado”, de Longfellow:

O dia findou e a noite
solta das asas a treva,
como pluma desprendida
da Águia que, em voo, se eleva.

Contemplo as luzes da aldeia,
entre a chuva e a bruma e, triste,
um sentimento se apossa
da alma, que não lhe resiste.

Sentimento de tristeza
e anseio, não de pesar,
que só como a névoa à chuva
pode à dor se comparar.

Vem ler-me algum poema simples,
gemido do coração,
que afaste os cuidados diurnos
e acalme a inquieta aflição.

Não dos velhos grandes mestres,
dos bardos de excelsa glória,
cujo passo ecoa, eterno,
nos corredores da História.

Com o poder de marchas bélicas,
eles nos evocam à alma
a luta sem fim da vida:
e esta noite almejo a calma.

Lê canções de um poeta humilde,
brotadas do peito, tanto
como a chuva dentre as nuvens,
ou das pálpebras o pranto.

De alguém que, em noites insones
e por laboriosos dias
ainda, na alma, ouve a música
de mágicas melodias.

Tais cantos podem dar calma
à aflita preocupação,
descendo como uma bênção,
que se sucede à oração.

De teu livro favorito
Lê o poema que amas, após,
casando às rimas do poeta
a beleza de tua voz.

A noite encher-se-á de música

e os cuidados do presente,
dobrando as tendas, quais nômades,
fugirão, silenciosamente.

Sem grande amplitude de imaginação, esses versos têm sido justamente admirados por sua delicadeza de expressão. Algumas das imagens são de muito efeito. Nada pode ser melhor do que

... bardos de excelsa glória,
cujo passo ecoa, eterno,
nos corredores da História.

A ideia do último quarteto é também de grande efeito. O poema em conjunto, porém, deve ser principalmente admirado pela *insouciance* de seu metro, tão bem de acordo com o caráter dos sentimentos, e especialmente pela *facilidade* da maneira geral. Essa “facilidade”, ou naturalidade, num estilo literário, foi muito tempo moda encará-la como fácil, só na aparência, como um ponto realmente difícil de alcançar. Mas não é assim; uma maneira natural só é difícil para aquele que nunca teve naturalidade: para o não-natural. Somente como resultado de escrever com a compreensão ou com o instinto e que o *tom*, na composição, sempre será aquele que a massa da humanidade prefere — e que deve perpetuamente variar, sem dúvida, com o momento. O autor que, segundo o modelo da *North American Review*, fosse, em todas as ocasiões, simplesmente “sereno”, necessariamente deveria ser, em *muitas* ocasiões, simplesmente tolo, ou estúpido; e não tem mais direito a ser considerado como “fluyente” ou “natural”, do que um *cockney* esquisito, ou a Beleza que dorme nas figuras de cera.

Entre os menores poemas de Bryant, nenhum tanto me impressionou como o que se intitula “Junho” e de que citarei apenas uma parte:

Lá, pelas longas horas de verão,
estender-se-ia a luz dourada
e, dentre a espessa relva, a floração
pompearia, em beleza imaculada.

Uma ave, de seu ninho, contaria
sua história de amor à minha lousa fria
e ali repousaria
a ociosa borboleta, entre o rumor
da abelha atarefada e o beija-flor.

E se o alegre clamor do meio-dia
lá da aldeia chegar,
ou a canção das virgens, sob o luar,
linda e repleta de magia?
E se noivos, à luz do sol poente,
amorosos, passearem, bem à frente
de minha campa fria?
Som ou cena mais triste (eu bem quisera) nesse
doce local jamais se conhecesse!

Bem sei, bem sei que ver não poderia
o esplendor da estação.
Sua luz para mim não brilharia,
nem lhe ouviria a singular canção.
Mas se, onde eu estivesse a repousar,
aqueles que eu amo fossem a chorar,
nenhum partir desejaria.
Presos da luz, do canto, das flores, e do ar,
junto a essa tumba haviam de ficar.
Tudo isso lhes traria ao peito enternecido
o pensamento do que havia sido;
falaria de alguém que não podia estar
o encanto de tal cena a partilhar;
de alguém a quem só resta
da riqueza estival dos outeiros em festa
um sepulcro de verde revestido.
E ouvir-lhe novamente a voz, viva, seria
para eles, então, a maior alegria.

A fluência rítmica, aí, é mesmo voluptuosa. Nada podia ser mais melodioso. Esse poema sempre me impressionou de maneira notável. A intensa melancolia, que parece abrir caminho à força, até a tona de todas as carinhosas palavras do poeta, acerca de seu túmulo, faz-nos estremecer no íntimo da alma, ao mesmo tempo que nesse estremecimento existe a mais verdadeira elevação poética. A impressão deixada é a de uma agradável tristeza. E se, nas composições restantes que vos apresentarei, houver tons mais ou menos similares, sempre evidentes, permiti-me lembrar-vos que (como ou por quê, não o sabemos) essa certa tonalidade de tristeza liga-se inseparavelmente a todas as mais elevadas manifestações da verdadeira Beleza. Ela, não obstante, é

Sentimento de tristeza
e anseio, não de pesar,
que só como a névoa à chuva
pode à dor se comparar.

A tonalidade de que falo claramente se percebe mesmo num poema tão cheio de brilho e espírito, como “A Saúde”, de Edward Coate Pinckney:

A minha taça ergo, em louvor
daquela em quem é tudo belo,
e para todas as mulheres
serve, parece, de modelo;
pois dos melhores elementos
e das estrelas recebeu
forma tão linda que é, como o ar,
menos da terra que do céu.

Tudo o que diz é musical,
como, na aurora, a voz das aves.
E no que fala há algo mais
que as melodias mais suaves:
algo que é a voz do coração
e de seus lábios sempre cai,

tal como a abelha, carregada
de doce mel, das rosas sai.

São seus afetos pensamentos
marcando as horas que se vão;
seus sentimentos têm fragrância,
maciez de flores em botão;
e ela parece tanto a empolgam
paixões e amores, tão mudados
ser, vez a vez, a imagem deles,
ídolo de anos já passados.

Da linda face, um breve olhar
grava na mente uma impressão;
e o eco eterno de sua voz
nunca sairá do coração;
mas a lembrança como em mim
dela ficou é tão querida
que, ao ver a morte, a última queixa
é por perdê-la e não a vida.

A minha taça ergo, em louvor
daquela em quem é tudo belo
e para todas as mulheres
serve, parece, de modelo.
A ela, um brinde. E se na terra
outras houvesse a ela iguais,
seria a vida só poesia
e o tédio um nome e nada mais.

O infortúnio do sr. Pinckney foi ter nascido muito no Sul. Tivesse ele sido da Nova Inglaterra, e é provável que estivesse classificado como o primeiro dos líricos americanos, por aquele magnânimo cabalista que, por tanto tempo, controlou os destinos das Letras Americanas, dirigindo a coisa chamada *The North American Review*. O poema acabado de citar é

especialmente belo; mas a elevação poética que dele se extrai provém principalmente de nossa simpatia pelo entusiasmo do poeta. Perdoamos suas hipérboles, pela evidente avidez com que foram proferidas.

De modo algum era meu desígnio, porém, demorar-me sobre os méritos do que vos iria ler. Eles necessariamente fariam por si mesmos. Boccalini, em seus *Anúncios do Parnaso*, fala-nos que Zoilo certa vez apresentou a Apolo uma crítica muito cáustica sobre um livro realmente admirável; então o deus perguntou-lhe pelas belezas da obra. Replicou ele que só se ocupava com os erros. Ouvindo isso, como recompensa, Apolo entregou-lhe um saco de trigo não joeirado e ordenou-lhe que retirasse toda a palha.

Ora, esta fábula é uma boa sugestão para os críticos; mas, de modo algum estou certo de que o deus tivesse razão. Igualmente, não estou certo de que os reais limites do dever de criticar não sejam grosseiramente confundidos. A excelência, especialmente de um poema, pode ser considerada como um axioma, que só necessita ser *apresentada* para tornar-se evidente por si mesma. Se necessita de ser demonstrada como excelência, *não* li excelência; e assim, apontar, com demasiada particularidade, os méritos de uma obra de arte é o mesmo que admitir que *não* são completamente méritos.

Entre as *Melodias* de Thomas Moore, há uma cujo caráter saliente, como real poema, parece ter sido singularmente posto de lado. Refiro-me àqueles versos que começam: “Vem, repousa em meu *peito*”.

A intensa energia de sua expressão não é ultrapassada por qualquer coisa de Byron. Em dois desses versos se encerra um sentimento que incorpora a *total totalidade* da paixão divina do Amor. Sentimento que, talvez, encontrou seu eco em número muito maior de corações humanos apaixonados do que qualquer outro simples sentimento alguma vez corporificado em palavra:

Vem, repousa em meu peito
 minha corça alanceada,
embora os teus fugissem,
 inda aqui tens morada;
inda tens o sorriso

sem nuvens, refulgente
e um braço e um coração,
só teus, eternamente.
Oh! para que foi feito
o amor, se muda tanto,
na glória e na vergonha,
na alegria e no pranto?
Não sei e não pergunto
se é teu peito culpado;
só sei que te amo, seja
qual for o teu passado.
Chamaste-me teu anjo
em felizes momentos,
e teu anjo serei,
em meio a estes tormentos.
A salvar-te, entre incêndios
impávido, eu te sigo,
e te defenderei, ou morrerei contigo.

Tem sido moda, nos últimos tempos, negar a Imaginação de Moore, embora concedendo-lhe Fantasia, distinção que se originou com Coleridge, que, mais do que ninguém, compreendeu amplamente os grandes poderes de Moore. O fato é que a fantasia desse poeta, tão predominante sobre todas as suas outras faculdades e sobre a fantasia de todos os outros homens, produziu, muito naturalmente, a ideia de que ele era *somente* fantasioso. Mas nunca houve maior engano. Nunca mais vasto mal se fez à fama de um verdadeiro poeta. Nos limites da língua inglesa, não posso recordar poema mais profundamente, mais magicamente *imaginativo*, no melhor sentido, do que os versos que começam por “Quisera estar junto ao tristonho lago”, que são uma composição de Thomas Moore. Lastimo que seja incapaz de rememorá-los.

Um dos mais nobres — e, falando de Fantasia —, um dos mais singularmente fantasiosos dos modernos poetas foi Thomas Hood. Seu “Bela Inês” sempre teve para mim indizível encanto:

Não vistes Inês, tão linda?
Ela foi para o Ocidente
cintilar ao sol poente,
repouso ao mundo roubado;
levou nosso dia e ainda
o sorriso mais amado,
pérolas no seio e, ornado
de aurora, o rosto brilhando.

Volta, ó bela Inês, que, escura,
a noite já se insinua.
Vem, antes que a estrela e a lua
sem rivais possam brilhar.
Qual não seria a ventura
de quem, à sua luz, passasse,
sorvendo amor em tua face...
Nem mesmo eu ousar pensar!

Ah! bela Inês, quem me dera
ser o fidalgo galante
que a teu lado vai, radiante,
bem de perto, a sussurrar!
Não teria ele sincera
afeição, mulheres magas,
para vir, cruzando as vagas,
a mais bela conquistar?

Adorada Inês, em sonhos,
descendo a praia eu te vejo;
segue-te nobre cortejo
com bandeiras à tua frente,

jovens gentis e risonhos
plumas de neve exibindo;
teria sido um sonho lindo,

não fora um sonho somente.

Sim, ai de nós, bela Inês!
Ela se foi com canções,
com gritos de multidões,
música sob seus pés.
Mas a alguns, tristes, tal canto
é torturante, é infeliz,
pois “adeus, adeus!” só diz
àquela que amavam tanto!

Adeus! Adeus, bela Inês,
nunca tão leve dançou
esse navio; nem levou
mais beleza em seu convés.
Ai! Porque o prazer do mar,
da praia é a desolação!
E o riso que um coração
encanta, outros vai quebrar!

“A casa assombrada”, do mesmo autor, é um dos mais verdadeiros poemas jamais escritos: um dos mais *verdadeiros*, um dos mais correntes, um dos mais inteiramente artísticos, tanto pelo tema como pela execução. E ele, ademais, poderoso de ideia, imaginativo. Lastimo que sua extensão o torne impróprio para os fins desta conferência. Em lugar dele, permiti-me oferecer-vos o universalmente apreciado “Ponte dos Suspiros”:

A mais mal-aventurada,
exausta de respirar,
loucamente alucinada
a morte foi encontrar!

Recolhei-a com cuidado,
levantai-a com ternura;
seu corpo é tão delicado,

de tão jovem formosura!

Contemplai o seu vestuário
que adere como um sudário;
caem-lhe do traje molhado
mil gotas, como quem chora;
recolhei-a sem demora,
com amor e sem enfado.

Não a toqueis com desdém;
pensai nela com pesar,
com doçura e humanidade;
não cuideis se pôde errar,
pois ela agora só tem
pura feminilidade.

Quem a ninguém saber importe
porque assim se revoltou,
temerária e loucamente;
toda a desonra passou;
nela, agora, deixa a Morte
o que era belo somente.

Se caiu (era, lembrai-vos,
filha de Eva), silenciai.
Dos pobres lábios, os laivos
de limo e lodo limpai.

Arranjai-lhe seu cabelo
revolto, castanho e belo,
quando, atônitos, ao vê-lo,
permaneçais a indagar
onde seria seu lar.

Quem era seu pai? Quem era
sua mãe? Teria um irmão?

Teria irmã? Ou tivera
alguém, a quem mais quisesse
do que a todos, que estivesse
mais perto do coração?

Ai de nós! É coisa rara
encontrar a caridade
cristã sob a luz solar!
Que desgraça! Ela habitara
a populosa cidade
sem possuir qualquer lar.

Para ela não existia
qualquer carinhoso afeto
de pai, mãe, irmão dileto.
O amor, com cruel evidência,
abandonara seu teto.
Até mesmo a Providência
ser-lhe estranha parecia.

Junto aos lampiões que, num fio
trêmulo, seguem o rio,
ante as mil luzes de cada
janela e cada postigo,
do porão à água-furtada,
ela de pé, torturada,
não tinha noturno abrigo.

O vento de março, frio,
a fazia estremecer;
não assim o arco sombrio
nem o negro rio profundo.
Pela vida alucinada,
só queria descer
pelos enigmas da morte;
ansiosa por ser levada

para onde o Fado a transporte,
para longe deste mundo!

E mergulhou sem temer,
desafiando a água gelada,
rude, do rio a correr.
Homem devasso, tal cena
imagina, ali passada,
e vê se podes ousar
lavar-te na água serena,
nela tua sede saciar.

Recolhei-a com cuidado,
Levantai-a com ternura.
Seu corpo é tão delicado,
de tão jovem formosura!
Antes que em mármore o gelo
lhe torne rijos os braços,
cruzai-os decentemente,
arranjai-os com desvelo,
e fechai-lhe os olhos baços
que vos fitam, cegamente!
Abertos num espantoso
olhar parada, a fitar,
assim como o último olhar
do desespero audacioso
no futuro a se fixar.

E teve morte sombria,
repelida pela fria,
atroz desumanidade,
com seu repouso desfeito
pela cruciante maldade.
Cruzai-lhe as mãos sobre o peito,
como se, humilde, estivesse
numa silenciosa prece,

a confessar, penitente,
sua conduta culpada,
a alma, que pecou, confiada
ao Salvador, docemente!

O vigor desse poema não é menos notável do que seu sentimento. A versificação, embora conduzindo o fantasioso para os próprios limites do fantástico, não obstante se adapta admiravelmente à selvagem insânia que é a tese do poema.

Entre os poemas menores de Lorde Byron, encontra-se um que nunca recebeu dos críticos o louvor que, indubitavelmente, merece:

Embora finde o dia de meus fados
e a estrela do destino busque o poente,
teu suave coração não vi pecados
onde podia achá-los tanta gente;
de meu pesar tua alma partilhou,
embora bem soubesse o que sofri,
e o amor, que meu espírito sonhou,
nunca o pude encontrar senão em TI.

Quando o mundo sorri, em meu redor,
o último riso que responde ao meu
não creio que ele seja enganador,
pois me vem recordar o riso teu;
e quando os ventos lutam contra o mar,
como em minha alma os sentimentos,
se uma emoção a vaga despertar
é só porque me afasta assim de TI.

Se a rocha da esperança derradeira
se rompe e afunda em meio aos vagalhões,
sinto que a alma não mais é prisioneira
da dor — e está liberta dos grilhões.
Muitas angústias vêm a perseguir-me;
talvez me esmaguem; não me infamarão;

se me infligem torturas, serei firme;
é em TI que agora penso — nelas, não.

Embora humana, tu não me enganaste;
mulher, não me quiseste abandonar;
se caluniada, nunca vacilaste;
amada, não causaste meu pesar;
confiante, não deixaste de querer-me;
afastada, não foi para fugir-me,
nem vigilante, para maldizer-me,
ou muda, por que a injúria se confirme.

Minha alma não despreza nem censura
que no mundo um só lute contra tantos.
Se não podia amá-lo, foi loucura
não ter antes fugido a seus encantos.
E se essa falta me saiu mais cara,
do que avaliar outrora eu pude,
vi que tudo quanto assim me aniquilara
nunca me poderá privar de TI.

Das ruínas do passado perecido
muito, ao menos, eu posso recordar:
aprendi que o que me era mais querido
não merecia tanto o fosse amar.
No deserto, uma fonte está jorrando;
no vasto ermo, inda uma árvore sorri;
e há um pássaro na solidão cantando,
que fala ao meu espírito de TI.

Embora o ritmo aqui seja um dos mais árduos, a versificação dificilmente poderia ser melhorada. Nenhum *tema* mais nobre jamais ocupou a pena do poeta. É a ideia exaltadora da alma, que nenhum homem pode considerar-se autorizado a queixar-se da Sorte, enquanto na sua adversidade ainda retém o firme amor da mulher.

De Alfred Tennyson, embora com perfeita sinceridade eu o encare como o mais nobre poeta jamais existente, reservei tempo para citar apenas um bem curto espécime. Eu o chamo e penso que ele é o mais nobre dos poetas, *não* porque as impressões que ele produz são em todas as ocasiões as mais profundas, *não* porque a emoção poética que ele causa é *todas* as vezes a mais intensa, mas porque é todas as vezes a mais etérea; em outras palavras, a mais elevada e a mais pura. Nenhum poeta é tão pouco da terra, material. O que se segue é do seu recente longo poema “A princesa”:

Lágrimas ociosas (que me dizem elas?)
vindas de um divino, fundo desespero,
saem do coração, reúnem-se nos olhos,
contemplando alegres campos outonais
e lembrando os dias que não voltam mais.

Suaves como a luz da aurora, que ilumina
velas que aos amigos trazem de além-mar;
tristes como a luz do poente, que rubora
velas que se somem, longe, com o que amamos;
são assim os dias que não voltam mais.

Tristes, singulares, como em madrugadas
de verão, sombrias, os primeiros cantos
de aves maldespertadas soam nos ouvidos
moribundos, quando, aos olhos moribundos,
fraca, a luz esboça a forma do postigo;
são assim os dias que não voltam mais.

Caras como o beijo vivo além da morte,
doces como o beijo que, sem esperança,
cremos ver nos lábios a outrem destinados;
tão intensos como o amor, o amor primeiro,
loucos de saudades, morte em plena vida,
são assim os dias que não voltam mais.

Assim, embora de maneira bem superficial e imperfeita, tentei transmitir-vos minha concepção do Princípio Poético. Tem sido meu propósito sugerir que, enquanto este próprio Princípio é estrita e simplesmente a Aspiração Humana pela Beleza Suprema, a manifestação do Princípio é sempre encontrada em *uma exaltante emoção da alma*, completamente independente daquela paixão que é a embriaguez do Coração, ou daquela verdade que é a satisfação da Razão. Porque a respeito da paixão, ali sua tendência é antes para degradar que para elevar a Alma. O Amor, pelo contrário — o Amor, o verdadeiro, o divino Eros, o Urânia no tão distinto da Vênus Dioniana —, é, inquestionavelmente, o mais puro e o mais verdadeiro de todos os temas poéticos. E quanto à Verdade, se, para falar a verdade, mediante a consecução de uma verdade, somos levados a perceber uma harmonia onde nenhuma apareceria antes, experimentamos imediatamente o verdadeiro efeito poético; mas este efeito é referente à harmonia somente, e não, no mínimo grau, a verdade, que simplesmente serviu para tornar manifesta a harmonia.

Obteremos, porém, mais imediatamente, uma distinta concepção do que é a verdadeira Poesia, pela simples referência a alguns dos elementos simples, que produz no próprio Poeta o verdadeiro efeito poético. Ele reconhece a ambrosia, que nutre sua alma, nos cintilantes orbes que brilham no firmamento, nas volutas da flor, no agrupamento de baixos arbustos, no ondular das searas, na inclinação das altas árvores orientais, na distância azulada das montanhas, no acastelar das nuvens, no cintilar de semiocultos regatos, na fulguração de rios prateados, no repouso dos lagos apartados, na profundidade dos poços solitários que refletem as estrelas. Ele a percebe nos cânticos das aves, na harpa de Eolo, no suspiro do vento noturno, na voz lamentosa da floresta, na ressaca de que se queixa a praia, no fresco hálito dos bosques, no perfume da violeta, no cheiro voluptuoso do jacinto, no sugestivo odor que lhe chega, ao anoitecer, de longínquas ilhas ignotas sobre oceanos sombrios, inexplorados e sem limites. Ele a possui em todos os nobres pensamentos, em todos os motivos ultraterrenos, em todos os impulsos sagrados, em todas as ações cavalheirescas, generosas, abnegadas. Ele a sente na beleza da mulher, na graça do seu andar, no brilho de seus olhos, na melodia de

sua voz, na sua macia risada, no seu suspiro, na harmonia de suas vestes roçagantes. Ele a sente, profundamente, na ternura cativante da mulher, no seu ardente entusiasmo, na sua caridade gentil, na sua paciência mansa e piedosa, mas acima de tudo, ah!, bem acima de tudo, ele se ajoelha diante dela, ele a cultua na fé, na pureza, na força, na majestade, totalmente divina, do *amor* feminino.

Deixai que conclua, recitando ainda outro breve poema, de caráter bem diverso de qualquer outro que já citei antes. É de Motherwell e se chama “A canção do cavaleiro”. Com nossas ideias modernas e inteiramente racionais a respeito do absurdo e da impiedade das guerras, não nos achamos, precisamente, naquele estado de espírito mais bem adaptado a simpatizar com os sentimentos e dessa forma apreciar a real excelência do poema. Para isso fazer plenamente, devemos identificar-nos, na imaginação, com a alma do velho cavaleiro:

Um corcel sem rival na carreira!
De acerado metal uma espada!
Tudo o mais sobre a terra de nada
vale para a alma nobre e guerreira.
Do ginete de guerra os nitridos
de impaciência de rufar do tambor,
do clarim o estridente clangor,
soam como celestes ruídos.
E o tropel dos soldados em massa,
quando o grito de guerra reboar,
descer anjos do céu talvez faça
e do inferno Satã se elevar!
Montai, todos! ó bravos! Montai!
Ponde os elmos e sede ligeiros!
Honra e Fama, da Morte os pregoeiros,
novamente a lutar conclamai!
Pranto amargo nos olhos não temos
quando a mão cinge os copos da espada,
nem, partindo, um suspiro daremos
pela que é a mais bela e adorada.

Fique a flauta o pastor a tocar
e o poltrão choramingue a gemer;
nós como homens devemos lutar,
como heróis é que iremos morrer!

A FILOSOFIA DA COMPOSIÇÃO

Charles Dickens, numa nota que agora está à minha frente, aludindo a uma análise que fiz, certa vez, do mecanismo, de *Barnaby Rudge*, diz: “De passagem, sabe que Godwin escreveu seu *Caleb Williams* de trás para diante? Envolveu primeiramente seu herói numa teia de dificuldades, que formava o segundo volume, e depois, para fazer o primeiro, ficou procurando um modo de explicar o que havia sido feito”.

Não posso pensar que esse seja o modo *preciso* de proceder de Godwin, e, de fato, o que ele próprio confessa não está completamente de acordo com a ideia do sr. Dickens. Mas o autor de *Caleb Williams* era muito bom artista para deixar de perceber a vantagem procedente de um processo, pelo menos, um tanto semelhante. Nada é mais claro do que deverem todas as intrigas, dignas desse nome, ser elaboradas em relação ao *epílogo*, antes que se tente qualquer coisa com a pena. Só tendo o *epílogo* constantemente em vista, poderemos dar a um enredo seu aspecto indispensável de consequência, ou causalidade, fazendo com que os incidentes e, especialmente, o tom da obra tendam para o desenvolvimento de sua intenção.

Há um erro radical, acho, na maneira habitual de construir uma ficção. Ou a história nos concede uma tese, ou uma é sugerida por um incidente do dia, ou, no melhor caso, o autor senta-se para trabalhar na combinação de acontecimentos impressionantes, para formar simplesmente a base da narrativa, planejando, geralmente, encher de descrições, diálogos ou comentários autorais todas as lacunas do fato ou da ação que se possam tomar aparentes, de página a página.

Eu prefiro começar com a consideração de um *efeito*. Mantendo *sempre* a originalidade em vista, pois é falso a si mesmo quem se arrisca a dispensar uma fonte de interesse tão evidente e tão facilmente alcançável, digo-me, em primeiro lugar: “Dentre os inúmeros efeitos, ou impressões a que são

suscetíveis o coração, a inteligência ou, mais geralmente, a alma, qual irei eu, na ocasião atual, escolher?”. Tendo escolhido primeiro um assunto novelesco e depois um efeito vivo, considero se seria melhor trabalhar com os incidentes ou com o tom — com os incidentes habituais e o tom especial, ou com o contrário, ou com a especialidade tanto dos incidentes, quanto do tom — depois de procurar em torno de mim (ou melhor, dentro) aquelas combinações de tom e acontecimento que melhor me auxiliem na construção do efeito.

Muitas vezes pensei quão interessantemente podia ser escrita uma revista, por um autor que quisesse, isto é, que pudesse, pormenorizar, passo a passo, os processos pelos quais qualquer uma de suas composições atingia seu ponto de acabamento. Por que uma publicação assim nunca foi dada ao mundo é coisa que eu não sei explicar, mas talvez a vaidade dos autores tenha mais responsabilidade por essa omissão do que qualquer outra causa. Muitos escritores, especialmente os poetas, preferem ter por entendido que compõem por meio de uma espécie de sutil frenesi, de intuição estática; e positivamente estremeceriam ante a ideia de deixar o público dar uma olhadela, por trás dos bastidores, para as rudezas vacilantes e trabalhosas do pensamento, para os verdadeiros propósitos só alcançados no último instante, para os inúmeros relances de ideias que não chegam à maturidade da visão completa, para as imaginações plenamente amadurecidas e repelidas em desespero como inaproveitáveis, para as cautelosas seleções e rejeições, as dolorosas emendas e interpolações; numa palavra, para as rodas e rodinhas, os apetrechos de mudança no cenário, as escadinhas e os alçapões do palco, as penas de galo, a tinta vermelha e os disfarces postiços que, em noventa e nove por cento dos casos, constituem a característica do *histrião* literário.

Bem sei, de outra parte, que de modo algum é comum o caso em que um autor esteja absolutamente em condições de reconstituir os passos pelos quais suas conclusões foram atingidas. As sugestões, em geral, tendo-se erguido em tumulto, são seguidas e esquecidas de maneira semelhante.

Quanto a mim, nem simpatizo com a repugnância acima aludida nem, em qualquer tempo, tive a menor dificuldade em lembrar os passos progressivos de qualquer de minhas composições; e, desde que o interesse

de uma análise, ou reconstrução, tal como a que tenho considerado um desiderato, e inteiramente independente de qualquer interesse real ou imaginário na coisa analisada, não se deve encarar como falha de decoro de minha parte, o mostrar o *modus operandi* pelo qual uma de minhas próprias obras se completou. Escolhi “O Corvo”, como a mais geralmente conhecida. É meu desígnio tornar manifesto que nenhum ponto de sua composição se refere ao acaso, ou a intuição, que o trabalho caminhou, passo a passo, até completar-se, com a precisão e a sequência rígida de um problema matemático.

Deixamos de parte, por ser sem importância para o poema *per se*, a circunstância, ou digamos, a necessidade que, em primeiro lugar, deu origem à intenção de compor *um* poema que, há um tempo, agradasse ao gosto do público e da crítica.

Comecemos, pois, a partir dessa intenção.

A consideração inicial foi a da extensão. Se alguma obra literária é longa demais para ser lida de uma assentada, devemos resignar-nos a dispensar o efeito imensamente importante que se deriva da unidade de impressão, pois, se requerem duas assentadas, os negócios do mundo interferem e tudo o que se pareça com totalidade é imediatamente destruído. Mas, visto como, *ceteris paribus*, nenhum poeta pode permitir-se dispensar *qualquer coisa* que possa auxiliar seu intento, resta ver se há, na extensão, qualquer vantagem que contrabalance a perda de unidade resultante. Digo logo que não há. O que denominamos um poema longo é, de fato, apenas a sucessão de alguns curtos; isto é, de breves efeitos poéticos. É desnecessário demonstrar que um poema só o é quando emociona, intensamente, elevando a alma; e todas as emoções intensas, por uma necessidade psíquica, são breves. Por essa razão, pelo menos metade do *Paraíso perdido* é essencialmente prosa, pois uma sucessão de emoções poéticas se intercala, *inevitavelmente*, de depressões correspondentes; e o conjunto se vê privado, por sua extrema extensão, do vastamente importante elemento artístico, a totalidade, ou unidade de efeito.

Parece evidente, pois, que há um limite distinto, no que se refere à extensão para todas as obras de arte literária, o limite de uma só assentada, e que, embora em certas espécies de composição em prosa, tais

como *Robinson Crusóé* (que não exige unidade), esse limite pode ser vantajosamente superado, nunca poderá ser ele ultrapassado convenientemente por um poema. Dentro desse limite, a extensão de um poema deve ser calculada, para conservar relação matemática com seu mérito; em outras palavras, com a emoção ou elevação; ou ainda em outros termos, com o grau de verdadeiro efeito poético que ele é capaz de produzir. Pois é claro que a brevidade deve estar na razão direta da intensidade do efeito pretendido, e isto com uma condição, a de que certo grau de duração é exigido, absolutamente, para a produção de qualquer efeito.

Tendo em vista essas considerações, assim como aquele grau de excitação, que eu não colocava acima do gosto popular nem abaixo do gosto crítico, alcancei logo o que imaginei ser a *extensão*, conveniente para meu pretendido poema: uma extensão de cerca de cem versos. De fato, ele tem cento e oito.

Meu pensamento seguinte referiu-se à escolha de uma impressão, ou efeito, a ser obtido; e aqui bem posso observar que, através de toda a elaboração, tive firmemente em vista o desejo de tornar a obra apreciável *por todos*. Seria levado longe demais de meu assunto imediato, se fosse demonstrar um ponto sobre o qual tenho repetidamente insistido e que, entre poetas, não tem a menor necessidade de demonstração; refiro-me ao ponto de que a Beleza é a única província legítima do poema. Poucas palavras, contudo, para elucidar meu verdadeiro pensamento, que alguns de meus amigos tiveram inclinação para interpretar mal. O prazer que seja ao mesmo tempo o mais intenso, o mais enlevante e o mais puro é, creio eu, encontrado na contemplação do belo. Quando, de fato, os homens falam de Beleza, querem exprimir, precisamente, não uma qualidade, como se supõe, mas um efeito; referem-se, em suma, precisamente àquela intensa e pura elevação da *alma* — e *não* da inteligência ou do coração — de que venho falando e que se experimenta em consequência da contemplação do Belo. Ora, designo a Beleza como a província do poema, simplesmente porque é evidente regra de arte que os efeitos deveriam jorrar de causas diretas, que os objetivos deveriam ser alcançados pelos meios mais bem adaptados para atingi-los. E ninguém houve ainda bastante tolo, para negar que a elevação especial, a que aludi,

é mais prontamente atingida num poema. Quanto ao objetivo Verdade, ou a satisfação do intelecto, e ao objetivo Paixão, ou a excitação do coração, são eles muito mais prontamente atingíveis na prosa, embora também, até certa extensão, na poesia. A Verdade, de fato, demanda uma precisão, e a Paixão, uma *familiaridade* (o verdadeiramente apaixonado me compreenderá), que são inteiramente antagônicas daquela Beleza que, asseguro, é a excitação ou a elevação agradável da alma. De modo algum se segue, de qualquer coisa aqui dita, que a paixão e mesmo a verdade não possam ser introduzidas, proveitosamente introduzidas até, num poema, porque elas podem servir para elucidar ou auxiliar o efeito geral, como as discordâncias em música, pelo contraste; mas o verdadeiro artista sempre se esforçará, em primeiro lugar, para harmonizá-las, na submissão conveniente ao alvo predominante, e, em segundo lugar, para revesti-las, tanto quanto possível, daquela Beleza que é a atmosfera e a essência do poema.

Encarando, então, a Beleza como a minha província, minha seguinte questão se referia ao *tom* de sua mais alta manifestação, e todas as experiências têm demonstrado que esse tom é o da *tristeza*. A beleza de qualquer espécie, em seu desenvolvimento supremo, invariavelmente provoca na alma sensitiva as lágrimas. A melancolia é, assim, o mais legítimo de todos os tons poéticos.

Estando assim determinadas a extensão, a província e o tom, entreguei-me à indução normal, a fim de obter algum efeito artístico agudo que me pudesse servir de nota-chave na construção do poema, algum eixo sobre o qual toda a estrutura devesse girar. Passando cuidadosamente em revista todos os efeitos artísticos usuais, ou, mais propriamente, *situações*, no sentido teatral, não deixei de perceber de imediato que nenhum tinha sido tão universalmente empregado como a do *refrão*. A universalidade desse emprego bastou para me assegurar de seu valor intrínseco e evitou-me a necessidade de submetê-lo a análise. Considerei-o, contudo, em relação à sua suscetibilidade de aperfeiçoamento e vi logo que ainda se achava num estado primitivo. Como é comumente usado, o refrão poético, ou estribilho, não só se limita ao verso lírico, mas depende, para impressionar, da força da monotonia, tanto no som, como na ideia. O prazer somente se extrai pelo sentido de identidade, de repetição. Resolvi

fazer diversamente, e assim elevar a efeito, aderindo em geral à monotonia do som, porém continuamente variando na da ideia: isto é, decidi produzir continuamente novos efeitos, pela variação *da aplicação* do estribilho, permanecendo este, na maior parte das vezes, invariável.

Assentados tais pontos, passei a pensar sobre a natureza de meu refrão. Desde que sua aplicação deveria ser repetidamente variada, era claro que esse refrão deveria ser breve, pois haveria insuperáveis dificuldades na aplicação de qualquer sentença extensa. Em proporção à brevidade da sentença estaria, naturalmente, a facilidade da variação. Isso imediatamente me levou a uma só palavra como o melhor refrão.

Suscitou-se, então, a questão do caráter da palavra. Tendo-me inclinado por um refrão, a divisão do poema em estância surgia, naturalmente, como corolário, formando o refrão o fecho de cada estância. Não cabia dúvida de que tal fecho, para ter força, devia ser sonoro e suscetível de ênfase prolongada; e tais considerações inevitavelmente me levaram ao *o* prolongado, como a mais sonora vogal, em conexão com o *r*, como a consoante mais aproveitável.

Ficando assim determinado o som do refrão, tornou-se necessário escolher uma palavra que encerrasse esse som e, ao mesmo tempo, se relacionasse o mais possível com a melancolia predeterminada como o tom do poema. Em tal busca, teria sido absolutamente impossível que escapasse a palavra “never more”[\[30\]](#). De fato, foi ela a primeira que se apresentou.

O desiderato seguinte era um pretexto para o uso contínuo da palavra “never more” (nunca mais). Observando a dificuldade que já encontrara em inventar uma razão suficientemente plausível para sua contínua repetição, não deixei de perceber que essa dificuldade nascia somente da presunção de que a palavra devia ser contínua ou monotonamente pronunciada por um ser *humano*. Não deixei de perceber, em suma, que a dificuldade estava em conciliar essa monotonia com o exercício da razão por parte da criatura que repetisse a palavra. *Dalí*, pois, ergueu-se imediatamente a ideia de uma criatura *não* racional, capaz de falar, e muito naturalmente foi sugerida, de início, a de um papagaio, que foi logo substituída pela de um Corvo, como igualmente capaz de falar e infinitamente mais em relação com o *tom* pretendido.

Eu já havia chegado à ideia de um Corvo, a ave do mau agouro, repetindo monotonamente a expressão “Nunca mais”, na conclusão de cada estância de um poema de tom melancólico e extensão de cerca de cem linhas. Então, jamais perdendo de vista o objetivo — o *superlativo* ou a perfeição em todos os pontos —, perguntei-me: “De todos os temas melancólicos, qual, segundo a compreensão *universal* da humanidade, é o mais melancólico?”. A Morte — foi a resposta evidente. “E quando”, insisti, “esse mais melancólico dos temas se torna o mais poético?” Pelo que já explanei, um tanto prolongadamente, a resposta também *aí* era evidente: “Quando ele se alia, mais de perto, à *Beleza*; a morte, pois, de uma bela mulher é, inquestionavelmente, o tema mais poético do mundo e, igualmente, a boca mais capaz de desenvolver tal tema é a de um amante despojado de seu amor”.

Tinha, pois, de combinar as duas ideias, a de um amante lamentando sua morta amada e a de um Corvo continuamente repetindo as palavras “Nunca mais”. E tinha de combiná-las tendo em mente meu propósito de variar, a cada vez, a *aplicação* da palavra repetida, mas a única maneira inteligível de tal combinação era a de imaginar o Corvo empregando a palavra, em resposta às perguntas do amante. E então aí vi, imediatamente, a oportunidade concedida para o efeito do qual eu tinha estado dependente, isto é, o efeito da *variação da aplicação*. Vi que poderia fazer da primeira pergunta, apresentada pelo amante — a primeira pergunta a que o Corvo deveria responder “Nunca mais” —, que poderia fazer dessa primeira pergunta um lugar-comum, da segunda uma expressão menos comum, da terceira ainda menos, e assim por diante, até que o amante, arrancado de sua displicência primitiva, pelo caráter melancólico da própria palavra, pela sua frequente repetição e pela consideração da sinistra reputação da ave que a pronunciava, fosse afinal excitado à superstição e loucamente fizesse perguntas de espécie muito diversa. Perguntas cujas respostas lhe interessavam apaixonadamente ao coração, fazendo-as num misto de superstição e daquela espécie de desespero que se deleita na própria tortura, fazendo-as não porque propriamente acreditasse no caráter profético, ou demoníaco da ave (que a razão lhe diz estar apenas repetindo uma lição aprendida rotineiramente), mas porque experimentaria um frenético prazer em

organizar suas perguntas para receber, do *esperado* “Nunca mais”, a mais deliciosa, porque a mais intolerável, das tristezas. Percebendo a oportunidade que assim se me oferecia, ou, mais estritamente, que se me impunha no desenrolar da composição, estabeleci na mente o *dímax*, ou a pergunta conclusiva: aquela pergunta de que o “Nunca mais” seria, pela última vez, a resposta; aquela pergunta em resposta à qual o “Nunca mais” envolveria a máxima concentração possível de tristeza e de desespero.

Aí, então, pode-se dizer que o poema teve seu começo pelo fim por que devem começar todas as obras de arte, porque foi nesse ponto de minhas considerações prévias que, pela primeira vez, tomei do papel e da pena para compor a estância:

“Profeta!” — exclamo. “Ó ser do mal! Profeta sempre, ave infernal!
Pelo alto céu, por esse Deus, que adoram todos os mortais,
fala se esta alma, sob o guante atroz da dor, no Éden distante
verá a deusa fulgurante a quem, nos céus, chamam Lenora
— essa, mais bela do que a aurora, a quem, nos céus, chamam
Lenora!”

E o Corvo disse: “Nunca mais!”.

Compus essa estância, nesse ponto, primeiramente porque, estabelecendo o ponto culminante, melhor poderia variar e graduar, no que se refere à seriedade e importância, as perguntas precedentes do amante e, em segundo lugar, porque poderia definitivamente assentar o ritmo, o metro, a extensão e o arranjo geral da estância, assim como graduar as estâncias que a deviam preceder, para que nenhuma delas pudesse ultrapassá-la em seu efeito rítmico. Tivesse eu sido capaz, na composição subsequente, de construir estâncias mais vigorosas, não teria hesitações em enfraquecê-las propositadamente, para que não interferissem com o efeito culminante.

E aqui bem posso dizer algumas palavras sobre versificação. Meu primeiro objetivo, como de costume, era a originalidade. A amplitude com que esta tem sido negligenciada na versificação é uma das coisas mais inexplicáveis do mundo. Admitindo-se que haja pequena possibilidade de

variedade no *ritmo*, permanece claro, porém, que as variedades possíveis do metro e da estância são absolutamente infinitas, e contudo, *durante séculos, nenhum homem, em verso, jamais fez ou jamais pareceu pensar em fazer uma coisa original*. A verdade é que a originalidade (a não ser em espíritos de força muito comum) de modo algum é uma questão, como muitos supõem, de impulso ou de intuição. Para ser encontrada, ela, em geral, tem de ser procurada trabalhosamente, e embora seja um mérito positivo da mais alta classe, seu alcance requer menos invenção que negação.

Sem dúvida, não pretendo que haja qualquer originalidade, quer no ritmo, quer no metro de “O Corvo”.^[31] O primeiro é trocaico, o segundo é octâmetro acatalético, alternando-se com um heptâmetro catalético, repetido no refrão do quinto verso e terminando com um tetâmetro catalético. Falando menos pedantesamente, o pé empregado no poema (troqueu) consiste em uma sílaba longa, seguida por uma curta; o primeiro verso da estância compõe-se de oito desses pés; o segundo, de sete e meio (de fato, dois terços), o terceiro de oito, o quarto de sete e meio, o quinto idem, o sexto de três e meio. Ora, cada um desses versos, tomado separadamente, tem sido empregado antes, mas a originalidade que “O Corvo” tem está em sua *combinação na estância*, nada já havendo sido tentado que mesmo remotamente se aproximasse dessa combinação. O efeito dessa originalidade de combinação é ajudado por outros efeitos incomuns, alguns inteiramente novos, oriundos de uma ampliação da aplicação dos princípios de rima e de aliteração.

O ponto seguinte, a ser considerado, era o modo de juntar o amante e o Corvo: e o primeiro ramo dessa consideração era o *local*. Para isso, a sugestão mais natural seria a de uma floresta, ou a dos campos; mas sempre me pareceu que uma circunscrição *fechada do espaço* é absolutamente necessária para o efeito do incidente insulado e tem a força de uma moldura para um quadro. Tem indiscutível força moral, para conservar concentrada a atenção e, naturalmente, não deve ser confundida com a mera unidade de lugar.

Determinei, então, colocar o amante em seu quarto, num quarto para ele sagrado, pela recordação daquela que o frequentará. O quarto é apresentado como ricamente mobiliado, isso na simples continuação das

ideias, que eu já tinha explanado, a respeito da Beleza como a única verdadeira tese poética.

Tendo sido assim determinado o *local*, tinha agora de introduzir a ave e o pensamento de fazê-lo pela janela era inevitável. A ideia de fazer o amante supor, em primeiro lugar, que o tatar das asas da ave contra o postigo é um “*batido*” à porta, originou-se de um desejo de aumentar, pela prolongação, a curiosidade do leitor, e de um desejo de admitir o efeito casual, surgindo do fato de o amante abrir a porta, achar tudo escuro e depois aceitar a semifantasia de que fora o espírito de sua amada que batera.

Fiz a noite tempestuosa, primeiro para explicar por que o Corvo procurava entrar e, em segundo lugar, para efeito de contraste com a serenidade (física) que reinava dentro do quarto.

Fiz o pássaro pousar no busto de Minerva, também para efeito de contraste entre o mármore e a plumagem — sendo entendido que o busto foi absolutamente *sugerido* pelo pássaro — e escolhido o busto de *Minerva*, primeiro, para combinar mais com a erudição do amante e, em segundo lugar, pela sonoridade da própria palavra Minerva.

Pelo meio do poema, também, aproveitei-me da força do contraste, tendo em vista aprofundar a impressão derradeira. Por exemplo, um ar do fantástico — aproximando-se o mais possível do burlesco — é dado à entrada do Corvo. Ele entra “em tumulto, a esvoaçar”.

*Como um dalgo passa, augusto, e sem notar sequer meu susto,
adeja e pousa sobre o busto — uma escultura de Minerva.*

Nas duas estâncias que se seguem, esse desígnio é ainda mais evidentemente solicitado:

*Ao ver da ave austera e escura a soteníssima gura,
desperta em mim um leve riso, a distrair-me de meus ais.
“Sem crista embora, ó Corvo antigo e singular” — então lhe digo —
“não tens pavor; fala comigo, alma da noite, espectro
torvo, qual é o teu nome, ó nobre Corvo, o nome teu no inferno
torvo!”*

E o Corvo disse: “Nunca mais”.

Maravilhou-me que falasse *uma ave rude dessa classe*,
misteriosa esfinge negra, a retorquir-me em termos tais,
Pois nunca soube de vivente algum, outrora ou no presente,
que igual surpresa experimente: a de encontrar, em sua porta,
uma ave (ou fera, pouco importa) empoleirada, em sua porta,
e que se chama “Nunca mais”.

Sendo assim assegurado o efeito do desenvolvimento, imediatamente troquei o fantástico por um tom da mais profunda seriedade, começando esse tom na estância imediatamente seguinte à última citada, com o verso:

Diversa coisa não dizia, ali pousada, a ave sombria etc.

Daí para a frente, o amante não mais zomba, não mais vê qualquer coisa de fantástico na conduta do Corvo. Fala dele como “horrendo, torvo, ominoso e antigo”, sentindo “da ave, incandescente, o olhar” queimá-lo “fixamente”. Essa revolução do pensamento, ou da imaginação, da parte do amante, destina-se a provocar uma semelhante da parte do leitor, levar o espírito a uma disposição própria para o *desenlace*, que é agora completado tão rápida e diretamente quanto possível.

Com o desenlace conveniente, com a resposta do Corvo, “Nunca mais”, a pergunta final do amante, sobre se ele encontraria sua amada em um outro mundo, o poema, em sua fase evidente, que é a da simples narrativa, pode ser considerado como completo. Até aí, tudo está dentro dos limites do explicável, do real. Um Corvo, tendo aprendido rotineiramente a dizer apenas “Nunca mais” e tendo escapado à vigilância de seu dono, é levado à meia-noite, em meio à violência de uma tempestade, a buscar entrada numa janela, pela qual se vê ainda a luz brilhar: a janela do quarto de um estudante, ocupado entre folhear um volume e sonhar com uma adorada amante morta. Sendo aberta a janela, ao tumultuar das asas da ave, esta pousa no sítio mais conveniente, fora do alcance imediato do estudante, que, divertido pelo incidente e pela

extravagância das maneiras do visitante, pergunta-lhe, por brincadeira e sem esperar resposta, por seu nome. O Corvo, interrogado, responde com seu costumeiro “Nunca mais”, frase que logo encontra eco no coração melancólico do estudante, que, dando expressão, em voz alta, a certos pensamentos sugeridos pelo momento, é de novo surpreendido pela repetição do “Nunca mais” do Corvo. O estudante adivinha então a real causa do acontecimento, mas é impelido, como já explanei, pela sede humana de autotortura e, em parte, pela superstição, a propor questões tais à ave que só lhe trarão, ao amante, o máximo da volúpia da tristeza, graças à esperada frase “Nunca mais”. Levando até o extremo essa autotortura, a narração, naquilo que denominei sua fase primeira ou evidente, tem um fim natural e até aí não ultrapassou os limites do real.

Mas nos assuntos assim manejados, por mais agudamente que o sejam, por mais vivas riquezas de incidentes que possuam, há sempre certa dureza ou nudez que repele o olhar artístico. Duas coisas são invariavelmente requeridas: primeiramente, certa soma de complexidade, ou, mais propriamente, de adaptação; e, em segundo lugar, certa soma de sugestividade, certa subcorrente embora indefinida de sentido. Esta última, afinal, é que dá a uma obra de arte tanto daquela *riqueza* (para tirar da conversação cotidiana um termo eficaz) que gostamos demais de confundir com o *ideal*. É o *excesso* do sentido sugerido, é torná-lo a corrente superior, em vez da subcorrente do tema, que transforma em prosa (e prosa da mais chata espécie) a assim chamada poesia dos assim chamados transcendentalistas.

Mantendo essas opiniões, ajuntei duas estâncias que concluem o poema, sendo sua sugestividade destinada a penetrar toda a narrativa que as precede. A subcorrente de significação torna-se primeiramente evidente no verso

“Retira a garra que me corta o peito e vai-te dessa porta!”
E o Corvo disse: “Nunca mais!”.

Deve-se observar que as palavras “o peito” envolvem a primeira expressão metafórica no poema. Elas, com a resposta “Nunca mais”, dispõem a mente a buscar uma moral em tudo quanto foi anteriormente

narrado. O leitor começa agora a encarar o Corvo como simbólico, mas não é senão nos versos finais da última estância que se permite distintamente ser vista a intenção de torná-lo um emblema da *Recordação dolorosa e in ndável*:

E lá ficou! Hirto, sombrio, ainda hoje o vejo, horas
a fio, sobre o alvo busto de Minerva, inerte sempre em meus
umbrais.

No seu olhar medonho e enorme o anjo do mal, em sonhos, dorme,
e a luz da lâmpada, disforme, atira ao chão a sua sombra.
Nela, que ondula sobre a alfombra, está *minha alma* e, *presa à sombra*,
Não há de erguer-se, ai! nunca mais!

ANÁLISE RACIONAL DO VERSO

A palavra “verso” é usada aqui não no seu sentido estrito, ou primitivo, mas como o termo mais conveniente para exprimir em geral e sem pedantismo tudo quanto está implicado na consideração de ritmo, rima, metro e versificação.

Não há, talvez, assunto literário que tenha sido mais pertinazmente discutido, e não há nenhum, decerto, a respeito do qual se possa dizer que existe tanta incúria, confusão, falsas noções, embustes, mistificação e ignorância chapada de todos os lados. Fosse o assunto realmente difícil, ou não fosse, mesmo no reino nebuloso da metafísica, onde os vapores da dúvida pudessem assumir toda e qualquer forma, à vontade, ou de acordo com a fantasia do observador, teríamos menos razão de espanto, diante de toda essa contradição e perplexidade; mas, na realidade, o assunto é excessivamente simples; um décimo dele, possivelmente, pode ser chamado ético; nove décimos, porém, pertencem às matemáticas; e o todo está incluído nos limites do mais vulgar senso comum.

“Mas, se é este o caso”, ser-me-á perguntado, “como pode ter surgido tanta incompreensão? É concebível que milhares de intelectuais profundos, investigando um assunto tão verdadeiramente simples, durante séculos, não tenham sido capazes de colocá-lo à mais plena luz, pelo menos, de que é ele suscetível?” Estas perguntas, confesso, não são respondidas com facilidade: em todo caso, uma resposta satisfatória a elas poderia custar mais complicações do que, se propriamente considerada, toda a *vexata questio* à qual elas se referem. Não obstante, há pequena dificuldade ou perigo em sugerir que os “milhares de intelectuais profundos” *podem* ter fracassado, primeiro, porque eram intelectuais; segundo, porque eram profundos e, em terceiro lugar, porque eram milhares, tendo sido a impotência do intelectualismo e da profundidade multiplicada dessa forma por mil. Estou falando seriamente nestas

sugestões, pois, em primeiro lugar, de novo, há algo no “intellectualismo” que nos induz a um culto cego pelo Ídolo do Teatro, de Bacon, a uma reverência irracional pela antiguidade; em segundo lugar, a própria “profundidade” é raramente profunda — é da natureza da Verdade em geral, como de alguns minérios em particular, ser mais rica quando mais superficial; em terceiro lugar, o assunto mais claro pode ser enublado pela simples superabundância de palavras. Em química, o melhor meio de separar dois corpos é acrescentar-lhes um terceiro: em especulação, os fatos muitas vezes concordam com os fatos, e os argumentos com os argumentos, até que um fato adicional, bem-intencionado, ou um argumento, ponha tudo em conflito. Em um caso dentre cem, um ponto é excessivamente discutido, porque é obscuro; em noventa e nove restantes é obscuro, porque excessivamente discutido. Quando um assunto é desta forma circunstanciado, a mais pronta maneira de investigá-lo é esquecer que qualquer investigação anterior tenha sido tentada.

Mas, de fato, enquanto muito tem sido escrito sobre os ritmos grego e latino, e mesmo sobre o hebraico, pouco esforço tem sido feito para examinar os de qualquer das línguas modernas. No que concerne ao inglês, relativamente, nada se fez. Pode-se dizer, realmente, que estamos sem um tratado sobre nosso próprio verso. Nas nossas gramáticas comuns e nas nossas obras de retórica ou prosódia, em geral, podem ser encontrados capítulos acidentais, é verdade, sob o título “Versificação”, mas são, em todos os casos, excessivamente minguados. Não pretendem analisar; nada propõem como sistema; não fazem tentativa, nem mesmo de uma regra; tudo depende de “autoridade”. Estão confinados, de fato, à simples exemplificação das supostas variedades dos pés ingleses e dos versos ingleses, embora em nenhuma obra, que eu conheça, estejam esses pés corretamente dados, ou esses versos detalhados em algo como sua plena extensão. No entanto, o que tem sido mencionado é tudo, se excetuarmos as ocasionais introduções de algum pedagogismo, tais como esta, pedida emprestada à prosódia grega: “Quando está faltando uma sílaba, diz-se que o verso é catalético; quando a medida é exata, o verso é acatalético; quando há uma sílaba redundante, forma hipérmetro”. Ora, que um verso se chame catalético ou acatalético é, talvez, um ponto sem vital importância; é mesmo possível que o estudante possa decidir,

prontamente, quando o *a* deveria ser empregado e quando omitido, e, no entanto, ignorar, ao mesmo tempo, *tudo* quanto é digno de conhecer-se a respeito da estrutura do verso.

Um principal defeito em qualquer dos nossos tratados (se se pode chamar de tratados) é a confinação do assunto a simples *Versificação*, quando *Verso*, em geral, com a significação dada ao termo no cabeçalho deste artigo, é a questão real em litígio. Nem estou mesmo certo se alguma de nossas gramáticas define sequer, propriamente, a própria palavra versificação. “Versificação”, diz uma obra que tenho aqui à vista, cuja exatidão é bem mais do que usual, a *Gramática Inglesa* de Gould Brown, “Versificação é a arte de arranjar palavras em linhas de correspondente extensão, de modo a produzir harmonia, pela alternância regular de sílabas de quantidade diferente”. O começo desta definição pode aplicar-se, de fato, à *arte* da versificação, mas não à própria versificação. Versificação não é a arte de arranjar etc., mas o próprio arranjo, distinção demasiado evidente, para precisar de comentário. O erro aqui é idêntico ao que tem sido há muito tempo permitido e que desonra a página inicial de todas as nossas gramáticas escolares. Refiro-me às definições da própria Gramática Inglesa. “Gramática Inglesa, diz-se, é a arte de escrever e de falar corretamente a língua inglesa.” Esta fraseologia, ou algo essencialmente semelhante, é empregada, creio, por Bacon, Miller, Fisk, Greenleaf, Ingersoll, Kirkland, Cooper, Flint, Pue, Comly e muitos outros. Estes cavalheiros, presume-se, adotaram-na sem exame, de Murray, que a derivou de Lily (cuja obra era *quam solam Regio Majestas in omnibus scholis docendam proecipit*) e que dela se apropriou sem confessá-lo, mas com alguma modificação sem importância, da Gramática Latina de Leonicens. Pode-se mostrar, porém, que esta definição, tão completamente aceita, não é, e não pode ser, uma definição própria para a Gramática Inglesa. Uma definição é aquela que descreve seu objeto, a fim de distingui-lo dentre outros, não é definição de qualquer coisa, se seus termos são aplicáveis a qualquer uma outra. Mas se se perguntar: “Qual é o objetivo, o fim, o escopo da Gramática Inglesa?”, nossa resposta evidente é: “A arte de escrever e de falar corretamente a língua inglesa”, isto é, devemos usar as palavras, precisamente empregadas, como definição da própria Gramática Inglesa. Mas o objetivo a ser obtido, por

qualquer meio, não é, seguramente, esse meio. A Gramática Inglesa e o fim visado pela Gramática Inglesa são duas coisas suficientemente distintas; nem pode ser uma, razoavelmente, encarada como sendo a outra, assim como um anzol não se pode confundir com um peixe. Portanto, a definição que for aplicável, no último caso, não será verdadeira no primeiro. A gramática, em geral, é a análise da linguagem; a Gramática Inglesa é a análise da língua inglesa.

Mas voltemos à Versificação tal como foi definida em nossa citação acima. “É a arte”, diz o trecho, “de arranjar as palavras em *versos de correspondente extensão*.” Não é tal: de modo algum é essencial a correspondência entre a extensão dos versos. As odes pindáricas são, por certo, exemplo de versificação, e tais composições, porém, são assinaladas pela extrema diversidade na extensão de seus versos.

Diz-se, ademais, que o arranjo das palavras tem a finalidade de produzir “*Harmonia* pela alteração regular” etc. Mas a *harmonia* não é o alvo único — e nem mesmo o principal. Na construção do verso, a *melodia* nunca deveria ser deixada de lado; contudo este é um ponto que todas as nossas Prosódias, inexplicabilissimamente, evitaram tocar. Regras lógicas a esse respeito formariam uma parte de todos os sistemas de ritmo.

“De modo a produzir harmonia”, diz a definição, “pela *alternação regular*” etc. Uma *alternação regular*, como a citada, não faz parte de nenhum princípio de versificação. O arranjo de espondeus e dáctilos, por exemplo, no hexâmetro grego, é um arranjo que pode ser chamado *ao acaso*. Pelo menos, é arbitrário. Sem prejudicar o verso, como um todo, um dáctilo pode ser substituído por um espondeu, ou vice-versa, em qualquer ponto que não seja o último pé, ou o penúltimo, sendo aquele sempre um espondeu e este quase sempre um dáctilo. Aí, é claro, não temos “*alternação regular* de sílabas que diferem em quantidade”.

“De modo a produzir harmonia”, prossegue a definição, “pela *alternação regular de sílabas que diferem em quantidade*”; em outras palavras, pela alteração de sílabas longas e curtas; pois, no ritmo, todas as sílabas são, necessariamente, longas ou curtas. Mas não somente nego a necessidade de qualquer *regularidade*, na sucessão dos pés e, por consequência, das sílabas, como discuto a essencialidade de qualquer *alternação*, regular ou irregular, de sílabas longas e breves. Nosso autor,

note-se, está dando uma definição da versificação em geral, e não da versificação inglesa em particular.

Mas os metros grego e latino abundam em espondeus e pírricos, consistindo os primeiros em duas sílabas longas e o último em duas breves; e inúmeros são os exemplos da imediata sequência de muitos espondeus e muitos pírricos.

Aqui está um trecho de Silius Italicus:

Fallis te mensas inter quod credis inermem
Tot bellis quaesita viro, tot caedibus armat
Majestas aeterna ducem: si admoveris ora
Cannas et Trebium ante oculos Transymenaque busta
Et Pauli stare ingentem miraberis umbram

Fazendo-se as elisões, exigidas pelas Prosódias clássicas, escandiremos esses hexâmetros da seguinte forma:

Fállis / tē mēn / sās īn / tēr qūod / crēdīs īn / ērmēm /
Tōt bēl / lis qūae / sīta vī / rō, tōt / caedībūs / ārmāt /
Mājēs / tās ē / tērnā dū / cēm sād / mōvērīs / ōrā /
Cānnās / ēt Trēbi' / āntōcū / lōs Trāsý / mēnāque /
[būstā /
Et Pāu / li stā / r'īngēn / tēm mī / rābērīs / ūmbrām

Vê-se que, no primeiro e no último desses versos, só temos duas sílabas breves entre treze, com uma sucessão ininterrupta de *nove* sílabas longas. Como, porém, conciliaremos tudo isso com uma definição de versificação que a descreve como “a arte de arranjar as palavras em versos de correspondente extensão, de modo a produzir harmonia pela *alternação regular de sílabas que diferem em quantidade*”?

Pode-se insistir, porém, em que a intenção de nosso prosodista era falar somente dos metros ingleses e que, omitindo qualquer menção do espondeu e do pírrico, confessou ele, virtualmente, sua exclusão de nossos ritmos. Um gramático nunca é desculpável, no campo das boas intenções. Exigimos dele, mais do que de ninguém, rigorosa precisão de estilo. Mas aceitemos a intenção. Admitamos que nosso autor, seguindo o exemplo de todos os autores de Prosódia Inglesa, tenha tido, ao definir a

versificação em geral, a intenção de definir, simplesmente, a do inglês. Todos estes prosodistas, afirmaremos, rejeitam o espondeu e o pírrico. Contudo, todos admitem o jâmbico, que consiste em uma sílaba breve, seguida de uma longa; o troqueu, que é o contrário do jâmbico; o dâctilo, formado de uma sílaba longa, seguida de duas breves; e o anapesto, de duas breves seguidas de uma longa. O espondeu é impropriamente rejeitado, como mostrarei imediatamente. O pírrico é, com razão, desprezado. Sua existência, tanto no ritmo antigo, como no moderno, é puramente quimérica, e insistir em tão complicada nulidade, como um pé de *duas* sílabas *breves*, apresenta, talvez, a melhor prova da grosseira irracionalidade e subserviência à autoridade que caracteriza nossa Prosódia. Entrementes, os conhecidos dâctilo e anapesto são suficientes para sustentar minha afirmativa, a respeito da “alternação” etc., sem referência a pés, que se supõe existirem apenas nos metros gregos e latinos, pois um anapesto e um dâctilo podem encontrar-se no mesmo verso quando, sem dúvida, teremos uma sucessão ininterrupta de quatro sílabas breves. O encontro desses dois pés, para sermos exatos, é um acidente não contemplado na definição agora discutida; pois esta definição, exigindo uma “alternação regular de sílabas que diferem em quantidade”, insiste numa sucessão regular de *pés* semelhante. Mas eis aqui um exemplo:

Sîng tồ mề | Isăbêlle.

Este é o verso inicial de uma pequena balada, que tenho agora diante dos olhos e que prossegue no mesmo ritmo, particularmente bela, aliás. Mais do que tudo isto: os versos ingleses são muitas vezes bem-compostos, inteiramente, de uma sucessão regular de sílabas *todas da mesma* quantidade: o primeiro verso, por exemplo, da seguinte quadra de Arthur C. Coxe:

March! march! march!
Making sounds as they tread,
Ho! ho! how they step,
Going down to the dead!

O verso grifado está formado de três cesuras. A cesura, a respeito da qual tenho muito de dizer adiante, é rejeitada pelas prosódias inglesas e grosseiramente adulterada na prosódia clássica. É um pé perfeito — o mais importante em todo verso — e consiste numa simples sílaba *longa*; *mas a extensão dessa sílaba varia*.

Provou-se assim, desta forma, que não há *nenhum* ponto da definição em questão que não envolva um erro; e em vão procuraremos qualquer coisa mais satisfatória, ou mais inteligível, em qualquer dos tratados publicados sobre esse assunto.

Falha tão geral e tão total só se pode atribuir a uma radical falsa noção. De fato, os prosodistas ingleses têm acompanhado cegamente os pedantes. Estes últimos, como os *carneiros de Panurgio*, têm-se ocupado em cair, sem cessar, dentro das valas, pela excelente razão de que os seus chefes assim caíram antes. Tendo sido tomada como ponto de partida, a *Ilíada* foi colocada em lugar da natureza e do senso comum. Sobre esse poema, em vez de sobre os fatos e deduções dos fatos ou sobre a lei natural, construíram-se sistemas de pés, metros, ritmos, regras — regras que se contradizem umas às outras, a cada cinco minutos, e para quase todas as quais pode-se encontrar o dobro de exceções sobre os exemplos. Se alguém tiver a fantasia de querer ficar inteiramente confundido, de ver até onde a presunção do que se chama “erudição clássica” pode levar um rato de biblioteca a extrair da luz do sol a escuridão, deixem-no folhear, durante alguns momentos, qualquer das Prosódias Greco-Alemãs. A única coisa que ressalta claramente delas é um desprezo magnificentíssimo pelo princípio de Leibniz de “uma razão suficiente”.

Desviar a atenção do assunto real em questão, para qualquer ulterior referência a estas obras, é desnecessário e seria ineficaz. Não posso recordar-me neste instante de qualquer particularidade essencial de informação que delas se possa extrair, e as largarei aqui com esta simples observação — que, empregando dentre os numerosos pés *antigos* o espondeu, o troqueu, o jâmbico, o anapesto, o dáctilo e a cesura, somente escandirei *corretamente* qualquer dos ritmos horacianos, ou qualquer verdadeiro ritmo que a habilidade humana possa conceber. E este excesso de pés quiméricos é talvez a mínima das superfluidades escolásticas. *Ex uno disce omnia*. O fato é que a *quantidade* é um ponto em cuja investigação

o ferro-velho da simples erudição pode ser dispensado, como em tudo o mais. Sua apreciação é universal. Não pertence a região, a raça ou a era alguma em especial. Os gregos ouviam a melodia e a harmonia com os mesmos ouvidos, precisamente iguais, que empregamos para idênticas finalidades atualmente. E eu não seria condenado, como herético, se afirmasse que um relógio em Atenas teria trabalhado bem, da mesma maneira como trabalha um relógio na cidade de Penn.

O Verso se origina do prazer humano da igualdade e da conveniência. A este prazer, também todas as formas de verso, ritmo, metro, estrofe, rima, aliteração, estribilho e outros efeitos análogos têm de se referir. Como há bastantes leitores que, habitualmente, confundem ritmo e metro, vem muito a propósito aqui dizer que aquele diz respeito ao *caráter* dos pés (isto é, arranjo de sílabas), ao passo que o último diz respeito ao *número* daqueles pés. Assim, por um “*ritmo dactílico*” exprimimos uma sequência de dactilos. Por um “*hexâmetro dactílico*” significamos um verso ou medida que consiste em seis daqueles dactilos.

Mas voltemos à *igualdade*. Sua ideia abrange as de similaridade, proporção, identidade, repetição e adaptação ou adequação. Pode não ser muito difícil ir mesmo até atrás da ideia de igualdade e mostrar, ao mesmo tempo, como e por que é que a natureza humana tira prazer dela, mas tal investigação seria supérflua para qualquer objetivo agora em vista. Basta que o *fato* seja inegável: o fato de que o homem extrai prazer de sua percepção de igualdade. Examinemos um cristal. Interessamo-nos imediatamente pela igualdade que existe entre os lados e entre os ângulos de uma de suas faces; a igualdade dos lados nos agrada, a dos ângulos duplica o prazer. Examinando uma segunda face, a todos os respeitos igual à primeira, este prazer parece elevar-se ao quadrado; examinando uma terceira, eleva-se ele ao cubo e assim por diante. Não tenho dúvida realmente de que o deleite experimentado, se mensurável, mostraria ter exata relação matemática tal como sugiro, isto é, até certo ponto, além do qual haveria um decréscimo em relações semelhantes.

A percepção de prazer na uniformidade de *sons* é o princípio da *Música*. Ouvidos não experimentados podem apreciar apenas simples uniformidade, tais como as das árias de canções. Comparando um simples som com outro estão eles demasiado ocupados para poder

comparar a igualdade subsistente, entre aqueles dois simples sons, tomados conjuntamente, e dois outros simples sons semelhantes, tomados conjuntamente. Ouvidos experimentados, por outra parte, apreciam ambas as igualdades, no mesmo instante, embora seja absurdo supor que ambas são *ouvidas* ao mesmo tempo. Uma é ouvida e apreciada por si mesma, a outra é ouvida pela memória, e o momento desliza nela e se confunde com a apreciação secundária. O gosto musical, altamente cultivado desta maneira, goza não somente destas duplas igualdades, todas apreciadas a um só tempo, mas toma aprazível conhecimento, pela memória, de igualdades de membros, ocorridas a intervalos tão grandes que o gosto sem cultivo as perde inteiramente. Que este último possa propriamente avaliar ou decidir sobre os méritos do que se chama música científica é, sem dúvida, impossível. Mas a música científica não reclama excelência intrínseca; é adequada apenas a ouvidos científicos. No seu excesso é o triunfo do *físico* sobre o *moral* da música. O sentimento é dominado pela razão. Em resumo, os advogados das melodias e harmonias mais simples têm infinitamente o melhor dos argumentos, embora tenha havido muito pouco de real argumento sobre o assunto.

No *verso*, que não pode ser melhor designado do que como uma música inferior, ou menos capaz, há, felizmente, pouca probabilidade de complexidade. Seu caráter rigidamente simples, nem mesmo a Ciência, nem mesmo a Pedanteria podem grandemente perverter.

O rudimento do verso pode provavelmente ser encontrado no *espondeu*. O verdadeiro germe de um pensamento, que busca satisfação na igualdade do som, resultaria na construção de palavras de duas sílabas, igualmente acentuadas. Corroborando estas ideias, vemos que os espondeus abundam em grande parte nas línguas mais antigas. Podemos facilmente supor que o segundo passo seja a comparação, isto é, a colocação de dois espondeus ou duas palavras compostas cada uma de um espondeu. O terceiro passo seria a justaposição de três dessas palavras. Desta vez a percepção de monotonia induziria a posterior consideração; e assim suscita aquilo que Leigh Hunt se mostra tão prolixo em discutir, sob o título “O *Princípio* da Variedade na Uniformidade”; por certo não há princípio no caso — nem em sustentá-lo. A “Uniformidade” é o princípio; a “Variedade” é apenas a proteção natural do princípio,

contra a autodestruição por excesso de si mesmo. “Uniformidade”, ademais, é a pior palavra que poderia ter sido escolhida para a expressão da ideia a que objetiva.

Tendo a percepção do monótono dado origem a uma tentativa de abrandá-lo, o primeiro pensamento, nessa nova direção, seria o de reunir duas ou mais palavras, formadas cada uma de duas sílabas, diferentemente acentuadas (isto é, breves e longas), mas tendo a mesma ordem em cada palavra — em outros termos, de examinar dois ou mais jâmbicos, ou dois ou mais troqueus. E aqui permiti-me uma pausa para asseverar que se tem escrito mais lastimáveis tolices sobre o assunto das sílabas *longas* e *breves* do que sobre qualquer outra questão existente. Em geral, uma sílaba é longa ou breve quando é difícil ou fácil de enunciar. As sílabas *naturalmente* longas são as obstruídas de consoantes; as sílabas *naturalmente* breves são as desobstruídas; tudo o mais não passa de artificialidade e palavrório. As Prosódias Latinas dão a regra de que “uma vogal seguida de duas consoantes é longa”. Essa regra se deduz da “autoridade”, isto é, da observação de que as vogais assim situadas, nos poemas antigos, são sempre sílabas longas, pelas leis de escansão. A filosofia da regra não foi tocada, e reside simplesmente na dificuldade física de proferir tais sílabas, de realizar os movimentos da língua necessários à sua elocução. Sem dúvida, não é a *vogal* que é longa (embora a regra o diga), mas a sílaba de que ela faz parte. Ver-se-á que, dependendo a extensão de uma sílaba da facilidade ou dificuldade de sua enunciação, deve haver grande variação em várias sílabas, mas, para os fins do verso, supomos uma sílaba longa igual a duas curtas e na leitura corrigimos os desvios naturais dessa relatividade. Quanto mais estreitamente nossas sílabas longas se aproximem desta relação com as nossas sílabas breves, tanto melhor, *ceteris paribus*, será nosso verso: mas se a relação não existe por si mesma, forçá-la-emos pela ênfase, que, sem dúvida, pode fazer qualquer sílaba tão longa quanto se desejar; ou, com certo esforço, poderemos pronunciar com brevidade não natural qualquer sílaba naturalmente longa demais. As sílabas *acentuadas* são, sem dúvida, sempre longas, mas, quando desobstruídas de consoantes, podem ser classificadas entre as *não* naturalmente longas. Somente o costume determinou que as acentuássemos, isto é, que nos demorássemos nelas;

mas nenhuma dificuldade inevitável da língua nos força a fazê-lo. Em suma, toda sílaba longa deve concordantemente ocupar em sua pronúncia, ou ser *levada* a ocupar, precisamente o tempo requerido para duas breves. A única exceção desta regra é a cesura, da qual falaremos depois.

O sucesso da experiência com os troqueus ou jâmbicos (um teria sugerido o outro) deve ter levado a uma série de dáctilos ou anapestos (dactílicos ou anapestos naturais), *palavras* dactílicas ou anapésticas. E agora se chegou a um certo grau de complexidade. Cabe apreciar, primeiramente, a igualdade entre os diversos dáctilos ou anapestos e, em segundo lugar, entre as sílabas longas e as breves conjuntamente. Mas aqui poder-se-ia dizer que, nesse andar, teríamos continuado tal rotina, até que todos os pés das Prosódias Gregas ficassem exaustos. De modo algum; aqueles pés restantes não têm existência, a não ser no cérebro dos escoliastas. É desnecessário imaginar homens inventando tais coisas e loucura explicar como e por que as inventaram, até que primeiro se mostre que foram realmente inventadas. Todos os outros pés, além daqueles que especifiquei, são, se não impossíveis à primeira vista, simples combinações dos especificados; e, embora esta asserção seja rigorosamente verdadeira, para evitar interpretação errônea, dar-lhe-ei uma forma um tanto diferente. Direi, pois, que atualmente não conheço *ritmo*, nem acredito que qualquer um possa ser construído, que, em sua última análise, não se verifique consistir inteiramente nos pés, que mencionei, quer existindo em sua condição individual e evidente, ou entremeado com cada outro, de acordo com simples leis naturais, que tentarei expor em seguida.

Chegamos já a um ponto de supor homens construindo indefinidas sequências de palavras espondaicas, jâmbicas, trocaicas, dactílicas ou anapésticas. *Ampliando* essas sequências, serão de novo detidos pelo senso da monotonia. Uma sucessão de espondeus teria imediatamente desagradado; uma de jâmbicos ou troqueus, por causa da variedade incluída pelo próprio pé, levaria mais tempo a desagradar; uma de dáctilos, ou anapestos, ainda mais tempo; mas mesmo esta última, se levada muito longe, deveria tornar-se fatigante. A ideia, primeiramente, de encurtar e depois de limitar a extensão de uma sequência seria assim

imediatamente suscitada. Aí, pois, está a *linha*, ou verso propriamente dito.^[32] Estando constantemente o princípio da igualdade no fundo de todo o processo, as linhas naturalmente serão feitas, em primeira instância, com um número igual de pés; na segunda instância, haveria variação simplesmente numérica; uma linha seria duas vezes maior que a outra; depois, uma seria um tanto menos evidente múltiplo da outra; em seguida, proporções ainda menos evidentes seriam adotadas — não obstante, haveria *proporção*, isto é, ainda uma fase de igualdade.

Uma vez introduzidas as linhas, a necessidade de limitar, distintamente, essas linhas *ao ouvido* (como ainda não existe o verso escrito) levaria a uma investigação de suas capacidades *em suas terminações* — e então saltaria a ideia da igualdade de som, entre as sílabas finais —, em outras palavras, de *rima*. Primeiramente, ela seria usada só nos ritmos jâmbicos, anapésticos e espondaicos (contanto que o último não tenha sido de há muito posto de lado, dada a sua insipidez), porque esses ritmos, concluindo com sílaba longa, manteriam melhor a necessária prostração da voz. Não decorreria muito, porém, até que o efeito, verificado agradável e utilizável, se aplicasse aos dois ritmos restantes. Mas como a força principal da rima deve residir na sílaba acentuada, a tentativa de criar rimas de qualquer forma, nestes dois ritmos restantes, o dáctilo e o trocaico, necessariamente resultaria em rimas duplas e trípticas, tais como *beauty* com *duty* (trocaico) e *beautiful* com *dutiful* (dactílico).

Deve-se observar que, ao sugerir tais processos, não lhes marco data nem mesmo insisto sobre sua ordem. Supõe-se que a rima seja de origem moderna e isso permanece intato, onde demonstra o que digo. Posso, porém, de passagem, dizer que vários exemplos de rima ocorrem nas “Nuvens”, de Aristófanes, e que os poetas romanos, ocasionalmente, a empregaram. Há uma espécie efetiva de rima antiga que nunca veio para os modernos: é aquela em que a última e a penúltima sílaba rimam entre si. Por exemplo:

Parturiunt montes; et nascitur ridiculus mus.

Ou então:

Litoreis ingens inventa sub ilicibus sus.

As terminações do verso hebraico (tanto quanto conheço) não mostram sinais de rima; mas que pessoa razoável pode duvidar de que ela realmente exista? O fato de que os homens tão obstinada e cegamente insistissem, em geral, *mesmo até os dias atuais*, em limitar a rima aos *ns* das linhas, quando seu efeito é mesmo melhor aplicável em outra parte, indica, em minha opinião, o sentido de certa *necessidade* na conexão dos fins com a rima — sugere que a origem da rima reside numa necessidade que a liga com o fim — mostra que nem o simples acaso, nem a simples fantasia deram origem à conexão; indica, em uma palavra, a verdadeira necessidade que eu sugeri (a de certo modo de limitar as linhas ao ouvido) como a real origem da rima. Admitido isto, lançamos essa origem para bem distante, na noite dos tempos, para além da origem do verso escrito.

Mas resumamos. O acervo de complexidade, que agora supus atingido, é bastante considerável. Vários sistemas de igualização são apreciados imediatamente (ou quase isso) em seus respectivos valores e no valor de cada sistema, com referência a todos os outros. Com nosso atual *ultimatum* de complexidade, chegamos às linhas de tríplice rima, naturalmente dactílicas, existindo tanto proporcional como igualmente, em relação a outras linhas de tríplice rima e naturalmente dactílicas. Por exemplo:

Virginal Lilian, rigidly, sumblily dutiful;
Saintily, lowlily,
Thrillingly, halily
Beautiful!

Aqui, apreciamos, primeiro, a absoluta igualdade entre a sílaba longa de cada dactilo e as duas breves conjuntamente; em segundo lugar, a absoluta igualdade entre cada dactilo e qualquer outro dactilo, em outras palavras, entre todos os dactilos; em terceiro, a absoluta igualdade entre as duas linhas médias; em quarto, a absoluta igualdade entre a primeira linha e as três outras, tomadas conjuntamente; em quinto, a absoluta igualdade entre as duas últimas sílabas das respectivas palavras “dutiful” e “beautiful”; em sexto lugar, a absoluta igualdade entre as duas últimas

sílabas das respectivas palavras “lowlily” e “holily”; em sétimo, a igualdade aproximada entre a primeira sílaba de “dutiful” e a primeira sílaba de “beautiful”; em oitavo lugar, a igualdade aproximada entre a primeira sílaba de “lowlily” e a de “holily”; em nono lugar, a igualdade proporcional (de cinco para um) entre a primeira linha e cada um de seus membros, os dáctilos; em décimo lugar, a igualdade proporcional (de dois para um) entre cada uma das linhas médias e seus membros, os dáctilos; em décimo primeiro lugar, a igualdade proporcional entre a primeira linha e cada uma das duas médias, de cinco para dois; em duodécimo lugar, a igualdade proporcional entre a primeira linha e a última, de cinco para um; em décimo terceiro lugar, a igualdade proporcional entre cada uma das linhas médias e a última, de dois para um; finalmente a igualdade proporcional em referência ao número, entre todas as linhas tomadas coletivamente e qualquer linha individual, de quatro para um.

A consideração desta última igualdade daria origem imediatamente à ideia de *estância*,^[33]isto é, a isolação de linhas em massas iguais ou claramente proporcionais. Na sua primitiva forma (que era também a melhor), a estância deve ter sido, mais provavelmente, absoluta unidade. Em outras palavras, a remoção de qualquer uma de suas linhas tê-la-ia tornado imperfeita, como no caso acima, em que se a última linha, por exemplo, fosse retirada, não ficaria rima para o “dutiful” da primeira. A estância moderna é excessivamente solta e, por conseguinte, inútil como coisa natural.

Ora, embora na afirmativa deliberadamente escrita que aqui fiz destes vários sistemas de igualdade pareça haver uma infinidade de complexidade a tal ponto que é difícil conceber o pensamento, tomando conhecimento delas todas, no breve período ocupado pela leitura ou recitação da estância, contudo a dificuldade é de fato apenas aparente, quando desejamos que ela assim se torne. Qualquer pessoa amante de experiência mental pode satisfazer-se fazendo a prova de que, escutando as linhas realmente (embora com uma aparente inconsciência, por causa das nítidas evoluções da sensação), reconhece e instantaneamente aprecia (mais ou menos intensamente, na proporção do cultivo de seu ouvido) cada uma e todas as igualizações detalhadas. O prazer recebido ou

recebível tem verdadeiramente aumento tão progressivo, e em relações quase tão matemáticas, como as que já sugeri no caso do cristal.

Observar-se-á que falo de uma igualdade simplesmente aproximada entre a primeira sílaba de “dutiful” e a de “beautiful”, e pode-se perguntar por que não podemos imaginar que as primeiras rimas tenham tido absoluta, em vez de aproximada, igualdade de som. Mas a absoluta igualdade teria implicado o uso de palavras idênticas, e é a duplicada mesmice ou monotonia, tanto de sentido como de som, que teria causado a rejeição dessas rimas, naquela mesma primeira instância.

A estreiteza dos limites, dentro dos quais o verso composto de pés naturais somente devia necessariamente ter sido confinado, teria conduzido, depois de *brevíssimo* intervalo, à experimentação e imediata adoção de pés artificiais, isto é, de pés *não constituídos* cada um de uma simples palavra, mas de duas, ou mesmo de três, ou de partes de palavras. Estes pés seriam entremeados de outros naturais. Por exemplo:

ā brēath | cān māke | thēmās | ā brēath | hās mādē

Isto é uma linha jâmbica, na qual cada jâmbico é formado de duas palavras. Novamente:

Thē ūn | ĭmā | gīnā | blē mīght | ōf Jōve.

Isto é uma linha jâmbica, na qual o primeiro pé é formado de uma palavra e uma parte de outra palavra; o segundo e o terceiro de partes tiradas do corpo ou interior de uma palavra; o quarto de uma parte e de uma inteira; o quinto de duas palavras completas. Não há pés *naturais* em qualquer das linhas. De novo:

Cān ĭt be | fāncied that | dēity | ēvēr vīn | dīctively
Mādē ĭn hīs | ĭmāge ā | mānnīkīn | mērely tō | mādđen ĭt?

Estas são duas linhas dactílicas, nas quais encontramos pés naturais (“Deity”, “mannikin”); pés compostos de duas palavras (“fancied that”, “image a”, “merely to”, “madden it”); pés compostos de três palavras (“can

it be”, “made in his”); um pé composto de uma parte de uma palavra (“dictively”); e um pé formado de uma palavra (“ever vin”).

E agora, na nossa marcha de suposições, chegamos a tal ponto que exaurimos todas as *essencialidades* do verso. O que se segue pode ser, estritamente falando, encarado como simples embelezamento, mas, mesmo neste embelezamento, o senso rudimentar de *igualdade* teria sido o impulso incessante. Seria, por exemplo, simplesmente, em procurar ulterior direção para este senso, que os homens chegariam a tempo de pensar no *estribilho* ou refrão em que, ao fim de muitas estâncias de um poema, uma palavra ou frase é *repetida*, e na aliteração, em cuja forma mais simples uma consoante é *repetida* no começo de várias palavras. Este efeito seria estendido, a ponto de abarcar repetições, tanto de vogais como de consoantes, no corpo, bem como nos começos das palavras, e, num derradeiro período, far-se-ia por forma a invadir a província da rima, pela introdução da similaridade geral de som, entre todos os pés, que ocorrer no corpo de uma linha, cujas modificações todas já exemplifiquei na linha acima.

Made in his image a mannikin merely to madden it.

Ulterior cultivo melhoraria também o *estribilho*, aliviando sua monotonia, com leve variação da frase, a cada repetição, ou (como tentei fazer em “O Corvo”) mantendo a frase e variando sua aplicação, embora este último ponto não seja estritamente um efeito rítmico *sozinho*. Finalmente, os poetas, quando levemente fatigados do precedente seguinte, quanto mais de perto o acompanharem, tanto menos o perceberão, eles, em companhia da razão, se aventurariam a ponto de mais condescenderem com rimas positivas, em outros pontos, do que nos finais das linhas. Em primeiro lugar, o colocariam no meio da linha, depois em algum ponto em que o múltiplo seria menos evidente, e depois, alarmados diante de sua própria audácia, desfariam todo o seu trabalho cortando aquelas linhas em duas. E aqui está a fecunda fonte da infinidade de “metro breve” pelo qual a poesia moderna é, se não distinguida, pelo menos desonrada. Requereria um alto grau, na verdade, de cultivo e de coragem, da parte de qualquer versificador, para capacitá-

lo a colocar suas rimas, e deixá-las permanecer na sua inquestionavelmente melhor posição, a de insóitos e *imprevistos* intervalos.

Por causa da estupidez de algumas pessoas, ou (se talento fosse uma palavra mais respeitável) por causa de seu talento na concepção errônea, acho necessário acrescentar aqui, primeiro, que eu acredito que o “processo” acima detalhado é quase, se não exatamente, aquele que *ocorria* na gradual criação daquilo que agora chamamos verso; em segundo lugar, que, embora assim acredite, eu contudo nem insisto no fato suposto, nem em minha crença nele, como uma parte das verdadeiras proposições deste artigo; em terceiro lugar, que, relativamente ao objetivo deste artigo, é sem importância, se estas operações ocorriam, quer na ordem que eu lhes determinara, quer noutra; sendo simplesmente minha intenção, apresentando um tipo geral do que tais operações *podiam* ter sido e *deviam* ter parecido, ajudá-los, a “certa gente”, a uma fácil compreensão do que tenho adiante que dizer a respeito do Verso.

Há um ponto que, no meu sumário das operações, propositadamente me abstive de tocar; porque este ponto, sendo o mais importante de todos por causa da imensidade de erros que implica a sua consideração, me levaria a uma série de detalhes incompatíveis com o objeto de um resumo.

Todo leitor de versos deve ter observado quão raramente acontece que mesmo qualquer linha prossiga uniformemente numa sucessão, tal como supus, de pés absolutamente iguais; isto é, numa sucessão de jâmbicos somente, ou só de troqueus, ou só de dáctilos, ou só de anapestos, ou só de espondeus. Mesmo nas linhas mais musicais, encontramos a sucessão interrompida. Os pentâmetros jâmbicos de Pope, por exemplo, se mostrarão, quando examinados, frequentemente variados por troqueus no começo, ou por (o que parece ser) anapestos no corpo da linha:

ōh thoū whātē | vēr tī | tlē plēase | thīne ēar |
Dēan Drā | pīēr Bīck | ērstāff | ōr Gūl | īvēr
Whēthēr | thōū choōse | Cērvān | tēs’ sē | rīōūs aīr |
ōr laūgh | ānd shāke | īn Rāb | ēlāis ēa | sy chāir. |

Tivesse alguém a suficiente franqueza para se reportar às Prosódias, em busca de solução para a presente dificuldade, encontrá-la-ia *resolvida*, como de costume, por uma *regra*, estatuinto o fato (ou o que a regra supõe que seja o fato), mas sem a menor tentativa de uma *análise racional*. “Por

uma *sinérese* de duas sílabas breves”, dizem os livros, “pode ser muitas vezes um anapesto empregado, em lugar de um jâmbico, ou um dáctilo por um troqueu... No começo de uma linha, um troqueu é muitas vezes usado em lugar de um jâmbico”.

Mistura é a corrente expressão inglesa para *sinérese*, mas *não* haveria mistura; nem é um anapesto *sempre* empregado em lugar de um jâmbico, nem um dáctilo em lugar de um troqueu. Estes pés diferem em tempo; e pés alguns tão diferentes podem jamais ser legitimamente empregados na mesma linha. Um anapesto é igual a quatro sílabas breves, um jâmbico somente a três. Os dáctilos e os troqueus mantêm a mesma relação. O princípio da *igualdade*, no verso, admite, é verdade, variação até certo ponto, para alívio da monotonia, como já mostrei, mas o ponto *do tempo* é aquele que, sendo o ponto rudimentar, nunca deve ser misturado com quaisquer outros.

Expliquemo-nos: em subsequentes esforços para aliviar a monotonia, além daqueles a que já aludi no resumo, os homens logo viram que não havia absoluta necessidade de aderir ao preciso número de sílabas, contanto que o tempo requerido para todo o pé fosse mantido inviolado. Viram, por exemplo, que, em linhas como:

ŏr lāugh | ānd shāke | ĩn Rāb | ēlāis' ēa | sy chāir. |

a igualização das três sílabas *elais ea*, com as duas sílabas que compõem qualquer dos outros pés, poderia ser facilmente realizada pela pronúncia das duas sílabas *elais*, em duplo tempo rápido. Pronunciando cada uma das sílabas *e* e *lais* duas vezes tão rapidamente como a sílaba *sy*, ou a sílaba *in*, ou qualquer outra sílaba breve, poderiam levar duas delas, tomadas juntamente, à extensão, isto é, ao tempo de qualquer uma sílaba breve. Esta consideração capacitou-os a efetuar a agradável variação das três sílabas, em lugar das duas uniformes. E o objetivo era a variação — variação para o ouvido. Que sentido há, pois, em supor que este objetivo foi tornado nulo pela *fusão* das duas sílabas, de modo a fazê-las, para todos os efeitos, uma? Sem dúvida, *não* deve haver fusão. Cada sílaba deve ser pronunciada tão distintamente quanto possível (ou então não há variação), mas com rapidez duas vezes maior que a da enunciação

habitual das sílabas breves. É evidente que as sílabas *elais ea* não compõem um anapesto e os sinais (˘ ˘ ˘) de sua acentuação são errôneos. O pé poderia ser escrito assim (˘˘˘ ˘), com os crescentes invertidos significando um tempo duas vezes mais rápido; e poderíamos chamá-lo um jâmbico bastardo.

Aqui está uma linha trocaica:

Sêc thê dēlicāte | fōotēd | rēin-deēr. |

As prosódias, isto é, as mais famosas dentre elas, decidiriam aqui que “delicate” é um dátilo usado em vez de um troqueu, e para justificar-se apoiar-se-iam no que chamam “sua regra”. Outros, variando a estupidez, insistiriam num ajustamento de Procusto, assim: “del’cate” — ajustamento recomendado a todas as palavras tais como *silvery, murmuring* etc., as quais, dizem, não só deveriam ser pronunciadas como escritas *silv’ry, murm’ring*, e assim por diante, onde quer que elas se encontrem numa situação trocaica. Só tenho a dizer que “delicate”, quando encontrada como acima, nem é um dátilo, nem um equivalente de dátilo; e sugeriria para ela esta acentuação (˘ , . , .); diria mais, que acho bom chamá-la um troqueu bastardo, e que todas as palavras, em todos os casos, devem ser escritas e pronunciadas *completamente*, e o mais naturalmente possível.

Há cerca de onze anos apareceu no *American Monthly Magazine* (então editado, creio, pelos srs. Hoffman e Benjamin) uma resenha dos poemas do sr. Willis. O crítico despendeu sua força, ou sua fraqueza, numa tentativa de mostrar que o poeta ou era absurdamente afetado ou ignorava redondamente as leis do verso; e a acusação baseava-se inteiramente no fato de que o sr. Willis fez uso casual dessa mesma palavra “delicate” e de outras palavras similares “na medida heroica, que todos sabem consistir em pés de duas sílabas”. O sr. Willis, por vezes, tinha linhas como estas, por exemplo:

That binds him to a woman’s delicate love...
In the gay sunshine reverent in the storm
With its invisible fingers my loose hair.

Aí, sem dúvida, os pés *licate love, verent in e sible n* são jâmbicos bastardos: *não são anapestos e não estão* impropriamente usados. Seu emprego, ao contrário, pelo sr. Willis, é apenas um dos inúmeros exemplos que ele deu de aguda sensibilidade em todas aquelas questões de gosto que podem ser classificadas sob o título geral de “Embelezamento fantasioso”.

Faz também cerca de onze anos, se não me engano, que o sr. Horne (inglês), autor de “Orion”, um dos mais nobres épicos de qualquer idioma, achou necessário dar como prefácio a seu “Chaucer Modernizado” um longo e evidentemente bem trabalhado ensaio, a maior porção do qual se ocupava da discussão dos pés aparentemente anômalos de que estamos falando. O sr. Horne aprova Chaucer no seu uso frequente; assegura sua superioridade, sobre todos os versificadores ingleses, *por causa* de usá-los com tanta frequência; e repele com indignação a ideia comum dos que fazem versos nos dedos e segundo a qual a sílaba supérflua é um erro e falta de cuidado; bate-se cavalheirescamente por ela, considerando-a sinal de “elegância”. Que é elegante não pode haver dúvidas; e o que lastimo é que o autor do longo poema mais felizmente versificado que existe estivesse na necessidade de discutir essa elegância simplesmente *como* elegância, através de quarenta ou cinquenta vagas páginas, somente por causa de sua inabilidade em mostrar *como e por que* é ela uma elegância, pois se o mostrasse a questão ficaria imediatamente assentada.

A respeito do troqueu, usado em lugar de um jâmbico, como vemos no princípio da linha

Whēthēr thou choose Cervantes' serious air,

pouca coisa necessita ser dita. Isso me leva à proposição geral de que, em todos os ritmos, os pés predominantes ou distintivos podem ser variados à vontade, e até mesmo ao acaso, pela introdução *ocasional* de pés equivalentes; isto é, pés em que a soma dos tempos silábicos seja igual à soma dos tempos silábicos dos pés distintivos. Assim, o troqueu “whether” é igual, na soma dos tempos de suas sílabas, ao jâmbico “tho~ u choo~ se”, na soma dos tempos das sílabas *deste*; pois cada pé, no tempo,

equivale a três sílabas curtas. Bons versificadores, que acontece serem também bons poetas, esforçaram-se por aliviar a monotonia de uma série de pés, pelo uso de pés equivalentes, somente a intervalos raros e em pontos tais de seu assunto, que pareçam em concordância com o *surpreendente* caráter da variação. Nada desse cuidado se vê na linha citada acima, embora Pope tenha alguns belos exemplos do efeito duplo. Quando a veemência deve ser fortemente expressada, não sei bem se estaríamos errados aventurando-nos a *dois* pés *consecutivos* equivalentes; embora não possa dizer que saiba de semelhante aventura, a não ser no seguinte trecho de “Al Aaraaf”, um poema juvenil, escrito por mim mesmo quando rapaz. Referia-me ao súbito e rápido advento de uma estrela:

“Dim was its little disk, and angel eyes
Alone could see the phantom in the skies,
Whēn first thē phāntōm’s cōurse wās fōund tō bē
Hēadlōng hīthērward o’er the starry sea”.

Na “proposição geral” acima, falei da *ocasional* introdução de pés equivalentes. Sucede às vezes que os versificadores inábeis, sem saber o que fazem, ou por que o fazem, introduzem tantas “variações” que excedem o número dos pés “distintivos”; então o ouvido imediatamente fica atordoado pelo *bouleversement* do ritmo. Excesso de troqueus, por exemplo, introduzidos num ritmo jâmbico, converteriam este último num ritmo trocaico. Posso observar aqui que, em todos os casos, o ritmo previsto deveria ser iniciado e continuado *sem* variação, até que o ouvido tivesse tempo bastante para compreender qual fosse o ritmo. Violando uma regra tão evidentemente baseada no senso comum, muitos mesmo de nossos melhores poetas não têm escrúpulos em começar um ritmo jâmbico com um troqueu, ou vice-versa; ou um dactílico com um anapesto, ou vice-versa, e assim por diante.

Erro um tanto menos censurável, embora ainda rotundo, é o de começar um ritmo não com um pé equivalente diferente, mas com um pé bastardo no ritmo pretendido. Por exemplo:

Māny ă | thōught will | cōme tō | mēmōry. |

Aqui, “many a” é o que explicamos ser um troqueu bastardo e compreende-se que deveria ser acentuado com crescentes invertidos. Só é censurável por causa de sua posição como pé de *abertura* de um ritmo trocaico. *Memory*, similarmente acentuado, é também um troqueu bastardo, mas *não* censurável, embora de modo algum se necessitasse dele.

A seguinte ilustração deste ponto permitir-me-á dar um passo importante.

Um de nossos mais finos poetas, o sr. Christopher Pearse Cranch, começa assim um poema, realmente belo:

Many are the thoughts that come to me
In my lonely musing;
And they drift so strange and swift
There's no time for choosing
Which to follow; for to leave
Any, seems a losing.

“A losing” (uma perda) para o sr. Cranch, naturalmente; mas isto, *en passant*. Verifica-se aí que a intenção é trocaica; embora *não* vejamos essa intenção pelo pé de abertura, como deveria ser, nem mesmo pela linha inicial. Lendo a estrofe inteira, porém, percebemos o ritmo trocaico como o intento geral e assim, depois de alguma reflexão, dividimos a primeira linha como se segue:

Many are the | thōughts thāt | cōme tō | mē. |

Assim escandida, a linha parecerá musical. *É*, altamente. E é porque não têm fim os exemplos de tais linhas de música aparentemente incompreensível que Coleridge achou conveniente inventar seu *sistema* absurdo, a que ele chama “escandir por acentos”, como se “escandir por acentos” fosse alguma coisa mais do que simples frase. Onde quer que “Christabel” não seja realmente *malfeita*, pode ela ser facilmente escandida pelas verdadeiras *leis* (e não pelas *regras* hipotéticas) do verso, tal como o mais simples pentâmetro de Pope; e onde ela *é* malfeita (*passim*) essas

mesmas leis habilitarão qualquer pessoa de senso comum a mostrar *por que* é malfeita e a apontar, imediatamente, o remédio para isso.

A lê e relê certa linha e pronuncia-a com ritmo falso, não musical. *B*, porém, lê-a para *A* e *A*, imediatamente, se impressiona com a perfeição do ritmo e admira-se de sua obtusidade em não o ter “apanhado” antes. Daí por diante, ele admite que a linha é musical. *B*, triunfante, assevera que certamente a linha é musical, pois é obra de Coleridge, e que *A* é quem *não* é musical, estando à falta na falsa leitura de *A*. Ora, aí *A* tem razão e *B* não tem. É errôneo qualquer ritmo (em um ou outro ponto mais ou menos evidente) que *qualquer* leitor comum *possa*, sem querer, ler com impropriedade. É dever do poeta construir sua linha de modo que aquela intenção seja *imediatamente* apreendida. Mesmo quando esses homens tenham, precisamente, a mesma compreensão de uma sentença, eles diferem, e muitas vezes com amplitude, nos modos de enunciá-la. Quem quer que se tenha dado o trabalho de examinar a questão da ênfase (com o que quero significar não o *acentuar* sílabas particulares, mas o demorar-se sobre palavras inteiras) deve ter visto que os homens usam a ênfase da maneira mais singularmente arbitrária. Há certas vastas classes de gente, por exemplo, que persistem em acentuar seus monossílabos. Pouca uniformidade de acentuação predomina; porque a própria coisa, a ideia, acentuação, se liga a uma lei não natural, ou, pelo menos, não bem compreendida e, por isso, uniforme. Fora de um limite bastante estreito e vago, toda a questão é convencionalismo. E se diferimos em acentuação, mesmo quando concordamos em compreensão, tanto mais assim diferiremos naquela quanto também nesta última! Fora, porém, da consideração do desacordo natural, não é claro que, tropeçando aqui e declamando ali, uma sequência de palavras pode ser tecida numa espécie de ritmo? Mas podemos daí deduzir que todas as sequências de palavras são rítmicas, numa compreensão racional do termo? Pois esta é precisamente a dedução a que a *reductio ad absurdum* conduziu, por fim, todas as proposições de Coleridge. De uma centena de leitores de “Christabel”, cinquenta não serão capazes de fazer coisa alguma de seu ritmo, enquanto quarenta e nove dos cinquenta restantes, com algum esforço, imaginarão compreendê-lo depois da quarta ou quinta leitura. Um, dentre a centena inteira, que tanto o compreenderá como o admirará

à primeira vista, deverá ser uma pessoa excepcionalmente inteligente, e sou por demais modesto para afirmar, ainda que por um instante, que seja eu próprio essa pessoa tão inteligente.

Para ilustrar o que aqui se adianta, nada de melhor posso fazer do que citar um poema:

Pease | porridge | hot | pease | porridge | cold |
Pease | porridge | in the | pot | nine | days | old. |

Ora, aqueles de meus leitores que nunca *ouviram* este poema pronunciado de acordo com a convenção do quarto de crianças acharão seu ritmo tão obscuro como uma nota explicatória; ao passo que aqueles que o *ouviram*, dividi-lo-ão assim, declará-lo-ão musical e ficarão admirados de que possa haver dúvida a esse respeito:

Pease | porridge | hot | pease | porridge | cold |
Pease | porridge | in the | pot | nine | days | old. |

A coisa principal, na maneira desta espécie de ritmo, é a necessidade que ele impõe ao poeta de viajar em constante companhia de suas composições, de modo a estar pronto, em dado momento, a aproveitar-se de uma bem entendida licença poética — a de ler, em voz alta, a própria versalhada.

No verso do sr. Cranch,

Many are the | thoughts that | come to | me,

o erro geral de que falo é, sem dúvida, bem parcialmente exemplificado, e o fim para que, principalmente, o cito está muito além do nosso assunto.

As duas divisões (*thoughts that*) e (*come to*) são troqueus comuns. A primeira divisão (*many are the*) seria acentuada desta forma pelas Prosódias Gregas (*ma⁻ny a[~]re the[~]*) e seria por elas chamada de *astrólogos*. Os livros latinos intitulariam o pé *Poeon Primus*, e tanto gregos como latinos jurariam que foi composto de um troqueu e de o que eles chamam um

pírrico, isto é, um pé de duas sílabas *breves* — coisa que *não pode ser*, como agora mesmo mostrarei.

Mas agora surge uma evidente dificuldade. O *astrólogo*, como o mostram as próprias Prosódias, é igual a *cinco* sílabas breves e o troqueu a *três*; no entanto, no verso citado, aqueles dois pés são iguais. Ocupam, precisamente, o mesmo tempo. De fato, toda a música do verso está dependente do fato de ter sido *feito* para ocupar o mesmo tempo. As Prosódias, pois, têm demonstrado o que todos os matemáticos têm falhado estupidamente em demonstrar, que três e cinco são uma e a mesma coisa... Depois do que já disse, porém, acerca do troqueu bastardo e do jâmbico bastardo, ninguém pode ter dúvida alguma em compreender que *many are the* é de caráter similar. É simplesmente uma variação, mais ousada do que usual, da rotina dos troqueus e acrescenta uma sílaba a mais ao troqueu bastardo. Mas esta sílaba não é *breve*. Isto é, não é breve no sentido de “breve”, como aplicada à sílaba final do troqueu ordinário, em que a palavra significa apenas *a metade de longa*.

Neste caso (o da sílaba adicional) “breve”, se usada de qualquer modo, deve ser usada no sentido de “*o sexto de longa*”. E todas as três sílabas finais podem ser chamadas *breves*, somente com a mesma compreensão do termo. As três juntas são iguais apenas a uma sílaba breve (cujo lugar elas suprem) do troqueu ordinário. Segue-se que não há sentido neste (•) acentuando aquelas sílabas. Devemos inventar para elas algum sinal novo, que indicara o sexto de longa. Seria (◡) o crescente, com a curva colocada para a esquerda. O pé inteiro (*many are the*) pode ser chamado um *troqueu rápido*.

Chegamos agora à divisão final (*me*) do verso do sr. Cranch. É claro que este pé, breve como parece, é plenamente igual em tempo a cada um dos precedentes. É de fato a cesura o pé que, no começo deste artigo, eu chamei de mais importante em qualquer verso. Seu papel principal é o de pausa ou terminação; e aqui, no fim de uma linha, seu uso é fácil, porque não há perigo de equívoco a respeito de seu valor. Paramos sobre ele, por aparente necessidade, justamente tanto tempo quanto o tomado para pronunciar os pés precedentes, quer jâmbicos, troqueus, dáctilos ou anapestos. É assim um *pé variável* e, com algum cuidado, pode bem ser

introduzido no corpo de uma linha, como num pequeno poema de grande beleza, da sra. Welby:

I have | a lit | the step | son | of on | ly three | years old.

Aqui fazemos força na cesura, *son*, justamente tanto tempo quanto o necessário para pronunciar qualquer dos jâmbicos precedentes ou seguintes. Seu valor, por conseguinte, nesta linha, é o de três sílabas breves. Na seguinte linha dactílica, seu valor é o de quatro sílabas breves:

Pale as a | lily was | Emily | Gray. |

Acentuei a cesura com (—) a fim de exprimir esta variabilidade de valor.

Observei agora mesmo que não poderia haver tal pé de duas sílabas breves. É de quantidade, *extensão*, que partimos, no começo mesmo de toda ideia, a respeito de verso. De modo que, quando enunciamos uma sílaba independente, é naturalmente longa. Se enunciamos duas, firmando em duas igualmente, exprimimos igualdade na enunciação ou extensão, e temos o direito de chamar, a ambas, de sílabas longas. Se demoramos sobre uma, mais do que sobre a outra, temos também o direito de chamar uma breve, porque é breve em relação com a outra. Mas se demoramos em ambas igualmente, e com uma voz hesitante, dizendo a nós mesmos, aqui estão duas sílabas breves, pode bem ser-nos feita a pergunta: “Em relação a que são elas breves?”. Brevidade é apenas a negação de extensão. Dizer, pois, que duas sílabas, colocadas independentemente de qualquer outra sílaba, são breves e simplesmente dizer que elas não têm duração verdadeira, ou enunciação; por outras palavras, que elas não são sílabas, que elas não existem de modo algum. E se, persistindo, acrescentamos alguma coisa à sua igualdade, estamos simplesmente patinhando na ideia de uma equação idêntica, em que, sendo x igual a x , nada é mostrado como sendo igual a zero. Em uma palavra, não podemos conceber um pírrico como um pé independente. É uma simples quimera, gerada na louca fantasia de um pedante.

Do que tenho dito a respeito da igualização dos muitos pés de uma *linha*, não se deve deduzir que exista alguma *necessidade* de igualdade em tempo entre o ritmo de *muitas* linhas. Um poema, ou mesmo uma estância, pode começar por jâmbicos na primeira linha, e continuar com anapestos na segunda, ou mesmo com os menos concordes dáctilos, como no início de uma belíssima espécie de verso, da srta. Mary A. S. Aldrich:

The wa | ter li | ly sleeps | in pride |
Dōwn īn thē | dēpths of thē | āzūre | lakē . |

Aqui *azure* é um espondeu, equivalente a um dáctilo; *lake*, uma cesura. Acho melhor agora proceder à citação dos versos iniciais de “Noiva de Abydos”, de Byron:

Know ye the land where the cypress and myrtle
Are emblems of deeds that are done in their clime,
Where the rage of the vulture, the love of the turtle
Now melt into softness, now madden to crime?
Know ye the land of the cedar and vine,
Where the flowers ever blossom, the beams ever shine,
And the light wings of Zephir, oppressed with perfume,
Wax faint o’er the gardens of Gul in their bloom?

Where the citron and olive are fairest of fruit
And the voice of the nightingale never is mute
— Where the virgins are soft as the roses they twine,
And all save the spirit of man is divine?
’Tis the land of the East — ’tis the clime of the Sun —
Can he smile on such deeds as his children have done,
Oh, wild as the accents of lovers’ farewell
Are the hearts that they bear and the tales that they tell.

Ora, o fluxo destas linhas (à medida que o tempo vai passando) é bastante doce e musical. Têm sido muitas vezes admiradas e com justiça, com o correr do tempo, isto é, é uma coisa rara encontrar melhor

versificação de sua espécie. E onde o verso é agradável ao ouvido, é estupidez descobrir falta nele, porque se recusa a ser medido. Contudo tenho ouvido homens, que se dizem intelectuais, não terem escrúpulos em tratar mal essas linhas de Byron, fundamentando-se no fato de serem elas musicais, a despeito de *todas as regras*. Outros cavalheiros *não* intelectuais tratam mal “todas as regras” pelo mesmo motivo, e não ocorre nem a um partido nem ao outro que a regra, a respeito da qual estão discutindo, possa não ser afinal regra nenhuma — um jumento de regra na pele de um leão.

As gramáticas nada dizem a respeito de linhas dactílicas, e era fácil de ver-se que *estas* linhas eram afinal tomadas como dactílicas. A primeira estava, portanto, assim dividida:

Knōw yě thē | lānd whēre thē | cypress ānd | myrtlē |

O pé final era um mistério; mas as Prosódias diziam algo a respeito da “medida” dactílica, exigindo de vez em quando dupla rima; e o corte de investigação contentava-se em repousar na dupla rima com a questão de um pé irregular. Deixando a primeira linha, a segunda era assim medida:

Arē ěmblēms | ōf dēeds thāt | āre dōne ĩn | thēir clīme |

Via-se imediatamente, porém, que *isto* não devia fazer-se — estava em guerra com toda a ênfase da leitura. Não se podia supor que Byron, ou qualquer pessoa em seu juízo, tencionasse colocar acento tônico sobre monossílabos tais como “are”, “of” e “their”, nem podia “their clime”, comparado com “to crime”, na linha correspondente abaixo, ser francamente misturado com algo, com uma “dupla rima”, de modo a trazer tudo para dentro da categoria das gramáticas. Mas além disso estas gramáticas não falavam. Os investigadores, por conseguinte, a despeito de seu senso de harmonia nas linhas, quando consideradas sem referência à medição dos versos, recorriam à ideia de que “are” era um disparate — um excesso pelo qual o poeta deveria ser enviado a Coventry — e, cancelando-o, mediam o restante da linha, como se segue:

— ěmblēms ōf | dēeds thāt āre | dōne ĩn thēire | clīme. |

Ora, houvesse estado esse corte de investigação de posse da sombra mesma da *loso a* do Verso, não teriam tido seus membros trabalho em misturar este azeite e esta água do olho e do ouvido, medindo simplesmente a passagem sem referência a linhas, e, continuamente assim:

Aqui “crime” e “tell” (em itálico) são cesuras, tendo cada uma o valor de um dácio, quatro sílabas breves, ao passo que “fume Wax”, “twine And” e “done Oh” são espondeus que, sem dúvida, sendo compostos de duas sílabas longas, são também iguais a quatro breves e são o equivalente natural do dácio. A pureza do ouvido de Byron levou-o a uma sucessão de pés que, com duas triviais exceções, no que se refere à melodia, são absolutamente exatos, raríssima ocorrência esta, em ritmos dactílicos ou anapésticos. As exceções são encontradas no espondeu “*twine And*”, e no dácio “*smile on such*”. Ambos os pés são falsos, do ponto de vista da melodia. Em “*twine And*”, para distinguir a rima, devemos forçar “*And*” a uma extensão que naturalmente não suporta. Somos forçados a sacrificar ou a própria extensão da sílaba exigida pela sua posição de membro de um

espondeu, ou a costumeira acentuação da palavra na conversa. Não há hesitação e não deveria haver nenhuma. Imediatamente abandonamos o som pelo sentido e o ritmo é imperfeito. Neste exemplo é *bastante* levemente assim, e nenhuma pessoa dentre 10 mil poderia distinguir de ouvido a inexatidão. Mas a *perfeição* do verso, no que concerne à melodia, consiste em *nunca* exigir um tal sacrifício, como é aqui exigido. A cadência deve concordar por *inteiro* com a leitura fluente. Esta perfeição não foi atingida no caso, mas é inquestionavelmente atingível. “*Smile on such*”, o dáctilo, é incorreto, por causa de “*such*”, pelo fato de as duas consoantes *ch* não poderem ser *facilmente* enunciadas, no tempo ordinário de uma sílaba breve, que sua posição declara que ela é. Quase todo leitor será capaz de apreciar a leve dificuldade aqui, e, no entanto, o erro não é de modo algum tão importante como o do “*And*”, no espondeu. Com agilidade, podemos pronunciar “*such*”, no devido tempo, mas a tentativa para remediar a deficiência rítmica do “*And*”, arrastando-o, agrava simplesmente a ofensa contra a enunciação natural, por dirigir a atenção para a ofensa.

Meu principal objetivo, porém, citando estas linhas, é mostrar que, a despeito das Prosódias, a extensão de uma linha é uma questão inteiramente arbitrária. Podíamos dividir o começo do poema de Byron desta forma:

Know ye the | land where the |

ou desta:

Know ye the | land where the | cypress and |

ou desta outra:

Know ye the | land where the | cypress and | myrtle are |

ou assim:

Know ye the | land where the | cypress and | myrtle are |

Em resumo, podemos dar-lhe qualquer divisão que nos agrade, e as linhas estarão bem, contanto que tenhamos pelo menos *dois* pés numa linha. Como nas matemáticas, duas unidades são requeridas para formar número, da mesma forma o ritmo (do grego *arithmos*, número) exige para sua formação pelo menos dois pés. Sem dúvida vemos muitas vezes linhas como

Know ye the —
Land where the

linhas de um pé, e nossas Prosódias admitem tal, mas com impropriedade, pois o senso comum mandaria que cada divisão, tão evidente de um poema, como é feita por uma linha, incluiria dentro de si mesma tudo o que necessário para sua própria compreensão, mas em uma linha de um pé não podemos avaliar o *ritmo*, que depende da igualização entre *duas* ou mais pulsações. As falsas linhas, constituídas muitas vezes de uma única cesura, que se veem em odes pindáricas burlescas, são sem dúvida “rítmicas” somente em conexão com alguma outra linha, e é esta falta de ritmo independente que as adapta, exclusivamente, aos objetivos do burlesco. Seu efeito é o da incongruência (o princípio do divertimento), pois elas incluem a liberdade da prosa e a harmonia do verso.

Meu segundo objetivo ao citar os versos de Byron foi o de mostrar quão absurdo é muitas vezes citar um simples verso dentro do conjunto de um poema, com o fim de exemplificar a perfeição ou imperfeição do ritmo da linha. Se a examinássemos por si mesma,

Know ye the land where the cypress and myrtle,

poderíamos justamente condená-la como defeituosa no pé final, que é igual somente a três, em vez de ser igual a quatro sílabas breves.

No pé “*owers ever*” encontraremos outra exemplificação do princípio do jâmbico bastardo, do troqueu bastardo e do troqueu nítido, pés estes

que já tive o trabalho de descrever acima. Todas as Prosódias do verso inglês insistiriam em fazer uma elisão em “flowers”, assim: “flow’rs”, mas isto é tolice. No troqueu rápido (ma⁻ ny⁻ a[~] re the[~]), que ocorre na linha *trocaica*, do sr. Cranch, tínhamos de igualar o tempo das três sílabas (*any*, *are*, *the*) ao da única sílaba *breve*, cuja posição elas usurpam. Consequentemente, cada um as adapta, exclusivamente, aos objetivos do burlesco. Seu efeito é o *sexto de uma longa*. Mas no ritmo *dactílico* de Byron temos de igualar o tempo das três sílabas (*ers*, *ev*, *er*) ao da sílaba *longa*, cuja posição elas usurpam, ou (o que é a mesma coisa) das *duas breves*. Por conseguinte, o valor de cada uma das sílabas (*ers*, *ev* e *er*) é o *terço de uma longa*. Nós as enunciamos com apenas a metade da rapidez que empregamos para enunciar as sílabas finais do troqueu rápido, que é um pé raro. O “*owers ever*”, pelo contrário, é tão comum no ritmo dactílico como é o troqueu *bastardo* no trocaico, ou jâmbico *bastardo* no jâmbico. Podemos muito bem acentuá-lo com a abertura do crescente para a direita e chamá-lo *dáctilo bastardo*. Um *anapesto bastardo*, cuja natureza não me darei o trabalho de agora explicar, ocorrerá sem dúvida de vez em quando em um anapéstico.

A fim de evitar qualquer possibilidade daquela confusão que se pode introduzir em um ensaio desta espécie, em virtude de uma alteração demasiado súbita e radical das convenções a que o leitor tem sido acostumado, achei direito sugerir para o sinal de acentuação do troqueu *bastardo*, do jâmbico *bastardo* etc. etc., certos caracteres que, com a simples variação da direção do habitual acento breve (), significariam, o que é verdade, que os próprios pés não são pés *novos*, em sentido próprio, mas simples modificações dos pés, respectivamente, dos quais derivam eles seus nomes. Assim, um jâmbico *bastardo* é, em essência, isto é, em seu tempo, um jâmbico. A variação reside somente na *distribuição* deste tempo. O tempo, por exemplo, ocupado pela sílaba *breve* (*ou metade de longa*), no jâmbico ordinário, está no *bastardo* espalhado igualmente sobre duas sílabas, que são consequentemente o *quarto de longa*.

Mas esse fato, o fato da essência, ou tempo inteiro, do pé que não é mudado, está agora tão plenamente à vista do leitor, que posso aventurar-me a propor, afinal, uma acentuação que corresponderá ao objetivo real, isto é, o que deveria ser o objetivo real de toda a acentuação: o objetivo de

expressar, para os olhos, o exato valor comparativo de cada sílaba empregada no verso.

Já mostrei que a enunciação ou *extensão* é o ponto de onde partimos. Por outras palavras, começamos com uma *sílaba longa*. Esta, pois, é a nossa unidade. E não haverá necessidade de acentuá-la absolutamente. Uma sílaba sem acento, num sistema de acentuação, deve ser sempre olhada como uma sílaba longa. Assim, um espondeu estaria sem acento. Em um jâmbico, sendo a primeira sílaba “breve”, ou a metade de uma longa, seria acentuada com um pequeno dois, colocado *abaixo* da sílaba; sendo longa a última sílaba, ficaria sem acento. O todo seria assim: ^{“control”}
2 . Em um troqueu, estes acentos seriam simplesmente transpostos, assim:

Em um
2 2 . Em um dáctilo, cada uma das duas sílabas finais, sendo a metade da longa, seria também acentuada com um pequeno 2 abaixo da sílaba e a primeira sílaba ficaria sem acento, sendo assim o conjunto: “happiness”.

^{“in the land”}
2 2 anapesto, nós transporíamos o dáctilo assim: ^{“flowers ever”}
333

No dáctilo bastardo, sendo cada uma das três sílabas finais o terço de uma longa, seriam acentuadas com um pequeno 3, debaixo da sílaba, e o pé inteiro ficaria desta forma: ^{“in the rebound”}
3 3 3

No anapesto bastardo, transporíamos o dáctilo bastardo assim: ^{“in the rain”}
4 4

No jâmbico bastardo, sendo cada uma das duas sílabas iniciais o quarto de uma longa, seriam acentuadas, abaixo, com um pequeno 4; o pé inteiro

seria assim: ^{“many a”}
4 4

No troqueu bastardo, transporíamos o jâmbico bastardo desta forma:

$\frac{3}{2}$
 Many are the | thoughts that | come to | me
 6 6 6 2 2
 In my | lonely | musing
 2 2 2

 $\frac{3}{2}$
 And they | drift so | strange and | swift
 2 2 2
 There's no | time for | choosing
 2 2 2
 Which to | follow | for to | leave
 2 2 2
 "many are the" Any | seems a | losing.
 6 6 6 2 2 2

No troqueu rápido, sendo cada uma das três sílabas finais o *sexto* de uma longa, seriam acentuadas, abaixo, com um pequeno 6; o pé inteiro seria assim:

"many are the".
 6 6 6

O jâmbico rápido não está ainda criado e é bastante provável que nunca o será, pois seria excessivamente inútil, desastrado e suscetível de engano, como já mostrei que é até mesmo o troqueu rápido. Mas, se ele aparecesse, devíamos acentuá-lo, transpondo o troqueu rápido. Sendo a cesura variável em extensão, mas sempre *mais longa do que a* "sílabas longa", seria acentuada *acima*, com um número exprimindo a extensão, ou valor do pé, distintivo do ritmo em que ela ocorre. Assim, uma cesura, ocorrendo num ritmo espondaico, seria acentuada com um pequeno 2, acima da sílaba, ou antes, do pé. Ocorrendo em um ritmo dactílico ou anapéstico, também o acentuaríamos com o 2, acima do pé. Ocorrendo em um ritmo jâmbico, porém, deve ser acentuada acima, com 1 1/2; pois este é o valor comparativo do jâmbico. Ocorrendo no ritmo trocaico, damos-lhe, sem dúvida, a mesma acentuação. Para o complexo 1 1/2, porém, será aconselhável substituí-lo pela expressão mais simples 3/2, que quer dizer a mesma coisa.

Neste sistema de acentuação, as linhas do sr. Cranch, acima citadas, deveriam ser escritas assim:

3/2

Many are the | thoughts that | come to | me
 6 6 6 2 2

In my | lonely | musing
 2 2 2

3/2

And they | drift so | strange and | swift
 2 2 2

There's no | time for | choosing
 2 2 2

Which to | follow | for to | leave
 2 2 2

Any | seems a | losing.
 2 2 2

No sistema ordinário, a acentuação seria assim:

Māny arē thē | thōughts thāt | cōme tō | mē
 In my | lōnely | mūsing. |
 And thēy | drift sō | strānge ānd | swīft |
 Thēre's nō | tīme fōr | chōosing |
 Which tō | fōllōw; | fōr tō | lēave
 Any | sēems ā | lōsing. |

Deve observar-se aqui que eu não aceito isto como sendo *a medição* “ordinária”. Pelo contrário, ainda não encontrei alguém que tivesse a mais fraca compreensão da verdadeira medida destas linhas, ou de tais como estas. Mas admitindo que isto seja a maneira pela qual nossas Prosódias dividiriam os pés, elas acentuariam as sílabas justamente como acima.

Compare agora qualquer pessoa de senso os dois modos.

A primeira vantagem que se nota no meu modo é a da simplicidade e a da economia de tempo, trabalho e tinta. Contando as frações como *dois* acentos mesmos, encontrar-se-ão apenas *vinte* e *seis* acentos para a estância. Na acentuação comum, há *quarenta e um*. Mas admitamos que tudo isto seja uma ninharia, o que *não é*, e passemos aos pontos de importância. Exprime a acentuação comum a verdade em particular, em geral ou a qualquer outro respeito? É coerente consigo mesma? Transmite, tanto ao ignorante como ao sábio, uma justa concepção do ritmo das linhas? Cada uma dessas questões deve ser respondida pela negativa. Sendo os crescentes precisamente iguais, devem ser compreendidos como exprimindo, todos eles, uma e a mesma coisa. E assim todas as prosódias sempre os têm compreendido e desejam que sejam assim compreendidos. Eles exprimem, realmente, “breve”, mas esta palavra tem toda espécie de significados... Serve para representar (ao

leitor resta verificar *quando*) muitas vezes a meta de, muitas vezes o terço, muitas vezes o quarto, muitas vezes o sexto da “longa”. Ao passo que a “longa” mesmo fica nos livros sem definição e sem descrição. Por outro lado, o acento horizontal, pode dizer-se, exprime suficientemente bem e invariavelmente as sílabas que se entende devam ser longas. Mas não faz nada disso. Esse acento horizontal é colocado sobre a cesura (onde quer que, como nas Prosódias Latinas, se admita a cesura), bem como sobre a sílaba longa comum, e significa qualquer coisa e todas as coisas, justamente como o crescente. Mas, admitido que ele exprima as sílabas longas comuns (deixando a cesura fora de questão), não dei eu a expressão idêntica não empregando de modo algum qualquer expressão? Em uma palavra, ao passo que as Prosódias, com certo número de acentos, não exprimem *precisamente nada deste mundo*, eu, com pouco mais da metade desse número, explico tudo aquilo que, em um sistema de acentuação, requer expressão. Lançando-se o olhar ao meu sistema, nas linhas do sr. Cranch, ver-se-á que ele transmite não somente a exata relação das sílabas e dos pés entre si naquelas linhas determinadas, mas seu valor preciso, em relação a quaisquer outros pés ou sílabas, existentes ou concebíveis, em qualquer sistema existente ou concebível do ritmo. O alvo do que nós chamamos *medida* é a acentuação distinta do fluxo rítmico. Medida com acentos ou linhas perpendiculares entre os pés, isto é, medida somente *pela voz*, é medida só *para* o ouvido, e dessa forma tudo vai bem. A medida escrita, porém, dirige-se ao ouvido, através dos olhos. Em qualquer dos casos, o objetivo é a acentuação distinta do fluxo rítmico, musical, oral. *Não pode* haver outro objetivo e não há nenhum. Sem dúvida, pois, a medida e o fluxo oral deveriam andar de mãos dadas, aquela deveria concordar com este, aquela representa e exprime este último, e é boa ou má, enquanto verdadeira ou falsamente o representa e exprime. Se pela medida escrita de uma linha não somos capacitados a perceber qualquer ritmo ou música na linha, então, ou a linha é arrítmica ou a medida é falsa. Apliquemos tudo isto aos versos ingleses, que citamos em vários pontos, no correr deste artigo. Achar-se-á que a medida representa exatamente o ritmo e assim cumpre inteiramente o único objetivo para o qual se exige a medida.

Mas deixemos que a medida *das escolas* seja aplicada aos versos grego e latino e que resultado encontraremos? Que o verso é uma coisa e a medida é outra, completamente diversa. O verso antigo, *lido* em voz alta, é em geral música e às vezes *muito* musical. *Escandido* pelas regras prosódicas, nada poderemos fazer dele, de modo algum, na maioria das vezes. No caso do verso inglês, quanto mais enfaticamente nos demorarmos, nas divisões entre os pés, tanto mais distinta é a nossa percepção da espécie do ritmo pretendida. No caso do grego ou do latim, quanto mais nos demorarmos, *menos* distinta é essa percepção. Façamo-lo claro por meio de um exemplo:

Maecenas, atavis edite regibus,
O, et praesidium et dulce decus meum,
Sunt quos curriculo pulverem Olympicum
Collegisse juvat, metaque fervidis
Evitata rotis, palmaque nobilis
Terrarum dominos evehit ad Deos.

Ora, ao *ler* estas linhas, raramente há uma pessoa em mil que, ainda ignorante do latim, não sinta imediatamente e aprecie sua fluência e sua música. Um prosodista, porém, informa ao público que a *medida* é assim:

Maece | nas ata | vis | edite | regibus |
O, et | praesidi' | et | dulce de | cus meum |
Sunt quos | curricu | lo | pulver' O | lympicum |
Colle | gisse ju | vat, | metaque | fervidis
Evi | tata ro | tis, | palmaque | nobilis |
Terra | rum domi | nos | evehit | ad Deos. |

Ora, não negarei que obtivemos uma *certa espécie* de música das linhas, se as lemos de acordo com essa medida, mas quero chamar a atenção para o fato de que esta medida e certa espécie de música que dela surge estão inteiramente em guerra não só com a fluência oral que qualquer pessoa comum daria naturalmente aos versos, mas com a fluência oral universalmente dada aos mesmos e jamais a eles negada, mesmo pelos mais obstinados e estúpidos literatos.

E agora estas questões nos oprimem: “Por que existe essa discrepância entre o verso moderno com sua medida e o antigo verso com a sua

medida?”. “Por que no primeiro caso há concordância e representação, ao passo que no último não há nem uma coisa nem outra?” Ou, para chegar à questão: “Como teremos de conciliar o verso antigo com a medida escolástica do mesmo?”. Esta conciliação absolutamente necessária realizá-la-emos supondo a medida escolástica errada, porque o verso antigo está certo, ou mantendo que o verso antigo está errado, porque a medida escolástica não deve ser contraditada?

Se fôssemos adotar a última maneira de arranjar a dificuldade, podíamos, até certa medida pelo menos, simplificar a expressão do arranjo, colocando-a da seguinte maneira: “Porque os pedantes não têm olhos, logo, os velhos poetas não tinham ouvidos”.

“Mas”, dizem os cavalheiros sem olhos, “a medida escolástica, embora não nos tenha chegado certamente às mãos, na devida forma dos próprios velhos poetas [os cavalheiros sem ouvidos], e, não obstante, deduzida de certos fatos que nos são fornecidos pelo exame cuidadoso dos velhos poemas.”

E ilustremos essa forte posição com um exemplo de um poeta americano, que deve ser um poeta de certa importância, ou não corresponderá ao nosso propósito. Escolhamos o sr. Alfred B. Street. Lembro-me destes seus dois versos:

His sinuous path, by blazes, wound
Among trunks grouped in myriads round.

Com o sentido destas linhas nada tenho de ver. Quando um poeta se acha em um “lindo rapto de inspiração” pode muito bem imaginar uma grande floresta como pequena e “by blazes” (pelas chamas!) não se deve entender como uma praga. O que me interessa é o ritmo, que é jâmbico.

Suponhamos agora que, daqui a mil anos, quando a “língua americana” estiver morta, um sábio prosodista venha a deduzir de “cuidadoso exame” de nossos melhores poetas um sistema de medida para nossa poesia. E suponhamos que este prosodista estivesse tão pouco dependente da generalidade e imutabilidade das leis da natureza, a ponto de afirmar no princípio que, porque vivemos mil anos antes de seu tempo e fizemos uso de máquinas a vapor, em vez de balões mesméricos, devíamos, por

consequinte, ter tido uma maneira *bastante* singular de pronunciar nossas vogais e ao mesmo tempo de *Hudsonizar* nosso verso. E suponhamos que, com estas e outras proposições fundamentais metidas na cabeça, chegasse a este verso:

Among | trunks grouped | in my | riads round.

Achando que ele fosse um ritmo evidentemente jâmbico, esse sábio o dividiria como acima; e observando que “trunks” forma o primeiro membro de um jâmbico, ele o chamaria *breve*, como o sr. Street entende que seja. Agora vejamos: se em vez de admitir a possibilidade de que o sr. Street (que a essa época será chamado simplesmente Street, justamente como dizemos Homero) tivesse o costume de escrever descuidadamente, como os poetas da própria era do prosodista fariam, e como todos os poetas farão (por serem gênios) — se, em vez de admiti-lo, supusermos que o erudito letrado queira fazer uma “regra” e pô-la em livro, teremos que, no verso americano, a vogal *u*, *quando encontrada encravada entre nove consoantes, é breve*. Que, em tais circunstâncias, teria o sensível povo dos dias do letrado o direito não só de pensar, mas de dizer a respeito desse letrado? Ora, que ele seria “um doido — *by blazes!*”.

Expus um caso extremo. Mas ele fere o erro na raiz.

As “regras” se baseiam na “autoridade”; e essa *autoridade*, pode alguém dizer-nos que significa ela? Ou pode alguém sugerir qualquer coisa que ela *não* possa significar? Não é claro que o erudito, acima citado, poderia tão facilmente ter extraído da autoridade um sistema totalmente falso, como um parcialmente verdadeiro? Deduzir pela autoridade uma prosódia coerente dos metros antigos estaria de fato dentro dos limites das mais simples possibilidades; e a tarefa *não* foi realizada, pela razão de que requer uma espécie de raciocínio completamente fora de relação com o cérebro de um roedor de livros. Um exame rígido mostrar-nos-á que as pouquíssimas “regras”, que não têm tantas exceções quanto exemplos, são aquelas que, por acaso, se baseiam não na autoridade, mas nas leis predominantes da silabação; como, por exemplo, a regra que declara que uma vogal antes de duas consoantes é longa.

Em uma palavra, a grande confusão e a contradição da prosódia das escolas, com sua acentuada inaplicabilidade à leitura fluente do ritmo que pretende ilustrar, podem ser atribuídas, em primeiro lugar, à completa ausência de um princípio natural, como guia nas investigações que foram empreendidas por homens inadequados; e, em segundo lugar, ao esquecimento da consideração evidente de que os antigos poemas, que têm sido sempre o critério de julgamento, foram a obra de homens que devem ter escrito tão descuidadamente e com tão pouco método definido, como nós mesmos.

Fosse Horácio vivo hoje e dividiria para nós sua primeira ode assim, “ficando de boca aberta”, quando os prosodistas lhe assegurassem que não poderia fazer tal divisão:

Maecenas		atavis		edite		regibus	
2 2		22		22		22	
O et prae		sidium et		dulce de		cus meum	
2		2 3 3		3		2	22
Sunt		quos cur		riculo		pulverem O	
		2 2 2		2		3 3 3	2 2
Collegisse		juvat		metaque		fervidis	
3 3 3				2 2		2 2	
Evitata		rotis		palmaque		nobilis	
3 3 3				2 2		2 2	
Terrarum		dominos		evehit		ad Deos.	
2 2		2 2		2 2		22	

Lede com esta divisão e a fluência fica preservada; e quanto mais nos demorarmos nas divisões, tanto mais se evidencia o ritmo pretendido. Além do mais, os pés têm todos o mesmo tempo; ao passo que, nas escansões das escolas, os troqueus — os troqueus admitidos — são absurdamente empregados como equivalentes dos espondeus e dos dáctilos. Os livros declaram, por exemplo, que o primeiro pé desta espécie de verso pode ser um troqueu e parecem majestosamente inconscientes de que colocar um troqueu apostro a um pé mais longo é violar o princípio inviolável de toda música: o *tempo*.

Dirão, porém, certas pessoas, que eu não posso extrair um dáctilo de sílabas tão evidentemente longas, como “sunt quos cur”. Decerto eu não o posso fazer. Eu *nunca* o fiz. E Horácio não o poderia ter feito. Mas fez. O sr. Bryant e o sr. Longfellow fazem o mesmo todos os dias. E, simplesmente, porque esses cavalheiros, de vez em quando, se distraem

desse modo, seria absurdo que algum prosodista futuro insistisse em retorcer a “Tanatopse”, ou o “Estudante espanhol” numa embrulhada de troqueus, espondeus e dáctilos.

Outras pessoas poderão também dizer que, na palavra “decus”, eu não me saí melhor do que os livros, ao fazer o fluxo escansional concordar com o da leitura; é que “decus” não se pronuncia “*decus*”. Replico que não pode haver dúvida de ter sido a palavra pronunciada, nesse caso, “*decus*”. Deve-se observar que a flexão latina, ou a variação de uma palavra em suas sílabas terminais, levava os romanos (*deve* tê-los levado) a dar maior atenção à terminação de uma palavra do que a seu começo, ou do que a que damos à terminação de nossas palavras. O fim da palavra latina estabelecia aquela relação da palavra com as demais, que estabelecemos por meio das preposições, ou dos verbos auxiliares. Portanto, seria infinitamente menos extravagante, do que para nós, demorar-se em qualquer tempo, por qualquer leve propósito, anormalmente, numa sílaba terminal. Em verso, essa licença (que mal é licença) seria frequentemente admitida. Tais ideias desvendam o segredo de linhas tais como

Litoreis ingens inventa sub illicibus sus

e como

Parturiunt montes; nascetur ridiculus mus,

as quais citei, lá atrás, ao falar da rima.

No que tange às elisões prosódicas, tais como a de “rem” antes de “o”, em “pulverem Olympicum”, é realmente difícil compreender como noção tão tristemente estúpida pode entrar na cabeça até mesmo de um pedante. Se me perguntassem por que os compêndios cortam *vogal* antes de outra, eu poderia dizer: “É talvez porque os compêndios julgam que, desde que um leitor é capaz, a qualquer tempo, de enfiar uma vogal dentro da outra, fica melhor imprimi-las já *en adas*”. Mas no caso do *m* final que é a consoante mais facilmente pronunciada de todas (como o infantil “mama” o testemunha) e a mais impossível de enganar o ouvido, em qualquer

sistema de contração, no caso do *m* eu seria levado a dizer, com a mais segura das crenças, que os prosodistas o fizeram porque tiveram a fantasia de fazê-lo e resolveram ver como ficaria engraçado depois de feito. O leitor de raciocínio perceberá que, pela grande facilidade com que *em* pode ser enunciado, convém-lhe admiravelmente formar uma das rápidas sílabas breves do dáctilo bastardo ^(pulverem O) 3 3 3 mas, como os compêndios não fazem ideia de um dáctilo bastardo, deram-lhe logo na cabeça, cortando-lhe a cauda!

Permiti-me agora apresentar um exemplo de outra medida horaciana, envolvendo um caso de elisão conveniente:

Integer | vitae | scelerisque | purus |
 2 2 3 3 3
 Non eget | Mauri | jaculis ne | que arcu |
 2 2 3 3 3
 Nec vene | natis | grvida sa | gittis,
 2 2 3 3 3
 Fusce, pha | retra.
 2 2

Aí, a ocorrência regular do dáctilo bastardo dá grande animação ao ritmo. O *e* antes do *a*, em *que arcu*, é, quase por necessidade absoluta, cortado, isto é, contrai-se com o *a*, a fim de preservar o espondeu. Mas teria sido melhor não usar sequer desta licença.

Se eu dispusesse de espaço, nada me daria maior prazer do que continuar a escandir *todos* os ritmos antigos e mostrar quão facilmente, com o auxílio do senso comum, a música, desejada de cada um e de todos se evidenciaria imediatamente. Mas já ultrapassei meus limites e devo levar ao termo este artigo.

Não terminará ele, porém, omitindo qualquer menção do hexâmetro heroico.

Começo o “método” com a sugestão de um espondeu como o primeiro passo para o verso. Mas a monotonia inata do espondeu fez com que ele desaparecesse, como base do ritmo, em toda a poesia moderna. *Podemos* dizer, de fato, que o verso heroico francês — o verso mais desgraçadamente monótono que existe — é espondaico em todas as intenções e propósitos. Mas não é propositadamente espondaico, e se os franceses o forem examinar dirão, sem dúvida, que é jâmbico. Deve-se

observar que a língua francesa é estranhamente singular neste ponto: *não tem acentuação e por conseguinte não tem verso*. O hábito do povo, mais do que a estrutura da língua, demonstra que suas palavras são pronunciadas, na maior parte, com uma demora uniforme sobre cada sílaba. Por exemplo, os ingleses dizem “*syllabification*”. Um francês diria “*syl-la-bi-fi-ca-ti-on*”, não se demorando sobre qualquer das sílabas de qualquer modo apreciável. Aqui, de novo, sirvo-me de um caso extremo, para que seja bem compreendido; mas o fato geral é como o apresentei, isto é, que, comparativamente, a língua francesa *não* tem acentuação; e sem esta nada pode ser digno do nome de verso. Portanto, os franceses não têm versos dignos desse nome; tal é o fato posto em termos suficientemente chãos. Seu ritmo jâmbico, assim, superabunda em autênticos espondeus, o que me permite denominar sua base, espondaica; mas o francês é a única língua moderna que possui qualquer ritmo com tal base e mesmo no francês, como dissemos, ela não é intencional.

Admitindo, porém, a validade de minha sugestão, de que o espondeu era o primeiro passo para o verso, poderíamos esperar encontrar, primeiro, espondeus naturais (palavras formando cada uma um espondeu), mais abundantemente, nas línguas mais antigas; e, em segundo lugar, esperaríamos encontrar os espondeus formando a base dos ritmos mais antigos. Em ambos os casos tais expectativas se confirmam.

A base intencional do hexâmetro grego é espondaica. Os dáctilos são a *variação* do tema. Observe-se que não há certeza absoluta sobre *seus* pontos de interposição. O penúltimo pé, na verdade, usualmente é um dáctilo, mas não o é invariavelmente, ao passo que o último, em que o ouvido *se demora*, é sempre um espondeu. O fato de que mesmo o penúltimo seja usualmente um dáctilo pode relacionar-se claramente com a necessidade de concluir com o espondeu *distintivo*. Corroborando esta ideia, novamente, cuidaremos de descobrir que o penúltimo espondeu é mais usual, nos versos mais antigos, e, conseqüentemente, no hexâmetro grego que no latino.

Mas, além de tudo isso, os espondeus não apenas prevalecem mais no hexâmetro heroico do que os dáctilos, mas ocorrem tão repetidamente a ponto de se tornarem desagradáveis aos ouvidos modernos, por causa de sua monotonia. O que os modernos principalmente apreciam e admiram

no hexâmetro grego é a *melodia dos abundantes sons vogais*. Os hexâmetros latinos agradam *realmente* muito pouco aos modernos, embora muitos destes pretendam cair em êxtase diante deles. Nos hexâmetros citados muitas páginas atrás, de Silius Italicus, a preponderância do espondeu é chocantemente manifesta. Além dos espondeus naturais do grego e do latim, numerosos outros artificiais repontam no verso dessas línguas, por causa da tendência que tem a inflexão de lançar acentuação plena nas sílabas terminais, e a preponderância do espondeu é ademais assegurada pela relativa infrequência das pequenas preposições de que temos de nos servir *em vez dos* casos, e também a ausência dos verbos auxiliares diminutivos, com os quais temos de aumentar a expressão dos nossos primários. Há os monossílabos cuja abundância serve para marcar o gênio poético de uma língua, como rápida ou dactílica.

Ora, sem dar atenção a estes fatos, sir Philip Sidney, o prof. Longfellow e numerosas outras pessoas, mais ou menos modernas, têm-se ocupado em construir o que supõem ser “hexâmetros ingleses pelo modelo dos gregos”. A única dificuldade era que (mesmo deixando fora de questão as massas melodiosas de vogais) esses cavalheiros nunca conseguiram que seus hexâmetros ingleses *soassem* como gregos. *Pareciam* gregos? Esta deveria ser a questão, e a resposta poderia ter levado à solução do enigma. Colocando uma cópia dos antigos hexâmetros lado a lado com uma cópia (em tipo igual de hexâmetros tais como os que o prof. Longfellow, o prof. Felton ou outros professores batraquiais coletivamente vivem na vergonhosa prática de compor “pelo modelo dos gregos”), ver-se-á que estes últimos (os hexâmetros e não os professores) são cerca de um terço mais longo *à vista*, em média, do que os outros. Os dactílos mais abundantes fazem a diferença. E foi o maior número de espondeus no grego, do que no inglês, na língua antiga mais do que na moderna, a causa de que, enquanto eminentes intelectuais andavam às apalpadelas no escuro, à busca de um hexâmetro grego, que é um ritmo espondáico, variado de vez em quando por dactílos, simplesmente tropeçavam, para derradeiro escândalo da erudição, em algo que, por causa de seu pernilonguismo, nós podemos muito bem denominar um hexâmetro feltoniano e que é um ritmo dactílo, interrompido raramente por espondeus artificiais, que não são absolutamente espondeus, e são

curiosamente introduzidos pelos calcanhares em todas as espécies de pontos impróprios e impertinentes.

Eis aqui um espécime do hexâmetro longfellowiano:

Also the | church with | in was a | domed for | this was the |
[season |
In which the | young their | parents' | hope and the | loved ones
[of | Heaven |
Should at the | foot of the | altar re | new the | vows of their |
[baptism |
Therefore each | nook and | corner was | swept and | cleaned
[and the | dust was |
Blown from the | walls and | ceiling and | from the | oil-painted |
[benches |

O sr. Longfellow é um homem de imaginação, mas *pode* ele imaginar que qualquer indivíduo, com uma compreensão própria do perigo de contrair os músculos do queixo, faria tentativas de retorcer a boca, até a forma necessária à emissão de espondeus tais como “*parents*” e “from the”, ou dáctilos tais como “cleaned and the” e “loved ones of”? “Baptism” não é de modo algum um mau respondeu — talvez porque acontece que é um dáctilo; de todo o resto, porém, estou mortalmente envergonhado.

Mas estes pés, dáctilos e espondeus, tudo junto, deveriam ser assim postos de uma vez em sua posição própria: “Also, the church within was adorned; for this was the season in which the young, their parents’ hope, and the loved ones of Heaven, should at the foot of the altar, renew the vows of their baptism. Therefore, each nook and corner was swept and cleaned; and the dust was blown from the walls and ceiling, and from the oil-painted benches”.

Aí está: isto é respeitável prosa e não haverá perigo de ter jamais seu caráter arruinado por alguém que a tome por verso.

Mas mesmo quando aceitássemos esses modernos hexâmetros como gregos e simplesmente nos aferrássemos a seu próprio caráter de longfellowianos, de feltonianos ou de batraquiais, deveríamos ainda condená-los como tendo sido cometidos com um desconhecimento radical da filosofia do verso. O espondeu, como observei, é o *tema* do verso grego. A maior parte dos antigos hexâmetros *começa* com espondeus, por motivo de ser o espondeu o tema, e o ouvido está cheio deles, como de um estribilho. Ora os dáctílicos feltonianos têm, da mesma forma,

dáctilos para o tema, e a maior parte deles começa com dáctilos — o que tudo é bastante próprio, se não bastante grego —, mas infelizmente o único ponto em que eles *são* bastante gregos é aquele ponto, precisamente, em que seriam apenas feltonianos. Eles sempre *terminam* com o que é tido como um espondeu. Para serem coerentemente estúpidos, eles deveriam morrer num dáctilo.

Que um verdadeiro hexâmetro *não pode*, porém, ser prontamente composto em inglês é uma proposição que, de modo algum, estou inclinado a admitir. Penso que eu mesmo posso levar a cabo a coisa. Por exemplo:

Do tell | when may we | hope to make | men of sense | out of
[the | Pundits
Born and brought | up with their | snouts deep | down in the |
[mud of the | Frogpond?
Why ask? | who ever | yet saw | money made | out of a fat old
Jew, or | downright | upright | nutmegs lout of a | pine-knot?

A verdadeira predominância do espondeu é aqui conservada. Alguns dos dáctilos não são tão bons como eu desejaria; mas, em conjunto, o ritmo é bastante decente — para não falar de seu excelente sentido.

DE “MARGINALIA ” (EXCERTOS)

O progresso realizado em alguns anos pelas “*revistas*” e “*magazines*” não deve ser interpretado como quereriam certos críticos. Não é uma decadência do gosto ou das letras americanas. É, antes, um sinal dos tempos; é o primeiro indício de uma era em que se irá caminhar para o que é breve, condensado, bem digerido, e se irá abandonar a bagagem volumosa; é o advento do jornalismo e a decadência da dissertação. Começa-se a preferir à artilharia ligeira as grandes peças. Não afirmarei que os homens de hoje tenham o pensamento mais profundo do que há um século, mas, indubitavelmente, eles o têm mais ágil, mais rápido, mais reto, mais metódico, menos pesado. De outro lado, o fundo dos pensamentos se enriqueceu. Há mais fatos conhecidos e registrados, mais coisa para refletir. Somos inclinados a enfeixar o máximo possível de ideias no mínimo de volume, a espelhá-las o mais rapidamente que pudermos. Daí nosso jornalismo atual; daí, também, nossa profusão de *magazines*.

Depois de ter lido tudo o que se escreveu sobre a alma e sobre Deus, depois de haver pensado sobre esse assunto tudo quanto pode ser pensado, o homem que ainda puder dizer que reflete se encontrara face a face com esta conclusão: em tais matérias o mais profundo aforismo é o que mais dificilmente se puder distinguir do sentimento mais superficial.

A maldição de certos espíritos é não poderem nunca estar satisfeitos, quando se sentem capazes de concluir uma obra. Nem mesmo são felizes, depois que a executaram. É preciso que saibam e que mostrem aos outros como se dedicaram a ela.

A multiplicação dos livros, em todos os ramos da ciência, é um dos flagelos de nossa época. É, mesmo, um dos obstáculos mais sérios à aquisição de conhecimentos exatos. O leitor encontra seu caminho obstruído por uma multidão de materiais e só tateando é que, de vez em quando, encontra alguns restos úteis, misturados por acaso aos demais.

Não falta originalidade aos plagiários, necessariamente, nos trechos em que não imitam. Longfellow, que é decididamente o mais audacioso contraventor da América, é original num grau acentuado; em outros termos, não lhe falha imaginação. É mesmo por causa deste segundo fato que muitas pessoas se recusam a crer no primeiro. O sentimento delicado da beleza, o sentimento poético, em posição à potencialidade poética, conduz inevitavelmente à imitação. Assim é que a maior parte dos grandes poetas tem sido composta de grandes plagiários. Partir daí, todavia, para afirmar que todos os grandes plagiários são grandes poetas seria uma simples *non distributio medii*.

Certamente, toda causa produz um efeito. Mas, em moral, é igualmente bem certo que uma repetição de efeitos tende, por sua vez, a tornar-se uma causa. Aí é que reside o princípio do que chamamos vagamente hábito.

“A filosofia”, diz Hegel, “é coisa sem qualquer utilidade, sem fruto, seja lá para o que for; e é precisamente por esse nada que ela é o alvo mais sublime, o que mais merece nossos esforços, o mais digno que objetivaremos.” Toda essa algaravia lhe foi, sem dúvida, inspirada por aquele famoso trecho de Tertuliano: *Mortuus est Deus; credibile est quia ineptum; et sepultus, resurrexit; certum est quia impossibile*.

A tradução do *Livro de Jonas*, em hexâmetros alemães, por J. G. A. Muller! Eis uma coisa de que não posso deixar de rir e, contudo, rio-me sem saber por quê. Que a incongruência seja o princípio de todo o riso convulsivo, isso me é demonstrado tão claramente como um problema dos *Principia Mathematica*. Mas, aí, não posso descobrir a incongruência: ela está lá, eu sei, e não a vejo. Nesse meio-tempo, deixem-me rir.

Em certo sentido, e a até certo ponto, ser singular é ser original e não existe virtude literária superior à originalidade. Essa verdadeira originalidade, que se pode louvar, não implica, contudo, uma singularidade uniforme, mas uma constante singularidade, que vem de um infatigável vigor da imaginação, ou, antes, de uma perpétua força de criação, cuja natureza se manifesta em cada obra, sempre impelida, como é, a tudo renovar. Essa verdadeira originalidade jamais se esgota. Falar da possibilidade de um homem, verdadeiramente imaginativo, “esvaziar-se”, à força de escrever, é pura atitude e ignorância. Sua alma se nutre das próprias ondas que espalha. Significaria o mesmo falar da aridez do oceano. Enquanto o universo dos pensamentos fornecer os elementos de novas combinações, a alma verdadeiramente genial não cessará de ser original, inesgotável, ela e não outra.

Um autor acostumado à solidão, quando se mistura pela primeira vez aos homens de letras que o rodeiam, não deixa nunca de ficar tão surpreendido quanto encantado, por verificar que as decisões imparciais de seu próprio julgamento (decisões que ele sempre evitou cuidadosamente exprimir, porque estão em flagrante desacordo com as da imprensa) são aprovadas e consideradas como inteiramente naturais por quase todas as pessoas a quem ele se dirigir. O fato é que, frente a frente, fazemos questão de evidenciar alguma honestidade, ainda que só pelo incômodo que a expressão de uma mentira impõe a nossos traços. Assim é que redigimos gravemente sobre o papel aquilo que, por coisa alguma deste mundo, poderíamos afirmar, pessoalmente, a um amigo, sem corar ou romper em gargalhadas.

Não posso deixar de pensar que muitos romancistas poderiam, de vez em quando, extrair algum proveito do exemplo dos chineses, que, embora construam suas casas começando pelo teto, têm contudo senso bastante para não começar seus livros pelo desenlace.

Nossa afeição para com os antigos poetas deve ser atribuída, em grande parte, ao nosso amor pelo que é antigo. A grande atração que eles inspiram ainda, em nossos dias, só se explica pelo prazer particular que

encontramos no sabor de sua linguagem e na originalidade impressionante de seu modo de exprimir-se. Mas não podemos ocultar a nós mesmos que os versos antigos, tão gabados por seu torneio agradável e original, deveriam ter tido uma aparência inteiramente diferente e muito mais familiar, no tempo em que foram escritos. Assim, tais qualidades, independentes da poesia em si e, por certo, bem estranhas às intenções dos autores, não podem nem devem ser encaradas como méritos próprios e inerentes a qualquer deles. Importa antes, com efeito, precaver-nos contra uma tendência demasiado espalhada e julgá-los tais como eram, na época em que o encanto de suas produções só era apreciado por seu valor comum.

Acerca de Malibran — O gosto mais correto, a sensibilidade mais profunda lhe prodigalizaram aplausos entusiásticos. A glória humana, em todos os seus deliciosos transportes, ninguém a conheceu melhor do que ela, a não ser a Taglioni. Que significam as bajulações constrangidas que cabem aos soldados vitoriosos? De que valem as homenagens prestadas ao escritor popular, sua alta influência, as mais elogiosas manifestações públicas? Que é tudo isso, diante dessa adoração encantada que se dirige à própria mulher, diante desses aplausos espontâneos, súbitos, presentes, diante dessas aclamações frenéticas, dessas lágrimas, desses suspiros eloquentes, que a idolatrada Malibran viu e ouviu, compreendendo quanto era digna deles? Sua curta carreira foi apenas um sonho esplêndido. Os numerosos e tristes intervalos, durante os quais ela sofreu, nada mais foram do que um sopro, em comparação com sua glória. Sua morte, sobrevivendo cedo, foi a consequência de uma vida excessiva. Nenhuma pessoa sensata, depois de ter ouvido a Malibran cantar, podia duvidar de que ela devesse morrer na primavera de sua existência. Em uma hora ela fazia um século fugir. Deixou este mundo aos vinte e cinco anos — tendo vivido milhares de anos!

Em geral, as invectivas contra a originalidade são proferidas somente por pessoas a um só tempo vulgares e hipócritas. Digo hipócritas, porque o amor da novidade faz, incontestavelmente, parte de nossa natureza moral; e visto como a originalidade é uma espécie de novidade, o tolo, que

professa o desdém da originalidade, seja na literatura, seja em qualquer outra coisa, não poderia levar-nos a admitir que seja completamente sincero. Evidencia, antes, esse ódio vergonhoso que experimenta todo homem ciumento de uma superioridade que não pode atingir.

Um homem de certa habilidade artística pode muito bem saber como se obtém certo efeito, explicá-lo claramente e, contudo, falhar quando quer utilizá-lo. Mas um homem que possua certa habilidade artística não é um artista. Só é artista aquele que pode aplicar, com felicidade, seus mais abstrusos preceitos. Dizer que um crítico não poderia escrever o livro que critica é emitir uma contradição nos termos.

Parece que o gênio de ordem mais elevada vive uma constante hesitação, entre a ambição e o desprezo da ambição. Nas grandes inteligências, a ambição é apenas negativa. Luta, trabalha, cria, não porque seja desejável ultrapassar os outros, mas porque é insuportável ver-se ultrapassado, quando se tem o sentimento da capacidade de não o ser. Não posso impedir-me de pensar que os maiores espíritos, os que mais consciência têm da vaidade das glórias humanas, se contentaram em permanecer mudos e desconhecidos.

Quantas vezes ouvimos dizer que tais ou tais pensamentos são inexprimíveis! Não creio que qualquer pensamento, propriamente dito, não possa ser exposto pela linguagem. Inclino-me mais a crer que quando experimentamos dificuldade em traduzi-lo em palavras é porque há na inteligência uma falta de método, ou de deliberação. Quanto a mim, jamais tive uma ideia que não tenha podido anotar em palavras, até mesmo de modo mais exato do que a havia concebido.

Aprouve-me, algumas vezes, imaginar qual seria a sorte de um homem dotado, para desgraça sua, de uma inteligência superior em muito à de sua raça. Naturalmente ele teria consciência dessa superioridade e não poderia, por ser, sem dúvida, constituído como os outros homens, deixar de manifestar essa consciência. Adquiriria, assim, inúmeros inimigos. E como suas opiniões difeririam profundamente das de todos, seria ele fatalmente classificado no número dos loucos. Doloroso, horrível suplício.

O inferno não pode inventar tortura maior do que a de ser alguém tido por infinitamente fraco, justamente porque é infinitamente forte. Do mesmo modo, é por certo claro que um espírito generoso, experimentando realmente os sentimentos que os outros se limitam a confessar, deve fatalmente permanecer incompreendido por todos, permanecendo ininteligíveis os motivos de seus atos. E assim como um gênio supremo passaria por fatuidade, um excesso de senso cavalheiresco não deixaria de parecer o último grau do servilismo. E assim por diante, para as demais virtudes...

Essas considerações são muito tristes. Mal é possível contestar que tenham existido homens que pairaram assim acima do nível de sua época. Mas, se folhearmos a História, para descobrir os traços de sua existência, ser-nos-ia preciso deixar de lado as biografias das “pessoas de bem”, para folhear, com cuidado, os poucos documentos que se relacionam com os desgraçados mortos na prisão, nos asilos de alienados ou sobre o cadafalso.

Os homens de gênio são muito mais numerosos do que se pensa. Com efeito, para apreciar completamente uma obra de gênio é mister possuir toda a superioridade que serviu para produzi-la. E, contudo, aquele que a aprecia pode não ser capaz de reproduzi-la, de criar uma semelhante, e isso simplesmente porque lhe falta o que se pode chamar a habilidade construtiva, aptidão inteiramente diversa do que entendemos comumente por “gênio”. Essa habilidade particular depende muito da faculdade de análise, pela qual o artista adquire uma visão de conjunto dos meios a empregar, para atingir os alvos desejados. Mas essa habilidade depende também, em grande parte, de certas virtudes estritamente morais, tais como a paciência, a atenção sustentada, a faculdade de concentrar o espírito, o domínio sobre si mesmo, o desprezo de todos os preconceitos e, mais especialmente ainda, a energia e o trabalho. Estas duas últimas condições são tão indispensáveis, tão vitais, que se pode duvidar, com ampla razão, de que, sem elas, tenha sido possível, algum dia, realizar qualquer obra de gênio. Ora, é precisamente porque o labor e o gênio são mais ou menos incompatíveis que as obras-primas são raras, ao passo que os homens de gênio, como eu já disse, superabundam.

Os romanos, que são nossos mestres pela sagacidade da observação, embora nos sejam inferiores na interpretação dos fatos observados, parecem ter tido tão plena consciência da estreita conexão entre a construtividade e a obra do gênio, que muitas vezes julgavam poder confundir os dois termos. Com efeito, quando o romano queria fazer o maior elogio de um poema, ou de outra obra qualquer, dizia-o escrito “*industria mirabili*” ou “*incredibili industria*”.

O mais alto gênio, o gênio que todos os homens reconhecem em primeiro lugar, como tal, o que age sobre os indivíduos tanto quanto sobre as massas, por uma espécie de magnetismo incompreensível, embora irresistível, esse gênio, que se manifesta nos mais simples gestos, ainda mesmo por sua ausência, esse gênio, que fala sem voz e que lampeja sob a pálpebra baixada, nada mais é do que o resultado de uma vasta potência mental, num estado de *proporção absoluta*, sem predominância ilegítima de qualquer faculdade. O gênio contrafeito, ao contrário, o que apenas é a manifestação de uma predominância anormal de alguma faculdade sobre todas as outras, é o resultado de uma enfermidade mental, de uma deformação orgânica do espírito, e nada mais. Esse gênio não falhará, unicamente se se desviar do caminho para que o guia uma faculdade predominante; mas, ainda mesmo que siga esse caminho, ainda que produza obras, para as quais evidentemente é o *melhor* predestinado, não deixará de fornecer provas inegáveis de seu estado mórbido, em relação à inteligência geral. Daí essa ideia justa: o gênio é parente próximo da loucura.

Não é ilógico supor que, numa existência futura, possamos considerar esta vida terrestre como um sonho.

Não somente acho paradoxal atribuir a um homem de gênio um caráter vil como assevero que o mais elevado gênio é apenas a nobreza moral mais alta.

É por certo desconcertante verificar a facilidade pela qual qualquer sistema filosófico pode ser declarado em erro; não é, porém, igualmente

triste reconhecer a impossibilidade em que nos achamos para conceber a verdade imutável de qualquer sistema particular?

Poder-se-ia imaginar uma filosofia muito poética e sugeridora de sérios pensamentos, embora talvez pouco sustentável, supondo que os virtuosos serão chamados a uma nova existência, enquanto seriam aniquilados os perversos. E a ameaça desse aniquilamento, proporcional à culpabilidade de cada um, poderia ser pressentida durante o sono e, às vezes, mais claramente ainda, durante o desmaio. A ausência de sonhos, durante o sono, seria, para a alma, um sinal de destruição final. Da mesma forma, dormir e acordar em seguida, sem consciência do lapso de tempo decorrido, indicaria que a alma está condenada a morrer com o corpo.

Ao contrário, se, ao despertar de um desmaio, se encontrassem recordações de sonhos (e isso, às vezes, sucede), a alma teria certeza de achar-se em condições de escapar ao aniquilamento, sendo assim preditas a ventura ou a desgraça de nossa vida futura pela frequência de nossas visões.

Prendendo-nos demais a pormenores de pouca importância, acabamos por esquecer as generalidades essenciais. Assim foi que certo escritor se queixava um dia, amargamente, dos erros de impressão cometidos em seu livro, embora poupasse a seu impressor as censuras, bem merecidas, pela mais imperdoável das faltas: a de ter sido impresso o volume.

Não é realmente corajoso quem teme parecer ou ser, quando isso lhe convier, um covarde.

Caluniar um grande homem é, para os medíocres, o meio mais rápido de, por sua vez, alcançarem eles a grandeza. É provável que o escorpião jamais se tivesse tornado uma constelação se não tivesse tido a coragem de morder o calcanhar de Hércules.

Não é decente (para não dizer mais) e não me parece corajoso atacar um inimigo abstendo-se de nomeá-lo, mas descrevendo-o tão minuciosamente que não haja pessoa que não saiba de quem se trata, e dizer em seguida: “Eu não designei esse homem pelo nome. Aos olhos e

pela letra da lei sou, portanto, inocente”. Quantas pessoas, porém, que se dizem “gentlemen”, se tornam culpadas de tal baixeza! Ser-nos-ia mister reformar esse ponto de nossa moral literária, assim como este outro: o hábito de não assinar nossas críticas. Nada de convincente pode ser alegado, em defesa dessa prática tão desleal, tão desprezível e tão covarde.

O movimento em favor da temperança terá certeza de persistir se, em vez de argumentos morais, recorrer a argumentos de higiene, contra as bebidas alcoólicas. Persuadir alguém de que tais bebidas são venenos para o corpo e pouco será necessário acrescentar que são a ruína da alma.

Estudar o mecanismo de uma obra de arte, ver de perto suas engrenagens, seus menores detalhes, pode proporcionar certo prazer especial, mas um prazer de que não podemos gozar sem renunciar ao gozo dos efeitos pretendidos pelo artista. Na realidade, considerar as obras de arte de um ponto de vista analítico é submetê-las, de algum modo, àqueles espelhos do templo de Esmirna, que só refletiam as mais belas imagens, deformando-as.

Grande número de escritores obtém fama em filosofia graças ao hábito que os homens têm de considerar-se como cidadãos de um certo mundo, de um certo planeta, em vez de se reconhecer, ainda que só de vez em quando, na sua condição exclusivamente cosmopolita de habitantes do universo.

Ao ler certos livros, interessamo-nos pelos pensamentos do autor; pela literatura de outros, limitando-nos a desenvolver nossos pensamentos pessoais. Existem duas espécies de livros *sugestivos*: os positivos e os negativos. Aqueles nos dão matéria para reflexão, pelo que dizem; estes, pelo que poderiam e deveriam dizer. Afinal de contas, a diferença é apenas mínima, porque, em ambos os casos, o livro atinge realmente o seu alvo.

Os homens que exercem a profissão de jornalista parecem constituídos como os deuses do Walhalla, que se cortavam em pedaços, todos os dias, e acordavam com perfeita saúde, todas as manhãs.

Sabe-se que os poetas e, em geral, todos os artistas têm um caráter irritável; mas a razão desse temperamento especial parece bastante ignorada. Um artista somente o é pelo seu sentimento refinado da beleza, que para ele se torna assim uma fonte de gozo extático. Esse fato, todavia, implica um sentimento igualmente sutil da fealdade, da desproporção. Eis por que um erro, uma injustiça praticada contra um poeta realmente digno desse nome, o excitam a um tal grau que pode espantar os espíritos ordinários. Os poetas nunca veem a injustiça onde ela não existe, mas muitas vezes a descobrem onde os espíritos prosaicos não a veem. A irritabilidade dos poetas não é, pois, “gênio”, no sentido vulgar da palavra, mas simplesmente uma perspicácia superior, com relação ao mal. Isso provém de que o poeta sente fortemente o reto, o justo, a proporção, ou, em uma palavra, o que os gregos chamavam “*tokalon*”. Parece-me evidente que quem não se mostra irritável (no sentido comum da palavra) não é poeta.

Se eu tivesse de definir, com toda a brevidade, a palavra “arte”, chamá-la-ia a reprodução do que os sentidos percebem na natureza através do véu da alma. A imitação pura e simples da natureza, por exata que seja, não autoriza ninguém a tomar o título sagrado de artista. Em minha opinião, Deuner não era um artista. As uvas pintadas por Zêuxis nada tinham de artísticas, senão *à vol d’oiseau*. Da mesma forma devemos confessar que a cortina de Parrásio quase não podia esconder o que faltava de gênio a esse pintor.

Acabo de falar do “véu da alma”. Algo de semelhante nos parece indispensável na arte. Podemos sempre duplicar a beleza de uma paisagem, contemplando-a com os olhos semicerrados. Os sentidos, algumas vezes, percebem de menos; mas não poderíamos ajuntar que, em multidão de casos, eles percebem sempre demais?

Quando Luciano descreveu sua estátua “de mármore pentélico na superfície e, por dentro, cheia de farrapos sujos”, certamente devia ter tido alguma visão profética de nossas grandes instituições financeiras.

Se apraz a algum ambicioso revolucionar, de uma só vez, o mundo inteiro do pensamento, da opinião e do sentimento humano, eis o que lhe dará o poder de chegar a esse fim. A estrada, que conduz a uma glória imperecível, está aberta à sua frente, reta e sem tropeços. Bastar-lhe-á escrever e publicar um livro, bem pequeno, cujo título será simples e formado de algumas palavras despretensiosas: *Meu coração posto a nu*. Mas é preciso que esse livrinho cumpra todas as suas promessas. Não é singular que não se tenha achado homem algum com bastante audácia para escrever esse volumezinho, e isso apesar da sede de fama que consome tantos escritores preocupadíssimos com o que se irá pensar deles, depois de sua morte? Escrevam-no! — digo. Mas há milhares de pessoas que, uma vez composto o livro, se poriam a rir, caso lhes dissessem que não teriam ousado publicá-lo durante a vida e não poderiam imaginar por que se teriam oposto a seu aparecimento, depois que morressem. Escrevê-lo, porém, é que é em verdade a grande dificuldade. Nenhum homem jamais o ousará escrever; nenhum homem poderia escrevê-lo — ainda que o ousasse —, pois o papel se amarfanharia e pegaria fogo ao simples contato de sua pena inflamada.

Um escritor de gênio, se não lhe for permitido escolher seu assunto, sair-se-á da obra pior do que se fosse desprovido de algum talento. E como sua liberdade é restringida! Certamente, ele pode escrever o que lhe aprouver, mas o editor terá opinião diversa e só imprimirá o que julgar conveniente.

A natureza de nossas leis sobre a propriedade literária furta ao escritor toda a sua força. Quanto à sua liberdade de ação, ela se assemelha à concedida ao deão e ao cabido de uma catedral episcopal inglesa, convocados para uma eleição, por certo decreto do rei, que lhes dava a faculdade de eleger e especificava a pessoa a ser eleita.

Considero que os perfumes têm poderes dos mais particulares para provocar em nós associações de ideias, associações que diferem essencialmente das nascidas das sensações que provêm do gosto, do tato, da vista e do ouvido.

Pode haver coisa mais doce para o orgulho de um homem, para a satisfação de sua consciência do que o sentimento de se haver vingado plenamente das injustiças de seus inimigos com o ter-lhes sempre e simplesmente feito justiça?

Um argumento sólido, em prol do cristianismo, é este: os pecados contra a caridade são os únicos pelos quais um homem, em seu leito de morte, pode ser levado a declarar-se, a sentir-se culpado.

Samuel Butler, o autor de *Hudibras*, certamente teve algum sonho profético sobre o Congresso americano quando definiu assim uma balbúrdia:

“Um rebanho ou assembleia dos Estados gerais, em que cada qual é fatalmente inclinado a divergir da opinião dos outros, seja qual for o assunto. Reúnem-se” — acrescenta ele — “unicamente para entrar em discussões e depois voltam para casa muito satisfeitos, inteiramente dispostos a revogar o que disseram.”

No gênero literário chamado “novela” não falta espaço para desenvolver os caracteres, ou para acumular os incidentes variados; necessita-se aí mais imperiosamente de um plano do que num romance. Neste último, uma intriga mal apresentada pode ainda escapar à crítica; mas o mesmo não se dá com a novela. A maior parte de nossos autores, entretanto, não observa essa distinção. Parecem começar suas histórias sem de modo algum se preocupar com o fim a que as devem conduzir. E seus epílogos, como outros tantos governos a Trínculo, parecem ter perdido a lembrança de seus inícios.

Mal se pode conceber qual deve ter sido o grau mórbido da inteligência e do gosto na Alemanha, quando se sabe que um livro, tal como *Os sofrimentos de Werther*, não foi lá somente tolerado, como admirado e aplaudido com entusiasmo. Essa aprovação, do outro lado do Reno, foi sem dúvida de boa-fé. Mas, entre nós, ela é a quintessência da insânia. E, contudo, fizemos o melhor que pudemos, como se se tratasse de um

compromisso de honra, para colocar-nos no diapasão de loucura da obra de Goethe.

“Os anjos”, diz a sra. Dudevant, mulher que semeia multidão de admiráveis sentimentos, através de um caos de ficções das mais criticáveis, “os anjos não são mais puros do que o coração de um jovem que ama sinceramente.” Esta hipérbole não se afasta muito da verdade! E seria a própria verdade, se se aplicasse ao amor fervente de um jovem que ao mesmo tempo fosse poeta. O amor juvenil de um poeta é, sem contradição, um dos sentimentos humanos que realiza de mais perto nossos sonhos de castos gozos celestes.

Em todas as alusões que Lorde Byron faz à sua paixão por Mary Chaworth, circula um sopro de ternura e de pureza quase espiritual, que contrasta de muito com o grosseirismo terrestre que penetra e desfigura seus poemas de amor vulgar. O “Sonho”, onde se encontram traçados alguns dos incidentes de sua separação dela, no momento da partida para suas viagens, jamais foi ultrapassado em fervor, delicadeza e sinceridade, misturados a qualquer coisa de etéreo, que eleva e enobrece o poema. É o que nos permite duvidar que ele jamais tenha escrito coisa tão pouco popular. Temos certa razão para crer que sua atração por Mary (nome que para ele parece ter possuído um encanto especial) fosse séria e durável. Há, desse fato, cem provas evidentes em seus escritos. Mas a seriedade e a duração desse amor não vão de encontro à opinião de que essa paixão (se tal nome lhe pode ser propriamente dado) apresentou um caráter eminentemente romântico, vago e imaginativo. Nascida da ocasião, dessa necessidade de amar que a juventude experimenta, foi ela entretida e alimentada pelas águas, as colinas, as flores e as estrelas. Nenhuma relação direta tem com a pessoa, o caráter ou a retribuição de afeição dessa Mary. Qualquer mocinha, desde que não fosse despida de atrativos, teria sido amada por ele, nas mesmas circunstâncias de vida comum e de relações livres. Eles se avistavam sem obstáculo e sem reservas. Daí esse amor, não só natural, mas inevitável, como o próprio destino.

Em tais circunstâncias, Mary Chaworth, dotada de beleza incomum e de algum talento, não podia deixar de inspirar uma paixão desse gênero e era feita, por medida, para encarnar o ideal que encantava a imaginação

do poeta. É talvez preferível, do ponto de vista do puro romance de seu amor, que suas relações tenham sido rompidas cedo e não mais se tenham reatado. Todo o calor, toda a paixão da alma, a parte real e essencialmente romanesca de sua ligação infantil, tudo isso deve ser inteiramente atribuído a Byron. Se ela sentia alguma coisa de análogo, não foi isso senão o efeito do magnetismo exercido pela presença do poeta. Se ela correspondia, de algum modo, à sua afeição, foi apenas uma correspondência inevitável, arrancada pelo sortilégio das palavras de fogo que ele lhe dirigia. Longe dela, Byron conduziu consigo todas as imaginações, que eram o fundamento de sua flama e cujo vigor a ausência só fez aumentar; ao passo que seu amor pela mulher, menos ideal e ao mesmo tempo menos realmente substancial, não tardou a desvanecer-se inteiramente, pelo desaparecimento do elemento que lhe havia dado a vida. Para ela, ele foi apenas um jovem que, sem ser feio nem desprezível, não tinha fortuna, era levemente excêntrico e, sobretudo, claudicava. Para ele, ela foi a Egéria de seus sonhos, a Vênus Afrodite saindo, em sua plena e sobrenatural beleza, da espuma cintilante, por sobre o oceano tempestuoso de seus pensamentos.

Se algum homem já impôs à palavra a impressão de seus pensamentos, esse homem foi Shelley. Se algum poeta já cantou, como um pássaro canta, por impulso natural, com ardor, com inteiro abandono, para si somente e para a pura alegria de seu próprio canto, foi esse o poeta da “Sensitiva”. De arte, a não ser essa parte instintiva que é inseparável do gênio, ele nada tem, ou melhor, desdenhou-a completamente. Na realidade, ele desdenhava a regra que emana da lei, porque encontrava sua lei em sua própria alma. Seus cantos são apenas notas falhadas, esboços estenográficos de poemas, esboços que bastavam amplamente à inteligência dele e que ele não queria ter o trabalho de desenvolver, descuidoso como era de comunicá-los a seus semelhantes. Por essa razão, a leitura de suas obras é das mais fatigantes. Mas, se cansa, é porque aquilo que nelas nos parece o desenvolvimento difuso de uma ideia não passa da concentração concisa de um grande número de ideias; e essa concisão muitas vezes se toma por obscuridade.

Um homem assim não podia pensar em imitar: isso de nada lhe teria servido, pois ele apenas se dirigia à sua própria alma, incapaz de

compreender qualquer outra linguagem; daí resulta sua originalidade verdadeiramente profunda. A estranheza de Shelley provém da percepção intuitiva dessa verdade, que só Bacon exprimiu em termos precisos, ao dizer: “Não há beleza à qual não se alie alguma estranheza”. Mas, tenha sido Shelley obscuro, original ou estranho, o certo é que ele foi sempre sincero: esse poeta não conhecia a *afetação*.

Thomas Moore, o literato mais hábil de seu tempo e talvez de todos os tempos, é vítima da infelicidade singular e realmente maravilhosa de se achar depreciado por causa da profusão com que esparziu belezas por sua obra. O brilho de qualquer uma das páginas de *Lallah Rookh* bastaria para firmar-lhe a reputação; mas esta teve de sofrer por causa da cintilância prodigalizada no livro inteiro. Parece que as leis da economia política não podem ser infringidas, nem mesmo pelos poetas inspirados! Se uma versificação perfeita, um estilo vigoroso, uma fantasia infatigável forem demasiadamente constantes, acabam por não ter mais valor: como a água que bebemos, sem a qual não podemos viver, e que, contudo, desprezamos.

Nossa literatura está infestada por um enxame de sujeitinhos que acabam por conquistar uma reputação real, quando mais não seja pela continuidade e persistência de seus apelos ao público. Este nem um instante se pode desembaraçar de tais parasitas, ou esquecer suas pretensões. Não consideraremos o trabalho desses animálculos como igual a nada, porque eles chegam, como já disse, a produzir um efeito positivo. Mas o zero, ainda que elevado à maior potência, jamais produzira unidades; e tal trabalho será mais bem expresso pelas quantidades negativas, pelo menos que zero.

Os romanos honravam suas insígnias; e a insígnia romana era algumas vezes a águia. A nossa insígnia não é senão o décimo de uma águia — um dólar —, mas nós não nos embarçamos em adorá-lo com uma devoção dez vezes mais forte.

O mundo está atualmente infestado por uma nova seita de filósofos, que ainda não reconheceram que formam uma seita e, por consequência,

não adotaram nome. São os *crentes em todas as velharias* (o mesmo que dizer: pregadores do velho). O grão-sacerdote, a leste, é Carlos Fournier; a oeste, Horácio Greeley, e grão-sacerdotes são eles sinceramente. O único laço comum entre a seita é a credulidade; chamemos a isto demência e acabou. Perguntai a um deles por que era nisto ou naquilo: e, se for consciencioso (os ignorantes em geral o são), dar-vos-á uma resposta análoga à que deu Talleyrand quando lhe perguntaram por que acreditava na Bíblia: “Acredito”, respondeu ele, “primeiro porque sou bispo de Autun e, segundo, *porque não entendo nada do que ela contém*”. O que esses tais filósofos chamam *argumento* é uma maneira lá deles de *negar o que é e de explicar o que não é*.

Crescem nossos críticos em número a tal ponto que se deveria, pelo menos, dizimá-los. Será que não temos um crítico com bastantes nervos para estrangular dois ou três *in terrorem*? Deveria ele fazer uso, naturalmente, de uma corda de seda, como se faz na Espanha, para os Grandes, de sangue azul.

Estas imensas bolsas, semelhantes ao pepino gigante, que estão em moda entre as nossas beldades, não têm, como se pensa, origem parisiense; são perfeitamente indígenas. Por que semelhante moda em Paris, onde uma mulher não guarda na bolsa senão seu dinheiro? Mas a bolsa de uma americana! É preciso que esta bolsa seja bastante vasta para que ela possa ali encerrar todo o seu dinheiro — e mais toda a sua alma!

Um francês — talvez tenha sido Montaigne — diz: “Fala-se em pensar, mas, quanto a mim, nunca penso, senão quando me sento para escrever”. É o fato de nunca pensar, salvo quando nos sentamos para escrever, a causa de produções tão fracas. Mas talvez haja, na observação deste francês, alguma coisa de mais, que não se acreditaria à primeira vista. É certo que o ato apenas de redigir tende, em alto grau, a dar mais lógica ao pensamento. Todas as vezes que estou descontente com uma concepção do meu cérebro por motivo de sua vaguidão excessiva, recorro imediatamente à pena, com o fim de obter, graças ao seu auxílio, a forma, a coerência e a precisão necessárias.

Quantas e quantas vezes não ouvimos a observação de que tal ou qual pensamento ultrapassa a esfera das palavras?! Não acredito que um pensamento propriamente dito possa estar fora do alcance da linguagem. Prefiro imaginar que, onde uma dificuldade se apresenta, há, na inteligência que a ela se aplica, uma falta de decisão ou de método. Quanto a mim, jamais tive pensamentos que não pudessem ser expressos por palavras, e mesmo com uma nitidez superior à com que eu os havia concebido: como o observei acima, o pensamento se torna mais lógico pelo esforço exigido pela sua representação escrita. Há, todavia, uma classe de fantasias, de uma delicadeza rara, que *não são* pensamentos, e as quais, *até aqui*, achei absolutamente impossível adaptar à linguagem. Sirvo-me da palavra *fantasias* ao acaso, e unicamente porque necessito empregar uma palavra *qualquer*; mas a ideia que se liga comumente a este termo não é aplicável, nem mesmo de longe, às sombras de sombras em questão. Elas me parecem mais psíquicas que intelectuais. Não se elevam da alma (ai! tão raramente) senão no momento de suas fases mais intensamente sossegadas, quando a saúde corporal e moral é perfeita, e somente naqueles instantes de tempo em que os confins do mundo que desperta se fundem nos do mundo dos sonhos. Só me torno cômico dessas “fantasias” quando me encontro à “beira” do sono e com a consciência do meu estado. Contentei-me em saber que esta condição só existe durante um tempo inapreciável, e, no entanto, se incorpora ela a essas “sombras de sombras”; e um *pensamento* absoluto exige certa duração. Essas fantasias contêm um êxtase delicioso, tão afastado dos êxtases mais deliciosos do mundo da vigília ou dos do sonho quanto o é de seu inferno o céu das mitologias setentrionais. Considero estas visões, no momento em que se erguem, com um temor que, até certa medida, modera e tranquiliza o êxtase; considero-as assim pela convicção em que estou (convicção que parece ser uma parte do próprio êxtase) de que este êxtase é, em si mesmo, de uma essência superior à natureza humana que é um relance de vista sobre o mundo externo dos espíritos; e chego a esta conclusão — se este termo pode ser de alguma maneira aplicado à intuição instantânea — de que a delícia experimentada comporta, na sua base, *o absoluto da novidade*. Digo o absoluto porque nestas fantasias — permite-me que as chame agora de impressões psíquicas — não há

realmente nada que se aproxime do caráter das impressões geralmente experimentadas. É como se os cinco sentidos fossem suplantados por cinco miríades de outros sentidos, estranhos à natureza mortal.

Ora, tenho tão inteira confiança no *poder da palavra* que, por momentos, acreditei possível dar corpo, na sua própria imaterialidade, às fantasias que tentei descrever. Em experiências tendo este objetivo em vista, fui bastante longe a ponto de controlar, à primeira vista (quando a saúde do corpo e da alma é satisfatória), a existência desta condição: quero dizer que sou agora capaz (salvo em caso de doença) de prever a vinda desta condição, se o desejar, no momento já descrito; desta vinda jamais podia eu antes estar certo, mesmo nas circunstâncias mais favoráveis. Em uma palavra, quero dizer que posso estar certo, quando todas as circunstâncias são favoráveis, da vinda desta condição, e sentir-me eu mesmo capaz de fazê-la nascer, ou de obrigá-la a nascer: entretanto, as circunstâncias favoráveis não deixam de ser raras — do contrário já teria eu obrigado o Céu a descer à Terra.

Em segundo lugar, esforcei-me por impedir o deslizamento do *ponto* de que falei — o ponto de fusão entre a vigília e o sono —, de impedir, repito, à vontade, o deslizamento, desde as fronteiras até o reino do sono. Não é que eu possa *prolongar* esta condição, nem aumentar a duração desse *ponto*, mas eu posso saltar desse ponto à vigília; *e assim transportar o próprio ponto ao reino da Memória*; enfim, conduzir essas impressões, ou mais propriamente a lembrança delas, a um estado em que (embora por um período bastante curto) eu possa examiná-las analiticamente. Por estas razões, isto é, pelo fato de me ter tornado capaz de dar esse grande passo, não desespero completamente de encarnar em palavras número bastante grande das fantasias em questão, para dar a certas classes de inteligências uma vaga ideia de seu caráter. Do que adianto não se deve concluir que suponho essas fantasias, ou impressões psíquicas, as quais faço alusão, limitadas à minha própria pessoa e não, numa palavra, comuns à humanidade inteira; porque neste ponto é-me absolutamente impossível formar uma opinião; mas o de que estou mais certo do que tudo é de que a narração, mesmo parcial, de tais impressões, faria estremecer a inteligência universal da humanidade, com a *suprema novidade*

dos elementos postos em ação e das sugestões que deles decorreriam. Em resumo, se jamais tivesse eu de redigir uma memória, a respeito desta questão, o mundo seria obrigado a reconhecer que eu afinal levei a cabo uma coisa original.

EUREKA
ENSAIO SOBRE O UNIVERSO
MATERIAL E ESPIRITUAL

Àqueles poucos que me amam e a quem amo — aqueles que sentem, mais do que aqueles que pensam —, aos sonhadores e aqueles que depositam fé em sonhos, como únicas realidades, ofereço este Livro de Verdades, não pelo seu caráter de Expositor de Verdades, mas pela Beleza que floresce em sua Verdade e que o torna verdadeiro. A esses apresento esta composição, como um simples produto artístico — digamos, como um Romance; ou, se não julgarem minha pretensão demasiado alta, como um Poema.

O que aqui adianto é verdade; isto, portanto, não pode morrer, ou se, por qualquer acaso, viesse a ser esmagado, a ponto de morrer, “de novo ressuscitará na Vida Eterna”. Não obstante, é apenas como um Poema que desejo que este trabalho seja julgado, depois de minha morte.

I

É com humildade realmente sincera, e com um sentimento mesmo de espanto que escrevo a sentença inicial desta obra, porque, de todos os assuntos imagináveis, trago ao leitor o mais solene, o mais compreensivo, o mais difícil, o mais augusto.

Que termos encontrarei, suficientemente simples em sua sublimidade — suficientemente sublimes em sua simplicidade — para a mera enunciação de meu tema?

Pretendo falar *do Universo Físico, Metafísico e Matemático, do Material e do Espiritual: de sua Essência, sua Origem, sua Criação, sua Condição presente e*

seu Destino. Serei audaz, além disso, a ponto de discutir as conclusões e assim, com efeito, pôr em dúvida a sagacidade de muitos homens dos maiores e mais justamente respeitados.

De início, permiti-me anunciar, tão claramente quanto possível, não o teorema que espero demonstrar, porque, seja o que for que asseverem os matemáticos, *não há*, neste mundo pelo menos, *essa coisa* chamada demonstração; mas a ideia dominante que por todo o volume continuamente tentarei sugerir.

Minha proposição geral é, pois, esta: *na Unidade Original da Primeira Coisa está a Causa Secundária de Todas as Coisas, com o germe de seu Inevitável Aniquilamento*.

Na ilustração dessa ideia, proponho tomar uma visão tal do Universo que o espírito possa ser realmente capaz de receber e perceber uma impressão individual.

Quem, do alto do Etna, deixa os olhos vagarem, sem rumo, em derredor, sente-se principalmente impressionado pela *extensão* e pela *diversidade* do cenário. Somente girando, rapidamente, sobre os calcanhares poderia esse alguém esperar compreender o panorama na sublimidade de sua *Unidade*. Mas como, no cimo do Etna, *ninguém* ainda pensou em girar sobre os calcanhares, ninguém jamais apreendeu a completa unicidade da paisagem; e, assim, quaisquer considerações que estejam envolvidas nessa unicidade ainda não tiveram existência prática para o gênero humano.

Não conheço um tratado em que uma visão do Universo — usando a palavra em sua mais abrangente acepção, única legítima — seja absolutamente tomada; e é aqui ocasião de mencionar que pelo termo “Universo”, sempre que empregado sem qualificativo neste ensaio, quero designar *a mais concebível vastidão de espaço, com todas as coisas materiais e espirituais que se possa imaginar existirem, dentro dos limites dessa vastidão*. Para falar do que está ordinariamente implícito na expressão “Universo”, usarei uma frase que limite seu sentido, o *Universo astral*. Ver-se-á depois por que esta distinção é considerada necessária.

Mas mesmo entre os tratados sobre o universo astral, realmente limitado, embora sempre tido como ilimitado, nenhum conheço no qual uma visão, mesmo desse universo limitado, se apresente de modo a

assegurar deduções extraídas de sua *individualidade*. A tentativa que mais se aproxima de tal trabalho é feita no *Cosmos*, de Alexander von Humboldt. Ele apresenta o assunto, porém, *não* em sua individualidade, mas em sua generalidade. Seu tema, em seu resultado final, é a lei de *cada* porção do Universo simplesmente físico, tal como essa lei se relaciona com as leis de *todas as outras* partes desse Universo simplesmente físico. Seu desígnio é meramente sinerético. Em uma palavra, ele discute a universalidade das relações materiais e desvenda aos olhos da filosofia quaisquer inferências até então conservadas ocultas *por trás* dessa universalidade. Contudo, por mais admirável que seja a brevidade com que ele tratou cada ponto particular de seu assunto, a simples multiplicidade desses pontos ocasiona, necessariamente, um acervo de detalhes e, portanto, uma complicação de ideias que exclui toda a *individualidade* de impressão.

Parece-me que, para obter o efeito em questão e, por meio dele, as consequências, as conclusões, as sugestões, as especulações, ou, se nada de melhor se oferece, as simples conjeturas que podem resultar dele, teríamos necessidade de algo como uma pirueta mental sobre o calcanhar. Precisaríamos de uma revolução de todas as coisas, tão rápido em torno do ponto central de vista que, enquanto as minúcias desapareçam totalmente, até mesmo os objetos mais importantes se misturem em um só. Numa visão dessa espécie, entre os pormenores que desaparecem, deveriam contar-se todas as matérias exclusivamente terrestres. A Terra seria considerada apenas em suas relações planetárias. Desse ponto de vista, o homem se torna humanidade, e a humanidade membro da família cósmica das inteligências.

II

E agora, antes de entrar propriamente em nosso assunto, seja-me permitido chamar a atenção do leitor para um ou dois extratos de uma carta um tanto notável, que parece ter sido achada numa garrafa arrolhada, a flutuar no *Mare tenebrarum* — oceano bem descrito pelo geógrafo núbio Ptolomeu Efestion, mas pouco frequentado nos dias

modernos, a não ser pelos transcendentalistas e alguns outros excêntricos. A data desta carta, confesso, me surpreende mesmo mais particularmente do que seu conteúdo, pois parece ter sido escrita no ano 2848. Quanto aos trechos, que passo a transcrever, falarão, imagino, por si mesmos:

“Você sabe, meu querido amigo”, diz o escritor, dirigindo-se sem dúvida a um contemporâneo, “você sabe que mal se passaram oitocentos ou novecentos anos desde que os metafísicos consentiram em libertar o povo da estranha fantasia de que existiam *apenas duas estradas praticáveis conduzindo à Verdade!* Acredite-o, se puder! Parece, porém, que há muito, muito tempo, na noite dos Tempos, viveu um filósofo turco, chamado Áries, de sobrenome Tottle.” (Aqui, provavelmente, o autor da carta queria dizer Aristóteles; os melhores nomes se corrompem, miseravelmente, em 2 ou 3 mil anos.) “A fama deste grande homem repousava principalmente sobre sua demonstração de que espirrar era uma providência da natureza, por meio da qual pensadores superprofundos podiam expelir ideias supérfluas pelo nariz; mas alcançou celebridade quase tão grande como fundador, ou pelo menos como principal vulgarizador, do que se chamava a filosofia dedutiva ou *a priori*. Ele partiu do que afirmava serem *axiomas*, ou *verdades evidentes por si mesmas*. E o fato, agora bem constatado, de que *nenhuma* verdade é evidente por *si mesma*, na realidade, não infirma de maneira alguma suas especulações: bastava, para o fim que tinha em vista, que as verdades em questão fossem, de certo modo, evidentes. Dos axiomas continuou, logicamente, até as conclusões. Seus mais ilustres discípulos foram um Tuclid, geômetra [ele queria dizer Euclides], e um tal Kant, holandês, inventor daquela espécie de transcendentalismo que, com a simples mudança de um C por um K, traz atualmente o característico nome dele.

“Pois bem, Áries Tottle esteve supremamente em voga, até o advento de um tal Hogg, alcunhado o ‘Pastor de Ettrick’, que pregava um sistema inteiramente diferente, por ele chamado *a posteriori* ou *indutivo*. Seu método reportava-se totalmente à sensação. Ele procedia pela observação, pela análise e classificação dos fatos, *instantiae naturae*, como eram um tanto afetadamente chamados, arranjando-os dentro de leis gerais. Em uma palavra, ao passo que o método de Áries se baseava nos *noumena*, o de

Hogg dependia dos *phenomena*; e tão grande foi a admiração suscitada por este último sistema que, logo ao seu aparecimento, Áries perdeu a fama. Finalmente, porém, recuperou terreno e permitiu-se que dividisse o império da filosofia com seu rival mais moderno. Os sábios contentaram-se com proscrever todos os *outros* competidores, passados, presentes e futuros, pondo fim a toda controvérsia sobre o assunto, pela promulgação de uma lei Meda, em virtude da qual os caminhos aristotélico e baconiano são, e por direito devem ser, as únicas e possíveis avenidas que levam ao conhecimento. Baconiano, deve você saber, meu caro amigo”, acrescenta o autor da carta nesse ponto, “foi um adjetivo inventado como equivalente de hogguiano, e ao mesmo tempo mais decente e eufônico.

“Agora, garanto-lhe, da maneira mais positiva — continua a tardar o progresso da verdadeira Ciência, que realiza seus mais importantes avanços — como toda a História mostrará por *saltos*, aparentemente intuitivos. Estas antigas ideias limitaram sua investigação ao rastejar; e não necessito sugerir-lhe que rastejar, entre outros meios diversos de locomoção, é um dos principais; mas, pelo fato de estar firme a tartaruga nos seus pés, deveremos cortar as asas das águias? Durante muitos séculos, tão grande foi a paixão, especialmente em torno de Hogg, que se deu virtualmente fim a qualquer pensamento propriamente dito. Nenhum homem ousava enunciar uma verdade cuja origem só fosse por ele atribuída à sua alma. Não importava mesmo que a verdade fosse uma verdade demonstrável, porque os filósofos dogmatizadores daquela época olhavam apenas o *caminho*, pelo qual se pretendia ter atingido a verdade. Para eles, o fim não tinha importância de espécie alguma: *os meios!* — vociferavam eles —, *olhemos para os meios!* E se, investigados os meios, descobria-se que a verdade não se achava nem na categoria de Hogg nem na categoria de Áries (que quer dizer carneiro), bem, então os sábios não iam além, mas declaravam que o pensamento era um louco e o estigmatizavam de teorista, não querendo, por consequência, ter alguma coisa a fazer com ele, ou com suas verdades.

“Ora, meu caro amigo”, continua o autor da carta, “não se pode mesmo sustentar que pelo sistema do rastejo, exclusivamente adotado, possam os homens alcançar o acervo máximo de verdades, mesmo numa longa série de idades, pois a repressão da imaginação é um mal não compensado por

qualquer certeza *absoluta*, nesse passo de caracol. Mas sua certeza estava bem longe de ser absoluta. O erro de nossos antepassados era completamente idêntico ao do tolo, que imagina que deve necessariamente ver melhor um objeto quanto mais perto o aproxime de seus olhos. De modo que cegavam a si próprios, com o impalpável e titilante rapé escocês do *detalhe*. E assim os fatos tão louvados dos hogguianos não eram, de modo algum, sempre fatos; ponto cuja única importância era a suposição de que eles sempre o *fossem*. A infecção principal, porém, do baconianismo — sua mais lamentável fonte de erros — consistia em sua tendência a lançar o poder e a consideração nas mãos de homens simplesmente perceptivos, daqueles varões amoluscados, os sábios microscópicos, os cavadores e arrebanhadores de fatos miúdos, tirados na maior parte das ciências físicas, fatos, todos esses, que eles vendiam a retalho, pelo mesmo preço, nas estradas; dependendo seu valor, supunha-se, simplesmente *do fato de serem fatos*, sem referência à sua aplicabilidade, ou não aplicabilidade, ao desenvolvimento daqueles últimos e únicos legítimos fatos, chamados Lei.

“Jamais existiu na face da Terra”, continua a carta, “mais intolerante e mais intolerável grupo de beatos e tiranos do que aquelas pessoas, esses indivíduos assim subitamente elevados pela filosofia hogguiana a uma situação para a qual não eram aptos, assim transferidos da copa para a sala de visitas da Ciência, das suas despensas para seus púlpitos. Seu credo, seu texto, seu sermão consistiam numa só palavra, os *fatos*, mas mesmo desta única palavra a maior parte deles nem o significado conhecia. Para com aqueles que se aventuravam a *deslocar* seus fatos, tendo em vista colocá-los em ordem e torná-los úteis, os discípulos de Hogg não tinham compaixão de espécie alguma. Todas as tentativas de generalização eram acolhidas imediatamente com as palavras: teórico, teoria, teorista. Todo *pensamento*, em uma palavra, era por eles ressentido como uma verdadeira afronta pessoal. Cultivando as ciências naturais, com exclusão da Metafísica, das matemáticas e da lógica, muitos desses filósofos de geração baconiana — de uma só ideia, um só partido e uma perna só — eram mais miseravelmente impotentes, mais desgraçadamente ignorantes, em face de todos os objetos compreensíveis

do saber, do que o mais iletrado campônio, que prova saber, pelo menos, alguma coisa, ao admitir que não sabe absolutamente nada.

“Nem tinham nossos antepassados melhor direito de falar a respeito de *certeza*, quando seguiam, com cega confiança, a estrada apriorística de axiomas, ou a do Carneiro. Em inúmeros pontos, esse caminho era quase tão retilíneo como o chifre de um carneiro. A simples verdade é que os aristotélicos erigiram seus castelos sobre uma base tão pouco sólida quanto o ar: *pois essas coisas que se chamam axiomas jamais existiram nem podem mesmo existir*. Devem ter sido muito cegos para não ver isso, ou, pelo menos, disso suspeitar, pois, mesmo nos seus dias, muitos dos seus ‘axiomas’, longamente admitidos, tinham sido rejeitados: por exemplo, ‘ex nihilo nihil fit’ e ‘um corpo não pode agir onde não está’, ‘não pode haver antípodas’, e ‘da luz não pode sair a treva’. Todas estas e numerosas outras proposições semelhantes, antigamente admitidas sem hesitação como axiomas, ou verdades inegáveis, mesmo naquele período de que estou falando, eram vistas como inteiramente insustentáveis. Que coisa absurda, então, que aquela gente persistisse em se apoiar sobre uma base tida como imutável e cuja mutabilidade se havia tornado tão frequentemente manifesta!

“Mas, mesmo por meio da prova que eles produzem contra si mesmos, é fácil convencer esses raciocinadores *a priori* da mais grosseira sem-razão, é fácil mostrar-lhes a futilidade, a impalpabilidade geral de seus axiomas. Tenho-o agora diante de mim”, observar-se-á que estou ainda continuando com a carta, “tenho agora diante de mim um livro, escrito há quase mil anos. Pundit me assegura que é, decididamente, a mais inteligente das obras antigas sobre esse assunto, que é a Lógica. O autor, muito estimado no seu tempo, era um tal Miller, ou Mill, e dele se lembra, como ponto de certa importância, que conduzia um cavalo de moinho, a quem ele chamava de Jeremias Bentham, mas demos uma vista ao tratado!

“Ah! A habilidade ou a inabilidade de formar ideias”, diz com muita propriedade o sr. Mill, “não está no caso de ser recebida como um critério de verdade axiomática. Ora, que isto seja um truísmo palpável, nenhum homem de juízo o negará. *Não* admitir a proposição é insinuar uma acusação de variabilidade na própria Verdade, cujo verdadeiro título é

sinônimo de Imutabilidade. Se a habilidade em formar ideias fosse tomada como um critério de Verdade, então uma verdade para David Hume seria, bem raramente, uma verdade para Foe; e noventa e nove por cento do que é inegável no Céu seria falsidade demonstrável na Terra. A proposição do sr. Mill, pois, é apoiada. Não a aceitarei como um *axioma* e isto simplesmente porque estou mostrando que não existem axiomas; mas, com uma distinção que não podia ter sido sofismada, nem mesmo pelo sr. Mill, estou pronto a admitir que, se um axioma existe, então a proposição de que falamos tem o mais pleno direito de ser considerada um axioma, e que não há axioma mais absoluto; e, conseqüentemente, que qualquer proposição subsequente que entrar em conflito com aquela primitivamente enunciada deve ser uma falsidade em si mesma, isto é, o contrário de um axioma; ou, se admitida como axiomática, deve imediatamente neutralizar tanto a si mesma como à sua predecessora.

“E agora, pela lógica do próprio autor da proposição, procuremos verificar alguns dos axiomas propostos; demos algumas vantagens ao sr. Mill. Não vulgarizaremos a questão. Não escolheremos para nossa investigação um axioma comum, um axioma daqueles que, não menos absurdamente pelo fato de só o ser implicitamente, ele designa como de classe secundária, como se uma verdade, positiva por definição, pudesse ser mais ou menos positivamente uma verdade. Não escolheremos, repito, um axioma de indiscutibilidade tão discutível, como se pode encontrar em Euclides. Não falaremos, por exemplo, de proposições como a de que duas linhas retas não podem limitar um espaço, ou a de que o todo é maior do que qualquer de suas partes. Daremos a nosso lógico *todas* as vantagens. Iremos imediatamente a uma proposição que ele considera como o apogeu do indiscutível, como a quintessência da inquestionabilidade axiomática. Ei-la: ‘Duas contradições não podem ser verdadeiras *ao mesmo tempo*, isto é, não podem coexistir na natureza’. O sr. Mill quer dizer, aqui, por exemplo, e eu dou o exemplo mais concludente que se possa conceber, que uma árvore deve ser uma árvore ou não o ser, que não pode ser, ao mesmo tempo, uma árvore e *não* uma árvore: ou que tudo é perfeitamente razoável por si mesmo, e corresponderá notavelmente bem a um axioma, até que o confrontemos com um axioma no qual insistimos poucas páginas antes; por outras palavras — palavras

que eu já havia empregado antes —, até que nós o verifiquemos pela lógica do próprio autor da proposição. ‘Uma árvore’, afirma o sr. Mill, ‘deve ser uma árvore, ou não é uma árvore.’ Muito bem; e agora perguntemos: *por quê?* Para essa pequena pergunta só existe uma resposta — desafio qualquer ser vivente a inventar uma segunda. A única resposta é esta: ‘Porque achamos *impossível compreender* que uma árvore possa ser outra coisa senão uma árvore ou uma não-árvore’. Esta, repito, é a única resposta do sr. Mill, nem *pretenderá* ele sugerir outra. E, no entanto, pela sua própria demonstração, sua resposta, claramente, não é resposta alguma, pois já não exigiu ele de nós que admitíssemos, *como um axioma*, que a habilidade ou a inabilidade de formar ideias não deve, *em caso algum*, ser tomada como critério de verdade axiomática? Dessa forma, toda, absolutamente *toda* a sua argumentação está completamente desarvorada. Não se insista em que uma exceção da regra geral possa ser feita, em casos em que a ‘impossibilidade de formar ideias’ é tão caracteristicamente grande, como quando somos solicitados a conceber uma árvore, *ao mesmo tempo* árvore e não-árvore. Não se tente, digo, levar adiante essa tolice; pois, em primeiro lugar, não há *graus* de ‘impossibilidade’, e assim nenhuma concepção impossível pode ser *mais* peculiarmente impossível do que outra concepção impossível; em segundo lugar, o próprio sr. Mill — sem dúvida depois de madura deliberação —, mui distinta e mui racionalmente, excluiu qualquer oportunidade de fuga à regra pela energia de sua proposição, isto é, que *em caso algum* possa ser a habilidade ou inabilidade de formar ideias tomada como um critério de verdade axiomática; em terceiro lugar, mesmo supondo admissíveis algumas exceções, restaria mostrar como qualquer exceção seria *aqui* admissível. Que uma árvore seja, há um tempo, árvore e não-árvore é uma ideia que os anjos, ou os demônios, *podem* conceber, e que, sem dúvida, muitos terrenos bedlamitas, [\[34\]](#) ou transcendentalistas, *concebem*.

“Ora, não discutirei com esses antigos”, continua o autor da carta, “*tanto* por causa da transparente frivolidade de sua lógica — que, para ser franco, era infundada, sem valor e inteiramente fantástica — como por causa de sua pomposa e enfatuada interdição de todos os *outros* caminhos para a verdade, a não ser as duas estreitas e tortuosas veredas, a de arrastar-se e a de rastejar, as quais, em sua ignorante perversidade,

ousaram confinar a Alma — a Alma que nada ama tanto quanto planar naquelas regiões da intuição ilimitável que ignoram completamente o que seja ‘*caminho*’.

“Entre parênteses, meu caro amigo, não é uma prova de escravidão mental imposta a esses pobres fanáticos pelos seus Hog e seus Ram,^[35] o fato de que, a despeito da eterna tagarelice de seus sábios, sobre as *estradas* que conduzem à verdade, nenhum deles descobre, nem sequer por acaso, aquilo que nós agora tão distintamente percebemos ser a mais larga, a mais direta, e a mais cômoda de todas as simples estradas, a grande estrada real, a majestosa avenida da *Consistência*?

“Não é surpreendente que tenham eles deixado de deduzir das obras de Deus a consideração, de vital importância, de que *uma consistência perfeita não pode ser senão uma verdade absoluta*? Quão fácil e quão rápido foi o nosso progresso, desde o recente aparecimento dessa proposição. Graças a ela, a pesquisa foi retirada das mãos das toupeiras e confiada, como um dever, mais do que como uma tarefa, aos verdadeiros, aos *unicamente* verdadeiros pensadores, aos homens de uma educação geral e de ardente imaginação. Estes últimos, nossos Kepler, nossos Laplace, ‘especulam’, ‘teorizam’ — são estes os termos. E não podeis imaginar o grito de desprezo com que eles seriam recebidos pelos nossos antepassados, se a estes fosse possível estar olhando por cima de meus ombros, enquanto escrevo? Os Kepler, repito, especulam, teorizam, e suas teorias são simplesmente corrigidas, reduzidas, peneiradas, clarificadas, pouco a pouco, de sua casca de inconsistência, até que afinal apareça uma *Consistência* desembaraçada, uma consistência que o mais estúpido admitirá, porque é uma consistência, como sendo uma absoluta e inquestionável *Verdade*.

“Muitas vezes pensei, meu amigo, que deve ter embaraçado esses dogmáticos de há mil anos o determinar mesmo por qual de suas duas preconizadas veredas é que o criptografista atinge a solução das mais complicadas cifras, ou por qual delas Champollion guiou a humanidade àquelas importantes e inúmeras verdades que, por tantos séculos, já eram sepultadas entre os hieróglifos fonéticos do Egito. Não teria, especialmente, dado certo trabalho a esses fanáticos o determinar por qual de suas duas estradas foi atingida a mais importante, a mais sublime de *todas* as suas verdades — a verdade, o fato da *gravitação*? Newton

deduziu-o das leis de Kepler. Kepler admitia que *adivinhou* essas leis — leis cuja investigação revelou ao maior dos astrônomos ingleses aquele princípio, base de todo princípio físico (existente), e além do qual penetramos imediatamente no reino nebuloso da metafísica. Sim, Kepler *adivinhou* essas leis vitais, isto é, *imaginou-as*. Se lhe tivessem pedido que indicasse por qual estrada, se a *dedutiva* ou a *indutiva*, as havia ele atingido, sua resposta deveria ter sido: ‘Nada sei a respeito de *estradas*, mas *conheço* o mecanismo do Universo. Aqui está ele. Apoderei-me dele com *minha alma*. Alcancei-o simplesmente por meio da *intuição*’. Ai, pobre velho ignorante! Não poderia qualquer metafísico ter-lhe dito que o que ele chamava ‘intuição’ apenas era a convicção resultante de *deduções* ou *induições*, cujos processos eram tão obscuros que escaparam à sua consciência, ludibriaram sua razão, ou desafiaram sua capacidade de expressão? Grande pena é que algum ‘filósofo moralista’ não o tenha esclarecido a respeito de tudo isso. Quanto o teria confortado, no seu leito de morte, o saber que, em vez de ter ido intuitivamente e, portanto, indecorosamente, ele havia de fato marchado decorosa e legitimamente, isto é, à maneira do *Hog* ou, pelo menos, à maneira do *Ram*, na direção dos vastos salões, em que jazem cintilantes, livres e até aqui intocados pela mão humana e não vistos por olhos mortais, os segredos imperecíveis e inapreciáveis do Universo!

“Sim! Kepler era essencialmente um *teórico*; mas este título, agora tão sagrado, era naqueles dias de outrora uma designação de supremo desprezo. Somente agora é que os homens começaram a apreciar aquele divino ancião, a simpatizar com a rapsódia profética e poética de suas palavras para sempre memoráveis. Pela minha parte”, continua o correspondente desconhecido, “abraso-me de um fogo sagrado, quando nelas penso e sinto que jamais me cansarei de repeti-las. Concluindo esta carta, permita-me o real prazer de transcrevê-las mais uma vez:

Pouco me importa que minha obra seja lida agora ou na posteridade. Posso bem esperar um século por leitores, quando o próprio Deus esperou 6 mil anos por um observador. Eu triunfo! Roubei o áureo segredo dos egípcios! Entregar-me-ei à minha embriaguez sagrada!”

Aqui termino minhas citações dessa tão inacreditável e talvez um tanto impertinente epístola; talvez fosse loucura comentar de qualquer forma as

quiméricas, para não dizer revolucionárias, fantasias do escritor, quem quer que ele seja; fantasias tão radicalmente em luta com as bem consideradas e bem assentadas opiniões deste século. Continuemos, pois, com a nossa legítima tese: o “Universo”.

III

Esta tese admite uma escolha entre dois modos de discussão. Podemos ir *ascensionalmente* ou *descensionalmente*. Começando de nosso próprio ponto de vista, da Terra, em que nos achamos, podemos passar aos outros planetas de nosso sistema, daí para o Sol, daí para o nosso sistema considerado coletivamente e daí, através de outros sistemas, indefinidamente para diante; ou, começando por um ponto distante, tão definido como o pudermos conceber, ou torná-lo, podemos descer até a habitação do homem. Habitualmente, isto é, nos ensaios comuns sobre astronomia, é adotado, com certa reserva, o primeiro desses dois modos; isto pela óbvia razão de que, sendo o objetivo simplesmente fatos astronômicos e princípios, esse objetivo é mais plenamente atingido quando se avança do conhecido, que está mais próximo, gradualmente, para o ponto em que toda a certeza se perde na distância. Para meu presente propósito, porém, que é o de capacitar o pensamento a apreender, como se de longe e de um só relance, uma concepção distante do Universo *individual*, é claro que de sair do pequeno para o grande, da periferia para o centro (se pudéssemos estabelecer um centro), do começo para o fim (se pudéssemos imaginar um começo), seria o caminho preferível, não fora a dificuldade, se não impossibilidade, de apresentar, desse modo, aos não-astrônomos, um quadro, pelo menos compreensível, relativamente a considerações tais como as abrangidas na *quantidade*, isto é, relativas ao número, à grandeza e à distância.

Ora, a clareza, a inteligibilidade, para todos os efeitos, são um traço primordial de meu plano geral. Em assuntos importantes é melhor ser bastante prolixo do que mesmo um pouco obscuro. Mas a obscuridade é uma qualidade que não pertence a qualquer assunto *per se*. Todos são iguais, em facilidade de compreensão, para aquele que deles se aproxima a

passos devidamente graduados. É simplesmente porque uma alpondra, aqui e ali, descuidadamente não foi colocada na nossa estrada para o Cálculo Diferencial, que este último não é totalmente tão simples como um soneto do sr. Salomão Seesaw.

Para evitar, portanto, qualquer possibilidade de mal-entendido, acho aconselhável continuar como se mesmo os mais evidentes fatos da astronomia fossem desconhecidos ao leitor. Combinando os dois modos de discussão aos quais me referi, desejo aproveitar-me das vantagens particulares de cada um e, mui especialmente, da *repetição de pormenores*, que será a consequência inevitável do plano. Começando por descer, reservarei para a volta ascensional aquelas considerações indispensáveis de *quantidade*, a que já foi feita alusão.

Comecemos, pois, imediatamente, pela palavra mais simples, “Infinito”. Esta, como “Deus”, “espírito” e algumas outras expressões cujos equivalentes existem em todas as línguas, não é, de modo algum, a expressão de uma ideia, mas a de um esforço para uma ideia. Representa uma tentativa possível para uma concepção impossível. O homem precisava de um termo para determinar a *direção* desse esforço, a nuvem por trás da qual se acha situado, invisível para sempre, o *objeto* dessa tentativa. Uma palavra, enfim, era necessária, graças à qual um ser humano pudesse pôr-se em relação, imediatamente, com outro ser humano e com certa *tendência* da inteligência humana. Desta necessidade é que surgiu a palavra “infinito”, que é, dessa forma, apenas a representação do *pensamento de um pensamento*.

Relativamente a este infinito, que agora consideramos infinito do espaço, ouvimos muitas vezes dizer que “sua ideia é admitida pelo pensamento, e por ele aceita, e por ele conservada, por causa da dificuldade ainda maior que acompanha o conceito de limite”. Mas esta é, simplesmente, uma daquelas frases com as quais até mesmo pensadores profundos, desde tempos imemoriais, se entregam, às vezes, ao prazer de enganar *a si mesmos*. O sofisma está oculto na palavra “dificuldade”. “O pensamento”, dizem-nos, “mantém a ideia do *ilimitado* por causa da maior *di culdade* existente.” A afirmativa que se tem em mente, se apresentada *de acordo* com a sua intenção e sem sofistiquice, deveria ser expressa desta

maneira: “O pensamento admite a ideia do ilimitado, por causa da maior *impossibilidade* de aceitar a do espaço limitado”.

Vê-se logo que isto não é uma questão de duas assertivas, entre cujas respectivas credibilidades — ou de dois argumentos entre cujas respectivas validades — a *razão* é chamada a decidir. É uma questão de duas concepções diretamente contraditórias e ambas de uma impossibilidade confessada, uma das quais se supõe que o intelecto seja capaz de conceber, por causa da maior *impossibilidade* de aceitar a segunda. A escolha *não* é feita entre duas dificuldades; simplesmente *imagina-se* que ela é feita entre duas impossibilidades. Ora, a primeira *admite* graus; mas a última, nenhum, justamente como nosso impertinente autor daquela carta já havia sugerido. Uma tarefa *pode* ser mais ou menos difícil; mas, ou é possível ou não é possível; aí não há gradações. *Poderia* ser mais *difícil* derrubar os Andes do que um formigueiro; mas não pode ser mais impossível aniquilar a matéria de um do que a matéria de outro. Um homem pode dar um pulo de dez pés de altura com menos *diculdade* que um de vinte, mas a *impossibilidade* de dar ele um pulo até a Lua não é em nada menor do que a de dar um pulo até a estrela do Cão. Desde que tudo isso é inegável, desde que a escolha do pensamento tem de ser feita entre *impossibilidades* de concepção, desde que uma *impossibilidade* não pode ser maior do que outra e desde que, assim, uma não pode ser preferida à outra, os filósofos, que não somente mantêm, sobre as bases citadas, a *ideia* humana de infinito, mas, por causa de tal ideia supositícia, o *próprio in nito*, estão evidentemente empenhados em demonstrar que uma coisa impossível é possível, mostrando como certa outra coisa é também impossível. Dir-se-á que isto é uma tolice, e talvez seja; na verdade, creio que é uma tolice perfeita; mas renuncio a reivindicá-la como tolice minha.

Todavia, o método mais rápido de demonstrar a falsidade do argumento filosófico nessa questão é simplesmente o de considerar um *fato* a seu respeito, o qual tem sido, até aqui, completamente desprezado: o fato de que o argumento citado tanto prova como nega sua própria afirmativa. “O pensamento”, dizem os teólogos e outros, “é impelido a admitir uma *Primeira Causa* pela dificuldade suprema que experimenta em conceber infinitamente causa após causa.” O sofisma, como antes, está na palavra

“dificuldade”, mas, *aqui*, que se destina ela a sustentar? Uma Primeira Causa. E que é uma Primeira Causa? Um derradeiro término de causas? E que é um derradeiro término de causas? A Finidade, o Finito. Assim, o mesmo sofisma é utilizado em ambos os casos, por quantos filósofos só Deus sabe, para apoiar, ora a Finidade, ora a Infinitude; não poderia ser ele utilizado para apoiar algo além disso? Quanto aos sofismas, *eles* pelo menos são inapoiáveis. Mas, deixemo-los de parte; o que eles demonstram num caso é a mesma coisa nenhuma que demonstram no outro.

Sem dúvida, ninguém suporá que eu aqui me bata pela absoluta impossibilidade daquilo que tentamos exprimir pela palavra “Infinito”. Minha intenção é apenas mostrar a loucura de tentar provar o próprio Infinito, ou mesmo nossa concepção dele, por um raciocínio tão disparatado como o que se emprega ordinariamente.

Não obstante, é-me permitido, enquanto indivíduo, dizer que *não posso* conceber o Infinito e estou convencido de que nenhuma criatura humana o pode. Um espírito sem a plena consciência de si mesmo, desacostumado à análise introspectiva de suas próprias operações, enganar-se-á, é certo, muitas vezes, supondo que concebeu a ideia de que falamos. No esforço de concebê-la, nós caminhamos passo a passo, imaginamos sempre um degrau após outro, e, enquanto *continuarmos* o esforço, pode-se dizer, de fato, que estamos *tendendo* para a concepção da ideia em vista; ao passo que a força da impressão, que realmente formamos, ou temos formado, está na razão do período de tempo durante o qual mantivemos a tentativa mental. Mas é no ato da interrupção do esforço — de completar (como pensamos) a ideia de dar a última demão (como supomos) à concepção — que nós destruimos imediatamente todo o edifício de nossa fantasia, repousando sobre algum derradeiro e, por conseguinte, definido ponto. Esse fato, porém, deixamos de percebê-lo por causa da absoluta coincidência de tempo entre o estabelecimento sobre o derradeiro ponto e o ato de cessar de pensar. Tentando, por outro lado, formar a ideia de um espaço *limitado*, simplesmente invertemos o processo que implica a impossibilidade.

Nós *cremos* em Deus. Podemos ou não podemos *acreditar* em espaço finito ou infinito. Mas nossa crença, em tais casos, é mais propriamente

chamada *fé* e é uma coisa completamente diversa daquela crença particular, daquela crença *intelectual* que pressupõe a concepção mental.

O fato é que, pela enunciação de qualquer uma daquelas classes de termos a que a palavra “Infinito” pertence, a classe que representa “pensamentos de pensamentos”, aquele que tem o direito de dizer que pensa *de algum modo* sente-se impelido *não* a conceber uma ideia, mas simplesmente a dirigir sua visão mental para algum ponto dado do firmamento intelectual onde há uma nebulosa que nunca será resolvida. Para resolvê-la, de fato, ele não faz esforços; pois, com rápido instinto, compreende não só a impossibilidade, mas, no que se refere a todos os propósitos humanos, a *inessencialidade* de sua solução. Ele percebe que a Divindade não *determinou* que ela fosse resolvida. Ele vê, imediatamente, que ela jaz *fora* do cérebro humano e até mesmo *como*, se não exatamente *porque*, jaz fora dele. *Há* pessoas, bem sei, que, ocupando-se em tentativas para atingir o inatingível, adquirem mui facilmente, por força do jargão que empregam, entre aqueles que se pensam pensadores e para os quais profundidade e escuridão são sinônimos, uma espécie de reputação de profundidade turva; mas a mais bela qualidade do Pensamento é ter conhecimento de si mesmo e, com pouco engano, pode-se dizer que nenhum nevoeiro do pensamento pode ser maior do que aquele que, estendendo-se até os limites do domínio mental, furta à compreensão até mesmo esses limites.

Compreender-se-á agora que, usando a frase “Infinito do espaço”, não estou exigindo que o leitor mantenha a impossível concepção de um infinito *absoluto*. Refiro-me, simplesmente, à *maior extensão concebível* de espaço — domínio sombrio e flutuante, ora encolhendo-se, ora distendendo-se, segundo as forças vacilantes da imaginação.

Até aqui, o Universo sideral tem sido sempre considerado como coincidindo com o Universo propriamente dito, tal como o defini no começo desta dissertação. Sempre tem sido, direta ou indiretamente, admitido, pelo menos desde a aurora da Astronomia inteligível, que, se nos fosse possível atingir qualquer ponto dado no espaço, encontraríamos sempre, por todos os lados, em redor de nós, uma interminável sucessão de estrelas. Foi esta a ideia insustentável de Pascal, quando fez talvez a tentativa mais feliz já realizada para parafrasear a concepção que lutamos

para exprimir com a palavra “Universo”. “É uma esfera”, diz ele, “cujo centro está em toda parte e cuja circunferência não está em parte alguma.” Mas, embora essa intenção de definição *não* seja de fato definição do Universo *sideral*, podemos aceitá-la, com reserva mental, como uma definição (suficientemente rigorosa para qualquer utilidade prática) do Universo *propriamente dito*, isto é, do Universo *espacial*. Este último, pois, olhemo-lo como uma *esfera cujo centro está em toda parte e cuja circunferência não está em parte alguma*. De fato, se nos *é* impossível figurar-nos um *m* para o espaço, não temos dificuldade em figurar, para nós mesmos, qualquer um dentre uma infinidade de *começos*.

IV

Como ponto de partida, pois, adotemos a *Divindade*. A respeito dessa Divindade *em si mesma*, só não é imbecil, só não é ímpio quem nada afirma. *Nous ne connaissons rien*, diz o barão de Bielfeld, *nous ne connaissons rien de la nature ou de l'essence de Dieu: pour savoir ce qu'il est, il faut être Dieu même*. “Nada conhecemos da natureza ou da essência de Deus; para saber o que ele *é*, *é* preciso ser o próprio Deus.”

É preciso ser o próprio Deus! Com frase tão terrível quanto esta ainda ressoando em meus ouvidos, aventurei-me, não obstante, a perguntar se esta nossa presente ignorância da divindade *é* uma ignorância à qual a alma está *eternamente* condenada.

Contentemo-nos, hoje, com supor que, por Ele — *agora*, pelo menos, o Incompreensível —, por Ele, aceitando-o como *Espírito*, isto é, como *não Matéria*, distinção que para todos os propósitos inteligíveis ficará bem em lugar de uma definição; por Ele, pois, existindo como Espírito foi *criado*, ou tirado do Nada, por força de Sua Vontade, em certo ponto do Espaço que tomaremos como centro, em alguma época que não pretendemos indagar qual seja, mas de qualquer forma imensamente afastada; por Ele, pois, repetimos, suponhamos que tenha sido criado... *O quê?* Este é um momento vitalmente importante em nossas considerações. *Que coisa é* essa que temos o direito, que unicamente temos o direito de supor ter sido primitiva e exclusivamente *criada*?

Atingimos um ponto em que somente a *Intuição* nos pode ajudar; mas agora me seja permitido recorrer à ideia que já sugeri como a única, que podemos devidamente conceber da intuição. É apenas a *convicção resultante daquelas induções ou deduções cujos processos são tão obscuros que escapam à nossa consciência, ludibriam nossa razão ou desafiando nossa capacidade de expressão*. Compreendido isto, agora afirmo que uma intuição totalmente irresistível, embora inexprimível, me impele à conclusão de que aquilo que Deus originariamente criou, aquela Matéria que, por força de Sua Vontade, ele tirou, pela primeira vez, de seu Espírito, ou do Nada, nada mais *poderia* ser do que a Matéria, no seu supremo estado concebível de... quê? — de *Simplicidade*.

Esta será a única *suposição absoluta* desta minha dissertação. Sirvo-me da palavra “suposição” no seu sentido comum; contudo, sustento que mesmo esta minha proposição primordial está longe, bem longe de fato, de ser realmente uma simples suposição. Nada foi, mesmo, de fato, mais certamente — nenhuma conclusão humana foi em tempo algum mais regularmente, mais rigorosamente deduzida: mas, aí! os processos jazem fora da análise humana — em todo caso estão acima da expressão da língua humana.

Tentemos agora conceber o que pôde, ou o que deve ter sido a Matéria na sua absoluta e extrema *Simplicidade*. Aqui a Razão voa, imediatamente, para a Imparticularidade — para uma partícula, uma partícula *única*, uma partícula de uma única espécie, de um caráter *único*, de uma *única* natureza, de um *único* tamanho, de uma *única* forma, uma partícula, por conseguinte, “sem forma e vazia”, uma partícula, positivamente uma partícula, sob todos os aspectos, uma partícula absolutamente única, individual, indivisa, mas não indivisível somente, porque Aquele que a *criou*, por força de Sua Vontade pode, sem dúvida alguma, dividi-la por um ato infinitamente menos enérgico dessa mesma Vontade.

A *Unidade*, portanto, é tudo aquilo que afirmo da Matéria originariamente criada: mas me proponho demonstrar que esta *Unidade é um princípio largamente suficiente para explicar a constituição, os fenômenos existentes e o total e inevitável aniquilamento do Universo material, pelo menos*.

O querer, ao se tornar a partícula primordial, completou o ato, ou mais propriamente a *concepção* da Criação. Passemos agora ao fim derradeiro

para o qual supomos que essa partícula foi criada, isto é, o fim último até onde nossas considerações nos capacitem a vê-lo — a constituição do Universo tirada dessa Partícula.

Esta constituição foi efetuada pela transformação *forçada* da *União* original, e portanto normal, em *Pluralidade*, condição anormal. Uma ação desta natureza implica reação. Uma difusão da Unidade, nestas condições, envolve uma tendência de volta para a Unidade — tendência inarraigável até ser satisfeita. Mas sobre este assunto estender-me-ei mais depois.

A suposição da Unidade absoluta, na Partícula primordial, inclui a da divisibilidade infinita. Concebemos, pois, simplesmente, a Partícula como não totalmente esgotada, pela difusão através do Espaço. Suponhamos que desta partícula, considerada como centro, se irradie esfericamente, em todas as direções, as imensuráveis mas ainda definidas distâncias, no espaço até então vazio, certo número inexprimivelmente grande, embora limitado, de átomos inconcebíveis, mas não infinitamente pequenos.

Ora, desses átomos assim difundidos, ou em difusão, que nos é permitido não supor, mas inferir, considerando tanto a origem deles quanto a natureza do desígnio aparente de sua difusão? Sendo sua origem a *Unidade* e a *diferença com a Unidade* o caráter do desígnio manifestado na sua difusão, temos o direito de supor que este caráter seja pelo menos *geralmente* preservado em toda a extensão do plano e forme uma parte do próprio plano, isto é, teremos o direito de conceber diferenças contínuas, em todos os pontos, da unicidade e simplicidade da origem. Mas, por estas razões, estaremos autorizados a imaginar que os átomos sejam heterogêneos, desiguais, diferentes e inigualmente distantes? Mais explicitamente, devemos acreditar que não houve, no momento de sua difusão, dois átomos da mesma natureza, da mesma forma ou do mesmo tamanho? E que depois de sua difusão pelo Espaço devem estar todos, sem exceção, desigualmente distantes um do outro? Em tais arranjos, em tais condições, mais facilmente e mais depressa compreendemos o subsequente mais praticável, levando a cabo um plano tal como o que sugeri: o desígnio de tirar a variedade da unidade, a diversidade da similaridade, a heterogeneidade da homogeneidade, a complexidade da

simplicidade; em resumo, a maior multiplicidade possível de *relações da Unidade* acentuadamente irrelacionada.

Indubitavelmente, portanto, teríamos o direito de supor tudo quanto tem sido mencionado, se não nos detivessem duas reflexões: a primeira, que a superfluidade não é admissível em um Ato Divino; a segunda, que o objetivo que se tem em vista aparece tão praticável quando algumas das condições em questão são dispensadas no começo, como quando todas existem visível e imediatamente. Quero dizer que algumas estão contidas nas outras ou são consequências tão instantâneas delas, que tornam a distinção inapreciável. A diferença de *tamanho*, por exemplo, será imediatamente criada pela tendência de um átomo para um segundo átomo, de preferência a um terceiro, em razão de uma desigualdade particular de distância, a qual deve ser compreendida como *desigualdade particular de distância, entre centros de quantidade, em átomos vizinhos de forma diferente*, fenômeno que não contradiz em nada a distribuição geralmente igual dos átomos.

A diferença de *espécie* é também facilmente concebida como sendo um resultado de diferenças de tamanho e de forma, tomados mais ou menos em conjunto; efetivamente, pois que a *Unidade* da Partícula propriamente dita implica homogeneidade absoluta; não podemos imaginar os átomos, no momento de sua difusão, diferindo em espécie, sem imaginar ao mesmo tempo um ato especial da Divina Vontade, na emissão de cada átomo, com o fim de efetuar, em cada um deles, uma mudança de sua natureza essencial e devemos tanto mais repelir ideia tão fantástica quanto o objeto em vista pode perfeitamente bem ser alcançado sem tão minuciosa e laboriosa intervenção. Percebemos, portanto, antes de tudo, que seria supérfluo e conseqüentemente antifilosófico atribuir aos átomos, em vista de seus fins, outra coisa mais que uma *diferença de forma*, no momento de sua dispersão e depois desta, com particular desigualdade de distância; todas as demais diferenças procedendo diretamente desta, mesmo nos primeiros processos da constituição da massa: estabelecemos assim o universo sobre uma base puramente *geométrica*. Naturalmente, de modo algum se torna necessário imaginar uma diferença absoluta, ainda que de forma, entre *todos* os átomos irradiados, uma diferença além daquela especial desigualdade de distância entre cada um. Somos

simplesmente solicitados a imaginar que não há átomos *vizinhos* de forma semelhante, não há átomos que sequer se possam aproximar, até sua inevitável reunião final.

Embora a *tendência* perpétua e imediata dos átomos desunidos para voltar à sua Unidade normal esteja implicada, como disse, em sua difusão anormal, é contudo claro que tal tendência não terá consequências, é tendência e nada mais, até que a energia difusiva, cessando de exercer-se, deixe *essa* tendência livre para satisfazer-se. Sendo a Ação Divina, porém, considerada como determinada, e interrompida depois de realizada a difusão, compreendemos, logo, haver uma *reação*, em outros termos, uma tendência, *que pode ser satisfeita*, dos átomos desunidos para voltarem à *Unidade*.

Sendo, porém, afastada a força de difusão, e tendo começado a reação em prol do último desígnio — *aquele da máxima Relação possível* —, tal desígnio acha-se agora em perigo de ser frustrado, em consequência dessa tendência retroativa que deve efetuar seu cumprimento total. A *Multiplicidade* é o objeto; mas nada existe que impeça os átomos próximos de se precipitarem imediatamente, por sua tendência, que agora pode ser satisfeita, *antes* da realização de quaisquer fins propostos na multiplicidade, em uma unidade absoluta entre si mesmos; nada há que impeça a agregação de várias massas *únicas* em diferentes pontos do espaço — por outras palavras, nada se opõe à acumulação de várias massas, sendo cada uma Unidade absoluta.

V

Para a realização eficaz e completa do plano geral, vemos, desse modo, a necessidade de uma força repulsiva de capacidade limitada, algo de separativo que, com o afastamento da vontade difusiva, possa, ao mesmo tempo, permitir a aproximação e proibir a junção dos átomos, permitindo-lhes aproximarem-se infinitamente, embora negando-lhes contato positivo; em uma palavra, tendo o poder, *até uma certa época*, de evitar sua *fusão*, mas não a capacidade de interferir na sua *aglutinação*, de qualquer forma ou grau. A força repulsiva, já considerada como tão

caracteristicamente limitada a outros respeitos, deve ser compreendida, repito, como tendo poder de impedir a fusão somente até uma certa época. A menos que concebamos que a apetência dos átomos pela Unidade esteja destinada a *nunca* ser satisfeita, a menos que concebamos que o que tem começo não deve ter fim — concepção que não pode realmente ser admitida, por mais que possamos falar ou sonhar a esse respeito —, somos forçados a concluir que a influência repulsiva imaginada deverá afinal — sob pressão da *Unitendência*, coletivamente aplicada, mas nunca e em grau algum *até que*, no cumprimento dos planos da Divindade, tal aplicação coletiva se deva fazer naturalmente — ceder a uma força que, naquela época derradeira, será precisamente a força superior, levada à amplitude exigida, e assim permitir a precipitação universal da *Unidade* inevitável, porque original e consequentemente normal. É bastante difícil, realmente, conciliar todas essas condições; não podemos mesmo compreender a possibilidade dessa conciliação; não obstante, a aparente impossibilidade é brilhantemente sugestiva.

Que uma certa repulsão realmente existe, *nós o vemos*. Nem o homem emprega, nem conhece, uma força suficiente para pôr dois átomos em contato. Isto é apenas a bem firmada proposição da impenetrabilidade da matéria. Toda Experiência a prova, toda Filosofia a admite. O *desígnio* da repulsão, a necessidade de sua existência, tentei eu mostrar; mas de todas as tentativas de investigar sua natureza religiosamente me abstive; isto por causa de uma convicção intuitiva de que o princípio em questão é estritamente espiritual, jaz num recesso impérvio à nossa atual compreensão, jaz envolto numa consideração que agora, na nossa condição humana, não pode ser objeto de exame, em uma consideração do *Espírito em si mesmo*. Sinto, em uma palavra, que aqui, e aqui somente, o nó da questão exigia a interposição de Deus.

De fato, ao passo que a tendência dos átomos difusos em voltar à Unidade será reconhecida imediatamente, como o princípio da Gravidade newtoniana, aquilo de que falei, como a influência repulsiva a prescrever limites à (imediata) satisfação da tendência, será compreendido como *aquilo* que temos tido o hábito de designar, ora como calor, ora como magnetismo, ora como eletricidade, revelando nossa ignorância de seu

terrível caráter na vacilação da fraseologia com que tentamos circunscrevê-lo.

Chamando-o, simplesmente, no momento, eletricidade, sabemos que toda a análise experimental da eletricidade tem dado, como resultado final, o princípio, ou coisa parecida, da *heterogeneidade*. *Somente* onde as coisas diferem a eletricidade se manifesta; e é presumível que elas nunca *di ram*, onde a eletricidade não está desenvolvida pelo menos, se não manifesta. Ora, este resultado está de perfeito acordo com o que eu alcancei por meios não empíricos. Afirmei que o objetivo da influência repulsiva é evitar a imediata unidade dos átomos difusos e esses átomos são representados como diferentes uns dos outros. A *diferença* é seu caráter, sua essencialidade, justamente como a *não-diferença* era a essencialidade de seu movimento. Quando dizemos, pois, que uma tentativa para juntar dois desses átomos haveria de provocar um esforço da parte da influência repulsiva para impedir o contato, podemos, da mesma forma, usar a frase, absolutamente equivalente, de que uma tentativa para reunir duas diferenças quaisquer resultaria num desenvolvimento de eletricidade. Todos os corpos existentes são compostos, sem dúvida, desses átomos em contato próximo e têm de ser, por consequência, considerados como simples grupos, de mais ou menos diferenças; e a resistência feita pelo espírito repulsivo à reunião de dois de tais grupos estaria na razão das duas somas das diferenças de cada um, expressão que, quando simplificada, é equivalente a esta: *A soma de eletricidade desenvolvida pelo contato de dois corpos é proporcional à diferença entre as somas respectivas dos átomos de que os corpos são compostos. Que não existam dois corpos absolutamente iguais é um simples corolário de tudo quanto tem sido dito aqui. A eletricidade, portanto, sempre existente, é desenvolvida pelo contato de quaisquer corpos, mas só se manifesta quando corpos de apreciável diferença são postos em contato.*

À eletricidade — servindo-nos ainda desta designação — podemos com toda a razão atribuir os vários fenômenos físicos da luz, do calor e do magnetismo, mas com muito mais razão podemos atribuir a esse princípio, estritamente espiritual, os mais importantes fenômenos de vitalidade, consciência e *Pensamento*. A este respeito, porém, necessito fazer aqui uma pausa, simplesmente para sugerir que tais fenômenos,

observados na sua generalidade ou em seus detalhes, parecem proceder, *pelo menos, em razão do heterogêneo*.

Separando agora os dois termos equívocos, “gravitação” e “eletricidade”, adotemos as expressões mais definidas “*atração*” e “*repulsão*”. A primeira é o corpo; a segunda é a alma: uma é o material; a outra, o princípio espiritual do universo. *Não existem outros princípios*. Todos os fenômenos se referem a um ou ao outro, ou a ambos combinadamente. Isso se dá de modo tão rigoroso, tão inteiramente demonstrável — é que a atração e a repulsão são as *únicas* propriedades por meio das quais percebemos o Universo, por outras palavras, por meio das quais a matéria se manifesta ao espírito —, que, para todos os fins de simples argumentação, temos plena razão em supor que a matéria *existe* somente como atração e repulsão — que a atração e a repulsão *são* matéria, não havendo caso concebível em que não possamos empregar o termo “matéria” e os termos de “atração” e “repulsão” tomados juntamente como expressões lógicas, equivalentes e, por conseguinte, conversíveis.

VI

Dizia eu ainda há pouco que o que descrevi como a tendência dos átomos difusos para voltar à sua original Unidade deveria ser compreendido como o princípio da lei de Newton da gravidade; e, com efeito, não haverá grande dificuldade em compreender tal coisa, se encararmos a gravidade newtoniana de um ponto de vista simplesmente geral, como uma força que impele a matéria a procurar a matéria: isto é, quando não prestamos atenção ao conhecido *modus operandi* da força newtoniana. A coincidência geral nos satisfaz; mas examinando atentamente, vemos, em detalhe, muita coisa que aparece incoincidente e muitas a respeito das quais nenhuma coincidência pelo menos se estabelece. Por exemplo: a gravidade newtoniana, quando pensamos nela de certa maneira, *não* parece ser, de modo algum, uma tendência à Unidade, mas antes uma tendência de todos os corpos, em todas as direções. Frase aparentemente expressiva de uma tendência à difusão. Eis aqui, pois, uma incoincidência. Mais uma vez: quando refletimos na *lei* matemática, que

governa a tendência newtoniana, vemos claramente que nenhuma coincidência se fez valer, a respeito do *modus operandi*, pelo menos entre a gravitação, tal como a conhecemos, e aquela tendência simples e direta na aparência, que eu supus.

De fato, atingi um ponto em que seria bom reforçar minha posição, invertendo meu processo. Até aqui, temos procedido *a priori*, de uma consideração abstrata de *Simplicidade*, tomada como a qualidade mais provável que caracterizou a ação original de Deus. Vejamos agora se os fatos estabelecidos da Gravitação newtoniana podem fornecer-nos, *a posteriori*, algumas induções legítimas.

Que declara a lei newtoniana? Que todos os corpos atraem uns aos outros, com forças proporcionais aos quadrados das distâncias. De propósito, dei, em primeiro lugar, a versão vulgar da lei; e confesso que nisto, como na maior parte das outras versões vulgares das grandes verdades, pouco encontramos de caráter sugestivo. Adotemos agora uma fraseologia mais filosófica: *Cada átomo de cada corpo atrai cada outro átomo, quer pertença ao mesmo corpo, quer pertença a outro corpo, com uma força que varia inversamente ao quadrado das distâncias entre o átomo atraente e o átomo atraído.* Aqui, na verdade, uma onda de sugestões irrompe no espírito.

Mas vejamos distintamente o que foi que Newton *provou* — de acordo com as definições grosseiramente irracionais de *prova*, prescritas pelas escolas metafísicas. Ele foi obrigado a contentar-se com mostrar quão inteiramente os movimentos de um Universo imaginário, composto de átomos que atraem e de átomos que são atraídos, obedecendo à lei que ele anunciava, coincidiam com os do Universo realmente existente, até onde cai sob nossa observação. Esse foi o acervo de sua *demonstração*, isto é, o seu montante de acordo com a gíria convencional das “filosofias”. Seu êxito amontoou, multiplicadamente, prova sobre prova — provas dessas que qualquer intelecto normal admite —, mas a *demonstração* da própria lei, insistem os metafísicos, não tinha sido reforçada em grau algum. Entretanto, “a prova *ocular, física*”, da atração, aqui mesmo sobre a Terra, de acordo com a teoria newtoniana, foi afinal produzida, para grande satisfação de certos répteis intelectuais. Esta prova surge, colateral e incidentemente (como quase todas as verdades importantes surgiram), de uma tentativa de medir a densidade média da Terra. Nas famosas

experiências que Maskelyne, Cavendish e Bailly realizaram com este fim, a atração da massa de uma montanha foi vista, sentida, medida e revelada como sendo matematicamente conforme com a teoria imortal do astrônomo inglês.

Mas a despeito desta confirmação daquilo que não necessitava ser confirmado, a despeito da suposta corroboração da “*teoria*” pela suposta “prova ocular e *física*”, a despeito do *caráter* desta corroboração, as ideias que mesmo homens verdadeiramente filósofos não podem deixar de aceitar a respeito da gravidade, e, especialmente, as ideias aceitas e complacentemente mantidas pelos homens comuns, foram evidentemente originárias, pela maior parte, de uma consideração do princípio, tal como o encontram desenvolvido — *simplesmente no planeta sobre o qual se acham*.

Ora, para onde tende uma consideração tão parcial? A que espécie de erro dá ela origem? Na Terra *vemos* e *sentimos* somente que a gravidade impele todos os corpos para o *centro* da Terra. Nenhum homem nos domínios ordinários da vida poderia ver ou sentir de qualquer outro modo, poderia deixar de perceber que qualquer coisa, em toda parte, tem uma tendência gravitante perpétua, em qualquer direção que não o centro da Terra; contudo (salvo uma exceção que será posteriormente especificada), é um fato que todas as coisas terrestres (para não falar agora de todas as coisas celestes) têm uma tendência *não somente* para o centro da Terra, mas além disso para qualquer direção concebível.

Ora, embora os filósofos não possam ser acusados de *errar com* o vulgo, nesta matéria, deixam-se todavia influenciar, sem sabê-lo, pelo *sentimento* da ideia vulgar. “Embora as fábulas do paganismo não devam ser acreditadas”, diz Bryant, na sua eruditíssima *Mitologia*, “contudo, nós nos esquecemos continuamente e delas tiramos induções como de realidades existentes.” Quero afirmar que a *percepção*, *simplesmente sensitiva*, da gravidade, como a experimentamos sobre a Terra, induzindo a humanidade a imaginar a seu respeito uma espécie de *concentração* ou *especialidade* — tem continuamente desviado, para esta fantasia, até mesmo as inteligências mais poderosas — apartando-as, perpetuamente, embora imperceptivelmente, das características reais do princípio; impedindo-as, dessa forma, até hoje, de obter mesmo um vislumbre

daquela vital verdade, que jaz numa direção diametralmente oposta, por trás das características *essenciais* do princípio, que são *não* as de concentração, ou especialidade, mas as de universalidade e difusão. Esta “verdade vital” é a *Unidade*, tomada como *fonte* do fenômeno.

Repitamos agora a definição de gravidade: “*Cada átomo de cada corpo atrai cada outro átomo, quer pertença ao mesmo corpo, quer pertença a outro corpo, com uma força que varia inversamente ao quadrado das distâncias entre o átomo atraente e o átomo atraído*”.

Que o leitor se detenha aqui comigo, por um instante, na contemplação da miraculosa, da inefável, da inteiramente inimaginável complexidade de relações implicadas no fato de que *cada átomo atrai cada outro átomo*, implicadas simplesmente neste fato da atração, sem ligação com a lei ou modo pelo qual a atração se manifesta, implicadas *simplesmente* no fato de que cada átomo atrai cada outro átomo, de *qualquer modo*, numa imensidão de átomos, tão numerosos que os que entram na composição de uma bala de canhão excedem provavelmente, pelo simples número, todas as estrelas que entram na composição do Universo.

Tivéssemos nós simplesmente descoberto que cada átomo tendia para algum ponto favorito, para algum átomo especialmente atrativo, teríamos ainda caído sobre uma descoberta que, por si mesma, teria bastado para acabrunhar nossa inteligência. Mas que verdade é essa, a cuja compreensão estamos sendo realmente chamados? É a de que cada átomo atrai, simpatiza com os mais delicados movimentos de cada outro átomo, e com cada átomo e com todos ao mesmo tempo, para sempre e de acordo com uma determinada lei, cuja complexidade, mesmo considerada somente em si mesma, ultrapassa totalmente o alcance da imaginação do homem. Se me proponho a medir a influência de um átomo em um raio solar sobre seu átomo vizinho, não posso realizar meu propósito sem primeiro contar e pesar todos os átomos do Universo, e definir as posições precisas de todos, num momento determinado. Se me aventuro a deslocar, fosse apenas a bilionésima parte de uma polegada, o grão microscópico de poeira que jaz agora na ponta de meu dedo, qual é o caráter da ação que eu tive a ousadia de cometer? Pratiquei um ato que abala a Lua no seu caminho, que faz com que o Sol não seja mais o Sol, e

que altera para sempre o destino das inúmeras miríades de estrelas, que giram e cintilam na majestosa presença de seu Criador.

Estas ideias — concepções tais como *esses pensamentos* como que não pensados — mais devaneios da alma do que conclusões da inteligência; tais ideias, repito, são as únicas que podemos chegar a criar em nós mesmos, em qualquer esforço para alcançar o grande princípio: *Atração*.

Mas, agora, com *tais ideias*, com tal *visão* da maravilhosa complexidade da *Atração* claramente no espírito, entregue-se alguém, capacitado a meditar sobre assuntos como esse, à tarefa de imaginar um *princípio* para o fenômeno observado, uma condição da qual ele provenha.

Não indicará uma fraternidade tão evidente como a que existe entre os átomos, um parentesco comum? Não sugerirá uma simpatia tão predominante sempre, tão inextirpável, tão inteiramente independente, que sua fonte é uma paternidade comum? Um dos extremos não impedirá a razão para o outro? A infinidade da divisão não se relacionará com o absoluto da individualidade? A inteireza do complexo não fará pensar na perfeição do simples? *Não* se trata só de que os átomos, como os vemos, sejam divididos, nem de que sejam inconcebivelmente divididos e indizivelmente *complexos*: aludo agora aos extremos das condições mais do que às próprias condições. Numa palavra, não será por que os átomos estiveram, em qualquer remota época do tempo, mesmo *mais do que reunidos*, não será por que originalmente e, portanto, normalmente eles eram UM, que agora, em todas as circunstâncias, a todos os respeitos, em todas as direções, por todos os modos de aproximação, em todas as relações e através de todas as condições, eles lutam para *voltar* a essa *Unidade* absoluta, não relativa, incondicional?

Alguém poderia, aqui, perguntar: “Ora, desde que é para a *Unidade* que os átomos tentam voltar, não podemos considerar a *Atração* e defini-la como ‘uma tendência simplesmente geral para um centro’? Por que, em particular, *seus* átomos, os átomos que o senhor descreve como tendo sido irradiados de um centro, não regressam logo, retilineamente, para o ponto central de sua origem?”.

Respondo que eles o *fazem*, como claramente será mostrado; mas a causa de assim agirem é inteiramente independente do centro *como tal*. Todos eles tendem retilineamente para um centro, por causa da

esfericidade com que foram irradiados no espaço. Cada átomo que constitua parte de um globo de átomos geralmente uniforme encontra mais átomos na direção do centro, sem dúvida, do que em qualquer outra, e nessa direção, portanto, é impelido; mas não é impelido assim porque o centro seja o *ponto de sua origem*. Não há *ponto* algum em que os átomos sejam reunidos. Não há qualquer *localidade*, seja no concreto ou no abstrato, à qual os suponhamos ligados. Sua fonte reside no princípio de *Unidade*. Este é o seu perdido genitor. *Isto é* o que eles sempre buscam, em todas as direções, imediatamente, onde quer que mesmo em parte o possam encontrar, saciando assim, de certo modo, a tendência inerradicável, enquanto caminham para satisfazê-la, completamente, no fim. Segue-se de tudo isso que qualquer princípio que seja suficiente para explicar a *lei* ou *modus operandi* da força atrativa em geral deverá explicar essa lei em particular; isto é, qualquer princípio que mostrar por que os átomos tendem para seu *centro geral de irradiação*, com forças inversamente proporcionais ao quadrado das distâncias, será admitido como explicação satisfatória, ao mesmo tempo, para a tendência daqueles átomos uns para os outros, de acordo com a mesma lei; porque a tendência para o centro nada mais é do que a tendência de um para outro e não a tendência para um centro como tal. Assim também veremos que o estabelecimento de minhas proposições não envolveria *necessidade* de modificação nos termos da definição newtoniana da Gravidade, a qual declara que cada átomo atrai outro átomo e assim por diante, nada mais dizendo; mas (sempre supondo que o que proponho seja, no final, admitido) parece claro que algum erro se possa evitar, ocasionalmente, nos processos futuros da Ciência, se a fraseologia adotada fosse mais ampla; por exemplo: “Cada átomo tende para outro átomo etc., com uma força etc.: *sendo o resultado geral uma tendência de todos, com força similar, para um centro geral*”.

Fazendo nosso caminho ao inverso chegamos, assim, a resultado idêntico; mas enquanto, no primeiro processo, a *intuição* era o ponto de partida, no segundo era a meta. Ao começar a primeira jornada, eu só podia dizer que, com irresistível intuição, *senti* estar na Simplicidade a característica da ação original de Deus; ao terminar a segunda, apenas posso declarar que, com irresistível intuição, percebo que a Unidade é a fonte dos fenômenos observados na gravitação newtoniana. Assim, e de

acordo com as escolas, *nada* provo. Seja: desejo apenas sugerir, e *convencer* por meio da sugestão. Estou orgulhosamente certo de que existem muitos dos mais profundos e cautelosamente discriminativos intelectos humanos que não podem *deixar* de ficar abundantemente satisfeitos com as minhas sugestões. Para esses intelectos, como ao meu próprio, não há demonstração matemática que possa trazer a menor *prova verdadeira*, adicional à grande *Verdade* que adiantei — *a verdade da Unidade original, como a fonte, o princípio dos fenômenos universais*. Por minha parte, não tenho tanta certeza do que falo e do que vejo, não tenho tanta certeza de que meu coração bate e de que minha alma vive, do raiar do sol amanhã, probabilidade que jaz ainda no futuro, não pretendo estar nem a milésima parte certo disso como estou deste *fato*, irremediavelmente passado, de que *Tôdas as Coisas* e Todos os Pensamentos das Coisas, com toda a sua inefável Multiplicidade de Relações, surgiram a um só tempo para a vida, vindos da Unidade primordial e independente.

Relativamente à Gravitação newtoniana, o dr. Nichol, o eloquente autor da *Arquitetura dos céus*, diz: “Na verdade, não temos razão de supor que esta grande Lei, tal como nos é agora revelada, seja a derradeira ou a mais simples e, por consequência, a forma universal e onabrangente de uma grande Lei. A maneira pela qual sua intensidade diminui, com o elemento da distância, não tem o aspecto de um derradeiro *princípio*, o qual comporta sempre a simplicidade e a evidência por si mesmas daqueles axiomas que constituem a base da *Geometria*”.

Ora, é absolutamente verdadeiro que “os derradeiros princípios, na comum compreensão das palavras, sempre comportam a simplicidade dos axiomas geométricos” (quanto às coisas “evidentes por si mesmas”, isso não existe), mas estes princípios *não* são claramente “derradeiros”; em outras palavras, o que estamos acostumados a chamar princípios não são, propriamente falando, princípios, uma vez que não pode haver senão um *princípio*, a Vontade de Deus. Não temos direito de supor, portanto, pelo que observamos nas regras, que, loucamente, achamos que se devam chamar “*princípios*”, o que quer que seja se assemelhe, a todos os respeitos, às características de um princípio propriamente dito. Os “derradeiros princípios” de que fala o dr. Nichol, como tendo simplicidade geométrica, podem ter, e com efeito têm, este aspecto geométrico, visto

serem parte integrante de um vasto sistema geométrico e, dessa forma, de um sistema mesmo de simplicidade, no qual, todavia, o *verdadeiro* princípio último e, *como sabemos*, o cúmulo do complexo, isto é, do ininteligível: pois não é a Capacidade Espiritual de Deus?

Cito, porém, a observação do dr. Nichol não tanto para discutir sua filosofia, como no sentido de chamar a atenção para o fato de que, malgrado tenham todos os homens admitido *certo* princípio como existente, para além da lei de *gravidade*, nenhuma tentativa foi ainda feita para indicar o que é particularmente esse princípio; se excetuarmos, talvez, fortuitos esforços fantásticos e relacioná-lo com o Magnetismo, com o Mesmerismo, com o Swedenborguianismo, com o Transcendentalismo, ou com qualquer outro “ismo”, igualmente delicioso da mesma espécie de gente, o grande espírito de Newton, ao mesmo tempo que, ousadamente, aferrava a própria Lei, recuava diante do princípio da Lei. Mais fluente e mais compreensiva pelo menos, se não mais paciente e mais profunda, a sagacidade de Laplace não teve a coragem de abordá-lo. Mas a hesitação por parte desses dois astrônomos não é, talvez, tão difícil de compreender. Eles também, como aliás todos os matemáticos de primeira classe, eram *puramente* matemáticos; sua inteligência, pelo menos, tinha um tom matemático-físico firmemente acentuado. O que não estivesse distintamente situado dentro do domínio da Física ou das Matemáticas, parecia-lhes Não-entidades, ou Sombras. Não obstante, podemos bem admirar-nos de que Leibniz, que foi uma exceção notável a este respeito à regra geral e cujo temperamento mental era uma mistura singular do matemático com o físico-metafísico, não tenha imediatamente pesquisado e estabelecido o ponto em questão. Tanto Newton como Laplace, buscando um princípio e nada descobrindo de *físico*, ter-se-iam dado por satisfeitos com a condição de que não havia absolutamente nenhum; mas é quase impossível conceber que Leibniz, tendo esgotado nas suas pesquisas os domínios da Física, não tivesse caminhado de pronto, ousada e confiadamente, entre os seus velhos labirintos familiares do reino da Metafísica. Aqui, de fato, é claro que ele *devia* ter-se aventurado na procura do tesouro; e que, se não o encontrou depois de tudo, foi talvez porque seu guia mágico, a Imaginação, não

estava suficientemente adulta ou bastante bem-educada para dirigi-lo pelo caminho certo.

Observava eu, ainda há pouco, que, de fato, tem havido certas vagas tentativas de relacionar a Gravitação com certos “ismos” muito incertos. Estas tentativas, porém, embora consideradas ousadas, e justamente assim consideradas, não foram além da generalidade — a mera generalidade — da Lei newtoniana. Seu *modus operandi*, que eu saiba, nunca foi abordado na forma de um esforço de explicação. É, pois, com um temor bem justificado de ser tomado como um louco, desde o começo e antes que eu possa exibir minhas proposições, livremente, aos olhos daqueles que são os únicos competentes para julgar sobre elas, que eu aqui declaro que o *modus operandi* da Lei de Gravidade é uma coisa excessivamente simples e perfeitamente explicável, isto é, quando nos aproximamos do problema com justa gradação e na verdadeira direção, quando o encaramos do ponto de vista próprio.

VII

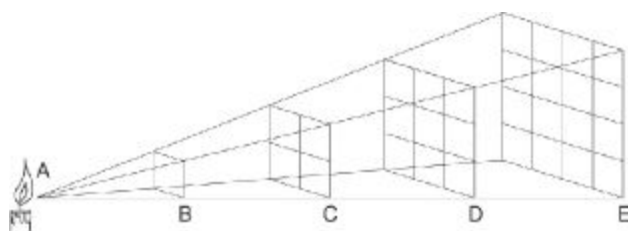
Quer atinjam a ideia da *Unidade* Absoluta como fonte de Todas as Coisas, por uma consideração da Simplicidade, tomada como a mais provável característica da ação original de Deus; quer cheguemos até ela por um exame de universalidade de relações, nos fenômenos da gravidade; quer alcancemo-la como um resultado da corroboração recíproca, produzida por ambos os processos, ainda assim a própria ideia, se de algum modo concebida, é concebida em conexão inseparável de outra ideia — a da condição do Universo sideral, como agora o percebemos, isto é, uma condição de incomensurável *difusão* pelo espaço. Ora, uma conexão entre essas duas ideias — Unidade e Difusão — não pode ser estabelecida, ou admissível, a menos que concebamos uma terceira ideia, a da *irradiação*. Sendo tomada como centro absoluta Unidade, então o Universo sideral existente é o resultado da *irradiação* partindo daquele centro. Ora, são conhecidas as leis da irradiação. São parte integrante da *esfera*. Pertencem à classe das *propriedades geométricas incontestáveis*. Delas dizemos que “são verdadeiras, são evidentes”. Perguntar *por que* são

verdadeiras seria perguntar por que os axiomas, sobre os quais está baseada sua demonstração, são verdadeiros. *Nada* é demonstrável, estritamente falando; mas *se* alguma coisa *for*, então as propriedades, as leis em questão, são demonstradas.

Mas que declaram essas leis? Como, por meio de que graus, provém de um centro para o espaço a irradiação?

De um centro *luminoso*, a *luz* emana por irradiação e as quantidades de luz recebidas, por um qualquer plano dado, que suporemos ir mudando de posição de modo a se encontrar ora mais perto do centro, ora mais longe dele, diminuirão na mesma proporção em que aumentem os quadrados das distâncias do plano ao corpo luminoso; e aumentarão na mesma proporção em que diminuam esses quadrados.

A expressão da lei pode ser assim generalizada: o número de moléculas luminosas (ou, se se prefere a frase, o número de impressões luminosas) recebidas pelo plano móvel será *inversamente* proporcional aos quadrados das distâncias do plano. Generalizando ainda mais, podemos dizer que a difusão, a disseminação, em uma palavra, a irradiação, é *diretamente* proporcional aos quadrados das distâncias.



Por exemplo: à distância B do centro luminoso A, certo número de partículas está tão difundido que ocupa a superfície B. Portanto, a uma distância dupla, isto é, em C, estarão elas tanto mais espalhadas que ocuparão quatro superfícies semelhantes à distância tríplice, ou em D, estarão tanto mais separadas que ocuparão nove de tais superfícies; ao passo que, a uma distância quádrupla, ou em E, elas ter-se-ão tornado tão difusas que se estenderão sobre dezesseis superfícies semelhantes; e assim por diante, até o infinito.

Dizendo, geralmente, que a irradiação procede na razão direta dos quadrados das distâncias, usamos o termo irradiação para exprimir o *grau da difusão*, à medida que nos afastamos do centro. Invertendo a ideia e

empregando a palavra *concentralização*, para exprimir o *grau de atração geral*, à medida que nos aproximamos do centro, saindo de uma posição extrínseca, podemos dizer que a *concentralização* procede na razão inversa dos quadrados das distâncias. Por outras palavras: chegamos a esta conclusão de que, na hipótese em que a matéria tenha sido originalmente irradiada de um centro e esteja agora de volta para ele, a *concentralização*, no voltar, procede exatamente *como sabemos que procede a força de gravitação*.

Agora, se nos fosse permitido supor que a *concentralização* representasse, exatamente, a *força da tendência para o centro*, que uma fosse exatamente proporcional à outra e que as duas agissem juntamente, teríamos demonstrado tudo quanto se requer. A única dificuldade existente, pois, é estabelecer uma proporção direta entre *concentralização* e a *força* de *concentralização*; e isto é feito, sem dúvida, se estabelecermos tal proporção entre a “*irradiação*” e a *força* de *irradiação*.

Uma bem nítida inspeção dos céus nos assegura que as estrelas têm certa uniformidade geral, certa igualdade ou equidistância de distribuição através daquela região do espaço em que coletivamente e numa forma aproximadamente esférica se acham situadas: esta espécie de igualdade, mais geral do que absoluta, concorda plenamente com a minha dedução da não-equidistância, dentro de certos limites, entre os átomos originalmente difusos, como corolário do evidente intento de infinita complexidade de relação saído da não-relação. Eu parti, como devem lembrar, da ideia de uma distribuição uniforme, em geral, mas não uniforme em particular dos átomos, uma ideia, repito, que uma inspeção das estrelas, tais como existem, confirma.

Mesmo, porém, na igualdade simplesmente geral de distribuição, no que se refere aos átomos, surge uma dificuldade que, sem dúvida, já se apresentou àqueles dos meus leitores que têm em mente que eu supunha ser essa igualdade de distribuição efetuada *pela irradiação vinda de um centro*. Basta um primeiro olhar à ideia de *irradiação* para forçar-nos à concepção da ideia, até aqui inseparada e aparentemente inseparável, de aglomeração em torno de um centro, com dispersão, à medida que nos distanciamos dele; a ideia, em uma palavra, da desigualdade de distribuição, relativamente à matéria irradiada.

Ora, fiz observar em outra parte que é justamente por dificuldades tais como a agora em questão, por semelhante escabrosidade, por semelhantes peculiaridades, por semelhantes saliências do plano ordinário das coisas, que a Razão acha seu caminho, se o acha, na sua busca da Verdade. Graças à dificuldade, à “peculiaridade” agora apresentada, salto imediatamente para o segredo, um segredo que não teria jamais podido atingir, não fossem a peculiaridade e as inferências que ela me forneceu *pelo seu simples caráter de peculiaridade*.

A marcha do pensamento, neste ponto, pode ser assim grosseiramente traçada, digo a mim mesmo: “A Unidade, como a expliquei, é uma verdade — eu a sinto. A Difusão é uma verdade — eu a vejo. A Irradiação, por conta de quem somente estas duas verdades são conciliadas, é uma verdade consequente — eu a percebo. A *Igualdade* de difusão, primeiro deduzida *a priori* e depois corroborada pela inspeção dos fenômenos, é também uma verdade — eu o admito plenamente. Até aqui tudo é claro em torno de mim; não há nuvens por trás das quais se possa ocultar o segredo — o grande segredo do *modus operandi* da gravitação; mas este segredo, com toda a certeza, jaz *por perto* e se uma nuvem apenas aparecesse, à vista, eu seria levado a suspeitar dessa nuvem”. E, justamente, quando isto digo, aparece realmente à vista uma nuvem. Esta nuvem é a impossibilidade de conciliar minha verdade *irradiação* com minha verdade *igualdade de difusão*. Digo então: “Por trás desta *aparente* impossibilidade deve encontrar-se aquilo que procuro”. Não digo “impossibilidade *real*”, pois a fé invencível nas minhas verdades assegura-me que, afinal de contas, é uma mera dificuldade; mas vou mais adiante dizendo, com teimosa confiança, que, *quando* esta *difficuldade* for resolvida, encontraremos, *envolta no processo de solução*, a chave do segredo que buscamos. Além disso, *sinto* que descobriremos uma *única* possível solução da dificuldade e isto pela razão de que, se houvesse duas, uma seria supérflua, seria inútil, seria vazia, não conteria chave, desde que não há necessidade de chave dupla para qualquer segredo da Natureza.

E agora vejamos: nossas usuais noções de irradiação — na realidade, *todas* as nossas distintas noções dela — são tiradas simplesmente do processo, tal como o vemos exemplificado na *Luz*. Aí encontramos uma efusão *contínua de correntes luminosas*, e com uma *força que não temos*

absolutamente o direito de supor variável. Ora, em qualquer irradiação *como esta* — contínua e de força invariável — as zonas perto do centro devem *inevitavelmente* estar mais cheias de matéria irradiada do que as regiões mais remotas. Mas eu não supus *nenhuma* irradiação *tal como esta*. Não supus uma irradiação *contínua* e pela simples razão de que tal suposição implicaria, primeiro, a necessidade de adotar uma concepção que, já mostrei, nenhum homem *pode* admitir e que (como explicarei melhormente adiante) toda observação do firmamento refuta — a concepção do Universo sideral absolutamente infinito —, e implicaria, em segundo lugar, a impossibilidade de compreender uma reação, isto é, a gravitação, tal como existe agora, desde que, enquanto um ato se continua, nenhuma reação, sem dúvida, pode realizar-se. Minha suposição, pois, ou melhor, minha inevitável dedução de justas premissas, foi a de uma irradiação *determinada*, de uma irradiação finalmente descontinuada.

Que me seja permitido descrever agora o único modo possível, segundo o qual podemos compreender que a matéria se tenha difundido através do espaço, de maneira a preencher as condições ao mesmo tempo da irradiação e da distribuição geralmente igual.

Para comodidade de ilustração, imaginemos, em primeiro lugar, uma esfera vazia, de vidro ou de qualquer outro material, ocupando o espaço, através do qual a matéria universal, por meio da radiação, foi igualmente difundida, da partícula absoluta, independente e incondicional, colocada no centro da esfera.

Ora, certo esforço da potência expansiva (que se presume ser a Vontade Divina), por outras palavras, certa *força*, cuja medida é a quantidade de matéria, isto é, o número de átomos emitidos, emite, por irradiação, este número certo de átomos, impelindo-os em todas as direções, fora do centro, diminuindo sua proximidade uns dos outros, à medida que avançam, até que, finalmente, estão distribuídos, esparsos, sobre a superfície interior da esfera.

Quando estes átomos atingem essa posição, ou enquanto marcham para atingi-la, um segundo exercício inferior da mesma força, ou uma segunda força inferior do mesmo caráter, emite, da mesma maneira, isto é, por irradiação como antes, uma segunda camada de átomos, que

avança para depositar-se sobre a primeira, sendo o número de átomos, neste caso como no outro, indubitavelmente a medida da força que os emitiu; por outras palavras, sendo a força precisamente adaptada ao desígnio que ela realiza, sendo a força e o número de átomos enviados pela força *diretamente proporcionais*.

Quando esta segunda camada atingiu sua posição almejada, ou enquanto dela se aproxima um terceiro e ainda mais inferior esforço da potência; ou uma terceira força inferior de caráter idêntico, sendo o número de átomos emitidos em *todos* os casos a medida da força, ela avança para depositar uma terceira camada sobre a segunda e assim por diante, até que estas camadas concêntricas, tornando-se gradualmente menores, atinjam afinal o ponto central e a matéria difusa, ao mesmo tempo que a força difusiva se ache esgotada.

Temos agora a esfera cheia, por meio da irradiação, com átomos igualmente difundidos. As duas condições necessárias — as da irradiação e da difusão igual — foram satisfeitas; e pelo *único* processo pelo qual se pode conceber a possibilidade de sua satisfação simultânea. É por esta razão que espero confiadamente encontrar, oculto, na condição presente dos átomos distribuídos através da esfera, o segredo que procuro, o importantíssimo princípio do *modus operandi* da lei newtoniana. Examinemos, pois, as verdadeiras condições dos átomos.

Estão colocados numa série de camadas concêntricas. Estão igualmente difundidos na esfera. Foram irradiados para essas posições. Sendo os átomos *igualmente* distribuídos, quanto maior for a extensão superficial de qualquer dessas camadas concêntricas ou esferas, tanto maior será o número de átomos depositados nessa camada. Por outras palavras, o número de átomos depositados sobre a superfície de qualquer uma das esferas concêntricas é diretamente proporcional à extensão dessa superfície.

Mas em qualquer série de esferas concêntricas, as superfícies são diretamente proporcionais aos quadrados das distâncias, a partir do centro.

Consequentemente, o número de átomos, em qualquer camada, é diretamente proporcional ao quadrado da distância que separa esta camada do centro.

Mas o número de átomos, em qualquer camada, é a medida da força que emitiu essa camada, isto é, é *diretamente proporcional* à força.

Portanto, a força que irradiou qualquer camada é diretamente proporcional ao quadrado da distância entre aquela camada e o centro, ou, generalizando:

A força da irradiação tem sido diretamente proporcional aos quadrados das distâncias.

Ora, a Reação, pelo que dela podemos conhecer, é a Ação invertida. Sendo o princípio geral da Gravidade, em primeiro lugar, compreendido como a reação de um ato, como a expressão de um desejo por parte da Matéria, enquanto existente em estado de difusão, de voltar para a Unidade donde foi difundida; e, em segundo lugar, sendo o espírito obrigado a determinar o *caráter* do desejo — a maneira pela qual ele deve naturalmente manifestar-se; por outras palavras, sendo forçado a conceber uma lei provável ou *modus operandi* para a volta, não podia deixar de chegar à conclusão de que esta lei de retorno seria precisamente o inverso da lei de partida. Cada qual terá pleno direito, pelo menos, de considerar a coisa como provada, até que o tempo ou alguém sugira algo semelhante a uma razão plausível que afirme o *contrário*, até que dada ocasião ou uma lei de retorno seja imaginada e adotada pela inteligência como preferível.

A Matéria, pois, irradiada no espaço com uma força que varia em relação aos quadrados das distâncias, poderia, *a priori*, ser suposta como voltando a seu centro de irradiação, com uma força variando *na razão inversa* dos quadrados das distâncias; e já mostrei que qualquer princípio que explicar por que os átomos, de acordo com qualquer lei, tendem para um centro geral, deve ser admitido como explicando satisfatoriamente, ao mesmo tempo, por que, de acordo com a mesma lei, tendem eles um para o outro. Pois, de fato, a tendência para o centro geral não o é para um centro como tal; verifica-se para esse ponto por que cada átomo, ao dirigir-se para ele, tende mais diretamente para seu centro real e essencial, a *Unidade*, a absoluta e final União de tudo.

A observação aqui implícita não apresenta a meu espírito qualquer embaraço, mas esse fato não me cegará a possibilidade de ser ele obscuro para aqueles que possam ter menos hábito de lidar com as abstrações; e,

afinal de contas, ficará bem encarar o assunto de um ou dois outros pontos de vista.

A partícula absoluta, independente, primeiramente criada pela Vontade de Deus, deve ter existido numa condição de positiva *normalidade* ou perfeição, pois a imperfeição implica *dependência*. O certo é positivo; o errado é negativo, é simplesmente a negação do certo; como o frio é a negação do quente e a escuridão, da luz. Para que uma coisa possa ser errada, em *dependência* daquilo que *é* errado, alguma condição deixa ela de satisfazer; alguma lei viola; algum ser ofende. Se não existe tal ser, tal lei ou condição a respeito dos quais a coisa está errada e, ainda mais especialmente, se não existem de modo algum seres, leis ou condições, então a coisa *não* pode ser errada e conseqüentemente deve ser *certa*. Qualquer desvio da normalidade implica uma tendência para voltar a ela. Uma diferença do normal, do direito, do justo pode ser efetuada somente pela superação de uma dificuldade; e se a força que supera a dificuldade não for infinitamente continuada, a tendência indestrutível a esta volta poderá afinal agir para satisfação própria. Com a destruição da força, a tendência age. É o princípio de reação, como inevitável consequência de uma ação finita. Empregando a fraseologia da qual se perdoará a aparente afetação pela sua expressividade, podemos dizer que a Reação é a volta da condição de *como é e não devia ser*, para a condição de *como era originalmente e portanto deveria ser*; e permiti-me acrescentar aqui que a *absoluta* força da Reação, sem dúvida, seria sempre encontrada, na razão direta da realidade, da verdade, do absoluto, da *originalidade*, se jamais fosse possível medir esta última; e, conseqüentemente, a maior de todas as reações concebíveis deve ser a produzida pela tendência que agora discutimos, a tendência para voltar ao *absoluto original, ao primitivo supremo*. A Gravidade, portanto, *deve ser a mais forte das forças*, ideia obtida *a priori* e abundantemente confirmada pela indução. O uso que faço dessa ideia ver-se-á em continuação.

Os átomos, pois, tendo sido difundidos de sua condição normal de Unidade, procuram voltar — para o quê? Não para qualquer ponto particular, certamente, pois é claro que, se no momento da difusão o Universo inteiro da matéria tivesse sido projetado, coletivamente, a uma distância do ponto de irradiação, a tendência atômica para o centro geral

da esfera não teria sido perturbada de maneira alguma, os átomos não teriam buscado um ponto do *espaço absoluto*, do qual foram originariamente projetados. É simplesmente a *condição* e não o ponto ou localidade em que essa condição teve origem que esses átomos procuram restabelecer, e simplesmente esta condição, *que é a sua normalidade*, que eles desejam. “Mas eles procuram um centro”, dir-se-á. “E um centro é um ponto.” É certo, mas eles buscam esse ponto não em seu caráter de ponto (pois, se toda a esfera se movesse de sua posição, eles buscariam igualmente o centro e o centro *então* seria um novo ponto), mas porque isto assim acontece em virtude da forma na qual eles existem coletivamente — a da esfera — e que somente *através* do ponto em questão — o centro da esfera — eles podem atingir seu verdadeiro objeto, a Unidade. Na direção do centro, cada átomo percebe mais átomos que em qualquer outra direção. Cada átomo é impelido para o centro, porque sobre a linha reta, que o liga ao centro e que passa além deste, até a circunferência, fica maior o número de átomos do que sobre qualquer outra linha reta: maior número de objetos que o procuram, ao átomo individual, maior número de tendências à Unidade, maior número de satisfações para sua própria tendência à Unidade; em uma palavra, porque, na direção do centro, jaz a suprema possibilidade de satisfação, em geral, para seu próprio apetite individual. Para ser breve, a *condição* Unidade é tudo quanto é realmente buscado. E se os átomos *parecem* buscar o centro da esfera, é apenas implicitamente, por meio de ilação, porque acontece que tal centro implica, inclui, ou envolve o único centro essencial, a Unidade. Mas, *por causa* dessa ilação, ou envolvimento, não há possibilidade de separar praticamente a tendência à Unidade em abstrato da tendência para o centro concreto. Dessa forma, a tendência dos átomos para o centro geral *é*, para todos os fins práticos e para todos os propósitos lógicos, a tendência de cada um para cada um; e esta tendência de cada um para cada um é a tendência para o centro; e uma tendência pode ser tomada *como* a outra; tudo quanto se aplica a uma deve ser inteiramente aplicável à outra; e, em conclusão, todo princípio que explicar, satisfatoriamente, uma, não pode deixar de ser aceito como uma explicação da outra.

Olhando cuidadosamente em torno de mim, à procura de uma objeção racional ao que avancei, não me é possível descobrir *nada*; mas, desta espécie de objeções, usualmente apresentadas pelos maníacos da Dúvida, prontamente percebo *três*; e passo a examiná-las sucessivamente.

Pode ser dito, em primeiro lugar, “que a prova de que a força de irradiação (no caso descrito) é diretamente proporcional aos quadrados das distâncias repousa sobre uma suposição gratuita — a de ser o número de átomos, em cada camada, a medida da força com que eles são emitidos”.

Respondo que não somente tenho o direito de fazer tal suposição, mas que nenhuma outra me daria garantias tão absolutas. O que suponho é, simplesmente, que um efeito é a medida de sua causa, que cada exercício da Vontade Divina será proporcional ao fim que exige esse esforço, que os meios da Onipotência ou da Onisciência serão adaptados exatamente a seus fins. Nem uma deficiência, nem um excesso de causa pode dar origem a qualquer efeito. Se a força que irradiou qualquer camada para sua posição tivesse sido ou maior ou menor do que era necessário para esse fim, isto é, não *diretamente proporcional* a esse fim, então esta camada não poderia ter sido irradiada para a sua posição. Se a força que, tendo em vista a igualdade geral da distribuição, emitiu um número justo de átomos para cada camada não tivesse sido *diretamente proporcional* a esse número, então o número *não* teria sido o número pedido para uma distribuição igual.

A segunda objeção imaginável tem mais direitos a uma resposta. É princípio admitido em Dinâmica que todo corpo, ao receber

um impulso ou disposição para mover-se, mover-se-á numa direção em linha reta, na direção dada pela força impelente, até que ela seja desviada ou detida por qualquer outra força. Como, pois, pode-se perguntar, se compreende que a minha primeira camada extrema de átomos tenha um movimento descontínuo para a circunferência da imaginária esfera de vidro, quando nenhuma segunda força, de caráter mais do que imaginário, aparece como causa dessa descontinuidade?

Replico que a objeção, neste caso, realmente se origina de uma “suposição gratuita”, por parte do objetor — a suposição de um princípio em Dinâmica em uma época em que *não* existiam princípios em *coisa*

alguma. Servi-me, naturalmente, da palavra “princípios” no sentido mesmo que o crítico atribui a essa palavra.

“No começo”, podemos admitir, podemos realmente compreender apenas uma *Primeira Causa*, o *Princípio* verdadeiramente derradeiro, a Vontade de Deus. O ato primário, o da Irradiação da Unidade, deve ter sido independente de tudo quanto o mundo hoje chama “princípio”, porque tudo quanto nós assim designamos é apenas uma consequência da reação daquele ato primário. Digo ato “*primário*” porque a criação da molécula absoluta material deve ser considerada mais propriamente como uma *concepção* do que como um ato, no sentido comum da palavra. Assim, devemos considerar o ato primário como um ato para o estabelecimento daquilo a que agora chamamos “princípios”. Mas esse ato primário, em si mesmo, deve ser considerado como *Volição Contínua*. O pensamento de Deus deve ser entendido como originando a difusão, como continuando-a, como regulando-a e, finalmente, como sendo retirado dela, depois de sua completação. *Então*, começa a reação, e, através da Reação, o Princípio, como empregamos a palavra. Será aconselhável, porém, limitar a aplicação dessa palavra aos dois resultados *imediatos* da cessação da Vontade Divina, isto é, aos dois agentes, *Atração* e *Repulsão*. Cada outro agente natural depende, quer mais, quer menos, imediatamente desses dois, e, portanto, deveria ser mais convenientemente designado com o nome de *subprincípio*.

Pode objetar-se, em terceiro lugar, que, em geral, o modo peculiar de distribuição que sugeri para os átomos é “uma hipótese e nada mais”.

Ora, estou certo de que a palavra “hipótese” é um pesado malho, agarrado imediatamente, se não erguido, por todos os pensadores mesquinhos ao primeiro aparecimento de qualquer proposição que use, de certo modo, o traje de uma “teoria”. Mas a *hipótese* não deve ser aqui brandida, para qualquer fim justo, mesmo por aqueles que conseguem erguê-la, gigantes ou anões.

Mantenho, em primeiro lugar, que *somente* pelo modo descrito é concebível que a Matéria possa ter sido difundida de modo a preencher imediatamente as condições da irradiação e da distribuição, geralmente igual. Afirmo, em segundo lugar, que estas mesmas condições me foram impostas, como necessidades, em resultado de raciocínio tão *rigorosamente*

lógico como o que estabelece qualquer demonstração euclidiana; e mantenho, em terceiro lugar, que mesmo se a pecha de hipótese fosse tão plenamente apoiada, como é de fato insustentável e indefensável, ainda assim a validade e a indiscutibilidade de minha conclusão não seriam perturbadas, nem mesmo no mais leve detalhe.

Explico-me: a Gravidade newtoniana — lei da Natureza —, lei cuja existência como tal ninguém, a não ser um louco, discute —, lei que uma vez admitida como tal nos capacita a explicar nove décimos dos fenômenos universais —, lei que, simplesmente por causa de assim nos capacitar a explicar estes fenômenos, somos levados inteiramente a admitir, sem quaisquer outras considerações, e não podemos deixar de admitir como lei — lei não obstante à qual nem o princípio, nem o *modus operandi* do princípio jamais foram descobertos pela análise humana —, lei, em resumo, que nem em seus detalhes, nem em suas generalidades se mostrou suscetível de *qualquer* explicação — revela-se afinal em cada ponto inteiramente explicável, contanto que demos somente nosso assentimento a... quê? A uma hipótese? Mas se uma hipótese, se a mais simples hipótese, se uma hipótese em apoio da qual, como no caso daquela *pura* hipótese da própria lei newtoniana, nem sombra de razão *a priori* se assinala — se uma hipótese, mesmo tão absoluta como tudo isto implica, nos permitisse encontrar um princípio para a lei newtoniana, nos permitisse entender como preenchidas condições tão miraculosamente, tão inefavelmente complexas e aparentemente inconciliáveis, como as implicadas nas relações que a Gravidade nos revela, que ser racional poderia exhibir sua fatuidade, a ponto mesmo de chamar de qualquer modo hipótese esta hipótese absoluta, a menos que, realmente, tivesse de persistir em chamá-la assim, subentendendo que assim fizesse simplesmente por causa da conformidade das *palavras*?

Mas qual é o verdadeiro estado do nosso presente caso? Qual é o *fato*? Não só *não é* uma hipótese que somos solicitados a *aceitar* para admitir como explicado o princípio em questão, mas é uma conclusão lógica que somos solicitados *não* a aceitar se podemos evitá-lo, que somos simplesmente convidados a *negar se possível*

— uma conclusão de tão exata logicidade que discuti-la seria esforço ingente, duvidar de sua validade, além de nossas forças, conclusão da qual

não vemos modo de escapar, para qualquer lado que nos voltemos; um resultado que encontramos sempre diante de nós, quer ao fim de um processo indutivo, a partir dos fenômenos da própria lei discutida, quer ao termo de um raciocínio dedutivo, partindo das mais rigorosamente simples de todas as suposições concebíveis — numa palavra, *a suposição da própria simplicidade*.

E se agora, por simples amor da chicana, se objetar que, embora meu ponto de partida seja, como afirmo, a suposição da Simplicidade absoluta, ainda assim a Simplicidade considerada meramente em si mesma não é um axioma e que indiscutíveis são apenas as deduções dos axiomas — eu assim replicarei.

Qualquer outra ciência, que não a Lógica, é a ciência de certas relações concretas. A Aritmética, por exemplo, é a ciência das relações do número; a Geometria, das relações de forma; as Matemáticas, em geral, das relações de quantidades em geral, de tudo quanto possa ser aumentado ou diminuído. A Lógica, porém, é a ciência da Relação no abstrato, da Relação absoluta, da Relação considerada exclusivamente em si mesma. Um axioma, em qualquer outra ciência particular que não a Lógica, é assim simplesmente uma proposição que anuncia certas relações concretas que parecem demasiado evidentes para ser discutidas, como quando dizemos, por exemplo, que o todo é maior do que suas partes; é assim ainda o princípio do *axioma lógico*, por outras palavras, de um axioma em abstrato, e simplesmente a *evidência da relação*. Ora, é claro não só que o que é evidente a um espírito pode não ser evidente a outro, mas que o que é evidente a um espírito, numa época, pode não ser mais evidente ao mesmo espírito, em outra época. É claro, além disso, que o que hoje é evidente mesmo à maioria da humanidade, ou à maioria das melhores inteligências da humanidade, pode amanhã para essas mesmas maiorias ser mais ou menos evidente, ou mesmo não ser mais de modo algum evidente. Vê-se, pois, que o próprio *princípio axiomático* é suscetível de variação e, sem dúvida, que os axiomas são suscetíveis de semelhante mudança. Sendo mutáveis, as “verdades” que deles se geram são também necessariamente mutáveis; ou, por outras palavras, nunca podem ser tomadas positivamente como verdades, desde que a Verdade e a Imutabilidade formam uma só coisa.

Compreender-se-á agora, facilmente, que nenhuma ideia axiomática, nenhuma ideia baseada no princípio flutuante da evidência de relação possa ser tão segura, possa ser base tão sólida, para qualquer construção erigida pela Razão, como *esta* ideia — qualquer que seja, onde quer que a encontremos, ou *se* possível encontrá-la em qualquer parte — que é inteiramente *irrelacionada*, que não somente não apresentará à compreensão *nenhuma evidência* de relação, quer seja considerada maior ou menor, mas sujeita a inteligência, em não pequeno grau, mesmo à necessidade de considerar *qualquer relação que seja*. Se tal ideia não é o que demasiado descuidadamente denominamos “um axioma”, é pelo menos preferível, como base lógica, a qualquer axioma que jamais tenha sido proposto, ou a todos os axiomas imagináveis combinados; e tal é precisamente a ideia com que começa meu processo dedutivo, tão plenamente corroborado pela indução. Minha *partícula própria* não é senão a *Independência absoluta*. Resumindo o que adiantei: como ponto de partida, considere simplesmente como provado que o Começo nada tinha por trás de si, nem diante de si, que era um começo, de fato, que era um começo e nada mais que um começo, em suma, que este Começo era... *aquilo que era*. Se isto for uma “mera suposição”, então que seja uma “mera suposição”.

Para terminar esta parte do assunto: estou plenamente autorizado a declarar que *a lei, que temos o hábito de chamar Gravidade, existe em razão de ter sido a Matéria irradiada, em sua origem, atômicamente, numa esfera limitada*[\[36\]](#) *do Espaço, de uma Partícula Propriamente Dita, única, individual, incondicional, independente e absoluta, pelo único processo que capacitava a satisfação, ao mesmo tempo, das duas condições, irradiação e distribuição geralmente igual por toda a esfera, isto é, por uma força que variava na razão direta dos quadrados das distâncias entre os átomos respectivamente irradiados e o centro especial de Irradiação.*

Já dei as razões pelas quais presumo ter sido a Matéria difundida por uma força determinada, em vez de contínua ou infinitamente continuada. Supondo uma força contínua, seríamos incapazes, em primeiro lugar, de compreender qualquer reação; e ser-nos-ia mister, em segundo lugar, adotar a concepção impossível de uma extensão infinita da Matéria. Para não me demorar sobre a impossibilidade dessa concepção, noto que a

extensão infinita da matéria é uma ideia que, se não positivamente desmentida, de modo algum, pelo menos, se acha apoiada pela observação telescópica das estrelas; ponto que explicaremos mais completamente adiante. E essa razão empírica, para acreditar na finidade original da Matéria, é comprovada não empiricamente. Por exemplo: admitindo, por enquanto, a possibilidade de compreender o espaço *repleto* de átomos irradiados, isto é, admitindo, o melhor que pudermos, tão só para argumentar, que a sucessão dos átomos irradiados absolutamente *não tem* *m*, torna-se então vastamente claro que, mesmo quando se retirasse deles a ação da Vontade de Deus, permitindo assim a satisfação da tendência para voltar à Unidade (abstratamente), tal permissão seria fútil e sem validade, praticamente inútil e sem qualquer efeito. Nenhuma Reação se poderia efetivar; nenhum movimento para a Unidade se poderia realizar; nenhuma Lei de Gravidade teria sido estabelecida.

Expliquemos mais: conceda-se que a tendência abstrata de um átomo qualquer para outro átomo qualquer seja o resultado inevitável da difusão da Unidade normal; ou, o que dá no mesmo, admita-se qualquer átomo dado como *propondo-se* a mover-se em qualquer direção dada; é claro que, desde que haja uma *in nidade* de átomos de todos os lados do átomo que se propõe a mover-se, jamais se poderá ele realmente mover para a satisfação de sua tendência na direção dada, por causa de uma tendência, precisamente igual e equilibrada, na direção diametralmente oposta. Em outras palavras, estão exatamente tantas tendências à Unidade por trás do átomo hesitante quantas diante dele; pois não passa de tolice dizer que uma linha infinita seja maior ou menor que outra linha infinita, ou que um número infinito seja maior ou menor que outro número também infinito. Assim, o átomo em questão deve ficar estacionário para sempre. Nas circunstâncias impossíveis, que simplesmente tentamos conceber para fins de argumentação, não poderia ter havido agregação de matéria, nem estrelas, nem mundos; nada além de um Universo perpetuamente atômico e inconsequente. De fato, como quer que a encaremos, a ideia inteira da Matéria ilimitada não só é insustentável, como impossível e absurda.

Imaginando, porém, uma *esfera* de átomos, imediatamente percebemos uma tendência à união *capaz de satisfazer-se*. Sendo o resultado geral da

tendência de cada um para cada um a tendência de todos para o centro, o processo *geral* de condensação, ou aproximação, principia imediatamente por um movimento comum e simultâneo, com a retirada da Volição Divina; as aproximações *individuais*, ou aglutinações — e *não* fusões — de átomo com átomo, sujeitam-se a variações quase infinitas de tempo, grau, condição, por causa da imensa multiplicidade de relações, derivadas da diferença de formas imaginadas, como caracterizando os átomos, no momento de deixarem a Partícula Propriamente Dita, bem como da subsequente e especial desigualdade de distância de um para outro.

O que desejo gravar no espírito do leitor é a certeza de que surgiram, a um só tempo (com a retirada da força difusiva, ou Vontade Divina), da condição de átomos descrita, em inúmeros pontos por toda a esfera Universal, inúmeras aglomerações, caracterizadas por inúmeras diferenças específicas de forma, tamanho, natureza essencial e distância, existentes de umas para outras. O desenvolvimento da Repulsão (eletricidade) deve, sem dúvida, ter começado com os primórdios dos esforços particulares para a Unidade, e deve ter prosseguido constantemente, na razão da Coalescência, isto é, *na da condensação*, ou, ainda, na da Heterogeneidade.

Assim, os dois Princípios Propriamente Ditos, *Atração* e *Repulsão*, o Material e o Espiritual, acompanham-se mutuamente, na mais estreita confraternização, para sempre. E assim o *Corpo* e a *Alma* caminham de mãos dadas.

VIII

Se agora, na imaginação, escolhêssemos, pela esfera Universal, *qualquer* uma dessas aglomerações, consideradas em seus estádios primários, e supuséssemos que essa aglomeração incipiente se colocasse naquele ponto em que se acha o centro de nosso Sol — ou, antes, onde ele *originalmente* se achasse, pois o Sol muda perpetuamente de posição —, encontrar-nos-íamos com a mais magnífica das teorias, e com ela seríamos conduzidos, pelo menos por algum tempo: a Cosmogonia Nebular de Laplace, embora *Cosmogonia* seja um termo demasiado abrangente para o que ele realmente examina e que é somente a constituição de nosso sistema solar, um dentre as miríades de sistemas similares que compõem o Universo propriamente chamado, aquela esfera Universal, aquele *Cosmos* absoluto e oniabrangente que constitui o assunto de minha presente dissertação.

Limitando-se a uma região *evidentemente limitada* — a de nosso sistema solar, com suas cercanias comparativamente imediatas, e *quase* admitindo, isto é, admitindo sem base de qualquer espécie, dedutiva ou indutiva —, *muito* daquilo que tenho estado precisamente tentando colocar sobre base

mais sólida que a da simples admissão; admitindo, por exemplo, a matéria como difusa (sem pretender explicar a difusão) por toda parte, e um tanto além do espaço ocupado pelo nosso sistema, e difusa num estado de nebulosidade heterogênea, obediente à todo-poderosa lei da Gravidade, cujo princípio não se aventurou a conjecturar; admitindo tudo isso (que é inteiramente verdadeiro, embora lhe faltasse direito lógico a admiti-lo), Laplace mostrou, dinâmica e matematicamente, que os resultados, que em tal caso se seguem necessariamente, são aqueles, e tão só aqueles, que vemos manifestados nas condições atualmente existentes do próprio sistema.

Explico-me: suponhamos que essa aglomeração particular de que falamos — a que se verificou no ponto marcado pelo centro de nosso Sol — continuou até o ponto em que uma vasta quantidade de matéria nebulosa assumisse uma forma toscamente globular; sendo seu centro, sem dúvida, coincidente com o que agora é, ou, antes, originalmente era o centro de nosso Sol; e estendendo-se sua periferia para além da órbita de Netuno, o mais distante de nossos planetas. Em outros termos, suponhamos que o diâmetro dessa tosca esfera seja de cerca de 6 bilhões de milhas. Durante eras essa massa de matéria veio sofrendo a condensação, até que afinal se reduziu ao volume com que a estamos imaginando, tendo procedido gradualmente, como é natural, de seu estado atômico imperceptível até aquele em que a compreendemos como nebulosidade visível, palpável, ou de qualquer forma apreciável.

Ora, a condição dessa massa implica uma rotação em torno de um eixo imaginário, rotação que, começando com os primeiros começos de agregação, veio desde então adquirindo velocidade. Os dois primeiros átomos que se encontraram, aproximando-se um do outro, de pontos não diametralmente opostos, precipitando-se um pouco além um do outro, formariam um núcleo para o movimento rotativo descrito. Prontamente se vê como este aumentaria de velocidade. Aos dois átomos se juntam outros: forma-se um agregado. A massa continua a girar, ao mesmo tempo que se condensa. Mas qualquer átomo na circunferência tem, naturalmente, um movimento mais rápido do que qualquer um mais perto do centro. O átomo externo, porém, com sua velocidade superior, aproxima-se do centro, levando consigo essa velocidade superior, à medida que se adianta. Assim, cada átomo, caminhando para o interior, e

finalmente prendendo-se ao centro condensado, acrescenta algo à velocidade inicial desse centro, isto é, aumenta o movimento rotatório da massa.

Suponhamos agora essa massa tão condensada a ponto de ocupar *precisamente* o espaço circunscrito pela órbita de Netuno, e suponhamos que a velocidade com que se move, na rotação geral, a superfície da massa, seja precisamente aquela com a qual Netuno agora realiza sua revolução em torno do Sol. Nessa época, portanto, compreendemos que a força centrífuga, constantemente crescente, predominando sobre a força centrípeta não crescente, tenha feito soltar e separar a camada exterior e menos condensada, ou parte das camadas exteriores e menos condensadas, no equador da esfera, onde predominava a velocidade tangencial; de modo que essas camadas formaram, em torno do corpo principal, um anel independente, circulando a região equatorial: precisamente como a porção externa de um rebolo, repelida pela excessiva velocidade de rotação, formaria um anel em torno do rebolo, não fosse a solidez da superfície material impedi-lo; fosse porém essa matéria borracha, ou algo de semelhante em consistência, o fenômeno que descrevo se apresentaria.

O anel, assim atirado pela massa nebulosa, faria naturalmente sua *revolução* como um anel *separado*, e, precisamente, com aquela velocidade com que *girava* enquanto na superfície da massa. Entrementes, prosseguindo ainda a condensação, o espaço entre o anel expelido e o corpo principal continuava a crescer, até que o primeiro se encontrasse a vasta distância do último.

Ora, admitindo que o anel tenha possuído, por algum arranjo aparentemente acidental de suas matérias heterogêneas, uma constituição quase uniforme, então esse anel, *como* tal, jamais deixaria de girar em torno do corpo original; mas, como poderia ter sido previsto, parece que houve na disposição de seus elementos irregularidade bastante para fazê-los agruparem-se em torno de centros de solidez superior; e assim a forma anular foi destruída.[\[37\]](#)

Sem qualquer dúvida, a faixa foi logo partida, em diversas porções, e uma dessas partes, predominando em massa, absorveu em si as demais, tornando-se o conjunto, esfericamente, um planeta. É suficientemente

claro que este último, *como* planeta, tenha continuado o movimento de revolução que o caracterizava enquanto anel; e facilmente explica que ele tenha também adquirido um movimento adicional em sua nova condição de esfera. Se considerarmos o anel como não rompido ainda, vemos que seu exterior se move mais rapidamente do que seu interior, ao mesmo tempo que o todo gira em torno do corpo de origem. Quando ocorre a ruptura, então, parte de cada fragmento deve mover-se com velocidade maior do que as outras. O movimento superior predominante deve ter feito cada fragmento girar sobre si mesmo, isto é, ter-lhe imprimido uma rotação; e a direção dessa rotação deve naturalmente ter sido a direção da revolução da qual ela procede. Tendo todos os fragmentos sido submetidos à rotação referida, sem dúvida a comunicaram àquele planeta constituído por sua aglutinação: esse planeta foi Netuno. Seus elementos continuaram a condensar-se; e, predominando afinal a força centrífuga, produzida em sua rotação, sobre a força centrípeta, como vimos no caso do globo gerador, projetou-se igualmente um anel da superfície equatorial do planeta; esse anel, *não sendo* uniforme em sua constituição, foi rompido, e seus diversos fragmentos, sendo absorvidos pelo de maior massa, coletivamente se esferificaram numa lua. Assim explicamos o planeta Netuno e os dois satélites que o acompanham.

Projetando um anel de seu equador, o Sol restabeleceu aquele equilíbrio entre suas forças centrípeta e centrífuga que fora alterado no processo de condensação; mas, como esta condensação ainda prosseguia, de novo foi o equilíbrio imediatamente perturbado pelo aumento da rotação. A esse tempo, a massa tanto se encolhera que ocupava um espaço esférico, justamente coincidente com o circunscrito pela órbita de Urano; e compreende-se que a força centrífuga tomara influência tão grande, que novo alívio se fazia mister: uma segunda faixa equatorial foi, conseqüentemente, projetada e, não sendo uniforme, rompeu-se, como antes no caso de Netuno; os fragmentos tornaram-se o planeta Urano; a velocidade de sua revolução atual em torno do Sol indica, naturalmente, a velocidade rotativa daquela superfície equatorial do Sol no momento da separação. Urano, extraindo sua rotação das rotações combinadas dos fragmentos que o formaram, como previamente expusemos, projetou de si, então, anel após anel, cada um dos quais, partindo-se, formou uma lua:

outras luas, em diferentes épocas, foram formadas desse modo, pela ruptura e esferificação geral de outros muitos anéis distintos não uniformes.

A esse tempo o Sol se encolhera até ocupar um espaço precisamente tal como o circunscrito pela órbita de Saturno, e o equilíbrio, supomos, entre suas forças centrípeta e centrífuga de novo se tornara tão alterado pelo aumento de velocidade rotativa, em consequência da condensação, que terceiro esforço para restaurá-lo se fazia necessário; uma faixa anular foi portanto projetada; como antes, duas vezes; rompendo-se por falta de uniformidade, consolidou-se ela no planeta Saturno. Este último lançou de si, primeiramente, sete faixas não uniformes, que, rompendo-se, se esferificaram em outras tantas luas, respectivamente; mas, subsequentemente, parece que ele descarregou, em três épocas distintas, mas não muito distantes, três anéis cuja igualdade de constituição era por acaso aparente, demasiado considerável para apresentar ocasião de ruptura; e assim continuaram eles a girar como anéis. Uso a frase “por acaso *aparente*” porque de acaso, no sentido comum, nada houve, sem dúvida; tal termo só é aplicado, com propriedade, ao resultado de uma *lei* indistinguível, ou não imediatamente perceptível!

Reduzindo-se cada vez mais até ocupar precisamente o espaço circunscrito pela órbita de Júpiter, o Sol experimentou logo a necessidade de um novo esforço, para restaurar o equilíbrio entre suas duas forças, perpetuamente alterado pelo acréscimo contínuo da velocidade de rotação. Em consequência, Júpiter foi lançado para fora do Sol, passando da condição anular ao estado planetário; e, ao atingir este último, lançou de si, por sua vez, em quatro épocas diferentes, quatro anéis que finalmente se transformaram em outras tantas luas.

Encolhendo-se ainda, até que sua esfera ocupasse justamente o espaço limitado pela órbita dos asteroides, o Sol libertou-se então de um anel, que parece ter tido *oito* centros de solidez superior e que, quebrando-se, produziu oito fragmentos, cada um dos quais não possuía massa bastante considerável para absorver os outros. Todos, portanto, como planetas distintos, mas comparativamente pequenos, puseram-se a girar, em órbitas cujas distâncias respectivas podem, até certo ponto, ser consideradas como a medida da força que os separou; achando-se, não

obstante, todas as órbitas tão aproximadamente coincidentes que nos permitem as denominar *uma*, em relação às outras órbitas planetárias.

Continuando a reduzir-se e tornando-se tão pequeno a ponto de ocupar precisamente a órbita de Marte, o Sol então descarregou esse planeta, pelo processo naturalmente já tão descrito. Não tendo lua, porém, Marte não tirou de si qualquer anel. De fato nova fase chegara para a carreira do corpo e origem, o centro do sistema. O decréscimo de sua nebulosidade, que equivale ao acréscimo de sua densidade, e que é também o *decréscimo* de sua condensação, do qual resultava a constante perturbação de equilíbrio, deve, a esse período, ter atingido um ponto em que os esforços para a restauração teriam sido cada vez mais ineficazes, justamente na proporção em que eram menos frequentemente necessitados. De modo que o processo de que temos estado falando mostraria por toda parte sinais de exaustão — primeiro, nos planetas e, segundo, na massa geratriz. Não devemos cair no erro de supor que o decréscimo do intervalo observado entre planetas, à medida que nos aproximamos do Sol, seja, de qualquer modo, um índice do aumento de frequência nos períodos em que eles foram despedidos. É justamente o inverso que se deve entender. O mais longo intervalo de tempo deve ter ocorrido entre as descargas dos dois planetas interiores; o mais curto, entre as dos dois planetas exteriores. O decréscimo do intervalo de espaço é, não obstante, a medida da densidade e assim inversamente da condensação do Sol, através dos processos pormenorizados.

Tendo-se reduzido, porém, até o ponto de encher apenas a órbita de nossa Terra, a esfera-mãe expeliu de si mesma ainda um outro corpo — a Terra — num estado tão nebuloso que permitiu a este corpo se desfazer, por sua vez, de um outro ainda, que é a nossa Lua, mas aí se detiveram as formações lunares.

Finalmente, limitando-se às órbitas, a princípio de Vênus e depois de Mercúrio, o Sol expeliu estes dois planetas interiores, nenhum dos quais deu origem a qualquer lua.

Assim, de seu volume original, ou para falar mais exatamente, do estado em que primeiro o consideramos, de uma massa nebulosa, parcialmente esférica, possuindo *certamente* muito mais de 5.600 milhões de milhas de diâmetro — o grande astro central e origem de nosso

sistema solar-planetário-lunar tem-se gradualmente reduzido, por condensação, em obediência à lei da Gravidade, a um globo de apenas 882 mil milhas de diâmetro; mas de modo algum se segue que sua condensação já esteja completa, ou que não possa possuir ainda a capacidade de expelir de si próprio outro planeta.

IX

Tenho aqui dado, em esboço, sem dúvida, mas ainda assim com todos os detalhes necessários para a clareza, uma visão da Teoria Nebular como seu próprio autor a concebeu. De qualquer ponto que a olhemos, descobriremos que ela é *belamente verdadeira*. É imensamente bela, sem dúvida, para que *não* possua a Verdade como seu caráter essencial e aqui sou profundamente sincero no que digo. Na revolução dos satélites de Urano, surge alguma coisa que *parece* em contradição com as hipóteses de Laplace; mas que esta *única* inconsistência aparente possa invalidar uma teoria construída com um milhão de intrincadas consistências é uma fantasia boa apenas para os espíritos fantásticos. Profetizando, confiadamente, que a aparente anomalia a que me refiro se tornará, mais cedo ou mais tarde, uma das mais fortes corroborações possíveis da hipótese geral, não pretendo ter nenhum espírito especial de adivinhação. Verdadeiramente difícil, ao que parece, seria não pressentir tal descoberta. [\[38\]](#).

Os corpos projetados pelo processo descrito tiveram de mudar, como se viu, a *rotação* superficial dos globos donde se originaram em uma *revolução* de igual velocidade em torno desses globos, como centros distantes; e a revolução assim engendrada devia continuar tanto tempo quanto a força centrípeta, ou a com que o corpo expelido gravita na direção do seu gerador, não fosse nem maior nem menor do que aquela pela qual foi projetado, isto é, do que a velocidade centrífuga, ou bem mais propriamente, do que a velocidade tangencial. Entretanto, pela Unidade de origem dessas duas forças, podíamos ter esperado encontrá-las tais como são, uma contrabalançando exatamente a outra. Temos mostrado,

na verdade, que o ato de projeção do corpo é, em todos os casos, simplesmente um ato para a preservação do equilíbrio.

Depois, porém, de ter relacionado a força centrípeta com a lei todo-poderosa da Gravidade, tem sido hábito nos tratados astronômicos pesquisar para além dos limites da simples Natureza, isto é, da Causa *Segunda*, uma solução do fenômeno da velocidade tangencial. Atribuem diretamente esta última a uma *Causa Primeira* — a Deus. A força que arrasta um corpo estelar em torno do planeta gerador teve origem, segundo nos dizem, num impulso dado imediatamente pelo dedo — esta é a fraseologia pueril empregada — da própria Divindade. Deste ponto de vista, os planetas, plenamente formados, teriam sido arremessados pela Divina Mão a uma posição vizinha dos sóis, com um ímpeto matematicamente adaptado às massas, ou capacidades atrativas dos próprios sóis. Ideia tão grosseiramente antifilosófica, embora tão supinamente adotada, poderia ter surgido tão só da dificuldade de qualquer outra explicação para a adaptação absolutamente exata, uma à outra, das duas forças tão aparentemente independentes uma da outra como são a centrípeta e a centrífuga. Mas dever-se-ia lembrar que, por muito tempo, a coincidência entre a rotação da Lua e sua revolução sideral — duas coisas em aparência bem mais independentes do que as agora em questão — era encarada como positivamente miraculosa; e havia forte disposição, mesmo entre os astrônomos, para atribuir esta maravilha à ação direta e contínua de Deus, que, neste caso, dizia-se, achara necessário intercalar, especialmente entre suas leis gerais, uma espécie de regras subsidiárias, com o fim de ocultar para todo o sempre, aos olhos mortais, o esplendor ou talvez os horrores do outro lado da Lua — daquele misterioso hemisfério que tem sempre evitado, e deverá perpetuamente evitar, a curiosidade telescópica da humanidade. O progresso da ciência, porém, logo demonstrou — aquilo que para o instinto filosófico *não* precisava de demonstração — que um dos dois movimentos é apenas uma parte do outro, algo mais mesmo do que uma consequência.

Quanto a mim, não tenho paciência com fantasias ao mesmo tempo tão tímidas, tão ociosas e tão desastradas. Pertencem à mais completa *covardia* de pensamento. Que a Natureza e o Deus da Natureza sejam

distintos, nenhum ser pensante pode por mais tempo duvidar. Pela Natureza entendemos simplesmente as leis de Deus. Mas na ideia de Deus, onipotente, onisciente, incluímos também a ideia da *infallibilidade* de suas leis. Para Ele não há nem Passado, nem Futuro — para Ele tudo é *Presente* —, não o insultamos supondo suas leis tão tramadas, que não dão margem a todas as contingências possíveis? Ou antes, que ideia *podemos* ter de *qualquer* contingência possível, que não seja ao mesmo tempo resultado e manifestação de suas leis? Aquele que, despojando-se de preconceitos, tiver a coragem rara de pensar absolutamente por si mesmo, não pode deixar de chegar, por fim, à condensação das *leis* em uma *Lei*, não pode deixar de chegar à conclusão de que *cada lei da Natureza depende em todos os pontos de todas as outras leis*, e que todas são apenas as consequências de um exercício primitivo da Vontade Divina. Tal é o princípio da Cosmogonia que eu, com toda a deferência necessária, aqui me aventuro a sugerir e a sustentar.

Desse ponto de vista, ver-se-á que, abandonando como frívola, e até mesmo como ímpia, a fantasia de que a força tangencial tenha sido comunicada aos planetas, imediatamente, pelo “dedo de Deus”, considero esta força como proveniente da rotação das estrelas, surgida esta rotação pela impetuosidade dos primitivos átomos, na direção de seus respectivos centros de agregação, impetuosidade esta como consequência da lei de Gravidade — esta lei como somente o modo pelo qual se manifesta necessariamente a tendência dos átomos a voltar para a não-particularidade — esta tendência para voltar como apenas a reação inevitável do primeiro e mais sublime dos Atos — o ato pelo qual um Deus, existente por si mesmo e único existente, se tornou, por força de sua vontade, todos os seres ao mesmo tempo, ao passo que todos os seres se tornavam assim uma parte de Deus.

As hipóteses fundamentais desta dissertação sugerem-me, e de fato implicam, certas *modi cações* importantes da Teoria Nebular apresentada por Laplace. Considerei os esforços da força repulsiva como tendo por fim impedir o contato entre os átomos e, assim, como feitos em razão da aproximação do contato, isto é, em razão da condensação. Por outras palavras, a *eletricidade*, com seus fenômenos intrincados, calor, luz e magnetismo, tem de ser compreendida como agindo igual à condensação,

e sem dúvida, ao inverso, como procede o destino, ou a *cessação da condensação*. Dessa forma o Sol, no curso de sua agregação, teve logo, com o desenvolvimento da repulsão, de se tornar excessivamente quente, talvez incandescente; e podemos perceber como a operação de emissão de seus anéis deve ter sido materialmente auxiliada, pela ligeira incrustação de sua superfície, em consequência do esfriamento. Qualquer experiência comum nos mostra quão prontamente uma crosta dessa natureza se separa em consequência da heterogeneidade da massa interior. Mas a cada emissão sucessiva da crosta, a nova superfície apareceria incandescente como antes; e o período em que ela viria ficar de novo bastante endurecida, para facilmente se destacar e se afastar, pode bem ser imaginado como exatamente coincidente com aquele em que um novo esforço seria necessário, da parte da massa inteira, para restaurar o equilíbrio de suas duas forças, perturbado pela condensação. Em outras palavras, quando a influência elétrica (Repulsão) preparou a superfície para se destacar, temos de entender que a influência da gravidade (Atração) está precisamente pronta para expeli-la. Aqui, pois, como sempre, *o Corpo e a Alma andam de mãos dadas*.

Estas ideias são empiricamente confirmadas em todos os pontos. Desde que a condensação nunca pode, em qualquer corpo, ser considerada como absolutamente terminada, temos o direito de prever que, todas as vezes que tivermos uma oportunidade de testemunhar o caso, descobriremos indicações de luminosidade latente em *todos* os corpos estelares, nas luas e nos planetas, bem como nos sóis. Que nossa Lua seja fortemente luminosa por si mesma, vemos a cada eclipse total, pois, se assim não fosse, deveria ela desaparecer. Na parte escura do satélite, também, durante suas fases, muitas vezes observamos clarões iguais aos das nossas Auroras e é evidentíssimo que estas, com todos os nossos fenômenos diversos, propriamente ditos elétricos, sem falar de qualquer outra radiação constante, devem dar à nossa Terra certa aparência de luminosidade para um habitante da Lua. De fato, devemos considerar todos os fenômenos em questão como meras manifestações, em diferentes modos e graus, de uma condensação da Terra fracamente continuada.

Se minhas opiniões são justas, estaremos preparados para descobrir os planetas mais recentes, isto é, os mais próximos do Sol, mais luminosos do que os mais velhos e os mais remotos, e o extremo brilho de Vênus (em cujas partes escuras, durante suas fases, as Auroras são frequentemente visíveis) não parece ser inteiramente explicado pela sua simples proximidade do astro central. Ela é sem dúvida vivamente autoluminosa, embora menos do que Mercúrio, ao passo que a luminosidade de Netuno pode ser comparativamente nenhuma.

Admitindo o que avancei, é claro que do momento em que o Sol se despojou de um anel, deve ter experimentado uma contínua diminuição, quer de seu calor, quer de sua luz, por causa da incrustação contínua de sua superfície e que chegará a um período, o período imediatamente anterior à nova descarga, em que se tornaria aparente uma diminuição *bastante* grave tanto de luz como de calor. Ora, sabemos que sinais de tais mudanças são distintamente reconhecíveis. Nas ilhas Melville — para citar somente um dentre centenas de exemplos — descobrimos traços de vegetação *ultratropical*, de plantas que nunca poderiam ter florescido sem luz e calor imensamente maiores do que os que o nosso Sol atualmente pode fornecer, em qualquer parte da superfície da Terra. Devemos atribuir esta vegetação a uma época imediatamente subsequente à do destacamento do planeta Vênus? Nessa época deve ter ocorrido para nós nosso maior aumento de influência solar; e, de fato, esta influência deve ter então atingido seu máximo, deixando a perder de vista, sem dúvida, o período em que a própria Terra foi expelida, o período de sua simples organização.

Repito: sabemos que existem *sóis não-luminosos*, isto é, sóis cuja existência determinamos pelos movimentos dos outros, mas cuja luminosidade não é suficiente para atuar sobre nós. São invisíveis estes sóis simplesmente por causa do espaço de tempo decorrido, desde seu afastamento de um planeta? E ainda uma vez: não podemos nós, pelo menos em certos casos, explicar os súbitos aparecimentos de sóis onde ninguém antes suspeitara sua existência, supondo que, tendo girado como superfícies endurecidas, durante os poucos milhares de anos de nossa história astronômica, cada um desses sóis, expelindo um outro secundário, tenha por fim podido ostentar os esplendores do seu interior

ainda incandescente? Nada mais preciso fazer, sem dúvida, do que me referir ao fato bem conhecido do aumento proporcional do calor à medida que nos aprofundamos no interior da Terra. Isso vem trazer o maior apoio possível a tudo quanto tenho dito a respeito do assunto ora em questão.

Falando, ainda há pouco, da influência repulsiva ou elétrica, fiz notar que “os importantes fenômenos da vitalidade, da consciência e do pensamento, quer os observemos geralmente ou em detalhe, pareciam proceder, pelo menos, na razão da *heterogeneidade*”.

Disse também que voltaria ao assunto e chegou agora o momento próprio de fazê-lo. Encarando a questão, primeiro, em detalhe, percebemos que não é somente a *manifestação* da vitalidade, mas também sua importância, suas consequências e a elevação de seu caráter que estão em perfeito acordo com a heterogeneidade ou complexidade da estrutura animal. Encarando, depois, a questão no seu aspecto geral e referindo-nos aos primeiros movimentos dos átomos, na direção da constituição maciça, descobrimos que a heterogeneidade, realizada diretamente por meio da condensação, é proporcional a esta sempre! Chegamos a esta proposição: *a importância do desenvolvimento da vitalidade terrestre procede em igualdade com a condensação terrestre*.

Ora, isto está de perfeito acordo com o que sabemos da sucessão dos animais sobre a Terra. À medida que esta se foi condensando, apareceram as raças sucessivamente aperfeiçoadas. É impossível que as sucessivas revoluções geológicas, que concorreram pelo menos, se não causaram imediatamente, estas sucessivas elevações do caráter de vitalidade e é improvável que estas mesmas revoluções tenham sido produzidas pelas descargas planetárias sucessivas do Sol, em outras palavras, pelas sucessivas variações da influência solar sobre a Terra? Se esta ideia fosse sustentável, não seria desarrazoado imaginar que a descarga de um outro planeta, mais perto do centro que Mercúrio, pudesse dar origem a uma outra nova modificação da superfície terrestre, modificação da qual poderia surgir uma raça, tanto material como espiritualmente, superior ao homem. Estes pensamentos impressionam, com toda a força da verdade; mas eu os apresento, sem dúvida, simplesmente pelo seu evidente caráter de sugestão.

A Teoria Nebular de Laplace recebeu recentemente bem maior confirmação do que era necessário das mãos do filósofo Comte. Assim, esses dois sábios mostraram *não* decerto que a matéria tenha existido positivamente em qualquer época, segundo se descreve, num estado de difusão nebular, mas que, admitindo-se que ela tenha existido assim por todo o espaço e muito além do espaço agora ocupado pelo nosso sistema solar *e tenha começado um movimento na direção do centro*, deveria a matéria ter gradualmente assumido as várias formas e movimentos que vemos agora se desenvolverem nesse sistema. Uma demonstração tal como esta — uma demonstração dinâmica e matemática, tanto quanto uma demonstração o possa ser —, incontestável e incontestada, exceto, realmente, por aquela seita inútil e desacreditada dos discutidores de profissão, estes simples malucos que negam a lei newtoniana da Gravidade, sobre a qual estão baseados os resultados dos matemáticos franceses — demonstração, digo eu, tal como esta, seria concludente para a maior parte dos intelectos — e confesso que assim é para o meu — a respeito da validade da hipótese nebular, sobre a qual a demonstração se apoia.

Admito, sem dúvida, que a demonstração não *prova a hipótese*, de acordo com a compreensão comum da palavra “prova”. Mostrar que certos resultados existentes, que certos fatos estabelecidos podem ser, mesmo matematicamente, explicados por uma certa hipótese, não é absolutamente o mesmo que estabelecer a própria hipótese. Em outras palavras: mostrar que, oferecidos certos *dados*, possa seguir-se, ou mesmo *deva* seguir-se, certo resultado existente, deixaria de provar que este resultado provém *dos dados*, até o tempo em que se possa mostrar que não há *nem pode haver* outros *dados* dos quais o resultado em questão possa *igualmente* provir. Mas, no caso ora em apreço, embora todos devam admitir a deficiência daquilo que temos o hábito de chamar de “prova”, ainda há muitas inteligências, e inteligências da mais elevada ordem, para as quais *nenhuma* prova poderia acrescentar um pingão de *convicção*. Sem entrar em detalhes que possam levar até ao Reino Nebuloso da Metafísica, muito bem posso observar que a força de convicção, em casos como este, será sempre, para os que pensam realmente, proporcional ao acervo de complexidade que intervém entre a hipótese e o resultado. Para ser menos

abstrato: a quantidade de complexidade encontrada nas condições cósmicas, aumentando na mesma proporção a dificuldade de explicar todas essas condições, fortifica *ao mesmo tempo*, também na mesma proporção, nossa confiança naquela hipótese que, de certa maneira, as explica satisfatoriamente. E como não se pode conceber uma complexidade maior do que a das condições astronômicas, assim nenhuma convicção pode ser mais forte, para *meu* espírito pelo menos, do que aquela que me é imprimida por uma hipótese que não só concilia todas essas condições com a exatidão matemática, reduzindo-as a um todo consistente e inteligente, mas ainda e ao mesmo tempo é a *única* hipótese por meio da qual a inteligência humana tem sido capacitada a explicá-las *de qualquer modo*.

Uma opinião inteiramente sem base tem corrido, ultimamente, nas conversas e mesmo nos círculos científicos: a opinião de que a chamada Cosmogonia Nebular tenha sido derrubada. Esta fantasia nasceu da exposição de recentes observações, feitas entre o que até aqui se chamava as “nebulosas”, por meio do grande telescópio de Cincinnati, e do célebre instrumento de Lorde Rosse. Certas manchas do firmamento que apresentavam, mesmo aos mais poderosos dos antigos telescópios, um aspecto de nebulosidade ou de bruma, tinham sido olhadas por muito tempo como uma confirmação da teoria de Laplace. Eram encaradas como estrelas, naquele mesmo processo de condensação que tenho tentado descrever. Assim, supunha-se que “tivéssemos prova ocular”, prova que, a propósito, sempre se achou muito discutível, da verdade da hipótese, e, embora de vez em quando certos melhoramentos telescópicos nos capacitem a perceber que uma mancha, aqui e ali, que fora classificada entre as nebulosas, é de fato apenas um grupo de estrelas, derivando-se seu caráter nebular somente da imensidade de sua distância, contudo pensava-se que nenhuma dúvida podia existir quanto à verdadeira nebulosidade de numerosas outras massas, as praças-fortes dos nebulistas, desafiando todos os esforços de segregação. Destas últimas, a mais interessante era a grande nebulosa da constelação do Órion, mas esta, com inúmeras outras pretensas “nebulosas”, quando observada através dos magníficos telescópios modernos, veio a resolver-se numa simples coleção de estrelas. Ora, este fato tem sido geralmente tido

como concludente, contra a hipótese nebular de Laplace, e ao anúncio das descobertas em questão, o mais entusiástico defensor e o mais eloquente vulgarizador da teoria, o dr. Nichol, chegou a ponto de “admitir a necessidade de abandonar” uma ideia que formara o material de seu livro mais meritório.[\[39\]](#)

Muitos dos meus leitores serão, sem dúvida, levados a dizer que o resultado dessas novas investigações *tem*, pelo menos, uma forte tendência para derrubar a hipótese, enquanto alguns deles, mais refletidos, sugerirão que, embora a teoria de modo algum seja desmentida pela segregação da nebulosa particular aludida, ainda assim a *impossibilidade* de segregá-las, com tais telescópios, bem poderia ser tida como uma triunfante *corroboração* da teoria; e esta última classe ficará surpreendida talvez ao ouvir-me dizer que discordo *dela*. Se as proposições desta dissertação têm sido compreendidas, ver-se-á que, de acordo com meu ponto de vista, uma impossibilidade de segregar a nebulosa teria tendido mais para a refutação do que para a confirmação da Hipótese Nebular.

Explico-me: a lei newtoniana da Gravidade pode, sem dúvida, ser admitida como demonstrada. Esta lei, como se lembram, eu a atribuí à reação do primeiro Ato Divino, à reação de um exercício da Vontade Divina temporariamente vencendo uma dificuldade. Esta dificuldade é a de forçar o normal a tornar-se anormal, de obrigar o que era, na sua condição original e legítima, *Unidade*, a submeter-se à condição ilegítima de Multiplicidade. Somente concebendo esta dificuldade como *temporariamente dominada* é que podemos compreender uma reação. Não teria havido qualquer reação, se o ato tivesse sido infinitamente continuado. Enquanto o ato *durou*, nenhuma reação, sem dúvida, pode começar; por outras palavras, nenhuma gravitação pode se realizar, porque admitimos uma como apenas a manifestação da outra. Mas a Gravidade se *efetouou*. Portanto, o ato da Criação cessou; e, tendo-se manifestado há muito tempo a gravitação, logo, há muito tempo cessou o ato da Criação. Não podemos, pois, esperar mais a oportunidade de observar os *processos primitivos* da Criação. E já foi explicado que a condição de nebulosidade pertence a estes processos primitivos.

Do que sabemos da propagação da luz, temos direta prova de que as estrelas mais remotas têm existido, sob as formas em que agora as vemos, durante um número inconcebível de anos. É preciso, pois, remontar pelo menos ao período em que estas estrelas sofriam a condensação, para fixar a época em que começou o processo de constituição da massa. Se podemos, portanto, conceber esses processos como ainda existindo, no caso de certas nebulosas, ao passo que em todos os outros casos já os encontramos inteiramente acabados, somos forçados a hipóteses para as quais não temos realmente qualquer base; temos de impor à Razão revoltada a ideia blasfema de uma interposição especial, temos de supor que nos exemplos particulares destas nebulosas um deus infalível achou necessário introduzir certas regras suplementares, certos aperfeiçoamentos da lei geral, certos retoques e emendas, em uma palavra, que tiveram como efeito adiar a completação dessas estrelas particulares, durante séculos e séculos, além da era em que todos os outros corpos estelares tiveram tempo não só para se constituírem plenamente, mas para encanecerem, numa velhice inexprimível.

Sem dúvida, objetar-se-á imediatamente que, visto como a luz pela qual percebemos agora estas nebulosas deve ser simplesmente a que abandonou a superfície delas há um número imenso de anos, os processos presentemente observados, ou que supomos observar, *não* são, de fato, processos agora em desenvolvimento real, mas os fantasmas de processos há muito ultimados no Passado, tal como asseguro que *devem* ter sido todos aqueles processos de constituição da massa.

A isto respondo que a condição agora observada das estrelas condensadas não é tampouco sua condição atual, e sim uma condição ultimada em passado longínquo; de modo que meu argumento, extraído da condição *relativa* das estrelas e das nebulosas, não é alterado de modo algum. Além do mais, aqueles que asseveram a existência de nebulosas *não* se referem à nebulosidade a extrema distância; declaram-na uma nebulosidade real e não simplesmente perspectiva. Se podemos conceber, realmente, uma massa nebular como visível de qualquer modo, devemos concebê-la como *bastante perto de nós*, em comparação com as estrelas solidificadas que os modernos telescópios apresentam à nossa vista. Afirmar que as aparências em questão são, portanto, verdadeiras

nebulosas, é mantermos sua vizinhança relativa, para nosso ponto de vista. Assim, sua condição, tal como as vemos agora, deve remontar a uma época *bem menos remota* do que aquela a que podemos fazer agora remontar à condição da maioria das estrelas. Em uma palavra, se a astronomia pudesse demonstrar a existência de uma nebulosa, no sentido que se dá agora a esse termo, eu consideraria a Cosmogonia Nebular *não* realmente como corroborada pela demonstração, mas como derrubada por ela, irremissivelmente.

Entretanto, para *não* dar a César *mais* do que as coisas que são de César, seja-me permitido observar que a admissão da hipótese, que o levou a tão glorioso resultado, parece ter sido sugerida a Laplace, em grande parte, por uma falsa concepção de que acabamos de falar, pela prevalecente incompreensão geral a respeito do caráter das pretensas nebulosas. Ele supôs que estas fossem, na realidade, aquilo que sua denominação implica. O fato é que este grande homem tinha mui justamente uma confiança medíocre em suas próprias faculdades, simplesmente *perceptivas*. Com relação, portanto, à existência real das nebulosas, existência tão confiadamente assegurada pelos astrônomos seus contemporâneos, ele se apoiava menos sobre aquilo que via do que sobre aquilo que ouvia dizer.

Ver-se-á que as únicas objeções válidas à sua teoria são as feitas à sua hipótese *como* tal, ao que a sugeriu, e não ao que ela sugere, a suas proposições mais do que a seus resultados. A menos justificada das suposições de Laplace foi a de dar aos átomos um movimento para um centro, mesmo em face de sua evidente compreensão de que esses átomos, em sucessão ilimitada, se estendiam por todo o espaço Universal. Já mostrei que, sob tais circunstâncias, não poderia ter ocorrido movimento algum e Laplace, em consequência, admitiu um, baseando-se pouco filosoficamente em que algo dessa espécie era necessário para o estabelecimento daquilo que ele tencionava estabelecer.

Sua ideia original parece ter sido um composto dos verdadeiros átomos de Epicuro e das falsas nebulosas de seus contemporâneos, e assim sua teoria se apresenta a nós com a singular anomalia de uma verdade absoluta, deduzida, como uma solução matemática, de um *dado* híbrido de imaginação antiga, entretecida com moderna obtusidade. A força real de

Laplace consistia, de fato, num instinto matemático quase miraculoso: sobre ele se apoiava e em caso algum este instinto lhe faltou ou o iludiu — no caso da Cosmogonia Nebular, conduziu-o, de olhos vendados, através de um labirinto de erros, para um dos mais luminosos e mais estupendos templos da Verdade.

X

Imaginemos agora, para o momento, que o anel projetado em primeiro lugar pelo Sol, isto é, o anel cujo rompimento constituiu Netuno, não se tenha partido, de fato, senão quando foi projetado o anel que deu origem a Urano; que este último anel, por sua vez, tenha permanecido intato até a descarga daquele donde surgiu Saturno; que este último, por sua vez, permaneceu intato até a descarga daquele que originou Júpiter; e assim por diante. Imaginemos, numa palavra, que nenhuma dissolução tenha ocorrido entre os anéis, até o lançamento final daquele que deu origem a Mercúrio. Traçaremos, assim, aos olhos do espírito, uma série de círculos concêntricos coexistentes, e encarando-os, assim como o processo pelo qual, de acordo com a hipótese de Laplace, foram eles construídos, notaremos imediatamente uma bem singular analogia com as camadas atômicas e o processo da irradiação primitiva, tal como o descrevi. Será impossível que, medindo as *forças*, respectivamente, pelas quais cada círculo planetário sucessivo foi arrojado, isto é, medindo os excessos sucessivos da rotação sobre a gravitação que ocasionaram as descargas sucessivas, não veríamos a analogia em questão mais decididamente comprovada. *E seria improvável que pudéssemos descobrir terem essas forças variado como na irradiação original, proporcionalmente aos quadrados das distâncias?*

Nosso sistema solar, consistindo em um sol, com dezesseis planetas, certamente, e possivelmente uns poucos mais, a girarem em torno dele a várias distâncias, assistido por dezessete luas com certeza, e *muito* provavelmente por várias outras, deve ser agora considerado como *um exemplo* das inúmeras aglomerações que passaram a localizar-se por toda a Esfera Universal de átomos, após a retirada da Vontade Divina. Quero

dizer que nosso sistema solar deve ser tido como fornecendo um *exemplo genérico* daquelas aglomerações, ou, mais corretamente, das condições ulteriores a que elas chegaram. Se mantivermos a atenção presa à ideia da *extrema Relação* possível, como o desígnio do Onipotente e as precauções tomadas para realizá-lo, por meio da diferença de forma entre os átomos originais, e a desigualdade particular de distância, acharemos impossível supor, mesmo por um instante, que duas somente dessas aglomerações incipientes consigam chegar, por fim, precisamente ao mesmo resultado. Seremos antes inclinados a pensar que não há no Universo dois corpos estelares, sóis, planetas ou luas, que sejam semelhantes no particular, embora *todos* o sejam no geral. Menos ainda, pois, podemos imaginar que duas *aglomerações* de tais corpos, dois “sistemas” quaisquer, possam ter uma semelhança mais que geral.^[40] Nossos telescópios, nesse ponto, confirmam inteiramente nossas deduções. Tomando, pois, nosso próprio sistema solar como tipo aproximativo ou geral de todos os outros, penetramos bastante adentro de nosso tema para considerar o Universo sob o aspecto de um espaço esférico, através do qual, disseminada com igualdade simplesmente geral, existe certa quantidade de *sistemas* tendo entre si uma semelhança puramente geral.

Alarguemos agora nossas concepções, encarando cada um desses sistemas como sendo um átomo em si mesmo, o que de fato é, quando o consideramos como sendo apenas uma das inumeráveis miríades de sistemas que constituem o Universo. Olhando tudo, pois, como simples átomos colossais, cada um dotado da mesma indestrutível tendência para a Unidade que caracteriza os átomos reais de que ele é composto, entramos imediatamente numa nova ordem de agregação. Os sistemas menores, colocados na vizinhança de um maior, seriam inevitavelmente arrastados para uma vizinhança ainda mais próxima. Um milhar se ajuntaria aqui; 1 milhão ali, aqui, de novo, talvez mesmo 1 bilhão, deixando assim imensuráveis vazios no espaço. E se agora se perguntar por que, no caso destes sistemas, destes átomos simplesmente titânicos, eu falo tão só de uma “reunião”, e não, como no caso dos átomos reais, de uma aglomeração mais ou menos consolidada; se se perguntar, por exemplo, por que não levo minha sugestão até sua conclusão legítima, e não descrevo imediatamente estas reuniões de sistemas-átomos

precipitando-se e consolidando-se em esferas, condensando-se cada uma num magnífico sol, respondo que são *mellonta tauta* e que estou apenas me detendo por um instante no limiar do *Futuro*. No presente, chamando a estas reuniões “grupos”, vemo-los em seus incipientes estágios de consolidação. Sua consolidação *absoluta* está *por vir*.

Atingimos agora um ponto do qual contemplamos o Universo como um espaço esférico, esparzido *desigualmente* de *grupos*. Notar-se-á que prefiro aqui o advérbio “desigualmente” à frase “com uma igualdade puramente geral”, empregada antes. É evidente, de fato, que a igualdade de distribuição diminuirá na razão do processo aglomerativo, isto é, à medida que as coisas distribuídas diminuem de número. Assim o aumento da *desigualdade* — aumento que deve continuar até, mais cedo ou mais tarde, chegar uma época em que a maior aglomeração absorverá todas as outras — seria considerado como, simplesmente, uma indicação corroborativa da *tendência à Unidade*.

E aqui, afinal, parece apropriado perguntar se os *fatos* adquiridos da Astronomia confirmam o arranjo geral que eu, por dedução, atribuí assim aos céus. Eles o *fazem* inteiramente. A observação telescópica, guiada pelas leis da perspectiva, capacita-nos a compreender que o Universo perceptível existe como um *grupo de grupos, irregularmente dispostos*.

XI

Os grupos de que se compõe este Universal *grupo de grupos* são simplesmente aquilo que costumamos chamar “nebulosas”, e destas nebulosas *uma* é de culminante importância para a humanidade. Refiro-me à Galáxia ou Via Láctea. Ela nos interessa, primeiro e mais evidentemente, por causa de sua grande superioridade de tamanho aparente, não só sobre qualquer outro grupo do firmamento, mas sobre todos os outros grupos tomados em conjunto. O maior destes últimos ocupa um simples ponto, comparativamente, e só é visto de maneira nítida com o auxílio de um telescópio. A Galáxia atravessa todo o céu e é brilhantemente visível a olho nu. Mas interessa ao homem, antes de tudo, embora de maneira menos imediata, pelo fato de ser ela de sua região; da

região da Terra sobre a qual ele vive; da região do Sol, em torno do qual esta Terra gira; da região desse “sistema” de astros de que o Sol é o centro e principal, a Terra um dos dezesseis secundários ou planetas, a Lua um dos dezessete terciários ou satélites. A Galáxia, repito, é apenas um dos *grupos* por mim descritos, uma dessas pretensas “nebulosas” que se nos revelam, muitas vezes, apenas pelo telescópio, como leves manchas nevoentas, em diferentes partes do céu. Não temos nenhuma razão de supor que a Via Láctea seja *realmente* mais vasta que a menor dessas nebulosas. Sua vasta superioridade de tamanho é apenas uma superioridade aparente, e provém de nossa posição a respeito dela, isto é, de nossa posição no seu meio. Por mais estranha que a asserção possa parecer, à primeira vista, aos não versados em Astronomia, o astrônomo mesmo, todavia, não hesita em afirmar que nós estamos *no meio* daquela inconcebível multidão de estrelas, de sóis, de sistemas, que constituem a Galáxia. Além disso, não somente *nós* temos, não somente tem o *nosso* Sol o direito de reclamar a Galáxia, como do seu próprio grupo especial, mas, com ligeira reserva, pode dizer-se que todas as estrelas distintamente visíveis do firmamento, todas as estrelas visíveis a olho nu, têm igualmente o direito de reclamá-la como *sua* própria.

Muita coisa errada se tem pensado a respeito da *forma* da Galáxia, da qual se diz, em quase todos os nossos tratados de Astronomia, que se assemelha a um Y maiúsculo. O grupo em questão tem realmente certa semelhança geral, *bastante* geral mesmo, com o planeta Saturno, com seu tríplice anel circundante. Em vez do sólido globo daquele planeta, porém, devemos figurar uma ilha estelar lenticular ou coleção de estrelas, jazendo nosso Sol, excentricamente, perto da orla da ilha, naquele seu lado mais próximo da constelação do Cruzeiro e mais distante da de Cassiopeia. O anel circundante, na parte que se avizinha de nossa posição, apresenta uma *incisão* longitudinal que, efetivamente, dá *ao anel, na parte mais próxima de nós*, a aparência vaga de um Y maiúsculo.

Não devemos, porém, cair no erro de conceber a um tanto imprecisa faixa, como de todo *isolada*, relativamente falando, do também impreciso grupo lenticular que ela cerca; e assim, a simples título de explicação, podemos falar de nosso Sol, que ele se acha, realmente, situado naquele ponto do Y em que se unem suas três linhas componentes; e, imaginando

que esta letra seja dotada de certa solidez, de certa espessura, minimíssima em comparação com sua extensão, podemos mesmo dizer que nossa posição se encontra *no meio* dessa espessura. Imaginando-nos assim colocados, não acharemos mais dificuldade em explicar os fenômenos em questão, que são inteiramente fenômenos de perspectiva. Quando olhamos para cima ou para baixo, isto é, quando lançamos os olhos na direção da *espessura* da letra, nossa vista abrange pouco menos estrelas do que quando olhamos na direção de sua *extensão*, ou ao longo de qualquer uma das três linhas que a compõem. Sem dúvida, no primeiro caso, as estrelas parecem espalhadas e, no segundo, acumuladas. Invertamos a explicação: um habitante da Terra, quando olha, como comumente dizemos, *para* a Galáxia, *está* a percebê-la, então, em alguma das direções de sua extensão, *está* olhando ao *longo* das linhas do Y, mas quando, olhando o céu em geral, desvia seus olhos *da* Galáxia, *está* então a avistá-la, no sentido da espessura da letra; e por causa disto é que as estrelas parecem estar espalhadas, embora, de fato, estejam tão estreitamente agrupadas, em média, como na parte maciça do grupo. *Nenhuma* consideração poderia ser mais adequada a dar uma ideia da estupenda extensão desse grupo.

Se, com um telescópio de profundo alcance estratosférico, examinarmos cuidadosamente o firmamento, descobriremos uma *faixa de grupos*, daquilo que até agora chamamos “nebulosas”, uma *cinta*, de variável largura, estendendo-se, de horizonte a horizonte, em ângulos retos como o curso geral da Via Láctea. Esta cinta é o derradeiro *grupo de grupos*. Essa faixa é o UNIVERSO. Nossa Galáxia não é senão um dos grupos, e talvez um dos menos consideráveis, que entram na composição desta derradeira *faixa* ou *cinta* universal. O aspecto de faixa ou cinta com que nos aparece este grupo de grupos é totalmente um fenômeno de perspectiva, do mesmo caráter do que nos faz também ver nosso próprio grupo grosseiramente esférico, a Galáxia, sob a forma também de uma faixa, atravessando os céus, em ângulos retos com o grupo universal. Naturalmente a forma do grupo que encerra todos os outros e, *em geral*, a de cada grupo individual que ele contém. Da mesma forma que as estrelas esparsas, que vemos no céu geral, quando desviamos a vista da Galáxia, não são realmente senão uma parte daquela mesma Galáxia e tão

intimamente ligadas a ela, como em qualquer um dos pontos em que o telescópio no-las mostra, na mais densa porção de sua massa, igualmente as nebulosas esparsas, que avistamos em todos os pontos do firmamento, quando afastamos a vista *da faixa* universal, devem ser consideradas como espalhadas apenas pela perspectiva, e como fazendo parte integrante da única *esfera* suprema e universal.

Nenhum erro astronômico é mais insustentável e nenhum tem sido mais teimosamente apoiado do que o da absoluta *ilimitação* do Universo das Estrelas. A mim me parece que as razões de limitação, tais como já as enunciei, *a priori*, são irrespondíveis; mas, para não falar mais delas, a *observação* nos assegura que há, em numerosas direções em torno de nós, se não em todas, um limite positivo; ou, pelo menos, não nos proporciona base alguma para pensar o contrário. Se a sucessão das estrelas fosse infinda, então o fundo do céu nos apresentaria uma luminosidade uniforme, como a ostentada pela Galáxia, *pois que não haveria nenhum ponto, em todo aquele fundo, em que não existisse uma estrela*. Por consequência, a única maneira, em tais condições, pela qual poderíamos compreender os *vácuos*, que nossos telescópios encontram em inúmeras direções, seria supor a distância deste fundo invisível tão imensa que nenhum raio dele conseguiu chegar ainda até nós. Que *possa* ser assim, quem se aventurará a negar? Sustento, simplesmente, que não temos nem mesmo uma sombra de razão em acreditar que *seja* assim.

Ao falar da propensão vulgar a considerar todos os corpos da Terra como tendendo unicamente para o centro da Terra, observei que, “com certas exceções, a serem especificadas mais adiante, cada corpo, na Terra, tende não somente para o centro da Terra, mas para toda direção concebível”. As “exceções” se referem àquelas frequentes lacunas nos céus em que nosso exame mais atento não só não consegue descobrir corpos estelares, mas nem mesmo sinais de sua existência; ali, abismos hiantes, mais negros do que o Érebo, parecem abrir-nos vistas, através das paredes limítrofes do Universo Sideral, para muito além do ilimitado Universo do Vácuo. Ora, como ocorre a qualquer corpo existente sobre a Terra, passar, quer pelo seu movimento próprio, quer pelo da Terra, para uma linha com qualquer um daqueles vazios ou abismos cósmicos, evidentemente não é ele atraído *na direção daquele vácuo* e no momento, em

consequência, é “mais pesado” do que em qualquer outro período, quer depois, quer antes. Independentemente da consideração destes vácuos, porém, e considerando somente a distribuição geralmente desigual das estrelas, vemos que a absoluta tendência dos corpos sobre a Terra, para o centro da Terra, se acha num estado de perpétua variação.

Compreendemos, pois, o *insulamento* de nosso Universo. Percebemos o isolamento *daquilo*, de *tudo aquilo* que apreendemos com os nossos sentidos. Sabemos que existe um *grupo de grupos*, uma coleção em torno da qual, por todos os lados, se estende a incomensurável vastidão de um Espaço deserto, escapo a *qualquer percepção humana*. Mas *pelo fato de* sermos obrigados a parar nos confins deste Universo Sideral, por falta de outras provas dos sentidos, é direito concluir que, efetivamente, *não há* ponto material, além daquele que nos foi permitido atingir? Temos ou não o direito analógico de inferir que este Universo sensível, que este grupo de grupos, é apenas uma das séries de grupos, cuja parte restante fica invisível, por causa da distância, quer por ser a difusão de sua luz tão excessiva, antes de alcançar-nos, que não produz a mais leve impressão nas nossas retinas, quer por não haver naqueles mundos, inexprimivelmente distantes, nenhuma espécie de emanção luminosa, ou afinal, por ser tão vasto o simples intervalo que os eflúvios elétricos de sua presença no Espaço não conseguiram ainda, através de miríades de anos decorridos, atravessá-lo?

Temos algum direito de fazer essas suposições, temos um motivo qualquer que seja para tais visões? Se temos, em *algum* grau, este direito, temos também o direito de estendê-lo infinitamente.

O cérebro humano tem, por certo, uma tendência para o INFINITO e acaricia o fantasma da ideia. Parece aspirar, com apaixonado fervor, à esta concepção impossível, com a esperança de nela acreditar intelectualmente, quando concebida. O que é geral entre toda a raça humana não pode ser, por certo, com direito, considerado anormal por qualquer indivíduo; não obstante, *pode* haver uma classe de inteligências superiores, para as quais a inclinação citada bem pode assumir o caráter de monomania.

Minha pergunta, pois, permanece sem resposta: temos qualquer direito a deduzir, digamos, antes, a imaginar, uma sucessão interminável dos

“grupos de grupos”, ou de “Universos” mais ou menos similares?

Replico que o “certo”, em casos tais como este, depende inteiramente da ousadia da imaginação, que se aventura a reclamá-lo como certo. Permita-se-me apenas declarar que, como indivíduo, eu próprio me sinto impedido a *fantasiar*, sem ousar dar-lhe outro nome, que *existe* uma sucessão *ilimitada* de Universos, mais ou menos semelhantes àquele de que temos conhecimento, aquele *único* de que temos conhecimento, pelo menos até que nosso próprio Universo particular volte à Unidade. Se tais grupos de grupos, porém, existem — *e eles existem* —, torna-se abundantemente claro que, não tendo tido nenhuma participação em nossa origem, eles não têm nenhuma participação em nossas leis. Nem nos atraem, nem nós a eles. Sua matéria, seu espírito, não são os nossos, não são aqueles encontrados em qualquer parte de nosso Universo. Não podem influenciar nossos sentidos ou nossas almas. Entre eles e nós, considerando tudo, por enquanto, coletivamente, não há influências em comum. Cada um existe, separado e independente, *no seio de seu próprio e particular Deus*.

XII

Norteio esta dissertação visando menos à ordem física do que à metafísica. A clareza com que todos os fenômenos materiais se apresentam ao espírito muito pouco depende — e desde muito aprendi a observá-lo — de um arranjo simplesmente natural, dependendo porém de um arranjo moral, quase por completo. Se, pois, pareço deter-me um tanto discursivamente em excesso sobre ponto após ponto de meu assunto, permita-se-me sugerir que o faço, apenas, na esperança de assim melhor conservar inquebrada aquela cadeia de *impressão graduada*, graças unicamente à qual a inteligência do Homem pode esperar abranger as grandezas de que falo e compreendê-las em sua majestosa totalidade.

Até aqui, nossa atenção tem sido quase exclusivamente dirigida a um agrupamento geral e relativo de corpos estelares no espaço. Pouco houve de especificação; e onde se emitiram ideias de *quantidade*, isto é, de número, magnitude e distância, isso só se fez incidentalmente e à guisa de

preparação para concepções mais definitivas. Tentemos agora atingir estas últimas.

Nosso sistema solar, como foi já dito, consiste, principalmente, em um sol e dezesseis planetas com exatidão, mas provavelmente de mais alguns, girando em torno de um centro e seguidos por dezessete luas conhecidas e possivelmente diversas mais, de que ainda nada conhecemos. Esses diversos corpos não são verdadeiras esferas, mas esferoides achatados, esferas chatas nos polos dos eixos imaginários sobre que giram, sendo o achatamento uma consequência da rotação. Nem mesmo o Sol é o centro absoluto do sistema; pois esse Sol, com todos os planetas, gira em torno de um ponto do espaço em perpétua mutação, o qual é o centro de gravidade geral do sistema. Igualmente não devemos considerar as órbitas sobre que esses diversos esferoides se movem — as luas em torno dos planetas, os planetas em torno do Sol, o Sol em torno do centro comum — como círculos, num exato sentido. São elas, de fato, *elipses, um de cujos focos é o ponto em torno do qual se efetua a revolução*. Uma elipse é uma curva que se fecha sobre si mesma e tem um dos diâmetros maior do que o outro. No diâmetro maior há dois pontos equidistantes do meio da linha, situados, aliás, de modo que, se de cada um deles for tirada uma linha reta para qualquer ponto da curva, as duas linhas, juntas, serão iguais ao diâmetro maior. Concebamos agora uma elipse dessas. Em um dos pontos mencionados, que são os *focos*, prendamos uma laranja. Por meio de um fio elástico, liguemos essa laranja a uma ervilha e coloquemos esta última na circunferência da elipse. Movamos a ervilha continuamente em volta da laranja, conservando-a sempre sobre a circunferência da elipse. O fio elástico, que, sem dúvida, varia de comprimento enquanto movemos a ervilha, formará o que se chama, em geometria, um *raio vetor*. Se imaginarmos agora que a laranja é o Sol e a ervilha um planeta girando em torno dele, então essa revolução deverá ser feita a uma velocidade tal e tão variada que o raio vetor possa passar sobre *áreas iguais de espaço, em tempos iguais*. O avanço da ervilha *deveria ser* — em outras palavras, a marcha do planeta — naturalmente vagaroso na proporção de sua distância do Sol e rápido, na proporção de sua proximidade — e *é*. Esses planetas, ademais, movem-se tanto mais vagarosamente quanto mais se

distanciam do Sol; e os *quadrados de seus períodos de revolução estão entre si na mesma proporção que os cubos de suas distâncias médias do Sol entre si*.

As leis maravilhosamente complexas da revolução aqui descritas não devem ser tidas, contudo, como encontradas somente em nosso sistema. Elas dominam *em toda parte* onde prevaleça a Atração. Controlam o *Universo*. Cada ponto cintilante no firmamento é, sem dúvida, um sol luminoso, semelhante ao nosso próprio, pelo menos em seu aspecto geral, dominando um número maior ou menor de planetas maiores ou menores, cuja luminosidade, ainda vacilante, não é suficiente para torná-los visíveis a nossos olhos, a tão vasta distância, mas que, não obstante, giram, seguidos de luas, em torno de seus centros estelares, em obediência aos princípios acabados de pormenorizar, obedientes às três onipotentes leis da revolução — as três leis imortais *adivinhadas* pelo imaginativo Kepler e apenas subsequentemente demonstradas e explicadas pelo paciente matemático Newton. Entre certa tribo de filósofos, que se orgulham excessivamente dos fatos positivos, está muito em moda zombar de todas as especulações, apelidando-as “obra conjectural”. O ponto a ser considerado é saber *quem* conjectura. Adivinhando com Platão, passamos o tempo com melhor lucro do que ouvindo uma demonstração por Alcmeón.

Em muitas obras de Astronomia, encontrei distintamente estabelecido que as leis de Kepler são *as bases* do grande princípio da Gravitação. Essa ideia deve ter nascido do fato de que a sugestão dessas leis por Kepler e sua prova, *a posteriori*, de terem existência real levaram Newton a explicá-las pela Hipótese da Gravitação e, finalmente, a demonstrá-las *a priori*, como consequências necessárias do princípio hipotético. Assim, em vez de serem as leis de Kepler base da Gravidade, a Gravidade é que é a base das leis de Kepler, como é, de fato, de todas as leis do universo material que não se relacionem apenas com a Repulsão.

A distância média da Terra à Lua, isto é, ao corpo celeste em nossa mais próxima vizinhança, é de 237 mil milhas. Mercúrio, o planeta mais próximo do Sol, dista dele 37 milhões de milhas. Vênus, o imediato, gira a uma distância de 68 milhões. A Terra, que vem depois, a uma distância de 95 milhões. Marte, a seguir, a uma distância de 144 milhões. Vêm depois os asteroides (Ceres, Juno, Vesta, Palas, Astreia, Flora, Íris e Hebe), a

uma distância média de cerca de 250 milhões. Temos, em seguida, Júpiter, distante 490 milhões; Saturno, após, a 900 milhões; depois, Urano, a 1.900 milhões; e finalmente Netuno, recentemente descoberto, que gira a uma distância de, digamos, 2.800 milhões. Deixando de parte Netuno — do qual ainda pouco sabemos, com exatidão, e que, talvez, seja um dentre um sistema de asteroides — ver-se-á que, dentro de certos limites, existe uma *ordem de intervalo entre* os planetas. Falando aproximadamente, podemos dizer que cada planeta mais afastado dista duas vezes mais do Sol do que o imediato mais próximo deste. Não poderia a *ordem* aqui mencionada, *não poderia a lei de Bode ser deduzida da consideração da analogia que sugeri, como existente entre a descarga solar dos anéis e o modo da irradiação atômica?*

Os números mencionados, às pressas, neste sumário de distâncias, será loucura tentar compreendê-los, a não ser à luz dos fatos aritméticos abstratos. Não são números praticamente tangíveis. Não fornecem ideias precisas. Declarei que Netuno, o planeta mais afastado do Sol, gira em torno deste a uma distância de 2.800 milhões de milhas. Até aí, muito bem: citei um fato matemático; e, sem compreendê-lo de modo algum, podemos utilizar-nos dele matematicamente. Mesmo, porém, ao mencionar que a Lua gira em torno da Terra, à distância comparativamente insignificante de 237 mil milhas, não entretive a esperança de fazer alguém compreender — saber, sentir, quão longe da Terra a Lua realmente *ca*: 237 mil *milhas*. Talvez haja poucos de meus leitores que não atravessaram o oceano Atlântico; contudo, quantos deles têm uma ideia distinta até mesmo das 3 mil milhas que medeiam, de litoral a litoral? Duvido, deveras, que haja um homem capaz de inculcar em seu cérebro a mais remota concepção do intervalo existente entre um marco quilométrico e o que se lhe segue à margem da estrada. De algum modo, porém, somos auxiliados, em nossa consideração da distância, pela combinação dessa consideração com a velocidade. O som atravessa 1.100 pés de espaço num segundo de tempo. Ora, se fosse possível a um habitante da Terra ver o fogo de um canhão descarregado na Lua, para ouvir a detonação, teria ele de esperar, depois de vista a chama, mais de treze dias e noites inteiros; só então teria um indício do ruído.

Por mais fraca que seja a impressão mesmo assim fornecida da distância real da Lua à Terra, ela nos prestará, contudo, bom serviço, capacitando-nos a mais claramente ver a futilidade de tentar conceber intervalos tais como o de 2.800 milhões de milhas entre nosso Sol e Netuno; ou mesmo o de 95 milhões entre o Sol e a Terra, que habitamos. Uma bala de canhão, voando a maior velocidade com que uma bala já pode voar, não atravessaria este último espaço em menos de vinte anos; e, para o primeiro, necessitaria de 590.

O diâmetro real de nossa Lua é de 2.160 milhas; contudo, ela é um corpo tão aparentemente insignificante que seriam precisos cerca de cinquenta orbes iguais para compor um tão grande quanto a Terra.

O diâmetro de nosso próprio globo é de 7.912 milhas; que ideia positiva extraímos, porém, da enunciação desses números?

Se subirmos a uma montanha comum e olharmos em volta, do alto de seu cume abrangeremos uma faixa de paisagem de quarenta milhas, digamos, em todas as direções, formando um círculo de 250 milhas de circunferência e incluindo uma área de 5 mil milhas quadradas. A extensão de tal perspectiva, por causa da *sucessividade* com que suas partes, necessariamente, se apresentam à vista, só muito fraca e parcialmente pode ser apreciada, e o panorama inteiro, contudo, não abrangerá mais do que uma quadragésima milésima parte da simples *superfície* de nosso globo. Se, então, esse panorama fosse seguido por outro de igual extensão, depois de uma hora; e este por um terceiro, uma hora depois; e este por um quarto, depois também de uma hora; e assim por diante; até que todos os panoramas da Terra se exaurissem; e se nos entregássemos a examinar esses vários panoramas durante as doze horas de cada dia, necessitaríamos, no fim de contas, de nove anos e 48 dias para completar o exame geral.

Mas se a simples superfície da Terra assim foge a ser apreendida pela imaginação, que devemos pensar então de seu conteúdo cúbico? Este abrange uma massa de matéria igual em peso, pelo menos, a 2 sextilhões e 200 quintilhões de toneladas. Suponhamo-la num estado de quietação e tentemos conceber uma força mecânica suficiente para pô-la em movimento! Nem a força combinada de todas as miríades de seres que pudermos imaginar habitarem os mundos planetários de nosso sistema —

nem a força física combinada de *todos* esses seres — ainda admitindo que cada um seja mais forte que o homem — conseguiria afastar a imensa massa *uma só polegada* de sua posição.

Que devemos pensar, pois, da força que, em circunstâncias semelhantes, seria requerida para mover o *maior de nossos* planetas, Júpiter? Tem este 86 mil milhas de diâmetro, e incluiria em sua periferia mais de mil orbes do tamanho do nosso. E esse corpo estupendo, contudo, voa em torno do Sol, efetivamente, a uma velocidade de 29 mil milhas por hora, isto é, uma rapidez maior, quarenta vezes, que a de uma bala de canhão! Dizer que tal fenômeno *perplexi ca* a mente não é dizer bem: ele a paralisa e apavora. Não poucas vezes empregamos a imaginação em figurar as faculdades de um anjo. Imaginemos um ente desses, à distância de cerca de cem milhas de Júpiter, testemunha próxima desse planeta, quanto à sua veloz revolução anual. *Podemos* nós, agora, pergunto, formar uma ideia tão distinta da sublimidade espiritual desse ente, a ponto de admitir a suposição de que, mesmo ante essa imensurável massa de matéria, girada bem junto a seus olhos, com tão inexprimível velocidade, ele, um anjo, apesar de sua angelitude, não seja imediatamente esmagado e aniquilado?

Neste ponto, porém, parece conveniente sugerir que, de fato, estivemos falando de relativas ninharias. Nosso Sol, o orbe central e controlador do sistema a que Júpiter pertence, não só é maior do que Júpiter, como muitíssimo maior do que todos os planetas do sistema tomados em conjunto. Tal fato é, na verdade, condição essencial da estabilidade do próprio sistema. Tem-se mencionado o diâmetro de Júpiter; é de 86 mil milhas. O do Sol é de 882 mil milhas. Um habitante deste último, percorrendo noventa milhas por dia, levaria mais de oitenta anos para dar a volta de sua maior circunferência. Ocupa um espaço cúbico de 681 quadrilhões e

472 trilhões de milhas. A Lua, como ficou estabelecido, gira em torno da Terra, a uma distância de 237 mil milhas, numa órbita, conseqüentemente, de quase 1 milhão e meio. Ora, se o Sol estivesse colocado sobre a Terra, centro contra centro, o volume do primeiro se estenderia, em todas as direções, não somente até a órbita da Lua, mas além dela a uma distância de 200 mil milhas.

E aqui, mais uma vez, me seja permitido sugerir que, de fato, estivemos *ainda falando* de relativas ninharias. A distância do planeta Netuno ao Sol foi avaliada em 2.800 milhões de milhas; a circunferência de sua órbita é, pois, de cerca de 17 bilhões. Cuidemos de não esquecer isto quando lançamos a vista para algumas das mais brilhantes estrelas. Entre esta estrela e a estrela de *nosso* sistema (o Sol) há um abismo de espaço tão grande que, para dar uma ideia dele, seria necessária a língua de um arcanjo. A estrela, para a qual supomos lançar nossa vista, é, portanto, uma coisa inteiramente separada do *nosso* sistema e do *nosso* Sol ou estrela. Contudo, imaginemo-la, no momento, colocada sobre nosso Sol, com os centros coincidentes, como acabamos de imaginar o Sol colocado sobre a Terra. Figuremo-nos agora a tal estrela que temos em mente, estendendo-se em todas as direções, além da órbita de Mercúrio, de Vênus, da Terra e, mais ainda, além da órbita de Marte, de Júpiter, de Urano, até, finalmente, imaginá-la enchendo o círculo de 17 *bilhões de milhas de circunferência*, que é descrito pela revolução do planeta de Leverrier. Quando tivermos imaginado tudo isto, nem por isso teremos mantido uma concepção extravagante. Há a melhor razão para acreditar que muitas estrelas são mesmo muito maiores do que aquela que imaginamos. Quero dizer que temos a melhor base *experimental* para tal crença, e fazendo voltar nosso olhar para a disposição atômica original, tendo por alvo a *diversidade*, que consideramos como parte do plano divino na constituição do Universo, poderemos facilmente compreender e dar crédito à existência de desproporções, no tamanho das estrelas, muitíssimo mais vastas do que qualquer daquelas a que já nos referimos até aqui. Devemos por certo esperar descobrir os maiores corpos celestes rolando pelos mais vastos vazios do Espaço.

Dizia eu ainda há pouco que, para conceber uma ideia de intervalo entre nosso Sol e qualquer uma das outras estrelas, deveríamos exigir a eloquência de um arcanjo. Assim dizendo, não mereço ser acusado de exagero, pois é a pura verdade que em certos assuntos não é possível exagerar. Mas ponhamos a questão diante do olhar do espírito, mais distintamente.

Em primeiro lugar, podemos obter uma concepção geral *relativa* do intervalo em questão, comparando-o com os espaços interplanetários. Se,

por exemplo, supomos que a Terra, que está na realidade a 95 milhões do Sol, não esteja distante daquela luminar senão *um pé*, então Netuno estaria a uma distância de 40 pés e a estrela *Alpha Lyrae* a uma distância pelo menos de 159.

Ora, presumo que, na conclusão de minha última frase, poucos de meus leitores notaram algo de especialmente discutível, de particularmente falso. Eu disse que sendo a distância da Terra ao Sol calculada em *um pé*, a distância de Netuno seria de 40 e a de Alpha Lyrae de 159. A proporção entre um e 159 pés talvez parecesse suficiente para dar uma impressão bastante definida da proporção entre os dois intervalos: o entre a Terra e o Sol e o entre Alpha Lyrae e o mesmo luminar. Mas minha explicação do assunto deveria, na realidade, ter sido formulada assim: “Sendo de um pé a distância da Terra ao Sol, a distância de Netuno seria de 40 pés e a de Alpha Lyrae de 195... *milhas*; isto é, no meu primeiro cálculo, não atribuí a Alpha Lyrae senão a 528a parte da distância que é a *menor distância possível* em que esta estrela possa estar realmente situada.”

Prossigamos: por mais distante que um simples *planeta* esteja, contudo, quando olhamos para ele por um telescópio, vemo-lo sob certa forma, de certo tamanho apreciável. Ora, já me referi ao provável volume ou tamanho de muitas das estrelas. Não obstante, quando examinamos algumas delas, mesmo através do mais poderoso telescópio, ela se apresenta a nós *sem nenhuma forma* e, conseqüentemente, sem *dimensão alguma* de qualquer espécie. Vemo-la como um ponto e nada mais.

Pois bem, suponhamos que viajamos, à noite, numa grande estrada. Em um campo, a um dos lados da estrada, acha-se uma fileira de altos *objetos*, digamos árvores, cujos vultos estão distintamente delineados de encontro ao fundo do céu. Esta fileira de objetos estende-se em ângulos retos com a estrada e da estrada para o horizonte. Ora, à medida que nos adiantamos, ao longo da estrada, vemos esses objetos mudando suas posições respectivas, a certo ponto fixo, naquela parte do firmamento que forma o fundo do quadro. Suponhamos que esse ponto fixo, suficientemente fixo para nosso objetivo, seja a Lua ascendente. Certificamo-nos de imediato que, enquanto a árvore mais perto de nós tão fortemente altera sua posição em relação à Lua a ponto de parecer voar

atrás de nós, a árvore que está à distância extrema mal se moveu da sua posição, relativa ao satélite. Nós então continuamos a observar que, quanto mais distantes estiverem de nós os objetos, menos alterarão suas posições e vice-versa. Então começamos, mau grado nosso, a apreciar as distâncias de cada árvore em particular, pelos graus em que elas manifestam a alteração relativa. Finalmente, chegamos a compreender como se poderia verificar a distância real de qualquer árvore daquela fileira, utilizando a soma da alteração relativa, como uma base num simples problema geométrico. Ora, esta alteração relativa é o que nós chamamos paralaxe. E é pela paralaxe que calculamos as distâncias dos corpos celestes. Aplicando o princípio às árvores em questão, ficaríamos, naturalmente, bastante embaraçados para calcular a distância *daquela árvore* que, por mais longe que nos adiantemos na estrada, não nos mostrasse *nenhuma* paralaxe. Isto, no caso descrito, é uma coisa impossível; mas impossível somente porque todas as distâncias na nossa Terra são, na verdade, mesquinhas: em comparação com as vastas quantidades cósmicas, podemos dizer que elas se reduzem absolutamente a nada.

Ora, suponhamos que a estrela Alpha Lyrae esteja diretamente sobre nossas cabeças e imaginemos que, em vez de estar sobre a Terra, achamo-nos na extremidade de um estrada reta, estendendo-se através do espaço, a uma distância igual ao diâmetro da órbita da Terra, isto é, a uma distância de 190 *milhões de milhas*. Tendo observado, por meio dos mais delicados instrumentos micrométricos, a exata posição da estrela, marchemos agora ao longo desta inconcebível estrada até atingirmos a outra extremidade. Ora, uma vez ainda examinemos a estrela. Está *precisamente* onde nós a deixamos. Nossos instrumentos, por mais delicados que sejam, afirmam-nos que sua posição relativa é absolutamente, identicamente a mesma, como no começo de nossa incomensurável viagem. Nenhuma paralaxe, absolutamente nenhuma, foi encontrada.

O fato é que, relativamente à distância das estrelas fixas, de qualquer uma das miríades de sóis, que reluzem no lado mais extremo daquele terrível abismo que separa nosso sistema dos seus irmãos, no grupo a que ele pertence, a ciência astronômica, até bem recentemente, podia apenas

falar com uma certeza negativa. Considerando as mais brilhantes como as mais próximas, podemos dizer, mesmo a respeito *delas*, que somente há uma certa distância incompreensível, dentro da qual elas não podem estar situadas; a que distância estão, daí por diante, em caso algum fomos capazes de verificar. Percebemos, por exemplo, que Alpha Lyrae não pode estar a uma distância de menos de 19 trilhões e 200 bilhões de milhas; mas de tudo quanto sabemos e, na verdade, de tudo o que nós sabemos agora, pode ela estar distanciada de nós o quadrado ou o cubo, ou qualquer outra potência de número mencionado. Entretanto, por meio de observações maravilhosamente minuciosas e cautelosas, continuadas com novos instrumentos durante vários anos de labor, Bessel, não há muito falecido, tinha recentemente conseguido calcular a distância de seis ou sete estrelas, entre outras a da estrela de número 61, na constelação do Cisne. A distância calculada neste último caso é de 670 mil vezes a do Sol, a qual, como será lembrado, é de 95 milhões de milhas. A estrela 61 do Cisne, pois, está a cerca de 64 trilhões de milhas de nós, ou mais de três vezes a distância atribuída a Alpha Lyrae como a *menor possível*.

Tentando avaliar esse intervalo, graças a algumas considerações de *velocidade*, como fizemos ao tentar avaliar a distância da Lua, teremos de perder de vista inteiramente tais nonadas como a velocidade de uma bala de canhão ou do som. A luz, todavia, de acordo com os derradeiros cálculos de Struve, marcha com uma rapidez de 167 mil milhas por segundo. O próprio pensamento não pode atravessar essa distância mais expeditamente, se é que na verdade o pensamento pode de algum modo atravessá-la. Contudo, para vir da estrela 61 do Cisne até nós, mesmo a esta velocidade inconcebível, a luz leva mais de *dez anos*. E por consequência, se a estrela estivesse, neste momento, apagada do Universo, continuaria ainda *durante dez anos* a brilhar para nós, sem sombras no seu esplendor paradoxal.

Retendo agora em mente qualquer concepção, por mais fraca que seja, que tenhamos logrado da distância entre nosso Sol e a 61 do Cisne, lembremo-nos também de que podemos considerar esta distância, embora inexprimivelmente vasta, apenas a distância *média* entre a multidão incontável de estrelas que compõem aquele grupo ou *nebulosa* a que nosso sistema, bem como o da 61 do Cisne, pertence. Na verdade, estabeleci o

cálculo com grande moderação. Temos excelente razão para acreditar que a 61 do Cisne seja uma das estrelas *mais próximas* e assim, para concluir pelo menos no momento, que sua distância de nós é *menor* que a distância média de estrela a estrela, no magnífico grupo da Via Láctea.

E aqui, ainda uma vez e definitivamente, parece conveniente sugerir que, mesmo até agora, estivemos a falar de ninharias. Cessando de maravilhar-nos com a distância entre estrela e estrela, em nosso próprio grupo ou em qualquer outro particular, voltemos antes nossos pensamentos para a distância entre grupo e grupo, no grupo onabrangente do Universo.

Já disse que a luz marcha a uma velocidade de 167 mil milhas por segundo, isto é, cerca de 10 milhões de milhas em um minuto, ou cerca de 600 milhões de milhas em uma hora. Contudo, tão remotamente distantes de nós estão algumas das nebulosas que mesmo a luz, marchando a essa velocidade, não poderia e não pode alcançar-nos, vinda daquelas regiões misteriosas, em menos de *3 milhões de anos*. Este cálculo, aliás, foi feito pelo mais velho dos Herschel, e só se refere àqueles grupos comparativamente próximos, que se encontravam ao alcance de seu próprio telescópio. Há nebulosas, porém, que, através do tubo mágico de Lorde Rosse, estão neste instante cochichando a nossos ouvidos os segredos de *1 milhão de séculos* passados. Em outras palavras, os acontecimentos que contemplamos neste momento, nesses mundos, são os mesmos acontecimentos que interessaram a seus habitantes, há *dez vezes 100 mil séculos atrás*. Em intervalos, em distâncias tais, como as que esta sugestão impõe à *alma* — mais do que ao pensamento —, encontramos afinal um clima apropriado a todas as até agora frívolas considerações de *quantidade*.

XIII

Nossa imaginação, assim repleta de distâncias cósmicas, aproveitemos a oportunidade para falar da dificuldade que temos tantas vezes experimentado, quando prosseguimos na *estrada batida* da reflexão astronômica, *para explicar* os vazios incomensuráveis já aludidos, para compreender por que abismos tão inteiramente inocuados e, portanto,

tão aparentemente inúteis, se tenham produzido entre estrela e estrela, entre grupo e grupo, em suma, para encontrar uma razão suficiente para a escala titânica, a respeito do simples *Espaço*, na qual o Universo parece ter sido construído. Afirmando que a Astronomia deixou palpavelmente de designar uma causa racional para o fenômeno, mas as considerações pelas quais, neste ensaio, temos caminhado passo a passo capacitam-nos, clara e imediatamente, a perceber que *Duração e Espaço são uma só coisa*. Para que o Universo pudesse *durar*, de qualquer modo, por toda uma era, medida de acordo com a grandeza de suas partes materiais componentes e com a elevada majestade de seus fins espirituais, tornou-se necessário que a difusão original atômica fosse feita numa extensão tão inconcebível quanto poderia ser, sem chegar a ser infinita. Era preciso, em uma palavra, que as estrelas passassem do estado de nebulosidade invisível ao de solidez visível, passassem da nebulosidade à consolidação, e assim encanecessem, dando nascimento e morte a variações complexas e inexprimivelmente numerosas do desenvolvimento vital; era preciso que as estrelas fizessem tudo isso, tivessem tido inteiramente tempo para cumprir todos esses propósitos divinos, *durante o período* em que todas as coisas estavam efetuando sua volta para a Unidade, com uma velocidade acumulada na razão inversa dos quadrados das distâncias, em que jaz o inevitável Fim.

Através de tudo isto, não temos dificuldade em compreender a exatidão absoluta da divina *adaptação*. A densidade das estrelas, sem dúvida, continua, à medida que sua condensação diminui; condensação e heterogeneidade vão ao mesmo passo e pela última, que é o índice da primeira, avaliamos o desenvolvimento espiritual e vital. Assim, na densidade dos globos temos a medida em que seus objetivos estão realizados. *À medida* que a densidade cresce — *à medida* que se cumprem as intenções divinas — *à medida* que, cada vez, menos resta *para ser* realizado, poderíamos esperar encontrar, nessa mesma proporção, um aceleração para o *Fim*; e assim o espírito filosófico facilmente compreenderá que os desígnios divinos, ao se constituírem as estrelas, avançam *matematicamente* para cumprir-se; e, mais ainda, dará a esse avanço uma expressão matemática; determinará que esse avanço é

inversamente proporcional aos quadrados das distâncias entre todas as coisas criadas e o ponto de partida e meta de sua criação.

Essa Divina adaptação, porém, não só é matematicamente exata como tem, em torno de si, aquilo que lhe dá a marca de *divina*, distinguindo-a daquilo que é simplesmente a obra da construção humana. Aludo à completa *mutualidade* da adaptação. Por exemplo: nas construções humanas uma causa particular tem um efeito particular; uma intenção particular traz um objetivo particular; mas é tudo. Não vemos reciprocidade. O efeito não reage sobre a causa; a intenção não muda, em relação com o objeto. Nas construções divinas, o objeto é, ao mesmo tempo, desígnio ou objetivo, como preferirmos encará-lo, e podemos tomar em qualquer tempo uma causa por um efeito ou vice-versa, de sorte que não podemos nunca, de maneira absoluta, distinguir uma do outro.

Demos um exemplo: nos climas polares, a estrutura humana, para manter seu calor animal, exige, para combustão no sistema capilar, um abundante suprimento de alimentos altamente azotados, tais como óleo de baleia. Por outro lado, nos climas polares, quase o único alimento proporcionado ao homem é o óleo de abundantes focas e baleias. Ora, está o óleo ao alcance porque imperativamente exigido; ou é a única coisa exigida, por ser a única coisa que se pode obter? É impossível decidir. Há uma absoluta *reciprocidade de adaptação*.

O prazer, que extraímos de qualquer manifestação do gênio humano, está na razão da *aproximação* com esta espécie de reciprocidade. Na construção do *plano*, por exemplo, de uma obra literária de ficção, devemos esforçar-nos por arranjar os incidentes de tal maneira que seja impossível determinar se qualquer deles depende de qualquer um outro, ou lhe serve de apoio. Neste sentido, sem dúvida, a *perfeição no plano* é real, ou praticamente inatingível, mas somente porque é uma inteligência finita que constrói. Os planos de Deus são perfeitos. O Universo é um plano de Deus.

E agora atingimos um ponto em que a inteligência é forçada a lutar de novo, contra sua propensão à dedução analógica, contra sua monomania de querer alcançar o infinito. Vimos as luas girando em torno dos planetas; os planetas, em torno das estrelas; e o instinto poético da

humanidade, o instinto da simetria, se a simetria for apenas uma simetria de superfície; esse *instinto* que a Alma não somente do homem mas de todos os seres criados tirou, no começo, da base *geométrica* da irradiação universal, nos leva a imaginar uma extensão sem-fim deste sistema de *árculos*. Fechando nossos olhos igualmente à dedução e à indução, nós nos obstinamos em imaginar uma *revolução* de todos os orbes que compõem a Galáxia, em torno de algum globo gigantesco que tomamos como o eixo central do conjunto. Imaginamos sem dúvida que cada grupo, no grande grupo dos grupos, seja igualmente provido e construído; e ao mesmo tempo, para que a analogia não possa falhar em ponto algum, continuamos a imaginar esses grupos como *girando*, ainda, em torno de alguma esfera mais majestosa do que eles; esta última, por sua vez, com seus grupos circundantes, como apenas uma de uma série ainda mais magnífica de aglomerações, *girando* em torno de um outro orbe, que *lhes* serve de centro, algum orbe ainda mais inexprimivelmente sublime, algum orbe, digamos antes, de infinita sublimidade, infindavelmente multiplicada pelo infinitamente sublime. Tais são as condições, perpetuamente continuadas, em que essa coisa, a que certas pessoas chamam “analogia”, força a Imaginação a figurar e a Razão a contemplar, sem, se possível, tornar-se desagradada com a imagem. Tal, *em geral*, é o interminável giro após giro que a Filosofia nos tem ensinado a compreender e a explicar, pelo menos da melhor maneira que pudermos. De vez em quando, porém, um filósofo propriamente dito, um cujo furor toma uma feição muito determinada, cujo gênio, para falar mais reverentemente, tem uma bastante pronunciada inclinação de lavadeira, de fazer tudo às dúzias, nos capacita *a ver precisamente* aquele ponto, fora de vista, em que o processo revolucionário em questão chega e deve chegar necessariamente a um fim.

Talvez nem valha mesmo a pena zombar dos devaneios de Fourier: mas muito se tem falado ultimamente da hipótese de Madler, de que existe, no centro da Galáxia, um estupendo globo, em torno do qual todos os sistemas do grupo giram. O *período* de nossa revolução já foi, na verdade, verificado: 117 milhões de anos.

De há muito se suspeitou que o nosso Sol tem um movimento no espaço independentemente de sua rotação, e sua revolução, em torno do

centro de gravidade do sistema, tem sido prolongadamente suspeitada. Esse movimento, dado que exista, manifestar-se-ia perspectivamente. As estrelas, naquela região do firmamento que estaríamos deixando para trás, deveriam, em longa série de anos, aparecer como agrupando-se, e as do lado oposto ir-se-iam disseminando. Ora, por meio da história astronômica, verificamos, vagamente, que alguns de tais fenômenos ocorreram. A esse respeito, tem sido declarado que nosso sistema se move para um ponto nos céus, diametralmente oposto ao da estrela Zeta de Hércules; mas essa dedução é, talvez, o máximo a que temos qualquer direito, logicamente. Madler, porém, foi a ponto de designar uma estrela especial. Alcione, nas Plêiades, como estando no lugar preciso em volta do qual se realiza a *revolução* geral, ou perto dele.

Ora, desde que, por “analogia”, somos levados, de início, a esses sonhos, é de todo conveniente que nos sirvamos da analogia, pelo menos em certa medida, para seu desenvolvimento; e que a analogia, que sugere a revolução, sugira, ao mesmo tempo, um orbe central em torno do qual ela se efetue. Até aí o astrônomo foi coerente. Esse orbe central, porém, deveria, dinamicamente, ser maior do que todos os orbes que o circundam tomados em conjunto. Destes, há cerca de 100 milhões. “Por que, então”, foi sem dúvida perguntado, “não *vemos* este vasto sol central *igual*, pelo menos em massa, a 100 milhões de sóis semelhantes ao nosso; por que não o *vemos*, especialmente *nós*, que ocupamos a região central do grupo, o próprio local *perto* do qual, em todo caso, devia estar situada essa incomparável estrela?”. A resposta foi pronta: “É que não deve ser luminoso como os nossos planetas”. Aqui, pois, para se acomodar à finalidade, a analogia é subitamente abandonada. “Não é assim”, pode-se dizer, “nós sabemos que existem sóis não luminosos realmente.” É verdade que temos razão, afinal, em supor assim; mas não temos certamente razão alguma de supor que os sóis não-luminosos em questão estão circundados por sóis *luminosos*, ao mesmo tempo que estes são cercados por planetas não-luminosos e é precisamente tudo isto que se exige de Madler para encontrar qualquer coisa de análogo nos céus — pois é precisamente tudo isso que ele imagina, no caso da Galáxia. Admitindo que as coisas sejam assim, não podemos deixar de figurar, para

nós mesmos, quão complicado enigma o “por que isso é assim” se deve mostrar a todos os filósofos *a priori*.

Mas admitindo, em desafio a toda a analogia e a todas as outras coisas, a não-luminosidade do vasto orbe central, podemos ainda perguntar como este orbe, tão enorme, podia deixar de mostrar-se visível com o jorro de luz sobre ele lançado pelos 100 milhões de sóis esplendorosos que lhe reluzem em torno, em todas as direções. Diante desta embaraçosa questão, a ideia de um sol central, realmente sólido, parece ter sido de certo modo abandonada. E o espírito especulativo continuou a afirmar que os sistemas do grupo perfaziam suas revoluções, simplesmente, em torno de um centro imaterial de gravidade comum a todos; aqui, de novo, pois, para servir a um fim, a analogia foi abandonada. Os planetas de nosso sistema giram, é verdade, em torno de um centro comum de gravidade; mas fazem assim em conexão com um sol material, cuja massa mais do que contrabalança o resto do sistema e, em consequência, desse sol.

O círculo matemático é uma curva composta de uma infinidade de linhas retas; mas esta ideia do círculo — ideia que, do ponto de vista de toda a geometria comum, é simplesmente matemática, como em contraposição à ideia prática — é, estritamente, a concepção *prática* única que temos algum direito de admitir, a respeito do círculo majestoso com que temos de avir-nos, pelo menos em imaginação, quando supomos nosso sistema girando, em torno de um ponto, no centro da Galáxia. Tente a mais vigorosa imaginação humana apenas dar um só passo, para compreender tão inefável curva! Quase não seria paradoxo dizer que um clarão de relâmpago, viajando *eternamente* sobre a circunferência desse inexprimível círculo, estaria ainda, eternamente, viajando em linha reta. É uma proposição inadmissível que, seguindo uma tal órbita, de acordo com qualquer apreciação humana, o nosso Sol se pudesse desviar, no mais leve grau, de uma linha reta, mesmo durante 1 milhão de anos; contudo, exigem de nós que acreditemos que uma curva se tornou aparente durante o breve período de nossa história astronômica, durante um simples ponto, durante a extrema nulidade de 2 ou 3 mil anos.

Poder-se-ia dizer que Madler, realmente, verificou uma curvatura na direção do movimento, agora bem traçado, de nosso Sistema através do

espaço. Admitindo, se preciso, a realidade deste fato, afirmo que não há, neste caso, senão um fato demonstrado realmente: o fato de uma curva. Para *completa* verificação desse fato, séculos seriam precisos; e, mesmo quando verificado, isso indicaria alguma relação binária, ou qualquer outra relação múltipla, entre nosso Sol e uma ou mais das estrelas próximas. Nada aventuro, porém, ao predizer que, depois do decorrer de muitos séculos, todos os esforços para determinar a marcha de nosso Sol, através do Espaço, serão abandonados como infrutíferos. Isto é facilmente concebível, quando contemplamos a infinidade de perturbações que essa marcha deve experimentar, em consequência de suas relações, perpetuamente mutáveis, com os outros orbes, na aproximação comum de todos rumo ao núcleo da Galáxia.

Mas examinando outras nebulosas além da Via Láctea, considerando de modo geral os grupos esparsos pelos céus, encontramos ou não confirmação da hipótese de Madler? *Não* a encontramos. As formas dos grupos variam excessivamente quando casualmente observadas; mas, a um exame atento, por meio de poderosos telescópios, reconhecemos, bem distintamente, que a esfera é a forma de que eles se aproximam mais, estando, em geral, sua constituição em desacordo com a ideia de uma revolução em torno de um centro comum.

“E difícil”, diz sir John Herschel, “formar uma concepção qualquer do estado dinâmico de tais sistemas. Por um lado, sem um movimento rotativo e uma força centrífuga, dificilmente é possível não os considerar como num estado de *progressivo colapso*. Por outro lado, admitindo tal movimento e tal força, não achamos menos difícil conciliar suas formas com a rotação do sistema inteiro (ele quer dizer grupo) em torno de um só eixo, sem o qual uma colisão interna nos apareceria como inevitável.”

Algumas observações sobre as nebulosas, feitas recentemente pelo dr. Nichol, embora realizadas de um ponto de vista cósmico absolutamente diferente de qualquer outro tomado nesta dissertação, se aplicam, de maneira bem característica, ao ponto agora em questão. Diz ele:

“Quando nossos maiores telescópios são assestados sobre elas, vemos que as que pensávamos que fossem irregulares não o são; aproximam-se antes da forma de um globo. Eis uma que parecia oval, mas o telescópio de Lorde Rosse transformou-a em um círculo... Ora, aqui ocorre uma

circunstância bastante notável referente a essas, relativamente falando, massas circulares, de nebulosas. Verificamos que elas não são inteiramente circulares, mas o contrário: é que, em redor delas, por todos os lados, há massas de estrelas, *parecendo estender-se, como se estivessem a precipitar-se, na direção de uma grande massa central, em virtude da ação de alguma grande potência*".[\[41\]](#) Fosse eu descrever, com minhas próprias palavras, qual deve necessariamente ser a condição existente de cada nebulosa, na hipótese de que toda a matéria esteja, como sugiro, voltando agora para sua Unidade original, simplesmente repisaria, quase literalmente, a linguagem aqui empregada pelo dr. Nichol, sem a mais leve suspeita daquela estupenda verdade que é a chave para aqueles fenômenos nebulares.

E que me seja permitido aqui fortificar ainda mais minha posição com a voz de alguém maior do que Madler, de alguém, além disso, para quem todos os dados de Madler eram, há muito, coisas familiares, cuidadosa e inteiramente consideradas. Referindo-se aos cálculos minuciosos de Argelander — as verdadeiras pesquisas que formam a base de Madler —, Humboldt, cujo poder de generalização jamais, talvez, foi igualado, tem a seguinte observação:

“Quando consideramos o movimento próprio, real e não perspectivo das estrelas, descobrimos *muitos grupos delas movendo-se em direções opostas*; e os dados que temos em mãos, até aqui, não tornam necessário, pelo menos, que se imagine que os sistemas componentes da Via Láctea, ou os grupos que compõem geralmente o Universo, girem em torno de algum centro desconhecido especial, quer luminoso, quer não luminoso. É apenas o desejo humano de achar uma Primeira Causa fundamental que impele tanto a sua inteligência, como a sua fantasia a adotar tal hipótese.”

O fenômeno de que aqui se trata, isto é, de “vários grupos movendo-se em direções opostas”, é inteiramente inexplicável pela ideia de Madler; mas surge como consequência necessária da ideia que forma a base desta dissertação. Ao mesmo tempo que a *direção simplesmente geral* de cada átomo, de cada lua, de cada planeta, estrela ou grupo, seria, por certo, na minha hipótese, absolutamente retilínea; ao mesmo tempo que a *marcha geral* de todos os corpos seria uma linha reta, conduzindo ao centro de tudo, é claro, não obstante, que esta direção, geralmente retilínea, seria

composta do que, com diminuto exagero, podemos denominar uma infinidade de curvas particulares, uma infinidade de desvios locais da retilinidade, resultado das contínuas diferenças da posição relativa entre essas numerosíssimas massas, à medida que cada uma prossegue na sua própria jornada para o Fim.

Citei, ainda há pouco, de sir John Herschel, as seguintes palavras em referência aos grupos: “Por um lado, sem um movimento rotativo e uma força centrífuga, dificilmente é possível não os considerar como num estado de *progressivo colapso*”. O fato é que, examinando as “nebulosas” com um telescópio de alto poder, descobriremos ser completamente impossível, uma vez concebida essa ideia de “colapso”, não recolher, de todos os lados, corroboração para a ideia. Evidencia-se sempre um núcleo, em cuja direção parecem precipitar-se as próprias estrelas; nem podem esses núcleos ser tomados como meros fenômenos de perspectiva; os grupos são *realmente* mais densos perto do centro e mais esparsos nas regiões mais afastadas dele. Em uma palavra, vemos tudo como deveríamos ver, se se houvesse realizado um colapso; mas, em geral, pode dizer-se desses grupos que só podemos admitir plenamente, quando os contemplamos, a ideia do *movimento orbital em redor de um centro*, admitindo a existência *possível*, nas regiões distantes do Espaço, de leis dinâmicas de que não temos conhecimento.

Há, porém, evidentemente, da parte de Herschel, uma *relutância* em supor as nebulosas num “estado de colapso progressivo”. Mas se os fatos, se até mesmo as aparências justificam essa suposição de se acharem elas em tal estado, *por que*, pode perguntar-se, reluta ele em admiti-lo? Simplesmente por causa de um preconceito; simplesmente porque a suspeita contradiz uma noção preconcebida e extremamente sem base: a da infundabilidade, a da eterna estabilidade do Universo.

XIV

Se as proposições desta dissertação são sustentáveis, o “estado de colapso progressivo” é *precisamente* aquele *único* estado em que podemos considerar estarem todas as coisas; e, com a devida humildade, permiti-me confessar

que de minha parte sou incapaz de conceber como qualquer *outra* compreensão da condição atual das coisas jamais poderia penetrar no cérebro humano. “A tendência para o colapso, ou fusão” e a “atração da gravitação” são frases equivalentes. Usando uma ou outra, falamos da Reação ao Primeiro Ato. Nunca houve necessidade menos evidente que a de supor a matéria imbuída de uma *qualidade* inerradicável que forme parte de sua natureza material, qualidade ou instinto *para sempre* inseparável dela e graças a cujo princípio inalienável cada átomo é impelido perpetuamente a buscar seu companheiro. Nunca houve necessidade menos evidente que a de manter tal ideia não filosófica. Avançando com ousadia para além do pensamento vulgar, temos de conceber, metafisicamente, que o princípio gravitante pertence à Matéria *temporariamente* — só enquanto difusa — só enquanto ela exista como Múltipla, em vez de como Una; pertence-lhe apenas por causa de seu estado de irradiação; em uma palavra, pertence, inteiramente, à sua *condição* e não, no mais insignificante grau, a *ela mesma*. Sob esse aspecto, quando a irradiação tiver voltado à sua fonte, quando a reação se tiver completado, o princípio da gravitação não mais existirá. E, de fato, os astrônomos, sem alcançar, em qualquer tempo, a ideia aqui sugerida, parecem ter-se aproximado dela ao sugerir que, “se houvesse apenas um corpo no Universo, seria impossível compreender como se poderia produzir o princípio da Gravidade”; isto é, de uma consideração da Matéria, tal como a encontram, chegam eles a uma conclusão a que cheguei dedutivamente. O fato de que uma sugestão assim fecunda, como a citada, se tivesse deixado ficar infrutífera por tempo tão longo é, não obstante, um mistério que acho difícil sondar.

Talvez, porém, tenha sido, em não pequeno grau, nossa propensão para o contínuo, para o analógico, e, no caso presente, mais particularmente, para o simétrico, o que nos conduziu por errado caminho. E, de fato, o sentido do simétrico é um instinto que se pode basear sobre uma confiança quase cega. É a essência poética do Universo, *do Universo* que, no extremo de sua simetria, é apenas o mais sublime dos poemas. Ora, simetria e consistência são termos equivalentes: assim, Poesia e Verdade são uma só coisa. Uma coisa é consistente na proporção de sua verdade, verdadeira na proporção de sua consistência. *Uma perfeita consistência,*

repito, *não pode ser mais do que uma verdade absoluta*. Podemos tomar como admitido, pois, que o Homem não pode errar muito, nem amplamente, se se deixar levar por seu instinto poético, que afirmo ser verdadeiro, sendo simétrico. Devemos, porém, ter cuidado para que, buscando às tontas uma simetria superficial das formas e dos movimentos, não deixemos à margem a simetria realmente essencial dos princípios, que os determina e controla.

A ideia de que os corpos siderais finalmente se fundirão num só, de que por fim todos serão incorporados à substância de *um estupendo orbe central já existente*, e uma ideia que, desde algum tempo, parece ter tomado posse, vaga e indeterminadamente, da fantasia da humanidade. É, de fato, uma ideia que pertence à classe das *excessivamente evidentes*. Nasce, instantaneamente, de uma observação superficial dos movimentos cíclicos e na aparência *giratórios* ou *turbilhonantes* daquelas partes individuais do Universo que mais imediatamente e de perto caem sob nossa observação. Não há, talvez, ente humano de educação normal e de capacidade reflexiva média a que não tivesse ocorrido, em qualquer período, a fantasia em apreço, como se espontânea ou intuitivamente, impregnada de todos os caracteres de uma concepção profundíssima e originalíssima. Essa concepção, contudo, tão comumente adotada, jamais, que eu saiba, surgiu de considerações abstratas; mas, ao contrário, sempre foi sugerida, como eu disse, pelos movimentos turbilhonantes em torno dos centros, e, naturalmente, se buscou nessa mesma direção, entre esses próprios movimentos cíclicos, uma razão para isso, uma *causa* para a incorporação de todos esses orbes em um, *imaginado já existente*.

Assim sucedeu que, ao anunciar-se o decréscimo gradual e perfeitamente regular observado na órbita do cometa de Encke, em cada revolução sucessiva em torno de nosso Sol, os astrônomos foram quase unânimes na opinião de que se encontrara a causa em questão — de que fora descoberto um princípio suficiente para explicar, fisicamente, aquela final e universal aglomeração que, repito, o instinto analógico, poético ou simétrico do homem previra e considerara como algo mais do que simples hipótese.

Essa causa, essa razão suficiente para a incorporação final, declarou-se que existia num agente excessivamente rarefeito, porém ainda material,

penetrando todo o espaço, agente esse que, retardando de certo modo o avanço do cometa, perpetuamente enfraquecia sua força tangencial, dando assim predominância à força centrípeta, a qual, é lógico, atraía o cometa para cada vez mais perto do centro, a cada revolução, e acabaria eventualmente por precipitá-lo sobre o Sol.

Tudo isso era perfeitamente lógico, admitindo-se esse agente, meio ou éter, mas esse éter foi admitido muito illogicamente, sobre a base de que nenhum *outro* modo, além do citado, se poderia descobrir que explicasse a decréscimo observado na órbita do cometa; como se, do fato de que não se pudesse *descobrir* algum outro modo de explicá-lo, se inferisse, em qualquer sentido, que não existia algum outro modo de explicação. É claro que inúmeras causas poderiam operar, em combinação, para diminuir a órbita, sem que mesmo conhecêssemos uma só dentre elas. Entrementes, nunca se mostrou com ampla clareza, talvez, por que é que não seria bastante, para explicar o fenômeno, o retardamento ocasionado pelas bordas da atmosfera solar, através das quais o cometa passa no periélio. É provável que o cometa de Encke seja absorvido pelo Sol; é mais do que simplesmente possível que todos os cometas do sistema sejam absorvidos; mas, em tal caso, o princípio de absorção deve relacionar-se com a excentricidade da órbita, com a estreita aproximação do Sol em que ficam os cometas em seu periélio; e é um princípio que não afeta, em grau algum, as ponderáveis *esferas*, que devem ser consideradas como os verdadeiros constituintes materiais do Universo. Referindo-me, em geral, aos cometas, permiti-me aqui sugerir de passagem que não poderemos errar muito se os considerarmos como os *clarões relampagueantes do Céu Cósmico*.

A ideia de um éter retardador, e, por meio dele, de uma aglomeração final de todas as coisas, pareceu certa ocasião, entretanto, confirmada pela observação de um decréscimo positivo na órbita da Lua sólida. Examinando-se eclipses registrados há 2.500 anos, verificou-se que a velocidade da revolução do satélite, *nessa época*, era consideravelmente menor do que *agora*; e que, supondo que seu movimento, em sua órbita, esteja constantemente de acordo com a lei de Kepler e tenha sido, *então*, há 2.500 anos, cuidadosamente determinado, o satélite hoje, com relação à posição que *deveria* ocupar, efetuou um avanço de cerca de 9 mil milhas.

O aumento da velocidade demonstrava, naturalmente, uma diminuição da órbita, e os astrônomos estavam a inclinar-se fortemente para a crença num éter como o único meio de explicar o fenômeno, quando Lagrange veio em seu socorro. Mostrou ele que, devido à configuração dos esferoides, o eixo mais curto de suas elipses está sujeito a variações de extensão, ficando inalterado o eixo maior; e que essa variação é contínua e vibratória, de modo que cada órbita fica em estado de transição, ou do círculo para a elipse, ou da elipse para o círculo. No caso da Lua, se o eixo menor fosse *decrecente*, a órbita passaria do círculo para a elipse e, conseqüentemente, *decreceria* também; mas, depois de uma longa série de séculos, seria atingida a excentricidade extrema; então o eixo menor começaria a aumentar, até que a órbita se transformasse num círculo; de novo se verificaria o processo de encurtamento e assim por diante, para sempre. No caso da Terra, a órbita está passando da elipse para o círculo. Os fatos assim demonstrados destroem, naturalmente, toda a necessidade de supor um éter e toda a apreensão sobre a instabilidade do sistema, causada pelo éter. Haveis de lembrar-vos de que eu mesmo admiti qualquer coisa a que poderíamos chamar *éter*. Falei mais de uma vez de uma *in uência* sutil, que sabemos acompanhar sempre a matéria, embora só se manifeste por meio da heterogeneidade da matéria. A essa *in uência*, sem ousar tocá-la em absoluto, sem qualquer esforço para explicar sua terrível *natureza*, relacionei os vários fenômenos da eletricidade, calor, luz, magnetismo e, mais ainda, da vitalidade, consciência e pensamento; em uma palavra, da espiritualidade. Verse-á imediatamente, pois, que o éter, assim concebido, difere radicalmente do éter dos astrônomos, tanto mais quanto o deles é *matéria* e o meu *não*.

Com a ideia do éter material parece, assim, ter desaparecido completamente o pensamento daquela universal aglomeração, há tanto prevista pela fantasia poética da humanidade, aglomeração em que uma Filosofia só poderia ter direito a depositar fé, pelo menos até certa extensão, se não houvesse para ela outra razão, além da de ter sido predeterminada por essa fantasia poética. Mas pelo que até agora tem falado a Astronomia ou a simples Física, os ciclos do Universo não têm fim concebível. E ainda que se tivesse demonstrado um fim por uma causa tão acessória como o éter, o instinto que o Homem tem da divina

Capacidade de adaptação ter-se-ia rebelado contra essa demonstração. Teríamos sido forçados a encarar o Universo com o sentimento de desprazer, semelhante ao que experimentamos ao contemplar uma obra de arte humana desnecessariamente complexa. A Criação deveria afetar-nos, como o *enredo* imperfeito de um romance, onde o desenlace é desajeitadamente produzido por incidentes interpostos, externos e estranhos ao assunto principal, em vez de irromper do seio da tese, do coração da ideia dominante, em vez de erguer-se como o resultado da proposição primária como parte e parcela inseparável e inevitável da concepção fundamental do livro.

Compreender-se-á agora mais claramente o que quero significar por simetria da simples superfície. É simplesmente pela sedução dessa simetria que temos sido desviados para a ideia geral — de que a hipótese de Madler é apenas uma parte —, a ideia da atração turbilhonante dos orbes. Repelindo essa concepção nuamente física, a simetria do princípio vê o fim de todas as coisas metafisicamente envolvido no pensamento de um começo; procura e encontra, nesta origem de todas as coisas, o *rudimento* desse fim; e percebe a impiedade de supor esse fim como sendo produzido menos simplesmente, menos diretamente, menos evidentemente, menos artisticamente do que pela *reação do Ato original*.

XV

Recorrendo, pois, a uma sugestão anterior, concebamos os sistemas, concebamos cada estrela com seus planetas assistentes como apenas um átomo titânico existente no espaço e possuidor de, precisamente, a mesma tendência para a Unidade que caracterizou, no princípio, os verdadeiros átomos após sua irradiação por toda a esfera universal. Assim como esses átomos originais se precipitaram um para cada outro em linhas geralmente retas, concebamos, também, como pelo menos geralmente retilíneos, os caminhos dos sistemas-átomos na direção de seus respectivos centros de agregação; e com essa atração direta dos sistemas para dentro dos grupos, e com similar e simultânea atração dos grupos

entre si, durante o processo da consolidação, atingimos, afinal, o grande *Agora*, o terrível Presente, a Condição do Universo Atual.

Uma analogia nada irracional pode guiar-nos no confeioar uma hipótese sobre o Futuro, ainda mais terrível. Sendo o equilíbrio entre as forças centrípeta e centrífuga de cada sistema necessariamente destruído ao ser atingida certa proximidade do núcleo do grupo a que cada sistema pertence, deve ocorrer, imediatamente, uma precipitação caótica, ou aparentemente caótica, das luas sobre os planetas, dos planetas sobre os sóis e dos sóis sobre os núcleos; e o resultado geral dessa precipitação deve ser a aglomeração das miríades de estrelas, agora existentes no firmamento, num número quase infinitamente menor de esferas quase infinitamente superiores. Por serem imensuravelmente menos numerosos, os mundos desse dia serão imensuravelmente maiores do que os de hoje. E então, na verdade, em meio aos abismos insondáveis, flamejarão inconcebíveis sóis. Mas tudo isso não passará do auge da magnificência, que pressagia o grande Fim. Desse fim, a nova gênese descrita apenas pode ser um adiamento muito parcial. Enquanto se submetem à consolidação, os próprios grupos, com velocidade prodigiosamente crescente, vão-se precipitando para seu próprio centro geral, e então, com rapidez elétrica, mil vezes maior, somente comparável à sua grandeza material e à intensidade espiritual de seu anseio pela Unidade, então os majestosos remanescentes da turba das estrelas cintilarão, por fim, num amplexo comum. Está iminente a inevitável catástrofe.

Essa catástrofe, porém, que é ela? Vimos realizar-se a fusão dos orbes. Daí por diante não deveremos conceber um *globo dos globos material*, como constituindo e abrangendo o Universo? Tal fantasia estaria completamente em desacordo com todas as concepções e considerações desta dissertação.

Já aludi àquela absoluta *reciprocidade de adaptação*, que é o sinal distintivo da Ação divina — selando-a como divina. Até este ponto de nossas reflexões, estivemos encarando a influência elétrica como alguma coisa graças a cuja repulsão, exclusivamente, a Matéria é capaz de existir naquele estado de difusão requerido para a realização de seus objetivos: até aqui, numa palavra, estivemos considerando a influência referida

como instituída por causa da Matéria, para auxiliar os objetivos da Matéria. Com reciprocidade perfeitamente legítima, somos agora habilitados a encarar a Matéria como criada *unicamente por causa dessa in uência*, unicamente para servir às finalidades desse Éter espiritual. Com o auxílio, por meio, graças à ação da Matéria, e por causa de sua heterogeneidade, é que esse Éter se manifesta — o *Espírito se individualiza*. E é simplesmente no desenvolvimento desse Éter, graças à heterogeneidade, que massas particulares de Matéria se tornam animadas, sensitivas, na proporção de sua heterogeneidade, alcançando algumas um grau de sensibilidade que abrange o que chamamos *Pensamento*, e atingindo assim a Inteligência Consciente.

Desse ponto de vista, podemos imaginar a Matéria como um Meio e não como um Fim. Seus objetivos são assim compreendidos como envolvidos em sua difusão; e, com a volta à Unidade, tais objetivos desaparecem. O globo dos globos perfeitamente consolidado seria *sem objetivo*: portanto, nem mais um momento poderia continuar a existir. A Matéria, criada para uma finalidade, ao realizar esse fim, inquestionavelmente, já não seria mais Matéria. Tentemos compreender que ela desapareceria e que Deus ficaria único e oniabrange.

Parece-me especialmente claro que cada obra da concepção divina deve coexistir e coexpirar com seu intento particular, e não tenho dúvida de que, encarando o globo dos globos final como *sem objetivo*, a maioria de meus leitores ficará satisfeita com o meu “portanto ele não pode continuar a existir”. Não obstante, como a impressionante ideia de seu desaparecimento instantâneo e daquelas que mesmo os mais poderosos intelectos não concebem com facilidade, por sua base tão decididamente abstrata, experimentemos encará-la de um ponto de vista diverso e mais comum: vejamos como isso é completa e magnificamente corroborado por uma consideração *a posteriori* da Matéria, tal como a conhecemos.

Eu disse antes que “a Atração e a Repulsão, por serem inegavelmente as únicas propriedades pelas quais a Matéria se manifesta à Mente, permitem-nos admitir que a Matéria *existe* somente como Atração e Repulsão — em outras palavras, que a Atração e a Repulsão *são* a Matéria, não havendo caso concebível em que não possamos empregar o

termo ‘Matéria’ e os termos ‘Atração’ e ‘Repulsão’, tomados em conjunto, como expressões de Lógica equivalentes e, portanto, conversíveis”.

Ora, a própria definição de Atração implica a particularidade, a existência de partes, partículas ou átomos, pois a definimos como a tendência “de cada átomo etc., para cada outro átomo”, de acordo com determinada lei. Naturalmente, onde *não* haja partes, onde haja Unidade absoluta, onde a tendência para a unificação esteja satisfeita, não pode haver Atração; isso foi plenamente demonstrado e toda a filosofia o admite. Quando, pois, ao realizar seus objetivos, a Matéria tiver voltado à sua condição original de *Una* — condição que pressupõe a expulsão do éter separador, cujo domínio e capacidade são limitados à conservação dos átomos distanciados, até aquele grande dia em que, não sendo mais esse éter necessário, a irreprimível pressão da Atração, finalmente coletiva, acabará por predominar o bastante para expeli-lo; quando digo, a Matéria, expelindo afinal o Éter, tiver regressado à Unidade absoluta, então (para falar paradoxalmente, por enquanto) ela será Matéria sem Atração e sem Repulsão; em outras palavras, Matéria sem Matéria; em outros termos, ainda, *não será mais Matéria*. Ao imergir-se na Unidade, mergulhará ela, de pronto, naquele Nada que, para toda Percepção Finita, a Unidade deve ser; naquela Inexistência Material da qual somente sabemos que ela foi evocada, que foi *criada* pela Vontade de Deus.

Repito, pois: tentemos compreender que o globo dos globos final desaparecerá, instantaneamente, e que só Deus permanecerá, único, total.

XVI

Vamos, porém, deter-nos aqui? Não. Facilmente podemos conceber que nova e talvez inteiramente diversa série de condições se pode seguir a essa aglomeração e dissolução universal: outra criação e irradiação, que também retorne sobre si mesma; outra ação e reação do Querer Divino. Orientando nossa imaginação por aquela onidominante lei das leis, a lei da periodicidade, não estaremos, de fato, mais do que justificados, se mantivermos a crença — digamos, antes, se aquiescermos a esperança — de que os processos, que aqui nos aventuramos a contemplar, serão

renovados para sempre, infindavelmente, eternamente, nascendo para a existência um novo Universo e depois abismando-se no nada, a cada pulsação do Coração Divino?

E agora, esse Coração Divino, que é ele? É o *nosso próprio*. Que a irreverência, apenas aparente, desta ideia não amedronte nossas almas, desviando-as daquele frio exercício da consciência, daquela profunda tranquilidade da autointrospecção, graças unicamente aos quais podemos esperar chegar à presença dessa verdade, a mais sublime de todas, e encará-la, comodamente, na face.

Os fenômenos de que nossas conclusões, neste ponto, devem depender são sombras meramente espirituais, mas não menos inteiramente substanciais.

Caminhamos, através dos destinos de nossa existência no mundo, circundados pelas sombrias, mas sempre presentes *Memórias* de um Destino mais vasto, bem distante nos tempos que se foram e infinitamente terrível.

Vivemos uma Juventude especialmente povoada de tais sonhos, embora jamais os tomemos como sonhos. *Conhecemo-los* como Memórias. *Durante nossa Juventude*, a distinção é bastante clara para que nos possamos enganar um só momento.

Enquanto durar essa Juventude, o sentimento *de que existimos* é o mais natural de todos os sentimentos. Compreendemo-lo *completamente*. A ideia de que houve um período em que *não* existíamos — ou a de que poderia ter sucedido que nunca viéssemos a existir — são as considerações que, na verdade, *durante a Juventude*, temos dificuldade em conceber. “Por que poderíamos não existir?” Esta é, *até a época de nossa Maturidade*, a mais irrespondível de todas as perguntas. A Existência, a autoexistência, a existência desde todos os Tempos e para toda a Eternidade parece, até a época da Maturidade, uma condição normal e indiscutível: *parece, porque é*.

Chega, porém, então, o período em que uma convencional Razão-Mundana nos afasta da verdade de nosso sonho. A Dívida, a Surpresa e a Incompreensibilidade nos vêm no mesmo instante. Dizem elas: “Vives, e houve um tempo em que não viveste. Foste criado. Existe uma Inteligência maior do que a tua; e é só por essa Inteligência que, de algum modo, vives”. Lutamos para compreender tais coisas e não podemos; e

não podemos porque tais coisas, sendo mentirosas, são, portanto, necessariamente incompreensíveis.

Não há ser pensante que, em certo ponto luminoso de sua vida de pensamento, não se tenha sentido perdido, entre os vagalhões de fúteis esforços, para compreender ou acreditar que alguma coisa exista *maior do que sua própria alma*. A extrema impossibilidade de se sentir qualquer alma inferior a outra; a intensa, acabrunhante tristeza e revolta contra esse pensamento; isso, ao lado das onidominantes aspirações à perfeição, forma as lutas espirituais, coincidentes com as materiais, para voltar à Unidade primitiva; e constitui, pelo menos para minha mente, uma espécie de prova, que ultrapassa de muito o que o Homem denomina demonstração de que nenhuma alma *é* inferior a outra, de que nada é, ou pode ser, superior a qualquer alma, de que cada alma é, em parte, seu próprio Deus, seu próprio Criador — em outras palavras, que Deus, o Deus material *e* espiritual, *agora* somente existe na Matéria difusa e no Espírito do Universo; e que a reaglomeração dessa Matéria difusa e desse Espírito nada mais será que a reconstituição do Deus *puramente* Espiritual e Individual.

Desse ponto de vista, e dele somente, compreendemos os enigmas da Injustiça Divina, do Destino Inexorável. Somente desse ponto de vista se torna inteligível a existência do Mal; e não só inteligível: torna-se suportável. Nossas almas não mais se rebelam contra uma *Tristeza* que nós mesmos nos impusemos, na perseguição de nossos próprios objetivos, com o fito, embora mesmo fútil, de ampliar nossa própria *Alegria*.

Falei de Memórias que nos povoam a Juventude. Mesmo na Maturidade, por vezes, elas nos perseguem, assumem formas cada vez menos indefinidas, e, de vez em quando, nos falam baixinho, dizendo:

“Houve uma época, na Noite do Tempo, em que existia um Ser eterno, um dentre um número absolutamente infinito de Seres similares que povoam os domínios absolutamente infinitos do espaço absolutamente infinito. Não estava e não está no poder desse Ente (como não está no teu próprio poder) ampliar, com um acréscimo, real, a alegria de sua Existência; mas, tal como está em teu poder ampliar ou concentrar teus prazeres (permanecendo sempre o mesmo o acervo completo de

felicidade), assim semelhante capacidade pertencia e pertence a esse Ente divino, que, desta forma, passa sua Eternidade alternando Sua Concentração e Sua quase Infinita Difusão. O que chamas Universo nada mais é que Sua presente existência expandida. Agora Ele sente sua vida por meio de um infinito de prazeres imperfeitos, os prazeres parciais e intervalados de dores daquelas coisas, inconcebivelmente numerosas, que designas como Suas criaturas, mas que realmente apenas são infinitas individualizações dEle mesmo. Todas essas criaturas, *todas*, a que chamas animadas, como aquelas a que negas a vida, sem razão melhor do que a de não as veres em ação, todas essas criaturas têm, em grau maior ou menor, capacidade para o prazer e a dor: *mas a soma geral de suas sensações é, precisamente, aquele total de Felicidade que pertence de direito ao Ser Divino quando concentrado em Si Mesmo*. Todas essas criaturas, também, são Inteligências mais ou menos conscientes; em primeiro lugar, conscientes de uma identidade própria; em segundo lugar, e a relances indeterminados e débeis, conscientes de uma identidade com Deus. Imagina que, dessas duas espécies de consciência, a primeira se enfraquecerá e a segunda se fortalecerá, durante a longa sucessão de séculos, que devem defluir, até que essas miríades de Inteligências individuais se venham a fundir — quando se fundirem as brilhantes estrelas — em Uma só. Pensa que o sentimento da identidade individual irá gradualmente imergindo na consciência geral, que o Homem, por exemplo, deixando imperceptivelmente de sentir-se Homem, venha afinal a atingir aquela época, espantosamente triunfante, em que reconhecerá sua existência como a de Jeová. E, entrementes, guarda na mente que tudo é Vida — Vida dentro da Vida —, o menor dentro do maior e tudo dentro do *Espírito Divino*. ”

POSFÁCIO

É um prazer bem grande e bem útil comparar os traços fisionômicos de um grande homem com suas obras. As biografias, as notas sobre os costumes, os hábitos, o físico dos artistas e dos escritores, sempre suscitaram uma curiosidade bem legítima. Quem não procurou algumas vezes a acuidade do estilo e a nitidez das ideias de Erasmo no recorte acentuado de seu perfil, o calor e o tumulto de suas obras na cabeça de Diderot e na de Mercier, onde um pouco de fanfarronada se mistura à bonomia; a ironia obstinada no sorriso persistente de Voltaire, sua careta de combate, o poder de comando e de profecia no olhar lançado para o horizonte, e a sólida figura de José de Maistre, águia e boi ao mesmo tempo? Quem não se deu o engenhoso trabalho de decifrar a *Comédia humana*, na fronte e no rosto potentes e complicados de Balzac?

Edgar Poe era de estatura um pouco abaixo da média, mas todo o seu corpo era solidamente constituído. Tinha pés e mãos pequenos. Antes de vir a ter sua compleição combalida, era capaz de maravilhosas proezas de força. Dir-se-ia que a Natureza, e creio que isso já foi muitas vezes observado, torna a vida bastante dura àqueles de quem deseja extrair grandes coisas. De aparência muitas vezes mesquinha, são talhados como atletas, tão bons para o prazer como para o sofrimento. Balzac, assistindo aos ensaios de *Recursos de Quinola*, dirigindo-os e desempenhando ele próprio todos os papéis, corrigia provas de seus livros, ceava com os

autores, e, quando toda a gente fatigada ia dormir, se entregava ele de novo vivamente ao trabalho. Todos sabem que enormes excessos de insônia e de sobriedade praticou ele. Edgar Poe, na mocidade, se distinguiria bastante em todos os exercícios de destreza e de força; isto condizia um pouco com seu talento: cálculos e problemas. Um dia apostou que partiria de um dos cais de Richmond, que subiria a nado umas sete milhas o rio James e voltaria a pé no mesmo dia. E o fez. Era um dia ardente de verão. Nem por isso passou lá tão mal. Aspecto, gestos, marcha, posição da cabeça, tudo o assinalava, quando se achava ele nos seus bons dias, como um homem de alta distinção. Era *marcado* pela Natureza como essas pessoas que, num grupo, no Café, na rua, *atraem* o olhar do observador e o preocupam. Se jamais a palavra “estranho”, de que tanto se abusou nas descrições modernas, se aplicou bem a alguma coisa, foi certamente ao gênero de beleza de Poe. Suas feições não eram vultosas, mas bastante regulares, a tez de um moreno-claro, a fisionomia triste e distraída e, se bem que não apresentasse nem o tom da cólera nem o da insolência, tinha algo de penoso. Seus olhos, singularmente belos, à primeira vista pareciam de um cinzento sombrio; mais bem examinados, porém, se mostravam gelados por uma leve tonalidade violeta indefinível. Quanto à fronte, era majestosa; não que lembrasse as proporções ridículas que os maus artistas inventam, quando, para lisonjear o gênio, transformam-no em hidrocéfalo, mas dir-se-ia que uma força interior desbordante impelia para diante os órgãos da perfeição e da construção. As partes a que os craniologistas atribuem o sentido do pitoresco não estavam, no entanto, ausentes, mas pareciam deslocadas; oprimidas, acotoveladas pela tirania soberba e usurpadora da comparação, da construção e da casualidade. Sobre essa fronte tronava também, num orgulho calmo, o sentido da idealidade e do belo absoluto, o senso estético por excelência. Malgrado todas essas qualidades, aquela cabeça não apresentava um conjunto agradável e harmonioso. Vista de lado, feria e dominava a atenção pela expressão dominadora e inquisitorial da fronte, mas o perfil revelava certas deficiências; havia uma imensa massa de crânio, adiante e atrás, e medíocre quantidade no meio; afinal uma enorme potência animal e intelectual, e uma falha no lugar da venerabilidade e das qualidades afetivas. Os ecos desesperados da

melancolia que atravessam as obras de Poe têm um acento penetrante, é verdade, mas é preciso dizer também que é uma melancolia bem solitária e pouco simpática para o comum dos homens.

Tinha Poe os cabelos negros, semeados de alguns fios brancos, grosso bigode eriçado, que ele esquecia de pôr em ordem e alisar devidamente. Trajava com bom gosto, mas negligentemente como um cavalheiro que tem bem outras coisas que fazer. Suas maneiras eram perfeitas, muito polidas e cheias de segurança. Mas sua conversação merece menção especial. A primeira vez que interroguei um americano a esse respeito, respondeu-me ele, rindo muito: “Oh! Oh! Ele tinha uma *conversa que não era lá muito consecutiva!*”. Depois de algumas explicações, compreendi que Poe dava vastas pernadas no mundo das ideias, como um matemático que fizesse uma demonstração diante de alunos já bem fortes em matemática, e que ele monologava muito. Na verdade, era uma conversa essencialmente nutritiva. Não era um *beau parleur*, e aliás sua palavra, como seus escritos, tinha horror à convenção; mas um vasto saber, o conhecimento de varias línguas, sólidos estudos, ideias colhidas em vários países, faziam dessa palavra um ensinamento incomparável. Enfim, era um homem para ser frequentado pelas pessoas que medem sua amizade pelo ganho espiritual que podem auferir de uma convivência. Mas parece que Poe tenha sido pouco severo na escolha de seu auditório. Que seus ouvintes fossem capazes de compreender suas abstrações sutis, ou admirar as gloriosas concepções que rasgavam continuamente com seus clarões o céu sombrio de seu cérebro, era coisa que não lhe causava preocupação.

Vou procurar dar uma ideia do caráter geral que domina as obras de Edgar Poe. Poe se apresenta sob três aspectos: crítico, poeta e romancista; e mais, no romancista há um filósofo. Quando foi chamado para dirigir o *Mensageiro Literário do Sul* (*Southern Literary Messengere*) ficou estipulado que ganharia 2.500 francos por ano. Em troca de tão medíocres honorários, deveria encarregar-se da leitura e escolha dos trechos destinados à composição do número do mês, e da redação da parte chamada *editorial*, isto é, da análise de todas as obras aparecidas e da apreciação de todos os fatos literários. Além disso, contribuiria muitas vezes com um conto ou uma poesia. Durante dois anos, pouco mais ou menos, exerceu essa

tarefa. Graças à sua ativa direção e à originalidade de sua crítica, o *Mensageiro Literário* atraiu dentro em pouco todas as atenções. Tenho, diante de mim, a coleção dos números desses dois anos. A parte *editorial* é considerável; os artigos são bastante longos. Muitas vezes, no mesmo número, encontra-se a resenha de um romance, de um livro de poesia, de um livro de medicina, de física ou de história. Todas são feitas com o maior cuidado, e denotam no autor um conhecimento das diversas literaturas e uma aptidão científica que recordam os escritores franceses do século XVIII. Parece que, durante seus precedentes tempos miseráveis, Edgar Poe havia posto seu tempo a juros e agitado um rol de ideias. Há ali uma coleção notável de apreciações críticas dos principais autores ingleses e americanos, muitas vezes de memórias francesas. De onde partia uma ideia, qual era sua origem, seu objetivo, a que escola pertencia ela, qual era o método do autor, salutar ou perigoso, tudo isso era nitidamente, claramente, rapidamente explicado. Se Poe atraiu fortemente as atenções sobre si, arranjou também numerosos inimigos. Profundamente penetrado por suas convicções, fez guerra infatigável aos falsos raciocínios, às imitações bobas, aos barbarismos e a todos os delitos literários que se cometem diariamente nos jornais e nos livros. Desse lado, nada havia a reprochar-lhe. Pregava com o exemplo. Seu estilo é puro, adequado às ideias, dando delas a expressão exata. Poe é sempre correto. Fato bastante assinalável é que um homem de imaginação tão erradia e tão ambiciosa seja ao mesmo tempo tão amoroso das regras, e capaz de análises estudiosas e de pacientes pesquisas. Dir-se-ia uma antítese feita carne. Sua glória de crítico prejudicou bastante sua fortuna literária. Muitos se quiseram vingar. Não houve censuras que não lhe lançassem mais tarde em rosto, à medida que sua obra se avolumava. Toda a gente conhece esta longa e banal ladainha: imoralidade, falta de ternura, ausência de conclusões, extravagância, literatura inútil. A crítica francesa jamais perdoou a Balzac o *Grande homem provinciano em Paris*.

Como poeta, Edgar Poe é um homem à parte. Representa quase sozinho o movimento romântico do outro lado do oceano. É o primeiro americano que, propriamente falando, fez do seu estilo uma ferramenta. Sua poesia, profunda e gemente, é, não obstante, trabalhada, pura, correta e brilhante, como uma joia de cristal. Edgar Poe amava os ritmos

complicados e, por mais complicados que fossem, neles encerrava uma harmonia profunda. Há um pequeno poema seu, intitulado “Os sinos”, que é uma verdadeira curiosidade literária; traduzível, porém, não o é; “O Corvo” logrou grande êxito. Segundo afirmam Longfellow e Emerson, é uma maravilha. O assunto é quase nada, e é uma pura obra de arte. O tom é grave e quase sobrenatural, como os pensamentos da insônia; os versos caem um a um, como lágrimas monótonas; “No país dos sonhos” tentou descrever a sucessão dos sonhos e das imagens fantásticas que assaltam a alma, quando o olho corpóreo está cerrado. Outros poemas, como “Ulalume” e “Annabel Lee”, gozam de igual celebridade. Mas a bagagem poética de Poe é diminuta. Sua poesia, condensada e laboriosa, custava-lhe, sem dúvida, muito esforço e ele necessitava muitas vezes de dinheiro, para que se pudesse entregar a essa dor voluptuosa e infrutífera.

Como novelista e romancista, Edgar Poe é único no seu gênero, como Maturin, Balzac, Hoffmann, cada um no seu. Os variados trabalhos que espalhou em revistas foram reunidos em dois grupos: um *Contos grotescos e do arabesco*, o outro *Contos de Edgar A. Poe*, edição Wiley e Putnam. Formam tudo um total de setenta e dois trabalhos mais ou menos. Há ali bufonadas violentas, puro grotesco, aspirações desenfreadas para o infinito e uma grande preocupação pelo magnetismo.

Nele é atraente toda entrada em assunto, sem violência, como um turbilhão. Sua solenidade surpreende e mantém o espírito alerta. Sente-se, desde o princípio, que se trata de algo grave. E lentamente, pouco a pouco, se desenrola uma história cujo interesse inteiro repousa sobre um imperceptível desvio do intelecto, sobre uma hipótese audaciosa, sobre uma dosagem imprudente da Natureza no amálgama das faculdades. O leitor, tomado de vertigem, é constrangido a seguir o autor em suas arrebatadoras deduções.

Nenhum homem jamais contou com maior magia as *exceções* da vida humana e da natureza; os ardores de curiosidade da convalescença; o morrer das estações sobrecarregadas de esplendores enervantes, os climas quentes, úmidos e brumosos, em que o vento do sul amolece e distende os nervos, como as cordas de um instrumento, em que os olhos se enchem de lágrimas, que não vêm do coração; a alucinação deixando, a princípio, lugar à dúvida, para em breve se tornar convencida e razoadora

como um livro; o absurdo se instalando na inteligência e governando-a com uma lógica espantosa; a histeria usurpando o lugar da vontade, a contradição estabelecida entre os nervos e o espírito, e o homem descontrolado, a ponto de exprimir a dor por meio do riso. Analisa o que há de mais fugitivo, sopesa o imponderável e descreve, com essa maneira minuciosa e científica, cujos efeitos são terríveis, todo esse imaginário que flutua em torno do homem nervoso e o impele para a ruína.

Geralmente Edgar Poe suprime as coisas acessórias ou pelo menos não lhes dá senão um valor mínimo. Graças a esta sobriedade cruel, a ideia geratriz se torna mais visível e o assunto se recorta ardentemente, sobre esses segundos planos nus. Quanto a seu método de narração, é simples. Abusa do *eu* com uma cínica monotonia. Dir-se-ia que está tão certo de interessar que pouco se preocupa em variar seus meios. Seus contos são quase sempre narrativas ou manuscritos da personagem principal. Quanto ao ardor com que trabalha muitas vezes no que é horrível, observei em muitos homens que isso se deve a uma imensa energia vital sem exercício, por vezes a uma castidade obstinada e também a uma profunda sensibilidade recalcada. A volúpia sobrenatural, que o homem pode experimentar em ver correr seu próprio sangue, os movimentos bruscos e inúteis, os grandes gritos lançados ao ar quase involuntariamente, são fenômenos análogos. A dor é um alívio para a dor, a ação repousa do repouso.

Nos contos de Poe jamais se encontra amor. Pelo menos “Ligeia”, “Eleonora” não são, propriamente falando, histórias de amor, sendo outra a ideia principal sobre a qual gira a obra. Talvez acreditasse ele que a prosa não é uma linguagem à altura desse estranho e quase intraduzível sentimento; porque suas poesias, em compensação, estão fortemente saturadas de amor. A divina paixão nelas aparece magnífica, constelada, e sempre velada por uma irremediável melancolia. Nos seus artigos, fala algumas vezes de amor como de uma coisa cujo nome faz a pena estremecer. No “Domínio de Arnheim”, afirmara que as quatro condições elementares da felicidade são: a vida ao ar livre, o *amor de uma mulher*, o desprendimento de qualquer ambição e a criação de um Belo novo. O que corrobora a ideia da Sra. Frances Osgood, referente ao respeito

cavalheiresco de Poe pelas mulheres, e que, malgrado seu prodigioso talento para o grotesco e para o horrível, não há, em toda a sua obra, uma única passagem que se refira à lubricidade ou mesmo aos prazeres sensuais. Seus retratos de mulheres são, por assim dizer, aureolados; brilham em meio de um vapor sobrenatural e são pintados à maneira enfática de um adorador. Quanto aos *pequenos episódios romanescos*, há motivo para espanto que uma criatura tão nervosa, cuja sede do Belo era talvez o traço principal, tenha por vezes, com ardor apaixonado, cultivado a galantaria, esta flor vulcânica e almiscarada, para a qual o cérebro fervente dos poetas é terreno predileto?

Em Edgar Poe, não há choraminguices enervantes, mas por toda parte, incessantemente, o ardor infatigável pelo ideal. Como Balzac, que morreu talvez triste por não ser um puro sábio, tem sanhas de ciência. Escreveu um “manual do conquiliologista”. Tem, como os conquistadores e os filósofos, uma aspiração arrebatadora para a unidade; assimila as coisas morais às coisas físicas. Dir-se-ia que procura aplicar à literatura os processos da filosofia, e à filosofia o método da álgebra. Nessa incessante ascensão para o infinito, perde-se um pouco o fôlego. O ar fica rarefeito nessa literatura, como num laboratório: contempla-se aí sem cessar a glorificação da vontade, aplicando-se à indução e à análise. Poe parece querer arrancar a palavra aos profetas e atribuir-se o monopólio da explicação racional. Assim, as paisagens que servem por vezes de fundo a suas ficções febris são pálidas como fantasmas. Poe, que não partilhava das paixões dos outros homens, desenha árvores e nuvens que se assemelham a sonhos de nuvens e de árvores, ou, antes, que se assemelham a suas estranhas personagens, agitadas como eles, por um calafrio sobrenatural e galvânico.

As personagens de Poe, ou melhor, a personagem de Poe, o homem de faculdades superagudas, o homem de nervos relaxados, o homem cuja vontade ardente e paciente lança um desafio às dificuldades, aquele cujo olhar está ajustado com a rigidez de uma espada, sobre objetos que crescem, à medida que ele os contempla — é o próprio Poe. E suas mulheres, todas luminosas e doentes, morrendo de doenças estranhas e falando com uma voz que parece uma música, são ele ainda; ou, pelo menos, por suas aspirações estranhas, por seu saber, por sua melancolia

incurável, participam fortemente da natureza de seu criador. Quanto à sua mulher ideal, a sua Titânide, revela-se em diferentes retratos, esparsos nas suas poesias pouco numerosas, retratos, ou, antes, maneiras de sentir a beleza, que o temperamento do autor aproxima e confunde numa unidade vaga mas sensível, e onde vive mais delicadamente talvez que em qualquer parte esse amor insaciável do Belo, que é seu grande título, isto é, a soma de seus títulos à afeição e ao respeito dos poetas.

Charles Baudelaire

CRONOLOGIA

- 1809 Nasce em Boston, nos Estados Unidos, em 19 de janeiro, filho de dois atores de teatro, Elisabeth Hopkins Poe y David Poe; este último desaparecerá pouco depois.
- 1811 Em 8 de dezembro morre a mãe de Poe em Virginia, onde se apresentava sua companhia ambulante. Edgar é acolhido por John Allan, rico comerciante, e sua esposa, Frances Allan.
- 1815 John Allan transfere-se com a família para a Inglaterra para fundar uma sucursal de seu negócio. Uma vez em Londres, matricula Poe nas melhores escolas londrinas.
- 1820 A família Allan regressa a Richmond, Virginia. John Allan recebe vultosa herança. Poe é matriculado novamente nas melhores escolas da cidade.
- 1826 Em 14 de fevereiro Poe ingressa na Universidade de Virginia, depois de despedir-se de Elmira Royster, com quem se sentirá comprometido apesar da oposição paterna. Estuda francês, espanhol, italiano e línguas antigas. Têm início suas desavenças com John Allan, que lhe suspende o sustento. Contrai dívidas de jogo, pagas com o crédito de Allan — que se negará a renovar sua matrícula no ano seguinte na Universidade de Virginia.
- 1827 Regresso de Poe a Richmond, onde descobre que suas cartas a Elmira foram interceptadas e que a jovem já está comprometida. Devido às discussões que mantém com seu pai adotivo, Poe foge para Boston, onde publica por conta própria *Tamerlane and Other Poems*, sem qualquer repercussão. Em 26 de maio alista-se no Exército e é designado por três meses ao Fort Moultrie, na ilha de Sullivan, na Carolina do Sul. Durante esse tempo tenta ingressar na sociedade aristocrática de Charleston, sem êxito.
- 1829 É transferido para a fortaleza de Monroe, Virginia, porém consegue rescindir seu contrato com o Exército. Morre sua mãe adotiva. Tenta o ingresso em West Point.
- 1830 Enquanto Poe aguarda o ingresso na academia militar, Allan escreve seu testamento, em que deixa a fortuna a dois filhos. A Poe lega uma pensão insuficiente para os gastos que o escritor passaria a ter com o ingresso em West Point.

- 1831 Poe rompe definitivamente com Allan e faz-se expulsar de West Point.
- Publica *Poems, second edition*, e refugia-se em Baltimore, na casa de sua tia Maria Clemm. Imerso na miséria, descobre o jornalismo e escreve contos satíricos.
- 1833 O conto “Manuscript Found in a Bottle” é premiado pelo *Saturday Visitor*, de Baltimore.
- 1834 Tenta reconciliar-se, sem êxito, com seu pai adotivo, que falece em 27 de março sem nada lhe deixar.
- 1836 Episódios frequentes de alcoolismo, que lhe provocam crises nervosas. Em 16 de maio se casa com sua prima Virginia, que ainda não havia completado catorze anos, filha de Mrs. Clemm. Instalam-se em Richmond, vivendo do parco salário de Poe. No final do ano rompe com o diretor de seu jornal, *Souther Literary Messenger*.
- 1836 Deixa Richmond em fevereiro, contratado pela *New York Review*, que pouco depois mergulha em crise financeira. Poe vive com Virginia e Mrs. Clemm, que havia aberto uma pensão.
- 1838 Surge *The Narrative of Arthur Gordon Pym*.
- 1839 Começa a trabalhar no *Burton’s Gentleman’s Magazine*, onde aparecerão parte de seus melhores contos. Ao final do ano consegue editar um volume com eles: *Tales of the Grotesque and Arabesque*.
- 1841 Após a ruptura no ano anterior com a *Burton*, funda uma revista que ele pretende árbitra da literatura norte-americana, mas seu plano fracassa. Instalado em Filadélfia, trabalha de junho de 1841 a maio de 1842 no *Graham’s Magazine*, que se converterá na melhor revista literária da época, com narrativas como *Murders in the Rue Morgue*. Também colabora em outras revistas.
- 1842 Agravamento da saúde de Virginia, permanecendo durante vários meses entre a vida e a morte. Poe publica nesse ano *The Oval Portrait*, *The Mask of the Red Death*, *The Mystery of Marie Roget*, *The Pit and the Pendulum*. Abandona o *Graham’s Magazine* para tentar um posto alfandegário e preparar seu projeto de uma grande revista literária, *The Stylus*.
- 1843 Seus amigos empenham-se para que ele ingresse no serviço público e lhe conseguem uma entrevista com o presidente dos Estados Unidos ou com seu filho. Na viagem a Washington, porém, Poe se embriaga, falta à entrevista e volta a Filadélfia, onde viverá na miséria.
- 1844 Em abril instala-se em Nova York, vivendo de seus contos e poemas, que são sua única fonte de renda. Oferecem-lhe um posto subalterno no *New York Mirror*.
- 1845 Em 28 de fevereiro, no *Evening Mirror*, aparece “The Raven”, rapidamente publicado em outros jornais e revistas, alcançando um sucesso sem precedentes nos Estados Unidos. Escreve regularmente no *Broadway Journal*, de cujas páginas lançará a “guerra Longfellow”, a quem acusará de plágio. Um correspondente anônimo ataca então “The Raven”. Poe inicia campanha sensacionalista que dura cinco semanas, depreciando a reputação do escritor. Torna-se redator-chefe do *Broadway Journal* e, pouco depois, único proprietário da revista. Seus ataques aos bostonianos, que o haviam convidado a ler seus poemas no Boston Lyceum,

lhe acarretam insultos e sátiras que menoscabam sua reputação. Endivida-se para levantar o periódico, que encerrará suas atividades em 3 de janeiro de 1846. Ainda em 1845 vê publicada uma antologia de seus contos, e *The Raven and the other poems*. Poe frequenta os círculos literários de Nova York, nos quais conhece a poetisa Mrs. Osgood — com quem se envolve.

1846 Fracassa seu projeto de uma grande revista literária. Enreda-se em querelas com as poetisas nova-iorquinas Mrs. Ellet y Miss Lynch. Iniciam seus anos de miséria e enfermidade. Em maio muda-se para o campo, para Fordham, nas proximidades de Nova York. A saúde de Virginia piora.

1847 Virginia falece em 30 de janeiro. Poe adoece gravemente, devido a provável congestão cerebral. Em agosto, recuperado, volta a tentar em Filadélfia sua grande revista, mas fracassa. Retorna a Fordham, outra vez enfermo. Escreve “Eureka”.

1848 Revisa *Eureka*. O editor Putnam lhe pagará catorze dólares de adiantamento pelo conto. Dedicase a ensaios, como “Marginalia” e “The philosophy of Verse”. Corrige e elogia em artigos os versos de Estelle Anna Lewis. Convidado a pronunciar uma conferência Lowell em junho, conhece Mrs. Nancy Locke Heywood Richmond, inspiradora da “Annie” de seus poemas. Em setembro viaja a Providence, onde pede a mão da poetisa Mrs. Sarah Helen Whitman, que se mostra reticente à investida de Poe.

Em princípios de novembro Poe tenta suicídio ingerindo láudano. Poucos dias depois Mrs. Whitman aceita casar-se com ele, com a condição de que abandone a bebida. O casamento é marcado para fins de dezembro, em Providence. Após uma conferência, Poe procura a noiva, que se recusa a recebê-lo, informada de que o escritor voltara a beber. Poe retoma o relacionamento com Mrs. Richmond.

1849 Revisa “The Poetic Principle”, escreve críticas e segue publicando contos e poemas, como “Annabell Lee”. Dá conferências em diversas localidades. Pede a mão de Mrs. Shelton, amiga de adolescência, agora viúva. Em fins de setembro transfere-se para Baltimore, onde, em uma de suas ruas, é encontrado desmaiado em 3 de outubro. Hospitalizado, morre em 7 de outubro.

[*] Citações de Baudelaire e Valéry extraídas de *Edgar Allan Poe – Um homem e sua sombra*, de Ricardo Araújo (São Paulo, Ateliê, 2002).

[2] Tycho Brahe descobriu uma estrela (1572), que apareceu subitamente nos céus, atingiu em poucos dias um brilho que ultrapassava o de Júpiter e depois desapareceu, de repente, nunca mais sendo vista. (N. A.)

[3] Safo.

[4] Lewenhoeck e Tournefort referem-se bastante a essa flor. As abelhas que se alimentam de suas corolas sentem-se embriagadas. (N. A.)

[5] Clítia, o *Chrysanthemum peruvianum*, ou, para empregar um termo mais conhecido, o girassol, que se volta continuamente para o sol, cobre-se, como o Peru, região de onde provém, de orvalhadas nuvens, que lhe refrescam as flores, durante o mais forte calor do dia. (*B. de Saint-Pierre*) (N. A.)

[6] Cultiva-se no jardim do rei, em Paris, uma espécie de aloés serpentinos sem espinhos, cuja grande e bela flor exala um forte perfume de baunilha durante o tempo de sua florescência, que é bastante curto. Floresce apenas por volta do mês de julho; percebe-se, então, que ela abre gradualmente as pétalas, dilata-as, murcha e morre. (*B. de Saint-Pierre*) (N. A.)

[7] Encontra-se no Ródano um lindo lírio da espécie valisnertiana. Sua haste ergue-se a uma altura de três ou quatro pés, mantendo-lhe assim a corola acima das ondas túrgidas do rio. (N. A.)

[8] O jacinto. (N. A.)

[9] Diz uma lenda indiana que Cupido foi visto, pela primeira vez, boiando numa dessas flores, Ganges abaixo, e que ele ama o berço de sua infância. (N. A.)

[10] E as áureas redomas cheias de odores, que são as orações dos santos. (*Rev. St. John*)

[11] Os humanitaristas sustentam que Deus deve ser considerado como tendo uma forma realmente humana. (Vide *Sermões*, de Clarke, vol. 1, p. 26, edição in-fólio.) A tendência do argumento de Milton leva-o a empregar uma linguagem que pareceria, à primeira vista, descambar para a doutrina deles. Mas ver-se-á, imediatamente, que ele se resguarda contra a acusação de ter adotado um dos erros mais absurdos das idades negras da Igreja. (Notas do Dr. Sumner, sobre a *Doutrina cristã*, de Newton.) Essa opinião, a despeito de muitos testemunhos em contrário, nunca deve ter sido bastante geral. Andeus, sírio da Mesopotâmia, foi condenado como herético por causa dessa opinião. Viveu ele no começo do quarto século. Seus discípulos foram chamados antropomorfistas. (Vide Du Pin.) Entre os poemas menores de Milton há estes versos:

“Dicite sacrorum praesides memorum Deae” etc.

“Quis ille primus cujus ex imagine
Natura solers finxit humanum genus
Eternus, incorruptus, aequaevus polo,
Unusque et universus exemplar Dei”.

E mais adiante:

“Non cui profundum Caecitas lumen dedit
Dircaeus augur vidit hunc alto sinu” etc. (N.A.)

[12] Seltsamen Tochter Jovis/ Seinem Schosskinde/ “Der Phantasie”. (*Goethe*) (N. A.)

[13] Observei muitas vezes um movimento singular dos pirilampos; reúnem-se num grupo e dispersam-se, saindo de um centro comum, em inúmeros raios. (N. A.)

[14] Theraseae, ou Teraseia, é a ilha mencionada por Sêneca que num instante irrompeu do mar aos olhos dos marinheiros atônitos. (N. A.)

[15] Alguma estrela que, do teto em ruínas/ do Olimpo sacudido; por desgraça/ caiu ... (*Milton*) (N. A.)

[16] Voltaire, falando de Persépolis, diz: “Conheço bem a admiração que essas ruínas inspiram; mas um palácio, erigido ao pé de uma cadeia de rochedos estéreis, pode ser uma obra-prima das artes?”. (N. A.)

[17] “Oh! a onda!” Ula Deguisi é a denominação turca; mas, em suas próprias praias, é chamada Bahar Loth, ou Almotanah. Mais de duas foram, sem dúvida, as cidades tragadas pelo “mar morto”. No vale de Siddim havia cinco: Adrah, Zeboim, Zoar, Sodoma e Gomorra. Estêvão de Bizâncio menciona oito e Estrabão, treze, como abismadas; o último, porém, carece de qualquer razão. Diz-se (Tácito, Estrabão, Josefo, Daniel de St. Saba, Nau, Mundrell, Troilo, D’Arvieux) que, depois de extraordinária seca, vestígios de colunas, muralhas etc. são vistos acima da superfície. Em qualquer estação tais resquícios podem ser descobertos, olhando-se no lago transparente e a tais distâncias que confirmariam a existência de diversas localidades no espaço agora usurpado pelo “Asfaltite”. (N.A.)

[18] Eiraco, na Caldeia. (N. A.)

[19] Muitas vezes cuidei poder ouvir distintamente o som da treva, ao arrastar-se pelo horizonte. (N. A.)

[20] As fadas usam flores para se expressar. (*Shakespeare*) (N. A.)

[21] Encontra-se nas Escrituras esta passagem: “O sol não te fará mal, durante o dia, nem a lua, durante a noite”. É, talvez, geralmente pouco conhecido que a lua, no Egito, tem o efeito de produzir cegueira nos que dormem com a face exposta a seus raios, fato a que a passagem evidentemente alude. (N. A.)

[22] Diz-se que o albatroz dorme voando. (N. A.)

[23] Encontrei essa ideia num velho conto inglês, que não me é possível agora obter e cito de memória: “A verdadeira essência e, de fato, a fonte principal e origem de toda música é o som bem agradável que as árvores da floresta produzem quando crescem”. (N. A.)

[24] A abelha selvagem não dormirá na sombra, se houver luar. (N. A.)

[25] Para os árabes, existe um intervalo entre o Céu e o Inferno, onde os homens não sofrem castigos, embora, contudo, não atinjam aquela tranquila e perene felicidade que supõem ser característica dos prazeres celestiais.

Un no rompido sueño...

un día puro... alegre... libre quiera...

libre de amor... de zelo...

de ódio... de esperanza... de recelo. (*Luis Ponce de León*)

A tristeza não está excluída do “Al Aaraaf”, mas é aquela tristeza que os vivos costumam sentir pelos mortos e que, em alguns espíritos, assemelha-se ao delírio do ópio. A apaixonada excitação do amor e a leveza de espírito, que se seguem à embriaguez, são seus menos sagrados prazeres, cujo preço, para aquelas almas que escolheram a “Al Aaraaf” como sua residência depois da vida, é a morte derradeira e o aniquilamento. (N. A.)

[26] Haverá prantos de perfeita dor/ derramados por ti em Helicon. (*Milton*) (N. A.)

[27] Estava inteiro em 1687; é o ponto mais elevado de Atenas. (N. A.)

[28] Sombreava mais beleza a fronte airosa/ do que havia no seio alvo de Vênus. (*Marlowe*) (N. A.)

[29] Em numerosas edições deste poema, também chamado “Hino católico”, faltam os quatro primeiros versos, aqui traduzidos. (N. T.)

[30] Na tradução portuguesa para esta edição foi empregada a expressão “nunca mais”, que também é capaz de produzir efeitos semelhantes aos desejados pelo autor. (N. T.)

[31]

[32] Verso, do latim *vertere*, voltar, mudar, assim se chama por causa da mudança, ou reinício, das séries de pés. Desse modo, estritamente falando, um verso é uma linha. Neste sentido, porém, preferi usar apenas esta última palavra, empregando a primeira na acepção geral que lhe foi dada no título deste artigo. (N. A.)

[33] Uma estância é muitas vezes vulgarmente, e com grande impropriedade, chamada verso. (N. A.)

[34] De Bedlam, famoso manicômio londrino. (N. T.)

[35] *Hog*, porco; *Ram*, carneiro. (N. T.)

[36] “esfera limitada”: necessariamente, uma esfera é limitada; prefiro a tautologia a arriscar-me à má compreensão. (N. A.)

[37] Laplace admitiu sua nebulosidade como heterogênea, simplesmente porque assim poderia ser capaz de explicar a quebra dos anéis; pois, se fosse homogênea a nebulosidade, eles não se teriam partido. Alcancei o mesmo resultado — heterogeneidade das massas secundárias resultando imediatamente dos átomos — simplesmente por uma consideração *a priori* de seu intento geral, a Relação. (N. A.)

[38] Estou pronto a mostrar que a revolução anormal dos satélites de Urano é uma simples anomalia perspectiva, proveniente da inclinação do eixo do planeta. (N. A.)

[39] Quadro da Arquitetura dos Céus — Uma carta atribuída ao dr. Nichol, escrita a um amigo da América, percorreu os nossos jornais, há cerca de dois anos, a qual admitia a “necessidade” a que fiz alusão. Numa conferência posterior, o dr. Nichol parece, todavia, ter sobrepujado de certa maneira a “necessidade” e não renuncia absolutamente à teoria, se bem que tenha o ar de zombar um tanto dela, como de uma “pura hipótese”. Antes das experiências de Maskelyne, que era a lei da Gravidade? Uma hipótese. E que punha em dúvida essa lei, mesmo então? (N. A.)

[40] Não é impossível que algum aperfeiçoamento imprevisto da óptica possa revelar-nos, entre inúmeras variedades de sistemas, um sol luminoso, cercado de anéis luminosos e não luminosos, dentro e fora dos quais e entre os quais rolam planetas luminosos e não luminosos, acompanhados de duas luas com suas luas — e até mesmo estas últimas tendo também suas luas próprias. (N. A.)

[41] Deve-se compreender que nego, especialmente, apenas a parte revolucionária da hipótese de Madler. Naturalmente, se não existe agora um grande orbe central em nosso grupo, existirá mais tarde. Em qualquer tempo que exista, será, simplesmente, o núcleo da consolidação. (N. A.)